UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JULIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA

Aline Meneguini de Oliveira

INTERAÇÃO COMUNITÁRIA: O CIDADÃO EM SINTONIA RADIOFÔNICA

BAURU
2013

Aline Meneguini de Oliveira

INTERAÇÃO COMUNITÁRIA: O CIDADÃO EM SINTONIA RADIOFÔNICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus Bauru/SP, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação, desenvolvida sob a orientação do Professor Doutor Maximiliano Martin Vicente.

BAURU
2013

Oliveira, Aline Meneguini.
Interação Comunitária: o cidadão em sintonia radiofônica / Aline Meneguini de Oliveira, 2013
245 f.

Orientador: Maximiliano Martin Vicente

Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação, Bauru, 2013

1. Rádio. 2. Rádio Pública. 3. Comunicação Pública. 4. Cidadania. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. II. Título.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação
Campus Bauru

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE ALINE MENEGUINI DE OLIVEIRA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DO(A) FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICACAO DE BAURU.

Aos 30 dias do mês de julho do ano de 2013, às 14:00 horas, no(a) Auditório dos Programas de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pùblica, composta pelos seguintes membros: Prof. Dr. MAXIMILIANO MARTIN VICENTE do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicacao de Bauru, Profa. Dra. ROSEANE ANDRELO do(a) Departamento de Comunicação Social / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicacao de Bauru, Profa. Dra. NELIA RODRIGUES DEL BIANCO do(a) Faculdade de Comunicação / Universidade de Brasilia, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de ALINE MENEGUINI DE OLIVEIRA, intitulada "Interação comunitária: o cidadão em sintonia radiofônica". Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: Aprovada. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Prof. Dr. MAXIMILIANO MARTIN VICENTE

Profa. Dra. ROSEANE ANDRELO

Profa. Dra. NELIA RODRIGUES DEL BIANCO

A Deus, por fortalecer minha fé para que minha jornada siga os passos sonhados por Ele. Aos meus pais e minha "hermana", que desde a infância possibilitaram e incentivaram meus estudos. À minha querida avó materna que sempre se orgulhou dos caminhos que trilhei. Aos amigos que contribuíram para mais uma conquista. Ao presente que Deus se encarregou de colocar na finalização desta etapa da minha vida, Eliel Rodrigues. A todos os cidadãos empobrecidos que se sentem discriminados, espoliados e com restrito acesso aos meios de comunicação. E aos profissionais do rádio público.

Agradecimentos

O Mestrado é fruto de um sonho que cresceu comigo durante os anos de graduação. Formar-se Relações Públicas pela UNESP me possibilitou muitas conquistas e amadurecimento pessoal e, sobretudo, foi o sinal de Deus que minha fé e força de vontade podem me levar por caminhos cada vez mais promissores e felizes. Titular-se Mestra de uma área que sempre me motivou a avançar nos estudos é mais que gratificante trata-se de uma missão de docência a ser cumprida com muito amor e ética. Acredito que sem o apoio de pessoas queridas não conseguiria finalizar mais esta etapa da minha vida. Primeiramente agradeço a Deus por me manter firme e determinada nos sonhos que Ele tem me inspirado.

Agradeço aos meus pais que não mediram esforços para me apoiar. Em especial agradeço a minha querida "hermana", que nos momentos mais difíceis me inspirava a prosseguir com a redação da pesquisa. Ao querido Professor e Orientador Maximiliano, que sempre acreditou no meu potencial e me estimulou a prosseguir com os estudos. Aos amigos reconhecidos nesta etapa, sem eles os congressos e reflexões não seriam tão produtivos. Ao Eliel Rodrigues, namorado, companheiro e amigo, pessoa muito especial que entrou na minha vida, sua ajuda e compreensão me estimulam a querer sempre ser melhor e conquistar novos sonhos.

Ao Professor Claudio Bertolli que aceitou integrar a banca de qualificação e fez contribuições importantes para o desenvolvimento da pesquisa. À querida Professora Roseane Andrelo que desde a graduação me acompanha nos estudos sobre rádio e que gentilmente aceitou a realização do meu estágio docência em uma de suas disciplinas, experiência que foi essencial para minha segurança e confiança na docência.

Aos funcionários da Pós-Graduação que se colocaram à disposição sempre com muito carinho e atenção. À Professora Maria Cristina Gobbi que ministrou as disciplinas fundamentais no curso e possibilitou o crescimento profissional, quando acreditou em mim para integrar a equipe de

Organização do Colóquio Internacional da Escola Latino Americana de Comunicação e principalmente por oportunizar e me incentivar na docência em Relações Públicas.

Aos profissionais da Rádio UNESP-FM, em especial ao Vagner Silvestre e à Cleide Portes, que me acolheram e me acompanharam disponibilizando o material fundamental para realização desta pesquisa.

Sobretudo, ao Programa de Pós-Graduação da UNESP, juntamente com a CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior e à FAPESP- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, que por meio da bolsa, possibilitou a dedicação exclusiva aos estudos e ao âmbito acadêmico. Enfim esta dissertação é um reflexo de todas as experiências vividas ao longo destes 2 anos e meio e reúne as reflexões e contribuições compartilhadas com todos que me cercaram durante este período trabalhoso e muito gratificante na minha vida.

Eu nada entendo da questão social
Eu faço parte dela, simplesmente...
Eu sei apenas do meu próprio mal,
Que não é bem o mal de toda a gente,

Nem é deste Planeta... Por sinal
Que o mundo se lhe mostra indiferente!
E o meu anjo da guarda, ele somente,
É quem, lê os meus versos afinal...

E enquanto o mundo em torno se esbarronda,
Vivo regendo estranhas contradanças
No meu vago País Trebizonda.

Entre os Loucos, os Mortos e as Crianças,
É lá que eu canto, numa eterna ronda,
Nossos comuns desejos e esperanças!...

Mario Quintana

OLIVEIRA, Aline Meneguini. **Interação Comunitária: o cidadão em sintonia radiofônica.** 2013. 245f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação-FAAC. UNESP, Bauru-SP, 2013.

RESUMO

A dissertação "Interação Comunitária: o cidadão em sintonia radiofônica" avalia as mensagens compartilhadas no Programa Interação Comunitária, transmitido aos sábados pela emissora UNESP FM Bauru, a fim de promover um novo olhar sob o veículo rádio, averiguando sua potencialidade na instrumentalização da comunicação pública. Com base na metodologia qualitativa com utilização da análise de conteúdo em seu enfoque quantitativo e qualitativo coleta-se e pondera-se os depoimentos de profissionais envolvidos com o programa, ouvintes, líderes comunitários, responsáveis pelas associações de bairros e etc., no intuito de aferir como o programa propicia as práticas cidadãs envolvendo cidadãos e poder público. Além de identificar as principais temáticas abordadas pelo "*Interação Comunitária",* analisa-se suas gravações, no período de março de 2011 a março de 2012, sendo selecionados 2 programas por mês, por representar amostra significativa do universo. Em suma a pesquisa investiga como a comunicação radiofônica voltada para a cidadania pode demonstrar e dar visibilidade às realidades esquecidas pela mídia massiva.

Palavras-Chave: Rádio, Rádio Pública, Comunicação Pública, Cidadania, Participação Social.

OLIVEIRA, Aline Meneguini. Community Interaction: the citizen in radio tune. 2013. 245f. Dissertation (Master's degree in Communication). Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação-FAAC, UNESP, Bauru-SP, 2013.

ABSTRACT

The dissertation "Community Interaction: the citizen in radio tune" analyzes the shared contents in the program of radio "Community Interaction" broadcasted on saturdays, to promote a new look under the radio and defend it about as public communication toll. Based in qualitative methodology using content analysis in its approach qualitative and quantitative, are collected and considered the depositions from professionals involved with the program, listeners, community leaders, and so on, in order to infer how the program promotes the citizens practices involving citizens and publics authorities. Besides identify the main themes broadcasted by Community Interaction, the search analyzes your recordings from Mach 2011 to March 2012 and selects two programs for month, by represent significant sample. Therefore, this search analyzes how the radio communication compromised with the citizenship can give visibility for the ignored realities by traditional media.

Key-Words: Radio, Public Radio, Public Communication, Citizenship, Social Participation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Vista aérea da cidade de Bauru-SP 147

Figura 2- Moção de Aplausos UNESP FM 149

Figura 3- Premiação “Eu faço a Diferença” 150

Figura 4- Moção de Aplausos Programa Interação Comunitária 153

Figura 5- Gravação do Programa Interação Comunitária para TV e Rádio 154

Figura 6- Gráfico: Frequência temática por personagem 162

Figura 7- Gráfico: Frequência Categorial do Corpus 164

Figura 8- Mapa dos Principais bairros de Bauru-SP 167

Figura 9- Entrevista com Leci Brandão 181

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Principais Características do Objeto 152

Quadro 2- Cobertura *in loco* 214

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Representatividade dos temas no corpus 160

Tabela 2- Representatividade dos personagens no corpus 161

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 15

2 URBANIZAÇÃO BRASILEIRA E MARGINALIDADE: OS OLHARES SOCIOECONÔMICO E SOCIOCULTURAL EM CONTRAPONTO 22

2.1 Urbanização Brasileira: a marcha desenvolvimentista em detrimento das heranças escravistas 22

2.2 Expansão industrial e marginalidade: processos inerentes ao capitalismo dependente da América Latina 27

2.3 O homem marginal em meio à urbanização segregadora 30

2.4 As inoportunas vizinhas: favelização, exclusão e pobreza 35

2.5 A representação das favelas e das periferias: comunidades imaginadas na formação da identidade cultural 40

3 COMUNICAÇÃO E CIDADANIA: UMA REFLEXÃO SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS 53

3.1 A natureza da comunicação: difusão de formas simbólicas 53

3.2 Mídia e Modernização: a hibridação cultural na América Latina 62

3.3 A comunicação mediada sob o enfoque da apropriação e recepção na vida cotidiana 71

3.4 Comunicação e Cidadania: direito de informação e direito de comunicação na busca da consolidação democrática 77

3.4.1 Democratização da Comunicação: uma prática cidadã no cenário brasileiro 91

3.4.1.2 1ª Conferência Nacional de Comunicação- CONFECOM 98

4 COMUNICAÇÃO PÚBLICA NO CENÁRIO BRASILEIRO E A AMPLIAÇÃO DA CIDADANIA NO RÁDIO 103

4.1 A concepção de Comunicação Pública: por uma vertente comunicacional cidadã 103

4.2 Perspectiva do Reconhecimento: a inclusão do processo identitário na dimensão midiática da Comunicação Pública 109

4.3 Rádio Instrumento de Comunicação Pública 114

4.3.1 Teorias do rádio: a presença do rádio na vida do cidadão 126

4.3.2 Rádio Pública: definir em meio às complexidades 137

5 REFLEXÃO TÉORICA E APLICAÇÃO PRÁTICA NA MESMA FREQUENCIA:UMA ANÁLISE DO PROGRAMA INTERAÇÃO COMUNITÁRIA 144

5.1 Bauru: uma cidade trilhada no centro do Estado de São Paulo 144

5.2 UNESP FM: uma emissora pública, cultural e educativa 146

5.3 Programa Interação Comunitária: os eventos e as informações importantes para a comunidade 151

5.4 Sintonia codificada: análise de conteúdo quantitativa do Programa Interação Comunitária 155

5.5 A voz da comunidade sintonizada em 105.7MHz: análise de conteúdo qualitativa do Programa Interação Comunitária 166

5.5.1 As vozes da comunidade na frequência das categorias analíticas 177

5.5.2 As práticas culturais e o respeito à diversidade: em destaque no Interação Comunitária 207

5.5.3 A utilização da potencialidade radiofônica no Interação Comunitária 213

6 CONSIDERAÇÕE FINAIS 217

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 220

ANEXO A- Relatórios de Atividades da UNESP-FM 230

1- INTRODUÇÃO

A comunicação mediada na sociedade contemporânea adquiriu caráter centralizador na sociabilidade entre os sujeitos. O que leva a crer que a área não se restringe apenas a transmissão de informações, pelo contrário cada vez mais está envolvida com a vida política do país. Considerando seu papel de mediação entre sociedade e governantes, na medida em que se tornou espaço para prestação de contas, debate público, fiscalização e promoção da transparência Estatal. Nesse sentido, observa-se que a cidadania encontra-se diretamente relacionada com a comunicação, pois os sujeitos viabilizam a formação de uma opinião autônoma e legítima a respeito de assuntos que o cercam e o interessam, a partir dos conteúdos livres, plurais e disponíveis nos meios de comunicação. Ou seja, a cidadania torna-se inviabilizada quando o sistema de comunicação não propicia o conhecimento consistente e crítico do mundo e seus assuntos.

Dessa forma, constata-se que a comunicação mediada deve ser plena a ponto de permitir que os cidadãos se expressem como sujeitos críticos e autônomos, emancipem-se e se compreendam de modo que estejam aptos para mobilizar-se e organizar-se motivados por uma causa e interesse comum. E assim, exercer a cidadania a partir de uma postura ativa, entendendo-a como uma prática, uma luta por direitos e deveres a serem conquistados e cumpridos.

Portanto, a comunicação nesta pesquisa é trabalhada como um processo de mediação e influências mútuas, uma troca de significações, em suma, uma atividade simbólica social compartilhada entre os sujeitos.

Ao reconhecer o papel da área no desenvolvimento da cidadania, já que o grau de direitos alcançados na sociedade está diretamente relacionado com a capacidade expressiva e articulatória de seus cidadãos, busca-se aprofundar a problematização a respeito do direito à informação e o direito à comunicação. Assim como apresentar as discussões a respeito da latente necessidade de democratização dos meios de comunicação.

Considerada um marco histórico, a I Conferência Nacional de Comunicação-Confecom realizada em dezembro de 2009 tratou-se de iniciativa inédita do governo federal, pois atendeu as solicitações e a pressão exercida pelos movimentos sociais da área. O evento contribui para que fosse criado um espaço de discussão a respeito da democratização da mídia e a necessidade de atualização da regulamentação do setor. No entanto, as propostas elaboradas ainda não foram aplicadas a fim de que se tornem projetos de lei. Além disso, a I Confecom propiciou o debate sobre o fortalecimento dos canais de comunicação públicos,

como alternativa para que a área volte-se efetivamente para a construção da cidadania. Sob o mesmo espírito da Conferência, esta dissertação almeja contribuir para com a discussão a respeito da responsabilidade da comunicação na manutenção e amadurecimento das vivências democráticas na sociedade contemporânea. Com isso, define-se como hipótese da pesquisa, a crença no sistema público de comunicação como meio fomentador das práticas cidadãs. E nesse sentido, ao compreender as limitações econômicas e sociais no contexto nacional, defende-se o veículo rádio como um meio de comunicação com maior potencialidade democrática, na medida em que é considerado, por excelência, popular, de grande penetração no país e de maior alcance do público.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada pelo IBGE[1], em 2009, indicou que 87,9% da população possuía aparelho de rádio em suas residências. Já dados relacionados ao ano de 2010[2] apontam um declínio, indicando um total de 81,4%. Importante salientar que a pesquisa refere-se à presença do rádio no domicílio, ou seja, não abordou os aparelhos celulares, carros, TV a cabo e outras aparatos tecnológicos que sintonizam rádio. Segundo a pesquisa qualitativa do IBOPE Media[3], aplicada em março de 2011, o rádio tornou-se a mídia mais consumida no celular. Dos entrevistados que possuíam rádio no telefone móvel, 49% declararam que consumiam a mídia pelo aparelho.

Em 2011 o IBGE[4] realizou novamente a pesquisa e verificou-se que o veículo sofreu nova redução de - 0,6%. No entanto, sob a ótica da recepção via aparelho celular, a respeito da população de 10 anos ou mais, constatou-se que 69,1% tinham celular de uso pessoal, sobretudo, em relação às pessoas com 25 a 29 anos o índice é de 83,1%. Portanto, esta redução pode estar relacionada com a convergência midiática sofrida pelo rádio.

Considerando que o "templo do rádio" é o automóvel, ao estimar que 80% dos 29,9 milhões de carros possuem o aparelho de rádio, infere-se que são mais de 23,9 milhões receptores inseridos no cotidiano dos brasileiros.

Portanto, a defesa sobre o sistema público de comunicação como instigador de atividades cidadãs entre os sujeitos complementa-se com a popularidade e características

---

[1] Dados disponíveis em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf>. Acesso em 15 abri. 2011.

[2] Informações disponíveis em:< http://www.abert.org.br/site/index.php?/noticias/todas-noticias/ibge-divulga-dados-estatisticos-de-radio-e-tv.html>. Acesso em 21 mai.2013.

[3] Dados disponíveis em: <http://gpradio.com.br/90anos/wp- content/uploads/2012/09/Ibope%20Media_Webradio_24_09_12.pdf> Acesso em 09 abri. 2013.

[4] Informações disponíveis em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2222>Acesso em 21 mai. 2013.

democráticas do rádio e assim, delineia-se outra hipótese para a pesquisa, baseada na capacidade do veículo radiofônico em apresentar-se como espaço acessível para realização da comunicação comprometida com a cidadania. Acredita-se que ele seja capaz de tornar-se aparato para a instrumentalização da comunicação pública.

A partir das concepções de Jorge Duarte (2009) a respeito da comunicação entendida como um ponto de partida e de encontro para o processo de formação para a cidadania. Buscou-se desenvolver o quadro teórico e analítico desta pesquisa a fim de responder as seguintes questões: A presença do rádio contribui para o processo de legitimação, autonomia e identificação dos sujeitos enquanto cidadãos em seus contextos sociais? De que forma a comunicação radiofônica, comprometida com a cidadania, pode demonstrar e dar visibilidade às realidades esquecidas pela mídia massiva?

Para tal empreendimento optou-se por construir um quadro teórico pautado na concepção culturalista da comunicação, referenciada por pensamentos de Barbero (2001), Canclini (2005) e Thompson (1995) e assim buscou-se desenvolver a argumentação baseada no entendimento da sua habilidade de mediação entre diversas instâncias e capacidade de transformação das relações sociais. Com o intuito de responder as questões relacionadas ao problema da pesquisa, além da pesquisa bibliográfica optou-se, especialmente, pela aplicação da técnica de análise de conteúdo em seu enfoque quantitativo e qualitativo em uma determinada experiência comunicativa.

A partir da aproximação com a literatura do tema, acompanhando os objetivos da I Confecom, percebeu-se que a vivência comunicativa que poderia corroborar a instrumentalização da comunicação pública, preferencialmente, deveria ser constatada em um meio de comunicação radiofônico no viés público. Com isso, ao considerar o contexto regional da cidade de Bauru – SP, sede da Pós Graduação em Comunicação da UNESP, optou-se pela emissora Rádio UNESP- FM, uma vez que se autoproclama como emissora pública e está cadastrada na ARPUB- Associação de Rádios Públicas do Brasil.

Após a escolha do canal buscou-se delimitar o corpus da pesquisa em algum programa de sua grade, por meio de observação assistemática da programação radiofônica selecionou-se o Programa Interação Comunitária como objeto de estudo, ou seja, espaço pertinente para desenvolvimento do percurso metodológico da pesquisa, que traz como principais objetivos:

- destacar o caráter transformador da comunicação quando voltada para a construção da cidadania.

- realizar um levantamento teórico e analítico das abordagens do meio de comunicação rádio na literatura recente, notadamente, as destinadas a apresentar esse veiculo como instrumento de comunicação pública;
- destacar o comprometimento da emissora Rádio UNESP FM para com a cidadania;
- elencar os principais temas abordados pelo programa Interação Comunitária;
- identificar as vozes participantes do objeto de estudo;
- compreender a maneira que se conduz os temas;
- averiguar como o ouvinte é entendido e representado no programa;
- inferir como a noção de cidadania é abordada e instigada nos ouvintes;
-verificar se é possível defender o objeto de estudo como instrumento de comunicação pública.

A fim de atingi-los a dissertação está estruturada em cinco capítulos, os quais trabalham cada objetivo esboçado, relacionando as teorias estudadas com as inquietações oriundas do problema de pesquisa.

O primeiro capítulo apresenta-se como um guia para a compreensão do desenvolvimento da pesquisa, consiste na própria introdução do trabalho. Nele introduz-se o tema da pesquisa e descreve-se a respeito das hipóteses, do problema, do objeto de estudo, das opções metodológicas e dos objetivos que se pretendem atingir.

O segundo capítulo, denominado *Urbanização brasileira e marginalidade: os olhares socioeconômico e sociocultural em contraponto* busca compreender por que as cidades são divididas entre centro e periferia, qual a relação entre cidadania e local onde se vive e quais são as circunstâncias geradoras das disparidades sociais existentes na contemporaneidade. Desse modo, constatou-se que o processo de industrialização e modernização na América Latina deu-se com a presença do antigo, da tradição e da herança escravista, especificamente no caso brasileiro, fato que acarretou um desenvolvimento nacional juntamente com a exclusão social. Com isso, os teóricos que subsidiam o capítulo como Maricato (1996), Kowarick (1985) e Santos (2002), discorrem sobre as configurações estabelecidas nas sociedades a partir da implantação do sistema capitalista e a respeito da desenfreada e segregadora urbanização em decorrência da industrialização. Finaliza-se o capítulo apresentando as concepções de Hall (2006), Bauman (2003) e Magnani (1998), a fim de contrapor a visão socioeconômica com a sociocultural, e com isso, destacar a importância da formação de identidade dos sujeitos, a representação social e o compartilhamento de valores, significados, rituais, hábitos e regras que são encontradas nos conglomerados urbanos periféricos ou nas favelas.

A partir das explanações e problematização deste capítulo possibilitou-se a compreensão da importância que os aspectos culturais vivenciados pelos cidadãos têm quando se almeja sanar suas necessidades de forma plena e efetiva. Assim como, esboçou-se a projeção do ouvinte do objeto estudo, de modo que as concepções apresentadas serviram como suporte para posteriormente inferir a respeito de suas participações no programa de rádio.

Comunicação e Cidadania: uma reflexão sobre as transformações socioculturais trata-se do terceiro capítulo deste estudo. E dedica-se a demarcar a postura comunicacional da pesquisa, pautada nos pensamento de Barbero (2001), Canclini (2005) e Thompson (1995). Portanto, o referencial teórico sobre a comunicação encontra-se envolvido com o contexto cultural, ou seja, redefine-se a cultura a partir da sua natureza comunicativa. De modo que as formas simbólicas são compreendidas como fenômenos sociais e assim os meios de comunicação de massa tornaram-se representantes da transformação contínua das maneiras que as formas simbólicas e expressões densas de significação passaram a ser produzidas e transmitidas. Com isso, o capítulo busca apresentar as implicações que os avanços tecnológicos ocasionaram nas relações inerentes às sociedades modernas. Assim como, a partir das concepções de Thompson (1995) o sentido de recepção e apropriação das mensagens emitidas pela mídia massiva ganha uma conotação de atividade interpretativa e compartilhada. Tal visão torna-se importante para o desenvolvimento da fase analítica da pesquisa.

Finaliza-se este capítulo associando a postura comunicacional com a responsabilidade cidadã dos meios de comunicação. E ao delimitar as funções e importância dos veículos para manutenção e consolidação da cidadania explana-se a respeito da teorização da mesma, baseada em Covre (1986, 1991) e Vieira (1997). Portanto, entendendo-a como prática, luta e atividade de articulação. E nesse sentido, por meio das perspectivas de Peruzzo (2005) e Gentilli (2002) o direito à informação e o direito à comunicação são explanados e diferenciados. Em vista disso, a democratização dos meios de comunicação revelou-se como pauta emergencial a ser tratada na tomada de decisão política. E assim, os movimentos sociais, as associações e fundações que lutavam por essa causa foram descritos e elucidados por meio de suas atuações na problemática do setor.

O quarto capítulo, por sua vez denominado *Comunicação Pública no cenário brasileiro e a ampliação da cidadania no rádio* traz os avanços da área de comunicação em relação ao seu comprometimento para com a construção da cidadania. Por conta disso, traça-se um quadro teórico a respeito do conceito de Comunicação Pública no Brasil. No qual se

demonstra a concepção desta vertente da comunicação como um processo comunicativo instaurado na esfera pública entre Estado, Sociedade e Governo (BRANDÃO, 2009). Este entendimento de Comunicação Publica como relação comunicacional que se dá entre todos os atores sociais é recente e acarretou na descoberta da lacuna teórica a respeito da necessidade de reconhecer e incluir neste processo os segmentos sociais marginalizados, como negros, índios, pessoas com deficiência, homossexuais, mulheres, moradores de rua e etc. (MATOS, 2011).

Além de apresentar a conceituação recente de Comunicação Pública o capítulo aborda as teorias do veículo rádio, desde seu surgimento até suas formas de adaptação à convergência midiática. Por razão do resgate histórico proposto, tornou-se possível também apresentar as concepções a respeito do veículo a partir dos seus ideais logo em seu surgimento e finalizar o capítulo com os pensamentos mais recentes que ainda o entendem como meio popular e democrático. Desse modo o capítulo é subsidiado por Brecht (2005), Kaplun (1978), Arnheim (2005), Vigil (2003), Ferrareto (2010) Herreros (2011), Bianco (2010), dentre outros.

Com a problematização e explanações apresentadas tornou-se possível compreender o rádio como instrumento para construção da cidadania, como espaço capaz de propiciar a integração regional e meio que estimula a miscigenação de vozes. Portanto, este capítulo é de suma importância para o desenvolvimento interpretativo a respeito do objeto de estudo, pois a partir de seus apontamentos as participações no Interação Comunitária podem ser analisadas com base em pontos de vistas diferenciados e aprofundados sobre as características e recursos utilizados no programa.

O ultimo capítulo consiste em aplicar a técnica metodológica, análise de conteúdo, no objeto de estudo. Desse modo, a partir da escolha do objeto de estudo – Programa Interação Comunitária- definiu-se que o *corpus* consistiria nas transmissões realizadas entre março de 2011 a março de 2012, por tratar-se de amostragem significativa. Como o programa é transmitido aos sábados no período da manhã, durante aproximadamente 30 minutos, foram selecionados dois programas por mês, o que resultou em 26 programas analisados. Optou-se por realizar a análise de conteúdo tanto quantitativamente quanto qualitativamente por detectar lacunas analíticas que os dados apenas numéricos não supriam. Percebeu-se também, que somente o levantamento dos principais temas abordados pelo objeto de estudo não seria suficiente para compreender a forma que os conteúdos são abordados e trabalhados com os participantes e ouvintes.

Desta forma, além de estabelecer como unidade de registro os temas tratados nos programas do *corpus,* decidiu-se trabalhar com outra unidade de registro, os personagens,

justamente por almejar identificar as vozes que participaram dos programas. Além disso, no desenvolvimento da análise constatou-se que o índice de presença seria o mais adequado ao objeto, pois se inviabilizou o índice de frequência já que os programas são díspares, não possuindo um formato padronizado em relação ao número de participantes, tempo de entrevistas, temas a serem abordados numa mesma entrevista, dentre outras características que apontaram o objeto como espaço flexível e coloquial, assemelhando-se com a espontaneidade de bate-papo.

A análise em suma, consiste na complementariedade entre dados numérico-estatísticos e inferências baseadas no referencial teórico. No confronto e diálogo entre os dois tornou-se possível aplicar as discussões dos capítulos anteriores dentro de um contexto empírico e verificar a capacidade do objeto de estudo em relação à instrumentalização da comunicação pública. Nas considerações finais além de apresentar de maneira objetiva os resultados alcançados com a pesquisa buscou-se contribuir para com o desenvolvimento do Interação Comunitária apontando algumas sugestões a título de contribuição para aprimoramento da prática comunicativa radiofônica.

2- URBANIZAÇÃO BRASILEIRA E MARGINALIDADE: OS OLHARES SOCIOECONÔMICO E SOCIOCULTURAL EM CONTRAPONTO

A fim de delinear e compreender de forma mais abrangente o objeto desta pesquisa, o Programa "Interação Comunitária" transmitido pela Rádio UNESP FM aos sábados de manhã, tendo como público alvo os cidadãos moradores das zonas periféricas e faveladas da cidade de Bauru-SP, faz-se necessário um recorte socioeconômico e histórico a respeito dos caminhos que levaram a sociedade contemporânea a estigmatização e marginalização das classes subalternas, desfavorecidas dentre outras denominações utilizadas para designar a parcela da população de baixa renda, desapropriada das necessidades básicas de reprodução de força de trabalho.

Como o programa possui a peculiaridade de ser dirigido para essa parcela da população e oportuniza sua participação no veículo de comunicação regional é de primordial importância desenvolver um aparato teórico que esmiúce a formação e gestão urbana no contexto brasileiro e a consequente identificação e legitimação social dos sujeitos que residem nas periferias urbanas.

2.1 Urbanização Brasileira: a marcha desenvolvimentista em detrimento das heranças escravistas

"O cidadão é o indivíduo num lugar" (SANTOS, 2002, p.123), portanto, a cidadania está relacionada com o espaço em que o cidadão vive, sendo assim é possível considerar a cidade como local onde as necessidades se afloram, mas também como *lócus* de possibilidades para resolução de conflitos e carências urbanas. E assim, quando a cidade é entendida como território do cidadão instiga-se as seguintes questões: Como vivem os cidadãos na cidade? Quais os serviços públicos que usufrui? Qual sua condição de trabalho? Qual é a sua renda? Do que necessita? Como os moradores se agrupam e reivindicam por melhorias urbanas?

Tais questões estão diretamente ligadas com as raízes históricas da urbanização brasileira. Segundo o Censo de 2010[5], 84, 4% da população brasileira reside na área urbana do país. Ao observar especificamente o Estado de São Paulo, percebe-se que o grau de urbanização alcança 95,9% da população.

[5] Dados do IBGE disponíveis em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse.pdf> Acesso em 14 fev. 2012.

No entanto, a formação do país deu-se por heranças do sistema agrário e espaço rural, pois nos primórdios coloniais o espaço urbano era visto como emanação de poder, demarcação de território num país distante.

Milton Santos (1996, p. 17-18) referenciado por Nestor Goulart Reis (1968) apresenta três fases de organização do território brasileiro: primeira fase, definida entre 1530 e 1570, está demarcada pela fundação do Rio de Janeiro em 1567. Em 1585 criou-se a Filipéia da Paraíba e posteriormente a instalação de Iguape. O segundo período delimitado entre 1580 e 1640 foi marcado pela dominação espanhola, o que rendeu a formação de 3 cidades e 10 vilas. Neste período direcionaram a urbanização para a Amazônia.

E no terceiro período entre 1650 e 1720 criaram-se 35 vilas, sendo que duas delas: São Paulo e Olinda foram elevadas à cidade. No final dos primórdios da urbanização brasileira o território nacional estava organizado em 63 vilas e 8 cidades. Tal organização era denominada como "sistema social da Colônia", na qual existiam capitanias, governo-geral e organização municipal.

A partir do século XVIII a urbanização tornou-se mais notável, pois os senhores de engenhos e fazendeiros passaram a residir na cidade e frequentar suas propriedades rurais em determinados momentos como: corte e moenda da cana. No entanto, mesmo com o referido avanço passaram-se mais dois séculos para que a urbanização atingisse as características atuais.

Ao refletir a respeito da colonização e organização territorial brasileira é preciso demarcar também o cenário de exclusão social já formulado em sua incipiente urbanização. Desse modo, compreende-se que a sociedade colonizada concebeu-se a partir de um conceito discriminador entre colonizador e colonizado: "Tratava-se, portanto de um território de segregação – e exploração de riquezas, é claro, para os comerciantes e espoliadores" (SPOSATI, 1998, p.4).

Soma-se a esta cultura colonizadora o processo de escravidão, no qual eram erradicadas as condições humanas dos negros africanos transformando-os em meros instrumentos de obtenção de riqueza.

Nesta mesma perspectiva é preciso compreender as circunstâncias que propiciaram a passagem de Brasil-Colônia para país independente. Ermínia Maricato (1996, p.33) destaca os seguintes fenômenos como: final da escravidão, substituição dos escravos pela força de trabalho do imigrante europeu e a demanda por trabalhador livre. Aspectos que além de antecederem o processo de industrialização e formação da classe operária repercutiram também na maneira de lidar com a questão fundiária no país.

Se antes da libertação dos escravos, a terra era destituída de valor - tanto para os portugueses quanto para o império brasileiro - sendo necessária apenas sua ocupação ou posse da terra para adquiri-la, a partir de 1850 o cenário reconfigurou-se e o Estado passou a regular seu acesso: “a terra não tinha importância econômica sem os escravos, que, independentes da terra, eram valiosos, utilizados também como objeto de penhores e hipotecas” (MARICATO, 1996, p.35). Para a autora, com a libertação dos escravos a terra começou a ser negociada como mercadoria. No entanto, antes da abolição da escravatura sua distribuição era concedida pela Coroa portuguesa que, por causa da abundância, realizava apenas um controle mais brando sobre seu uso e produtividade.

Com isso, nota-se que a propriedade da terra estava diretamente relacionada à mão de obra escrava. Mas, na medida em que os escravos lutavam para conquistar uma condição humanizada na sociedade, a propriedade da terra passou a ser regulada pelo Estado, fato que ainda gera inúmeros conflitos. Ao refletir sobre a Lei da Terra e a abolição dos escravos, a autora também esclarece que ambas ocorreram propositadamente com apenas uma semana de prazo entre elas. A Lei estipulou que as terras devolutas seriam adquiridas mediante a compra e venda, o que prejudicou e impossibilitou a aquisição de propriedades por trabalhadores livres e sem recursos, nesse caso, os escravos recém libertos (MARICATO, 1996).

O propósito liberal da Lei de terras, a principio, era subsidiar a colonização branca (imigrantes europeus) no país por meio da compra e venda das terras devolutas, portanto, a questão fundiária estava baseada na pequena propriedade. No entanto, tal circunstancia vigorou-se apenas no Sul do país. Pois, em relação ao resto do país os imigrantes ocuparam o lugar dos escravos nos grandes latifúndios.

A partir da segunda metade do século XIX e por razão da intensificação da produção de café, o país distanciou-se da caracterização de “arquipélago”, no qual os territórios desenvolviam-se cada um por sua lógica e pelas relações de dependência com o mundo exterior. Nesse período, o estado de São Paulo tornou-se polo dinâmico de grande área mais ao sul do país. O território ganhou potencial fluidez, seja pela malha ferroviária seja pela melhoria dos portos e surgimento dos meios de comunicação (SANTOS, 1996).

Referenciada por Murilo Marx (1991), Maricato (1996) aponta nesse mesmo período surgimento da necessidade de maior precisão nos loteamentos, distinção do que seria chão público e chão privado, alinhamento de fachadas, e nivelamento das vias. O lote comercializado passou a ser de formato quadrangular e ortogonal, critérios que orientaram a produção do espaço urbano:

> É com início da República que se afirma o urbanismo modernista segregador. As cidades brasileiras mais importantes, em especial o Rio de Janeiro, passam por grandes transformações que procurarão adaptá-las aos novos tempos, isto é, às novas necessidades econômicas ligadas à administração e exportação dos produtos agrícolas, em especial o café, e o combate às epidemias por meio de saneamento. Um cenário que não é determinado apenas pela eficácia econômica e sanitária acompanha as mudanças. Busca-se adequar as cidades à fachada progressista e modernizante que a República requeria e sepultar a simbologia do passado escravista (MARICATO, 1996, p.38).

As epidemias e a densidade habitacional, somadas à falta de saneamento básico serviram como principal argumento para realizar, nesse período, a limpeza social. Negros, pedintes e desempregados de modo geral foram expulsos dos locais urbanos centrais, restando-lhes as periferias urbanas, morros, várzeas, - territórios não especulados pelo mercado imobiliário -, o que tornava claro o caráter segregador da cidade durante a República.

A partir desse período, a industrialização é incrementada e prevalece principalmente no polo dinâmico. Entendido de forma mais ampla, esse processo trata de uma integração social, criação de mercado nacional, expansão de consumo – aspectos que configuram uma nova base econômica, impulsionada pelo próprio poder público.

Conforme Santos (1996, p.29) entre os anos de 1940 e 1980 ocorreu uma verdadeira inversão do local de residência da população brasileira. Comparando-se com a década de 40, na qual a taxa de urbanização era de 26,35%, o ano de 1980 alcançou índice não imaginado de 68,86%. Em 40 anos, a população brasileira triplicou, e a urbana se multiplicou-se por sete vezes e meia. Entre 1970 e 1980 incorporaram-se mais de 30 milhões de habitantes ao cenário urbano.

Do término da Segunda Grande Guerra Mundial até o final dos anos 60, o processo de integração do território nacional viabilizou-se, e as estradas de ferros foram interligadas, colocando em contato as regiões polares do país. Soma-se também um ousado programa de investimentos em infraestrutura, que objetivava a substituição de importações para formação de um mercado interno. Ainda de acordo com Santos (1996) tais investimentos permitiram um grande avanço na economia nacional.

Complementando tal ótica de análise, Maricato (1996, p.41) assinala que entre 1940 e 1980 o PIB brasileiro crescia 7% ao ano e índices como de mortalidade e natalidade apresentavam quedas significativas. No entanto, mesmo com estatísticas favoráveis, a desigualdade aprofundava-se e se acentuava entre os moradores das zonas urbanas. A respeito

desta incoerência entre índices demográficos e acentuada desigualdade Kowarick (1985, p.85) explicita:

> A dinâmica de produção dos espaços urbanos, ao gerar uma melhoria, cria simultaneamente e constantemente milhares de desalojados e desapropriados que cedem seus locais de moradia para grupos de renda que podem pagar o preço de um progresso que se opera através de uma enorme especulação imobiliária. Tal trama urbana só pode levar à fixação das camadas pobres em zonas desprovidas de serviços públicos, até o dia em que, com o crescimento da metrópole, também desses locais tenderão a ser expulsos se porventura sua iniciativa política ainda continuar bloqueada.

Infere-se que na medida em que a industrialização se intensificava no país, ampliavam-se também as migrações internas, nas quais contingentes populacionais eram atraídos por melhores condições de vida nos centros urbanos. Porém, com a especulação imobiliária, essa população passou apropriar-se dos locais periféricos e decadentes das metrópoles, originando os bairros de periferia.

A respeito da intensificação do processo industrial, o golpe do Estado realizado pelos militares em 1964 destacou-se como a grande alavanca do rápido desenvolvimento nacional, pois criou condições para que o país se integrasse ao movimento de internacionalização.

Assim, a economia desenvolveu-se tanto para atender um mercado interno em expansão, quanto para satisfazer as demandas do exterior. Além de produtos industrializados, aqueles agrícolas tradicionais como a soja e cítricos passaram a ser exportados graças à modernização no campo, o que multiplicou a produtividade. A mecanização agrícola também atingiu os produtos tradicionais como café, algodão, cacau, trigo, hortaliças dentre outros. Desse modo, "a população aumentada, a classe média ampliada, a sedução dos pobres por um consumo diversificado e ajudado por sistemas extensivos de crédito servem como impulsão à expansão industrial" (SANTOS, 1996, p.36).

Esse período desenvolvimentista redistribuiu a classe média e os pobres no espaço urbano e, com isso, as cidades grandes, capazes de acolher a camada mais empobrecida da população, possuíam o maior poder de atração. São Paulo, a mais rica do país, recebeu entre 1970 e 1980, 17,37% do total de migrantes do país, o dobro dos que optaram pelo Rio de Janeiro. (SANTOS, 1996).

Se nos primórdios da urbanização as cidades eram consideradas *habitat* dos notáveis (o padre, o juiz, o telegrafista, os fazendeiros, dentre outros) com o impulso desenvolvimentista, elas adquiriram características econômicas, nas quais o capital de giro, a disponibilidade de mão de obra diversificada, os bancários, os comerciantes, e outras figuras

representativas reconfiguraram seu espaço urbano, o qual se tornou diretamente relacionado ao processo de produção industrial e de indústrias agrícolas não urbanas.

A partir da exposição desse recorte histórico, nota-se que a herança de três séculos e meio fundados na exploração dos recursos naturais com o trabalho direto do homem cedeu espaço, a partir da marcha de produção, à implantação do meio técnico, da tecnologia mecanizada, o que alterou de forma definitiva o espaço do cidadão, modificando tanto seu modo de vida como o uso do território.

Desse modo, a reconfiguração do espaço do cidadão em meio ao processo neoliberal capitalista possui diversas facetas e peculiaridades, principalmente quando se trata da modernização ocorrida na América Latina. No caso brasileiro, mesmo com anseios modernistas, o antigo, o tradicional e a herança escravista permaneceram na construção social. Com o exposto torna-se pertinente compreender de forma mais aprofundada o processo de industrialização e modernização na América Latina.

2.2 Expansão industrial e marginalidade: processos inerentes ao capitalismo dependente da América Latina

Inerente ao processo de desenvolvimento do país se situa a expansão das desigualdades sociais e a marginalização nas zonas urbanas, fenômenos que transformaram as cidades em *lócus* da acumulação capitalista. Porém, na mesma medida, tornaram-se aglomerados densos de espoliação urbana, de modo que “o desenvolvimento urbano desigual em vez de eliminar a herança do atraso, reproduziu-a e deu-lhe novas confirmações” (MARICATO, 1996, p.31).

Baseada nas argumentações de Florestan Fernandes (1977), Maricato desenvolveu um pensamento que revela uma modernização nacional com resquícios do arcaico, sendo essa uma característica do capitalismo periférico e dependente, no qual a modernização foi processada de forma segmentada de acordo com o ritmo da fusão entre o “antigo” e o “moderno”. Dessa forma, o capitalismo latino-americano quando comparado aos de países centrais, revela uma trilha histórica distinta marcada por fenômenos enraizados na marginalidade.

A intensificação do processo industrial nos países da América Latina culminou com a liberação de parte da força de trabalho de produção “tradicional”. Mas essa parcela de trabalhadores não conseguiu obter renda pelo trabalho formal e, por isso, buscou novas relações de produção, muitas vezes arcaicas presentes no setor terciário. Assim, tornaram-se

autônomos, prestadores de serviços, empregados domésticos, desempregados, trabalhadores informais dentre outras categorias que formaram o cenário urbano de trabalho latino-americano.

A partir de outro ponto de vista, Kowarick (1985), compreende que os resquícios do arcaico e a modernização não são "mundos" distintos dentro do capitalismo, pois a manutenção das formas tradicionais e a criação de outras estão integradas no modo de produção que, mesmo nitidamente capitalista em seu processo de acumulação, integra as novas formas, articula-as e delas se alimenta. Portanto, a lógica capitalista além de gerar e manter estilos tradicionais não capitalistas, ou seja, informais na divisão social do trabalho integra-as no processo de acumulação.

Tal integração não significa que a marginalidade seja solucionada, pelo contrário, desnuda os países desenvolvidos pelo fato de eles possuírem o capitalismo vinculado a ela. Mas a realidade latino-americana acarreta um fator que agrava ainda mais a marginalidade:

> (...) ao analisar as sociedades latino-americanas, avança no sentido de *categorizar* novos processos que geram marginalidade decorrentes do fato de o sistema, além de ser capitalista, ser também *dependente.* Em outras palavras, a marginalidade teria uma significação particular nas formações sociais do Continente na medida em que estas são marcadas por uma situação de dependência (KOWARICK,1985, p. 61).

Compreende-se então que a dependência a partir de sua vertente estrutural é inerente à dinâmica entre dominante e dominado. Nessa perspectiva, dominado é atribuído à característica de receptor, e com isso, os sistemas político e econômico encontram-se vinculados tanto no plano interno quanto no externo. O conceito de dependência aproxima-se do sentido de subdesenvolvido, não cabendo aqui abordar as diversas linhas teóricas sobre as relações de dependência entre países centrais e latino-americanos. O que se observa na industrialização incipiente como relação de dependência é a exportação de matérias primas e produtos agrícolas e a intensa importação de produtos industrializados, os quais revelam um processo comercial controlado pelos interesses dos países dominantes (centrais), os quais ditavam limites à industrialização (KOWARICK, 1985).

Além de excludente, a dependência dos países latino-americanos é capaz de articular e manter relações de trabalho "arcaicas" entrosadas no acúmulo de capital. Essa exclusão revela um cenário no qual a industrialização encontra-se em nível poupador de mão de obra, gerando uma quantidade pequena de empregos formais. Daí o interesse em preservar e criar formas não "capitalistas" de obtenção de riqueza, e assim "conferir ao capital estrangeiro a

responsabilidade única no processo de marginalização social parece abusivo" (KOWARICK, 1985, p.75). Seria mais pertinente afirmar, segundo o autor, que a configuração histórica dos países latino-americanos instiga as desigualdades e as contradições oriundas do próprio sistema econômico.

A marginalidade traçada por esse autor condiz ao processo de inserção no sistema produtivo, porém tal escolha exclui outros critérios possíveis de serem analisados, como a baixa remuneração e as precárias condições de consumo sejam elas materiais ou culturais. Em síntese, pode-se inferir que o sistema produtivo define as classes sociais na medida em que para acumular capital, explora-se a força de trabalho por meio da mais valia[6] viável para tal feito, de modo que e o excedente disponível é incorporado. Assim os sujeitos podem ser classificados como trabalhadores não marginais (assalariados) e marginais (não assalariados) por suas relações não serem categorizadas como plenamente capitalistas.

Compartilhando essas convicções, Maricato (1996, p.15) explicita que o crescimento econômico nacional mostra-se profundamente concentrador de poder, riqueza e terra. Diferentemente da exclusão que ocorre nos países centrais, no Brasil o "fordismo periférico" desenvolveu-se com a exclusão social, em suma "Trata-se da modernização com exclusão". Importante ressaltar que a concepção dos termos marginalidade e exclusão nas argumentações de Kowarick (1985) e Maricato (1996) ganham a mesma conotação.

Maricato (1996, p.39) nesse prisma de análise acrescenta: "a industrialização com baixos salários é predatória com a força de trabalho, incidindo em altas rotatividades, ausência de treinamento e más condições de trabalho". De um lado o trabalhador não marginal era superexplorado, e de outro lado os cidadãos marginalizados vinculados à tecnologia rudimentar ou unidades produtivas autônomas, mesmo não sendo assalariados, possuem renda que não poderia ser considerada inferior ao salário.

Observa-se, portanto, que no cerne do capitalismo dependente está à criação de uma parcela excedente de força de trabalho disponível, e esta, por não ser necessária ao sistema produtivo, torna-se dispensável à expansão industrial. Por ser abundante, não se trata de um excedente de "reserva", o que culmina na marginalidade social. Enquanto o processo explora de forma excessiva a força de trabalho proletária e repassa diminutos aumentos salariais, ele revigora-se e é incrementado pela mais valia concentradora que não é vinculada à quantidade de mão de obra e sim a qualidade da evolução tecnológica.

---

[6] O termo *mais valia* é entendido na pesquisa como expropriação do trabalho, obtenção de lucro por meio da mão de obra. Para mais aprofundamentos: MARX, Karl. O capital. Coleção Os economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

2.3 O homem marginal em meio à urbanização segregadora

Mais que uma implantação de um sistema produtivo amplamente estimulado por capital estrangeiro e público, a reconfiguração econômica dos países da América Latina suscitou distintas reações e transformações sociais, ora atraindo o homem do campo para o consumo diversificado ora repulsando o contingente de mão de obra supérflua para expansão industrial. No Brasil o cenário não se diferenciou, o desenvolvimento econômico e capitalista vigorou ás custas da super exploração do trabalhador e da marginalização do contingente desnecessário para o crescimento da produtividade industrial, afinal o que estava em voga era a vantagem tecnológica em detrimento da quantidade de mão de obra a ser utilizada, por isso, quanto mais enxuta maior a acumulação de capital.

Adaptando-se ao novo cenário econômico, o contingente supérfluo para o desenvolvimento industrial reinventou sua existência e transfigurou as formas de trabalho para o próprio sustento. Consequentemente, o cidadão pertencente ao grupo "marginal" foi excluído dos benefícios inerentes à sociedade urbana. Diante desse embate, Kowarick (1985, p.26), referenciado por Park (1948 p.13-26), busca compreender a personalidade e os conflitos vivenciados pelo "homem marginal". Ele é conceituado como o sujeito que coexiste em dois "mundos", duas culturas e também em grupos, classes sociais, seitas religiosas e comunidades e, por isso, está sob pressão por um reajuste constante e deslocação social. Caso não esteja reajustado ao novo grupo, esse homem, já em conflito com o grupo ao qual pertencia, encontra-se à margem de ambos e não pode ser considerado integrado a nenhum deles. Tal fato ocorre também com a modernização capitalista, pois o intenso ritmo de transformação social acirra a competição econômica e a pluralidade de valores e códigos. Por possuir cunho psicológico, a teoria do "homem marginal" pouco contribui para resultados mais concretos, mas permite inferir que "trata-se da integração de 'minorias' ou de 'subordinados' que têm como ponto de referência os grupos de maior prestígio e poder" (KOWARICK, 1985, p.28-29).

A marginalização afeta a consciência dos sujeitos, incentivando o inconformismo de determinados integrantes de certos grupos: "em ultima análise, marginais seriam aqueles que se sentem excluídos, independentemente de sua posição social e da dimensão dos entraves que estão sujeitos" (KOWARICK, 1985, p.30).

Nesse sentido, infere-se que, paralelamente ao processo de desenvolvimento industrial transcorreu na mesma medida a urbanização brasileira, ambos com a pesada carga da marginalidade e exclusão social. Desse modo, o indivíduo atraído para as cidades por

melhores condições de vida era rechaçado dos segmentos industriais e dos centros urbanos. Dessa mesma perspectiva analítica, “a evolução dos acontecimentos mostrou que, ao lado de intenso crescimento econômico, o processo de urbanização com crescimento da desigualdade resultou numa inédita e gigantesca concentração espacial da pobreza” (MARICATO, 1996, p.55).

O acúmulo de capital não fica imune nessa reflexão, pois a condição de vida do individuo está diretamente relacionada à dinâmica das relações de trabalho e ao acesso aos benefícios referentes à expansão urbana, quando desordenada pode ser considerada, portanto, o reflexo de um desenvolvimento caótico. A cerca desta problemática Kowarick (1993, p. 34) esclarece que: “a distribuição espacial da população no quadro desse crescimento caótico reflete a condição social dos habitantes da cidade, espelhando no nível do espaço a segregação imperante no âmbito das relações econômicas”. Alijadas dos centros urbanos, seja pelos baixos salários ou pela ocupação não completamente capitalista, a parcela da população à margem da marcha desenvolvimentista passa a ocupar zonas periféricas, e o pobre, em meio às intensas transfigurações sociais e econômicas, forja um espaço para reproduzir sua força de trabalho. A respeito dos inúmeros entraves nos ambientes periféricos:

> Morar na periferia é se condenar duas vezes à pobreza. À pobreza gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se a pobreza gerada pelo modelo territorial. Este, afinal, determina quem deve ser mais ou menos pobre somente por morar neste ou naquele lugar. Onde os bens sociais existem apenas na forma mercantil, reduz-se o número dos que potencialmente lhes têm acesso, os quais se tornam ainda mais pobres por terem de pagar o que, em condições democráticas normais, teria de lhe ser entregue gratuitamente pelo poder público (SANTOS, 2002, p.115).

Nesse sentido, ao habitar zonas periféricas, a população excedente dos sistemas produtivos industriais também proporciona infraestrutura de custos compensadora para o capital. Isso acarreta a redução de gastos com a reprodução da força de trabalho, considerando que o morador da zona urbana possui um custo urbano referente à utilização de serviços púbicos, moradia, transporte, entre outros... De outro lado, ao exercer uma atividade autônoma como confecção de roupas, reparos domésticos, comercialização de alimentos, a classe marginalizada passa a se reproduzir com níveis mínimos de subsistência, fazendo com que o capital remunere-os a preços ínfimos, exacerbando assim os níveis de acumulação. (KOWARICK, 1985).

Concomitante à pauperização absoluta ou relativa da classe trabalhadora, seja ela marginal ou não marginal, encontra-se o problema habitacional. A "desordem" urbana desenfreada avança nas cidades de modo segregador, assim como a industrialização. Tanto o trabalhador terciário informal quanto o assalariado são remetidos à busca de uma moradia com custo viável às suas respectivas rendas, porém, como o mercado imobiliário especulativo não permite o acesso às áreas legalizadas em razão da baixa remuneração de ambos, a produção ilegal torna-se a única alternativa: "a desordem dos assentamentos populares urbanos tem uma ordem necessária, justificada pela própria razão de ser do modo de acumulação e sua reprodução ampliada do capital" (GOHN, 1985, p.69).

Desse modo, pode-se empreender certa casualidade e mutualismo entre segregação espacial e exclusão social, considerando como ponto centralizador a *ilegalidade generalizada* e seus desdobramentos na moradia irregular, na relação de trabalho, na ação política e policial:

> A segregação ambiental não é somente uma das faces mais importantes da exclusão social, mas parte ativa e importante dela. À dificuldade de acesso aos serviços e infra-estrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somando-se menores oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menores oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável (MARICATO, 1996, p.56).

Torna-se claro que a periferia é o destino dos pobres, da parcela da população à margem da sociedade desintegrada dos avanços econômicos, sendo que, mediante ao sistema de incongruências, eles encontram na ilegalidade a alternativa para sobreviver. E a ilegalidade é o eixo que complementa a reflexão sobre marginalização, exclusão e segregação. Nessa seara de compreensão é pertinente refletir a respeito do papel do Estado, que diante da ocupação ilegal, mostra-se como tolerante, no entanto, segundo Maricato (1996), está longe de ser um aparato respeitador das carências habitacionais e dos direitos humanos.

Para comprovar tal postura basta observar a escassez de serviços públicos e obras de infraestruturas urbanas nas zonas periféricas. Infere-se, portanto, que a tolerância estatal é determinada pela especulação imobiliária, e, a partir do momento que a área ocupada ilegalmente passa a interessar ao mercado, o Estado não mais ignora e tolera as ocupações. Um caso interessante ocorrido recentemente é a desocupação e a reintegração de posse do

"bairro periférico" Pinheirinho em São José dos Campos[7]. Onde o governo do Estado de São Paulo agiu conforme tais apontamentos. Portanto, cabe nesse momento o questionamento sobre a atuação estatal a respeito do desordenamento urbano: qual papel estratégico o poder público deve desempenhar? Como podem ser amenizadas as carências de infraestrutura urbana nas zonas periféricas?

A partir do recorte histórico apresentado, percebe-se que o Estado alterou seu modo de agir, pois, no início da industrialização ele regulamentava as relações entre o capital e o trabalho, proporcionando aos trabalhadores a legislação trabalhista, a implantação do salário mínimo, a regulação do custo da força de trabalho e etc. Já no segundo momento o Estado criou condições gerais para acumulação de capital, na medida em que forneceu transporte público, energia e indústria de insumos. No terceiro momento a atuação estatal mostrou-se mais conflituosa por causa da inserção do capital estrangeiro, a qual exigia do Estado um desempenho preponderante a respeito da promoção de condições para acumulo de capital e atendimento das condições urbanas para reprodução da classe média. Por conta disso, a classe trabalhadora continua a sobreviver de maneira cada vez mais espoliada, o que causa instabilidade na dinâmica social. Importante frisar que o Estado manifesta-se e age em relação aos problemas das periferias, porém ainda de maneira incipiente (GONHN, 1985).

Portanto, as necessidades relacionadas aos equipamentos urbanos de reprodução da força de trabalho colocam o Estado num ambiente estratégico, tornando emergente sua atuação voltada para a resolução dos problemas urbanos nas zonas periféricas.

O direito à cidade para todos passa pela problemática da urbanização desordenada e condição à moradia legal. Mesmo que a ilegalidade em muitos casos seja tolerada, seu reconhecimento é raro, pois "é evidente que estamos diante de um conflito generalizado que exigirá alguma resolução institucional à proporção das relações democráticas se ampliem e com elas a universalização dos direitos como reza a Constituição" (MARICATO, 1996, p.70).

Direito à moradia, portanto, é indispensável no modo de vida do cidadão, no entanto, equivocadamente tornou-se um recurso para barateamento do custo de reprodução de força de trabalho. Sobre esta problemática Kowarick (1993, p. 61) acrescenta:

> Ademais, principalmente nas cidades, o problema habitacional está diretamente atrelado ao fornecimento de bens de consumo coletivo, no qual

[7] A reintegração de posso do bairro Pinheirinho em São José dos Campos SP foi realizada em janeiro de 2012, a retirada das famílias foi intensamente divulgada na mídia devido às violações dos direitos humanos dos moradores. Mais informações podem ser consultadas em < http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,pinheirinho-opoe-sao-paulo-a-dilma-e-ao-planalto,828173,0.htm >Acesso em 24 fev. 2012.

> a ação do Estado tem ganho crescente importância, pois os investimentos públicos são cada vez mais responsáveis por este componente também básico da reprodução da força de trabalho. Não sem menor importância no problema de habitação urbana está a questão da terra, cuja adequação atrela-se a existência de uma infra-estrutura de serviços.

Se em séculos passados o acesso à terra preteriu os escravos, na contemporaneidade a questão da terra continua a ser alimento de desigualdades entre classes sociais. Para Kowarick (1985, 1993), as ocorrências contraditórias realizadas pelos detentores dos modos de produção geram a espoliação urbana, que pode ser compreendida como a somatória das extorsões que se engendram por meio da deficiência ou precariedade de serviços de consumo coletivo socialmente necessários para vida urbana.

Nesse sentido, a autoconstrução em áreas regulares ou irregulares torna-se a única saída do cidadão marginalizado. Além de pagar altos preços pela carência de equipamentos urbanos, este precisa custear a construção da casa própria, o que muitas vezes acarreta endividamento por razão da deterioração de sua remuneração, restando apenas a alternativa do prolongamento da sua já extensa jornada de trabalho. Despender muitas horas para se locomover até o trabalho e confeccionar sua moradia tem como consequência o desgaste ao qual precisa submeter-se para que lhe seja garantido um direito essencial à sua existência (KOWARICK, 1993).

Nesse sentido, Gohn (1985, p. 68) alerta que o cotidiano das classes populares não é mero déficit de moradia e consumo de serviços urbanos individuais e coletivos. Trata-se de uma situação emergente de necessidades, principalmente quando é observado o desempenho dessa classe na acumulação e reprodução do capital. As classes populares referem-se aos segmentos sociais subordinados ao plano político, as quais se contrapõem ao Estado e ao grupo dominante, devido à destituição dos meios de produção e pela subordinação à dominação política e ideológica. Portanto, como são exploradas economicamente, as classes operária, popular e trabalhadora são formas de sua expressão (GOHN, 1985).

Em suma, a periferia é a fórmula encontrada pelas classes dominantes de reproduzir a força de trabalho com mínimos gastos possíveis e, por consequência, o resultando é uma urbanização desenfreada e desordenada. Para Santos (2002, p. 105-106) ao invés de ser instrumento de igualdade individual e de fortalecimento da cidadania, o território perpassa a história e se mantém em seu papel perverso alojando e criando desigualdades sociais.

Dessa forma, o problema habitacional assemelha-se à forma de acumulação primitiva, a qual possui suas origens nos primórdios da urbanização brasileira. Tanto no passado quanto no presente observa-se que a classe trabalhadora encontra-se desprovida dos benefícios do

desenvolvimento. Em vista disso, o Estado tenta solucionar a gestão urbana com programas focados na demanda de interesse social. Na atualidade observa-se a realização do programa do Governo Federal “Minha Casa, Minha Vida”, o qual se tornou quantitativamente expressivo no cenário brasileiro, pois inúmeras famílias foram subsidiadas na compra da casa própria. No entanto, ao refletirmos sobre a camada mais desfavorecida da população, verifica-se que tal programa não atende suas necessidades, já que esses cidadãos não possuem condições para quitar a imensidão de parcelas dos financiamentos.

Além de ser inerente ao cenário urbano a periferia é o lócus da classe trabalhadora à margem dos avanços econômicos, desse modo torna-se a alternativa para sobreviver na luta primitiva da terra urbana. E assim, ela é compreendida como, “aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infraestrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão-de-obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica” (KOWARICK, 1993, p.35).

Porém em meio ao mundo de antagonismos e cercas imaginárias, a periferia não é a única forma de produção e ocupação de território na teia urbana. Espaços longínquos podem ser trocados facilmente por encostas de morros próximos ao centro urbano, o que resulta em contrastes entre cenários opostos e, dessa forma, a pobreza escancara-se e passa a ser vizinha da concentração de riqueza.

2.4 As inoportunas vizinhas: favelização, exclusão e pobreza.

A favela é facilmente descrita e representada como lócus da marginalidade e carregada sob sua estrutura forte conotação negativa imposta pela sociedade, que a produziu em razão do processo de industrialização. A favela pode ser identificada como: “ocupação ilegal, situada nas encostas de um morro ou localizada em bairro relativamente central, com moradias precárias, sem infraestrutura e serviços urbanos” (VALLADARES E PRETECEILLE, 2000, p.461). Seu morador, o favelado, é simbolizado pelo migrante pobre e semianalfabeto incapaz de integrar-se ao mercado de trabalho formal. Sob essas concepções, ela passou a ser compreendida, tanto no meio acadêmico como na mídia, como equivalente à pobreza.

A ocupação por meio da autoconstrução é característica típica desses conglomerados, geralmente reconhecidos como casas construídas sem recuo em relação às ruas, uma colada na outra, estreitas e sempre dispostas a ganhar mais uma laje; intensa aglomeração face às vias centrais de circulação; quando construídas nas encostas dos morros apresentam escadas,

passagens apertadas e becos, além de inúmeras ligações elétricas no mesmo poste, muitos tubos de PVC nos cantos das passagens e fachadas inacabadas contrastando com os interiores acabados (GOMES, 2003). O ambiente descrito é o meio de sobrevivência desse estrato da população trabalhadora na cidade, de modo que a favela significa uma economia nos gastos com habitação, pois o custo para construir ou alugar um barraco é inferior à moradia na periferia. Outra vantagem da favelização é a economia com transporte, já que elas tendem a se localizar próximas aos centros de empregos.

Em síntese, a favela resulta na diminuição de despesas de moradia, do tempo e custo de locomoção. Tais vantagens podem ser consideradas ínfimas, quando se leva em conta a precariedade a qual está exposta essa parcela da população, e nesse sentido, para a sociedade em geral, torna-se temeroso considerar o morador da favela como cidadão urbano, e assim amplia-se a problematização:

> Pobre dentre os pobres, esse estrato da população trabalhadora só pode encontrar na favela a solução para subsistir na cidade. Fruto de uma engrenagem econômica e política que deprime os salários, diminuindo, por conseguinte, os níveis de consumo, dos quais a moradia é um componente essencial, torna-se favelado todo indivíduo ou família que não pode pagar o jogo especulativo do mercado imobiliário (KOWARICK, 1993, p.88).

Desse modo, retoma-se a primitiva questão da terra no cenário urbano, a qual a desenfreada especulação imobiliária continua a desapropriar o trabalhador à margem do mercado de trabalho formal, por receber diminutas remunerações insuficientes para adquirir uma moradia legal.

Kowarick (1993) quando relata que “pobre entre os pobres” os favelados, faz o direcionamento da problemática para o campo da pobreza e exclusão social. E sob mesmo prisma de análise Maricato (1996, p.104) elucida: “A pobreza não é um dado marginal, mas estrutural.” É entendida como estrutural pelo fato de ser inerente à modernização capitalista recorrente desde os primeiros ímpetos industriais no cenário brasileiro. Portanto, conceber os favelados como marginais é ignorar a lógica existente que não permite integrá-los, e repercutir o nível de discurso superficial e aparências da classe dominante: “(...) a desordem dos assentamentos populares urbanos tem um ordem necessária, justificada pela própria razão de ser do modo de acumulação e sua reprodução ampliada do capital” (GOHN, 1985, p.69).

Sendo assim, os sujeitos empobrecidos identificados como marginais deveriam ser compreendidos como cidadãos “trabalhadores expropriados dos frutos do desenvolvimento econômico e do bem-estar social” (LEVINAS, 2002, p.44). E consequentemente a pobreza

deveria ser entendida como retrato implícito da desigualdade, o qual ocupa as paisagens mais próximas urbanas, desenhando-se nas formações das favelas. O que expressa uma contínua segregação territorial em contraste com os benefícios coletivos da concentração de riqueza. Portanto, ser pobre pode significar ter sua humanidade ameaçada, seja pelas carências básicas como fisiológicas seja pela latente necessidade de mobilização para promoção de melhorias de condição de vida.

Nessa mesma ótica, a autora vai além da sua afirmação de que a pobreza é retrato da desigualdade e acredita que "exclusão e pobreza são fenômenos quase indissociáveis ou que, pelo menos, tendem a se reforçar mutuamente" (LEVINAS, 2002, p.47). Assim, a pobreza é caracterizada como fato eminentemente urbano, pois a sua perpetuação é mediada pela reprodução do modo de vida urbano por meio do dinamismo do mercado de trabalho, pelos mecanismos de proteção social e do pacto de coesão social, os quais estruturam o conjunto de relações entre Estado, mercado e sociedade.

A pobreza pode ser avaliada por critérios objetivos como falta de renda, de moradia e de capital humano. Já a exclusão é avaliada por aspectos subjetivos promotores de sentimentos de rejeição, perda de identidade, desvinculação de laços comunitários e sociais, tendo como consequência uma rede de sociabilidade com quebras de reciprocidade e solidariedade. Nesse contexto, "a exclusão social não é passível de mensuração, mas pode ser caracterizada por indicadores como a informalidade, a irregularidade, a ilegalidade, a pobreza, a baixa escolaridade, o oficioso, a raça, o sexo, a origem e, sobretudo, a ausência da cidadania" (MARICATO, 1996, p.57). E desse modo:

> A exclusão, tal como a pobreza, nasce como uma categoria do campo de ação, da intervenção, pois, sendo uma categoria identitária, visa designar e caracterizar o *status* social dos indivíduos que se situam na parte inferior da hierarquia social. Ela tem conotação negativa, pois significa má integração, integração deficiente, seja pelo lado do sistema produtivo, seja pelo lado do padrão de consumo. A tônica da exclusão é dada pelo empobrecimento das relações sociais e redes de solidariedade. Por essa razão, a noção de exclusão também remete ao fracasso (LEVINAS, 2002, p.38).

Em suma percebe-se a distinção na concepção de pobreza e exclusão, e mesmo que se crie um paralelo conceitual entre ambas, a exclusão trata de uma questão mais abrangente por se referir ao empobrecimento não de bens de consumo, mas de relações sociais, falta e ruptura de vínculos que definem o lugar e a identidade do individuo. Diferentemente, a pobreza é estimada por um quadro de carências que cresce conforme os níveis de desenvolvimento

econômico, ao passo que a exclusão torna-se mais grave porque está relacionada à perda de identidade, ao não pertencimento e à perda de valor intrínseco.

Desse ponto de vista, Sposati (1998), além de compreender a exclusão como negação da cidadania, acredita que o conceito de exclusão atualmente confronta-se diretamente com a concepção de universalidade juntamente com os direitos sociais e de cidadania. Para a autora, pobreza e exclusão possuem uma distinção, a primeira, por conter elementos culturais e éticos, refere-se à estigmatização e discriminação, já a segunda é definida por uma situação absoluta ou relativa. Portanto, não são concepções sinônimas, pois a noção de exclusão vai além da capacidade de aquisição relacionada à pobreza, remete-se às condições comportamentais e atitudinais que não estão relacionadas somente a não retenção de bens.

É inegável que o padrão de moradia reflete todo o processo de exclusão social e discriminação presente na sociedade brasileira. E o fato de o indivíduo ser identificado como favelado diante da sociedade desqualifica-o e representa certa vulnerabilidade, que o atinge não somente enquanto morador, mas como cidadão em suas mais distintas facetas. Nesse sentido, o favelado é facilmente confundido com o malandro, maloqueiro, delinquente e bandido. Tais identificações revelam um padrão representativo carregado de exclusão e ilegalidade.

Além disso, o favelado também é identificado como invasor de terra alheia e usurpador. Enfim, a ilegalidade é desdobrada em varias acepções; favelados são considerados não apenas moradores ilegais, mas sujeitos ilegais, sem possibilidade de defesa dos seus direitos, principalmente em relação à moradia, já que os direitos fundamentais da sociedade encontram-se centrados na propriedade privada. E assim, residir em território de forma ilegal significa conviver com a sombra da expulsão da favela, fato que pode ocorrer a qualquer momento. Nesse sentido, estudos nas periferias e favelas da metrópole São Paulo, incidam que “face a essa contingência, o favelado tende a perceber-se no cenário urbano de São Paulo como uma pessoa sem direitos e sem formas de organização para obtê-los” (KOWARICK,1993, p.92).

Esse autor aponta também que a favela recebe de todos os outros moradores da cidade um estigma extremamente forte, formador de uma representação que condensa os males de uma pobreza excessiva. Ela é observada pela cidade como uma realidade doentia, uma praga, uma calamidade pública que destoa dos outros ambientes urbanos. Mas será que esta visão formada da favela condiz com a realidade dos favelados?

Por ser fortemente representada por aspectos negativos a favela estigmatizada parece um todo homogêneo de pobreza. Contudo, para o sociólogo Ricardo Linhares (2003) esse

olhar “homogeneizado” sobre a favela advém de uma comparação ao modelo ideal de cidade, assim a favela passa a ser uma negação da cidade idealizada[8]. Já no plano das políticas públicas, tal concepção inviabiliza melhorias estruturais mais adequadas com a realidade da favela, visto que os gestores são incapazes de perceber as diferenças e diversidades dentro de cada favela. O que comprova a existência desse olhar homogeneizado sobre a favela no cenário brasileiro é a denominação de favela dada pelo IBGE - aglomerados subnormais -, em voga desde 1950, quando as favelas foram incluídas na contagem da população nacional.

Sob a mesma consideração, estudos a respeito das favelas cariocas constataram que não foi encontrado um tipo ideal de favela, pelo contrário na análise da estrutura social dos objetos de pesquisa foram encontrados diversos estratos sociais presentes nas favelas. (VALLADARES; PRETECEILLE, 2000, p.481).

Para os pesquisadores as características de renda e de educação não distinguem as favelas cariocas dos demais bairros populares. Portanto, é preciso associar mais cautelosamente a exclusão social e as favelas, justamente por não serem detectadas nelas distinções fortemente específicas em relação à pobreza. Desse modo, constatou-se que as situações de extrema pobreza urbana são mais frequentes fora das favelas. Segundo o mesmo estudo os pobres residentes das favelas não são todos iguais, portanto, existe desigualdade e nuances dentro da pobreza.

Apesar da observação dessas nuances nas favelas, as precariedades são persistentes nesses conglomerados, seja nas favelas ou em periferias, pois não se desloca o estigma e a discriminação do favelado, assim como não muda a convivência com uma cidadania restrita.

Ao ser reconhecido como morador urbano é possível reivindicar e organizar-se a fim de pressionar os representantes políticos nas tomada de decisão, e com isso, conquistar as melhorias referentes aos serviços públicos nos bairros. Essas reivindicações “(...) desempenham papel não só de denuncia de más condições de vida de classes subordinadas, mas elas explicitam contradições fundamentais do sistema capitalista” (GOHN, 1985, p.63).

No entanto, quando se trata do morador de favela o cenário modifica-se, “para o favelado até o exercício desse aspecto mínimo de cidadania está comprometido” (KOWARICK, 1993, p.91). A cidadania, portanto é restrita por razão do estigma que a sociedade em geral atribuiu aos favelados e esbarra na discriminação em relação à promiscuidade, criminalização e violência, aspectos que inusitadamente também se encontram

[8] Reflexões realizadas em palestra realizada no Seminário “Os Futuros Possíveis das Favelas e das Cidades do Rio de Janeiro”, promovido pelo Observatório de Favelas, na Universidade Cândido Mendes, em 9 de novembro de 2003. Mencionado no artigo: Quem conhece uma favela, conhece todas? Gerônimo Leitão. Caderno de Textos – Seminário O que é a favela, afinal? Realização: Observatório de Favelas, 2009.

presentes nos bairros empobrecidos da cidade. Por que assim como em qualquer bairro a favela abriga trabalhadores, seja do mercado informal ou formal, os quais de certa forma alimentam o acúmulo de capital.

Revela-se então um cenário, no qual a cidadania não é exercida em sua plenitude, pelo contrário está truncada no dinamismo de acúmulo do sistema capitalista e na ação estatal baseada no olhar homogêneo sobre uma realidade além de antagônica, desigual externamente e internamente.

Desse modo, considera-se que, "a redemocratização não estará completa enquanto todos não sejam considerados igualmente cidadãos, seja qual for o lugar em que se encontrem" (SANTOS, 2002, p.121). Portanto, para que ocorra a ampliação da cidadania é preciso realizar profundas transformações no mercado, na questão da propriedade da terra, na produção do espaço e nas relações entre Estado e população.

Além de garantir os direitos, a prática dos direitos fundamentais precisa ser promovida por meio de mudanças estruturais e estratégicas, a começar pela participação e reconhecimento das classes marginalizadas no âmbito dos centros de decisões, a fim de que seus direitos fundamentais sejam exercidos. No entanto, para que tal inserção ocorra os sujeitos residentes de periferia ou favela precisam vencer uma luta diária contra o estigma e a perda de identidade.

Dessa forma, no próximo subitem serão problematizados os conflitos identitários dos moradores de zonas empobrecidas. Objetiva-se compreender as necessidades subjetivas, as alternativas de reforço de identidade, assim como mecanismos utilizados pelos homens à margem da sociedade para transcender o modo de vida precário ao qual são lançados.

2.5 A representação da favela e da periferia: comunidades imaginadas na formação da identidade cultural

As palavras favela e periferia, assim como favelado e periférico, carregam juízo de valor destinado à valoração negativa, desordenada, suja e não polida. Associa-se também ao favelado à má conduta, delinquência e pobreza. Portanto, a sociedade frequentemente atribui pré-julgamentos, que culminam na estigmatização, discriminação e exclusão social desses cidadãos. O olhar homogêneo é lançado não apenas para a generalização da pobreza, mas para o reconhecimento dos indivíduos pertencentes às áreas empobrecidas. Nesse sentido, atenta-se para construção do imaginário dos cidadãos mais privilegiados, através do qual a presença da favela ou da periferia choca e intimida: "alarma a consciência tranquila, que adivinha no

amontoado de barracos um foco de delinquência, promiscuidade e vadiagem" (KOWARICK, 1993, p.161).

A visão generalizada e a maneira em que os pobres são reconhecidos perante a sociedade assemelha-se a descrição elaborada pela teórica Maricato (1996, p. 82):

> Sem perspectiva de trabalho ou pelo menos da segurança de um trabalho regular; sem estimulo para estudar, discriminada pela cor e pela pobreza; envolvida por intensa publicidade que liga a felicidade ao padrão de consumo inatingível; partícipe de uma realidade social desigual e arbitraria além de fetichista, na qual convivem extremos de carências básicas e o consumo conspícuo; submetida a uma relação de favor com os políticos; crescendo em contato com a violência no cotidiano e tendo o crescente aumento das drogas com possibilidade de fuga e eventualmente de ganhos rápidos e fartos, essa é a realidade da imensa massa de jovens que habitam as periferias metropolitanas. Com a ausência de cidadania, o terreno é fértil para o desenvolvimento do crime organizado, especialmente por meio do trafico de drogas.

A problemática descrita remete-se ao poder paralelo subsidiado pelo tráfico de drogas estabelecido nos aglomerados empobrecidos. O que faz dos moradores de favelas e periferias reféns do medo e da violência. Fato que se desdobra em medo da expulsão da favela, medo das enchentes, dos desabamentos, das execuções sumárias de parentes, de vizinhos, amigos por motivos de brigas entre gangues, bandidos ou até mesmo pelos policiais. Além da ilegalidade, esses moradores também convivem lado a lado com a impunidade, já que o Estado atua de forma ambígua e arbitrária, ora paternalista e repressor, ora assistencialista e ausente. E assim, em meio à violência, ao tráfico de drogas, vadiagem, promiscuidade; aspectos presentes em qualquer bairro popular da teia urbana encontra-se de forma prioritária a classe trabalhadora, que mesmo reproduzindo a força de trabalho da maneira que lhe é possível sofre fortes discriminações e exclusões, o que compromete a formação de sua identidade.

Diante disso questiona-se como essas pessoas criam alternativas para reafirmar-se perante a forte estigmatização reforçada diariamente pelas relações interpessoais, pelas abordagens noticiosas dos meios de comunicação e pela dramaturgia televisiva?

Com intuito de amenizar o juiz de valor carregado nas palavras favela e periferia, o termo comunidade tem sido amplamente utilizado. A expressão, "comunidade" utilizada na substituição de favela ou periferia revela uma inclinação positiva do enunciatário para com a aglomeração de desfavorecidos. Para Bauman (2003, p.7) "as palavras têm significado: algumas delas, porém guardam sensações. A palavra 'comunidade' é uma dessas. Ela sugere

uma coisa boa: o que quer que 'comunidade' signifique, é bom, 'ter uma comunidade', 'estar numa comunidade". O autor acredita que a conotação do termo passa sentimento de segurança e confiança. "E ainda: numa comunidade podemos contar com a boa vontade dos outros. Se tropeçarmos e cairmos, os outros nos ajudarão a ficar de pé outra vez. Ninguém vai rir de nós, nem ridicularizar nossa falta de jeito (...)" (BAUMAN, 2003, p.8). Portanto, infere-se que diante da sociedade atomizada em que vivemos a comunidade é um mundo que não está ao nosso alcance, mas que gostaríamos de viver, pertencer e vir a possuir.

Nesse sentido na contemporaneidade percebe-se claramente a apropriação do termo comunidade para designar periferias e favelas, principalmente quando se quer noticiar ou levar para dramaturgia o modo de vida das camadas mais pobres da população, utiliza-se justamente para ressaltar seus aspectos positivos. Tal apropriação acontece com maestria no Programa Esquenta[9], exibido pela emissora Rede Globo, aos domingos. Nele a apresentadora Regina Casé demonstra aos telespectadores uma comunidade repleta de manifestações culturais, peculiaridades e bom humor. Toda semana novos convidados enchem a tela da TV, dentre eles líderes comunitários, *funkeiros*, sambistas, passistas de escolas de samba e *rappers*. Eles compartilham interessantes histórias e fazem a "festa" junto com as celebridades globais, o que reforça e alimenta a noção de "comunidade imaginada". Comunidade esta que provoca a sensação de aconchego e acolhimento, porém a que realmente existe e sobrevive à dura realidade de carências provoca os ímpetos solidários como na comunidade imaginada?

Referenciado por Young (1999), Bauman (2003) explicita que em meio à utilização do termo comunidade de modo vazio e indiscriminado, a sociedade contemporânea desloca-se, é ressignificada a todo o momento e substituiu facilmente o termo comunidade por identidade.

Stuart Hall (2006) acredita que o período especificamente após o final do século XX está propiciando o desenvolvimento de transformações estruturais, o que de certa forma fragmenta paisagens culturais de classes, gêneros, etnias e nacionalidades, sendo que na modernidade elas forneceram sólidos aspectos para localização enquanto indivíduos sociais.

No entanto, atualmente estas transformações estão afetando as identidades pessoais e a ideia que possuímos de nos mesmos. Deslocando-nos, descentrando-nos e promovendo uma perda de sentido de si, em suma produz um duplo deslocamento de pertencimento de um lugar no mundo social e de si mesmo.

---

[9] Mais informações disponíveis em:< http://esquenta.globo.com/platb/programa/category/programa/>. Acessado em 14 fev. 2012.

Anteriormente, o sujeito era interpretado pela visão sociológica interacionista, ou seja, ele possuía uma identidade entendida como preenchimento do espaço externo e interno, mundo íntimo e mundo público, no qual se projetava e internalizava valores e significados favorecendo assim o alinhamento entre sujeito, sentimento subjetivo e lugar onde vive.

Desse modo, a identidade unificava e estabilizava sujeitos e lugares. Porém, na sociedade atual, compreendida por Hall (2006) como pós-moderna, a identidade não é fixa, pelo contrário, ganhou mobilidade que assumimos em diferentes identidades e em determinados e distintos momentos, nesse sentido Stuart Hall (2006, p. 2) elucida:

> O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais "lá fora" e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as "necessidades" objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático.

Portanto, o entendimento sobre a formação da identidade passou de uma visão unificada e permanente para uma visão que busca compreender as fragmentações e deslocamentos. Bauman (2003, p.21) sob a mesma perspectiva esclarece que identidade significa aparecer, ser diferente, e por essa diferença a busca da identidade divide-se e separa-se.

Por estar constantemente em mobilidade e fragmentando-se a identidade individual possui também uma vulnerabilidade que faz com que os sujeitos procurem cabides para que possam em conjunto, “pendurar seus medos e ansiedades individualmente experimentados e, depois disso realizar os ritos de exorcismo em companhia de outros indivíduos também assustados e ansiosos” (BAUMAN, 2003, p.21). Esses cabides podem ser compreendidos como “comunidades cabides” e as comunidades, assim como as imaginadas, são atribuídas por carga de expectativas, podendo ser discutida a oferta de segurança contra incertezas individuais enfrentadas. No entanto, as “comunidades-cabides” tornam mais amenas as lutas diárias e aliviam a solidão.

Tanto para Hall (2006) quanto para Bauman (2003), a identidade está sempre em um processo sem fim, incompleto, sempre em construção e sendo formado. Ou seja, “a identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é "preenchida" a partir de nosso exterior, pelas formas através das

quais nós imaginamos ser vistos por outros" (HALL, 2006, p.10). Sendo assim, a identidade continua sendo buscada, a fim de ser encontrada como plenitude mesmo que os sujeitos estejam multifacetados e divididos, tenta-se construir uma biografia correspondendo a uma unidade e almejando-se o prazer fantasiado da identidade plena. O sujeito diante da sociedade atual (ou pós-moderna para Hall (2006)) pode estar em contínuo processo de formação de identidade, que é deslocada e fragmentada. Mas, para que ele consiga reconhecer-se como um ser autônomo, identifica-se com instâncias mais amplas como membro de uma sociedade, grupo, classe, nação ou algo que ele possa reconhecer como pertencente, ou seja, para que se sinta instintivamente acolhido. (SCRUTON, 1986, apud HALL, 2006, p.13).

Deste modo, surge a importância da identidade pessoal ser representada por uma identidade cultural nacional, portanto, o sujeito necessita de uma identidade nacional como algo inerente à sua natureza. Ele não nasce com uma identidade nacional, pelo contrário ela está em processo de formação e transformação por meio da representação. Ser brasileiro é ser representado com um conjunto de significados referentes ao sistema de representação cultural. Por exemplo: brasileiro gosta de samba, é um povo cordial, acolhedor, afetuoso e alegre.

Nesse sentido, uma nação é uma comunidade simbólica que gera sentido de pertencimento e lealdade. Pode-se dizer que uma nação ou uma cultura nacional é até mais que uma comunidade simbólica é uma comunidade também imaginada, seja pelo resgate das memórias do passado, seja pelo anseio de viverem em conjunto e perpetuar a herança. A identidade nacional, mesmo sob a ótica da comunidade imaginada também sofre as transformações e constantes mudanças da pós-modernidade, não podendo ser vista como uma unidade, mas pode ser avaliada como um dispositivo discursivo em constituição que representa a diferença como identidade (HALL, 2006).

Em síntese, infere-se que a pós-modernidade de Hall (2006) paralelamente com a desenfreada globalização afetou diretamente a formação sólida da identidade. Devido às representações sociais estáveis, a quebra de fronteiras territoriais, e contato frequente com outros modos de vida relativos às diversas regiões do globo. Desse modo, a formação da identidade individual é a todo o momento checada, descartada, comparada e ressignificada a fim de acompanhar o ritmo das constantes mudanças sociais.

Diante dessas circunstâncias fluidas, a identificação com uma "comunidade", ainda é necessária, pois o olhar do outro ainda interessa e preocupa. Para Bauman (2003, p.62) mais importante que a apropriação de uma identidade é a facilidade que temos de desfazer-se dela no momento em que não pareça mais satisfatória ou torna-se menos atraente em competição com outras identidades. Portanto, assim como a identidade o sentido de comunidade também

possui traços de flexibilidade tanto para se construir quanto para se decompor.

Nesse sentido, a identificação comunitária possui a função de confirmar a propriedade de escolha, emprestando parte de sua gravidade à identidade a que confere e, com isso, fornece a "aprovação social".

Mesmo com as complexidades da sociedade global, a identidade nacional permanece fortalecida principalmente quando se estão em jogo as reivindicações por cidadania. No entanto, as identidades regionais e comunitárias ganham a cada dia mais importância.

Ainda que os cidadãos tenham suas vidas mediadas pelo mercado global de estilos, lugares, imagens e viagens, a transmissão midiática torna-se globalmente interconectada e a identidade mais desvinculada, desalojada e mais livre. Desse modo, é improvável que tal fenômeno destrua as identidades tanto nacionais quanto comunitárias, pelo contrário, a sociedade pós-moderna e globalizada instiga novas identificações globais e locais (HALL, 2006, p. 21). Nesse sentido, a importância e fortalecimento das identidades locais podem ser considerados como reações de resistência, na medida em que os sujeitos sentem-se ameaçados pela invasão cultural global.

Cabe nesse momento ressaltar que os extremos entre ricos e pobres - seja na modernidade industrial ou na pós-modernidade global e fluida de Hall (2006) - continuam assolando a sociedade, "o abismo entre os ricos e os pobres, e entre os mais ricos e os mais pobres, se amplia ano a ano tanto entre as sociedades como dentro delas, em escala global e dentro de cada Estado" (BAUMAN, 2003, p.80). O abismo social continua perpetuando as desigualdades, agora em meio ao consumismo impiedoso que arremata o sujeito pobre a uma extrema carência de bens, sufocando-o de estigmatizações.

Diante desse panorama global e flexível, o qual tende promover mudanças imediatas nas representações e identificações, o cidadão torna-se cada vez mais autônomo, porém ansioso pela identificação de uma "comunidade imaginada", desalojado e desvinculado, mas receoso com a perda de heranças culturais, fazendo-o reafirmar-se por meio de fortalecimento dos traços culturais locais e regionais.

Nesse prisma de análise, a identidade do pobre brasileiro requer um olhar analítico e aprofundado, a fim de desvendar por entrelinhas o seu modo de vida, suas manifestações culturais, suas formas de resistências ao modelo cultural globalizado, suas possibilidades de lazer mesmo mediante a falta de recursos e suas infinitas possibilidades transmitidas pela mídia. De outro lado pode-se analisar também como o "ser pobre" é reapropriado na sociedade globalizada, seja na festa dominical do programa Esquenta ou na abordagem de inúmeras novelas e filmes.

Sob o olhar da classe dominante, a periferia e a favela são consideradas lócus de concentração da pobreza, exclusão, delinquência e outros aspectos negativos. No entanto, o que é a favela, o que é a periferia no olhar do seu morador? Compartilhando desse mesmo questionamento o pesquisador Burgos (2009) acredita que, na visão do favelado, as favelas assumem o lugar de acolhimento, solidariedade, resistência e preservação cultural. Se na sociedade em geral os favelados não se encontram acolhidos devido aos fortes estigmas, na favela seus habitantes sentem-se pertencentes ao lugar e se identificam com os outros moradores.

Desse modo, Hall (2006), alerta para a importância e fortalecimento da identidade comunitária. Pois, o favelado além de sofrer as constantes mudanças, deslocamentos e ressignificações identitárias em seu processo individual de formação de identidade. Ele ainda sofre com uma acirrada representação generalista e negativa da sociedade, a qual o puniu pelas suas carências e pela sua ocupação territorial ilegal. Visto que, o olhar do outro e a maneira como somos interpelados e interpretados são de extrema importância no processo de autorreconhecimento e percepção de si mesmo. Portanto, quando se trata do pobre favelado os sintomas do deslocamento e fragmentação na formação de identidade agravam-se, na medida em que o sujeito não recebe a "aprovação social" e é constantemente julgado por um estereótipo generalizador.

As raízes desse estereótipo e representação generalizadora em relação às favelas cariocas foram resgatadas por meio de estudos de Burgos (2009), no qual explicita que a representação social da favela, entendida como antítese da cidade ideal, foi construída por figuras autorizadas como cronistas, jornalistas, médicos, engenheiros. Tal construção representativa ocorreu quando os pobres operários foram expulsos dos centros urbanos, com intuito de o Rio de Janeiro configurar-se sob o ideal de civilização europeia. E assim, no inicio do século XX o termo favela, era designado para certo tipo de habitação popular que possuía uma relação de exclusão e segmentação com a cidade.

No entanto, a partir de 1960, a categoria favela é ressignificada pelos seus próprios moradores e passou a representar o lócus de luta e reafirmação identitária. Destacaram-se nesse momento, importantes expressões culturais, escolas de samba e associações de moradores. Os novos intelectuais da cidade produziram literatura, cinema, musica e artes plásticas, fazendo com que a favela passasse a representar por excelência a cultura popular, o que impulsionou a redefinição da favela. É nesse momento também que os cientistas sociais disputaram o direito de interpretar e analisar profundamente a favela, a fim de se alcançar um sentido legítimo ao *lócus*. No entanto, não conquistaram o monopólio interpretativo e assim,

demais atores sociais continuaram a construir diversas representações da favela. Para Burgos (2009, s/pg.) “agora, talvez com mais ênfase do que a três ou quatro décadas atrás, o estigma de morar na favela seja ainda mais marcante, com sua associação a chamada cultura da violência”.

Se a favela carioca e seus processos de representação social ao longo do tempo são objetos de estudo para Burgos (2009), a periferia paulistana sob o olhar distinto das supostas crescentes exclusão e marginalização é o objeto empírico pesquisado por Magnani (1998), que a entende como uma realidade construída por moradores de diversas origens (migrantes), resultado de adaptação e transformação de modos de vida com a rotina exigente do trabalho. Para esse autor, nos bairros periféricos é possível identificar nos cotidianos familiares, resquícios de cultura nordestina, mineira e de outras regiões que, ao se misturar aos equipamentos urbanos, constroem nova identidade, novos laços de parentesco e vizinhança.

Nesse constante processo fica claro o enfrentamento entre velho e o novo, cultura rural e sociedade urbana industrial. Em meio às diversas transformações e ressignificações, hábitos permanecem, alguns se modificam e outros se extinguem, implicando no reordenamento do estoque simbólico dos moradores de bairros periféricos. Diante dessa reordenação de modos de vida, é possível analisar o cotidiano desses moradores sob outro foco:

> Apesar do interesse despertado ultimamente pelas condições de vida das populações dos bairros periféricos, suas associações e movimentos reivindicativos, existe, entretanto, toda uma realidade que faz parte do cotidiano dessas populações, mas que normalmente escapa às atenções e foge do interesse político imediato: é o bar da esquina, são os clubes de futebol de várzea, as “casas do norte”, os bailes populares (forrós, rodas de samba, *funk, soul*), grupos de mutirão, danças de devoção ligadas ao catolicismo rural, rituais de umbanda e candomblé, curandeiros e benzedeiras, sistemas de excursões populares, duplas sertanejas, circos, etc. (MAGNANI, 1998, p.25).

Portanto, são inegáveis os resquícios da mediação entre os sistemas cultuarias de origem e a modernização urbana. Pois, os moradores da periferia reafirma sua origem, na medida em que mantêm em seu cotidiano hábitos de sua região e adapta-se às manifestações e expressões culturais do cotidiano urbano. E dessa forma, encontra-se à margem tanto da cultura de origem quanto da “nova” cultura, a qual precisa se integrar e adaptar-se. Por outro lado pode-se compreender tal processo de adaptação e identificação como uma busca de uma “comunidade-cabide” (HALL,2006). Pois a periferia e a favela acolhem e solidarizam-se com distintos modos de vida, e assim esses moradores conseguem sobreviver nos grandes centros urbanos, passando

por constante processo de identificação e reconhecimento do seu lugar em meio à modernização globalizante.

Já que o crescimento das cidades implicou no crescimento do processo migratório, através do qual os migrantes concentraram-se em zonas periféricas, compreender a periferia significa entender a latente necessidade de reordenamento simbólico sentida pelos migrantes em sua "nova" realidade. Mais que um deslocamento geográfico, econômico ou urbanístico, tal processo culminou em mudanças profundas em seu modo de vida, na forma que satisfaz suas necessidades e no surgimento de novas sociabilidades. Pode-se inferir a luz de Stuart Hall (2006), que se trata de um deslocamento do processo de identificação que faz com que o sujeito pobre e migrante reinvente-se, descarte e descubra novos "fragmentos identitários", e assim forme uma nova identidade. Nesse sentido:

> Urge na grande cidade, reconstruir uma nova identidade, reconstruir laços de parentesco e vizinhança, acostumar-se aos equipamentos urbanos. Nesse processo, junta-se o velho ao novo, tradições rurais com valores próprios da sociedade industrial; algumas coisas permanecem, muitas se transformam, outras ainda desaparecem.(...) Mais relevante que lamentar a perda de uma suposta autenticidade, no entanto, é tentar analisar as crenças, costumes, festas, valores e formas de entretenimento na forma em que se apresentam hoje, pois a cultura, mais que uma soma de produtos, é o processo de uma constante recriação, num espaço socialmente determinado. (MAGNANI, 1998, p.25-26).

A trama social desenvolvida pelos moradores da periferia constitui um universo simbólico longe de ser único e sólido, pelo contrário, encontra-se fragmentado seja de normas, regras e valores; da coexistência de tradições, crenças religiosas e valores oriundos da sociedade industrial. Diferentemente do que ocorre nos bairros urbanos de classe média, nos quais as relações sociais priorizam relações de trabalho e não de vizinhança, nos bairros periféricos a teia de relações combina laços de parentesco, vizinhança e procedência. Já que esses moradores estão sujeitos à alta rotatividade do mercado de trabalho e convivem num ambiente imerso de precariedades, eles tendem a construir vínculos e laços afetivos mais densos. Em vista disso, "é principalmente o lugar de moradia que concentra as pessoas, permitindo o estabelecimento de relações mais personalizadas e duradouras que constituem a base da particular identidade produzida no pedaço" (MAGNANI, 1998, p.116). O "pedaço" é explicitado como território intermediário entre o privado (a casa) e o púbico, ambiente que se desenvolve a sociabilidade básica.

No pedaço, a carteira de trabalho tornou-se importante instrumento de identificação e funciona como espécie de passaporte. Ela é solicitada por diversas instituições a fim de

identificar a procedência dos moradores e tornou-se também instrumento fundamental para atuação dos policiais e delegados. Importante apontar também que o fato de o morador estar desempregado não anula os vínculos já estabelecidos socialmente, pois ele não deixa de ser "o vizinho do fulano, filho de sicrano"; portanto segundo Magnani (1998) o desemprego na periferia não é fator discriminatório.

Assim como as favelas estudadas por Burgos (2009), Valladares e Preteceille (2000) e outros autores, as periferias pesquisadas por Magnani (1998) não são configuradas por uma realidade homogênea. Pelo contrário, encontram-se repartidas socialmente e territorialmente por meio de regras, acontecimentos, vínculos e eventos. Por conta desses aspectos, tornam-se lócus denso de significação levando-se em consideração que são construídos por relações.

Para a sociedade ampla, aquela além da soleira das casas, os favelados e os moradores das zonas periféricas são identificados com base em fortes estigmas e discriminações como a cultura da violência e a concentração de pobreza. Mas entre os próprios moradores, devido ao campo de mediações, constituído de regras, normas e valores condizentes a auto-organização, as pessoas são diferenciadas e identificadas de maneira peculiarmente diferente da identificação produzida pela interpelação da sociedade como um todo. Portanto, a favela e a periferia, além de serem o habitat da concentração da marginalidade e da exclusão, propiciam o surgimento de associações e movimentos sociais reivindicatórios.

Desconhecer ou ignorar essa significação e tal sociabilidade, ou interpretá-las como se não tivessem importância e fossem comprometedoras da eficiência da ação política é analisá-los por meio de uma lente superficial e distorcida. A compreensão de fatores culturais levaria a sociedade e os representantes políticos a avaliarem de forma mais aprofundada e coerente as reivindicações por melhores de condições de vida oriundas de diversos movimentos sociais. Pela análise dos fatores culturais torna-se possível compreender a densidade relacional, as fragmentações e deslocamentos no processo de identificação.

As novas formas de lazer como o bar, o baile funk, a dupla sertaneja, a sinuca, dentre outros revelam um cenário fértil de apropriações, de novas necessidades, confrontando o tradicional com o moderno, rural com o urbano. Se o capitalismo desenvolvido no país é considerado como periférico e dependente pelo fato de manter o antigo e a tradição em contraposição do novo e moderno, assim encontram-se equiparadas as identidades dessa parcela da população, atraída pelo atrativo mercado de trabalho industrial e pelas supostas melhorias de qualidade de vida.

Em constante adaptação e ressignificação de sua própria forma de vida, esses sujeitos descartaram e recriaram muitas partes de sua identidade, de acordo com o lugar onde

passaram a viver. É fato que o progresso industrial alimentou-se do acúmulo de capital de uma parcela da população excluída dos benefícios do desenvolvimento, mas nem por isso esses indivíduos sobreviveram de forma amorfa, alienada e sem interesse e capacidade de participação. Pelo olhar dos fatores culturais apresentados nos estudos dos teóricos referenciados, é possível vislumbrar que em meio à sociabilidade desses locais os indivíduos que não recebiam o reconhecimento merecido pela sociedade de forma ampla olhavam-se de modo distinto, longe da estigmatização generalista. E assim o sentimento de solidariedade e de pertencimento tornaram-se instrumentos na formação de suas identidades.

Diante do contexto pós-moderno defendido por Hall (2006), pode-se inferir que o morador da favela e o morador da periferia seguem suas vidas com identidades multifacetadas, ora interpelados como delinquente, marginal e pobre, ora representado como vizinho, tio, "chegado", "parceiro" devido à densa sociabilidade produzida nos lugares onde vivem. Retomar conceitos de "comunidades-cabides" e comunidades imaginadas faz refletir sobre a comunidade como universo simbólico compartilhado no imaginário de seus pertencentes, e instiga a ideia de contraste com a realidade repleta de carências e violência, porém, tais aspectos negativos não anulam o sentimento de reconhecimento e pertencimento vivenciados por seus moradores. Nesse sentido, Bauman (2003, p.102) aponta:

> A segurança como todos os outros aspectos da vida humana num mundo inexoravelmente individualizado e privatizado, é uma tarefa que toca a cada individuo. A "defesa do lugar" vista como condição necessária de toda segurança, deve ser uma questão do bairro, um "assunto comunitário". Onde o Estado fracassou, poderá a comunidade – a comunidade *local*, uma comunidade corporificada num *território* habitado por seus membros e ninguém mais (ninguém que "não faça parte") – fornecer aquele " estar seguro" que o mundo, mais extenso claramente conspira para destruir?

A comunidade reapropriada pelos meios de comunicação transmite esta segurança, na medida em que ignora a cultura da violência, as necessidades e destaca a expressão cultural compreendida como popular. Pela importância que a identidade comunitária tem ganhado no plano da identificação, é possível que a comunidade local possa passar esta sensação de segurança, porém o "estar seguro" está relacionado com um leque de serviços provenientes do modo de vida urbano, cuja favela e a periferia estão aquém de usufruir de forma integral. Desse modo, o papel da comunidade imaginada, cabide, ou local está na capacidade de transmitir o sentimento de pertencimento e reconhecimento, e assim propiciar organização e reivindicação, a fim de que as necessidades além de serem sanadas pelo poder público sejam compreendidas por meio do aparato cultural em sua plenitude.

Desse modo, ao compreender o cidadão como o homem num lugar é importante entender os processos socioeconômicos que acarretaram a distribuição e a produção do espaço urbano e que culminaram na configuração atual do território brasileiro. Por meio de um recorte histórico, e com objetivo de construir uma linha temporal de importantes acontecimentos que propiciaram transformações e instigaram o desordenamento espacial urbano, originando as periferias e favelas contidas de moradores pertencentes à classe trabalhadora, seja do mercado formal ou informal, destacou-se a colonização, a escravidão/abolição, a imigração europeia, a Lei de Terras, a expansão industrial pós-guerra, a ditadura nacional, os intensos processos de migração e êxodo rural, além de outros fenômenos.

Com a reflexão apresentada, constata-se um cenário no qual os moradores que contribuem diariamente para a engrenagem do sistema produtivo encontram-se contraditoriamente destituídos dos benefícios coletivos da vida urbana. Além de trabalhadores, a periferia e a favela também acolhem a violência, a delinquência, a promiscuidade e o tráfico de drogas, e tais aspectos são evidenciados e generalizados pela sociedade em seu sentido mais amplo. Porém, ao identificar esses lugares como lócus da concentração da pobreza e da cultura da violência, ignora-se o fato de que dentro desses ambientes existem nuances, diferenciações e desigualdades. Portanto, representar a periferia e a favela com o olhar homogêneo de forte estigmatização demonstra certo distanciamento da realidade vivida por esses moradores. Mais que a negação de uma cidade ideal, esses lugares são ambientes densos de significação e de reordenamento simbólico.

É inegável a associação do lugar onde se vive à identificação do indivíduo e, diante disso, o cidadão é representado não só por sua ocupação no mercado de trabalho, mas também por sua moradia, fato que reverbera a estigmatização e a discriminação baseadas no olhar generalizador. No entanto, sob um olhar mais aprofundado e destituído de estigmas compreende-se como um equívoco a fórmula representativa compartilhada na sociedade a respeito das favelas e periferias.

Mais intrigante do que problematizar as raízes da espoliação, segregação e exclusão social sofridas por esses moradores, é investigar o olhar deles para si mesmos e para seus vizinhos. Com esse ímpeto motivador e subsidiado pela interpretação dos fatores sociais, se buscou revelar um cenário de forte identificação e acolhimento nas periferias e favelas, mesmo em meio à desaprovação social. Este capítulo também defende que a densa sociabilidade desses lugares formula valores e regras de convivência e configura estruturalmente o espaço em que esses moradores vivem. Diante de tais reflexões

compreende-se, portanto, que em meio ao processo contemporâneo de formação de identidade fragmentada e deslocada, esses moradores encontram no “pedaço” o abrigo, a aprovação e as formas de lutar pela sua cidadania, fazendo com que a percepção de si mesmos não seja equiparada à representação que a sociedade atribui-lhe de maneira discriminatória e estigmatizada.

3– COMUNICAÇÃO E CIDADANIA: UMA REFLEXÃO SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS

No ambiente acadêmico discute-se frequentemente sobre a função da comunicação na contemporaneidade e pelo viés político e econômico destacam-se a problemática da conglomeração dos meios de comunicação, a detenção do poder da comunicação na mão de mínimas lideranças, a urgência pela democratização, os direitos de comunicação, a mediação e a articulação política. Sob a mesma recorrência encontra-se a discussão sobre os possíveis efeitos, impactos ou influências que os meios de comunicação provocam nos receptores. Ao reconhecer tais questões, busca-se neste capítulo da dissertação compreender a comunicação como agente articuladora na sociedade, e assim traçar e revelar seu surgimento e desenvolvimento paralelamente à modernização e globalização. Opta-se, portanto, pelo viés sociocultural a fim de esmiuçar a relação constituída entre mídia e a vida cotidiana da classe popular nas cidades.

3.1 A natureza da comunicação: difusão de formas simbólicas

Caracterizar a comunicação como atividade social simbólica não é tarefa simples, para tal empreendimento as argumentações de John B. Thompson (1995, 2009) podem ser consideradas fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Desse modo, para compreender a comunicação midiática em seu caráter articulador na estrutura social é imprescindível analisar a cultura enquanto produção e intercâmbio, tanto de informações quanto de conteúdos simbólicos: “pensar os processos comunicativos neste sentido, a partir da cultura, significa deixar de pensá-los a partir das disciplinas e dos meios. Significa romper com a segurança proporcionada pela redução da problemática da comunicação à das tecnologias” (BARBERO, 2001, p.297).

Sendo assim, posiciona-se o referencial teórico desenvolvido longe da concepção instrumental da comunicação, a qual entende as transformações sociais e culturais como meros impactos das implantações de inovações tecnológicas. Acredita-se que a problemática da comunicação, portanto, perpassa a redefinição da cultura sendo necessário compreende-la por meio de sua natureza comunicativa. Ou seja, a cultura enquanto processo que produz significações não apenas distribui informações, pois o receptor não é simples decodificador de conteúdos simbólicos, pelo contrário, em muitos casos ele é o próprio produtor.

Considera-se então, a produção de conteúdos simbólicos juntamente com a troca de informações, atividade inerente ao ser humano. E com isso, compartilhar, produzir e

armazenar são ações centrais da vida em sociedade, seja nas mais remotas formas de comunicação como a gestual e o uso da linguagem ou nas mais contemporâneas formas de circulação da informação advinda com o desenvolvimento tecnológico.

A fim de esboçar um breve recorte histórico, aponta-se que a partir do século XV, os processos de armazenamento, circulação e produção sofreram muitas transformações e passaram a ser reproduzidos em grandes escalas, devido ao desenvolvimento das instituições de comunicação. Ao retomar as reflexões de Barbero (2001) sobre essa perspectiva, a estudiosa Maria Immacolata Vassalo de Lopes (2005, p.221) explicita:

> A comunicação, com suas mediações e suas dinâmicas, é dimensão constitutiva das culturas, grandes ou pequenas, hegemônicas ou subalternas. Portanto, a compreensão das transformações culturais implica deixar de pensar a cultura como mero *conteúdo* dos meios e pensá-la como um processo de comunicação regulado simultaneamente por duas lógicas: a das *formas*, ou matrizes simbólicas, e a dos *formatos* industriais.

Com o anseio de expansão contínua da circulação e produção dos conteúdos simbólicos, as instituições de comunicação transformaram as formas simbólicas em mercadorias compradas e vendidas no mercado. Mas, para compreender tais transformações ocorridas faz-se necessário elucidar, primeiramente, a respeito da conceituação de forma simbólica.

Mesmo havendo pouco consenso, o conceito de formas simbólicas é elaborado por meio da compreensão de cultura e de fenômenos culturais (THOMPSOM, 1995). Para os estudiosos em ciências sociais, compreender tais fenômenos é de suma importância, pois a vida em sociedade não é apenas uma questão de objetos e fatos. Ela deve ser entendida como uma questão de ações, expressões significativas, símbolos, manifestações verbais, textos e artefatos. Com isso, na medida em que os sujeitos produzem e interpretam tais artefatos buscam também entender a si mesmos.

No entanto, a concepção simbólica de cultura defendida apresenta algumas lacunas, devido à conotação insuficiente dada às relações sociais estruturadas, nas quais os símbolos, ações simbólicas e artefatos encontram-se inseridos constantemente. Na tentativa de construir uma conceituação mais completa, o autor denomina seu pensamento como "concepção estrutural" da cultura e centra-se tanto no caráter simbólico como no contexto social, aos quais os fenômenos culturais estão inseridos.

> Os fenômenos culturais, deste ponto de vista, devem ser entendidos como formas simbólicas em contextos estruturados; e a análise cultural (...) deve

> ser vista como o estudo da constituição significativa e da contextualização social das fórmulas simbólicas (THOMPSON, 1995, p.181).

Portanto, infere-se que fenômenos culturais compreendidos como formas simbólicas são densos de significação, tanto para os atores quanto para os estudiosos, pois quando os pesquisadores almejam analisar a vida social precisam compreender os acontecimentos cotidianamente interpretados pelos atores no curso de suas vidas. E interpretar tais formas simbólicas requer uma análise de contextos e de processos sociais estruturados.

Nessa perspectiva, Thompson (1995, p.182), elaborou cinco características das formas simbólicas referentes aos seguintes aspectos: intencionais, convencionais, estruturais, referenciais e contextuais. Para o primeiro aspecto, "intencional", o teórico entende que "as formas simbólicas são expressões de um sujeito e para um sujeito (ou sujeitos)". Para o aspecto "convencional", o teórico explica que a interpretação e emprego das formas simbólicas condizem com o conjunto de regras, valores, códigos ou convenções de diversos tipos. Já o aspecto "estrutural", consiste em compreender as formas simbólicas como expressões que exibem uma estrutura articulada, ou seja, explicitam elementos que estão inseridos em determinadas relações. O aspecto "referencial" destaca a representatividade da formula simbólica, "referem-se a algo, dizem algo sobre alguma coisa" (THOMPSON, 1995, p.190). E a última característica das formas simbólicas esta relacionada ao aspecto "contextual", pelo fato de que estão inseridas em processos e contextos sócio históricos específicos.

De acordo com as especificidades apresentadas, denota-se a complexidade inerente à produção e recepção das formas simbólicas. E a título de exemplificação, pode-se resumir que o sujeito quando produz uma forma simbólica possui uma intenção enquadrada num determinado contexto, sob diferentes referências. No entanto, a recepção dessa forma simbólica está relacionada à maneira que o sujeito adere às regras e códigos e sob qual contexto sócio histórico ele encontra-se.

Ao direcionar a reflexão para a característica contextual da forma simbólica, pode-se observar que além de serem produzidas e inseridas num determinado contexto para um sujeito ou para vários sujeitos, elas são recebidas e interpretadas por sujeitos situados em contextos sócio históricos determinados e com recursos específicos. Desse modo, a compreensão da forma simbólica está diretamente relacionada com os recursos e capacidades disponíveis para o sujeito em seu processo de interpretação.

Outro desdobramento da característica contextual da forma simbólica é a possibilidade de valorização, isto é, processos que atribuem determinados "tipos" de valor, avaliação e

conflito à forma simbólica. Dentre os vários tipos, destaca-se a valorização econômica, na qual a forma simbólica recebe um valor monetário, e assim, pode ser trocada no mercado. Tal processo de valorização econômica mercantiliza a forma simbólica e transforma-a em mercadoria. Portanto, infere-se que as formas simbólicas mercantilizadas são bens simbólicos e parte constitutiva e propulsora do desenvolvimento das novas tecnologias da comunicação.

Entender as formas simbólicas como fenômenos sociais contribuiu para a compreensão a respeito da emergência e desenvolvimento da comunicação de massa. Desse modo, por meio da perspectiva estrutural, pode-se caracteriza-la como produção e transmissão de bens simbólicos em alta escala de expansão, proporcionada pelos avanços tecnológicos; ou uma questão de formas simbólicas e expressões densas de significação de diversos tipos, produzidas e transmitidas por meio de tecnologia desenvolvida pelas indústrias da mídia. Portanto, compreende-se a emergência e desenvolvimento da comunicação de massa como uma transformação contínua das maneiras que as formas simbólicas passaram a ser produzidas e transmitidas nas sociedades modernas (THOMPSON, 1995, p.167).

Nessa perspectiva, a troca de formas simbólicas entre produtores e receptores revela certas características, as quais são avaliadas sob a rubrica de transmissão cultural. Thompson (1995) aponta três aspectos: o meio técnico de transmissão, o aparato institucional de transmissão e o distanciamento espaço-temporal. Na troca de formas simbólicas tais características condensam-se e estão em graus diferentes. A fim de ampliar a circulação dessas formas simbólicas, ele destaca que esses aspectos assumiram novas formas e nova importância com o desenvolvimento tecnológico dos meios técnicos.

Visto que uma forma simbólica é transmitida e produzida por intermédio do meio técnico, ou seja, por meio de componentes materiais. Até mesmo na comunicação face a face podem ser observados os suportes como as cordas vocais, a laringe e a boca; já numa situação midiática constata-se a presença de sistemas eletrônicos, o papel a ser impresso o conteúdo simbólico dentre outros. Além disso, a transmissão das formas simbólicas, pelo meio técnico, possui certos atributos como a fixação, (preservação, estocagem para uso subsequente), a reprodução (comercialização em larga escala), e a participação (exigência de diferentes habilidades do sujeito) (THOMPSON, 1995).

Outro aspecto relevante da transmissão cultural pode ser denominado de aparato institucional, referente às articulações institucionais envolvidas na codificação e decodificação das formas simbólicas, as quais abarcam canais de difusão e agentes do estado que podem regular e controlar a difusão para a população. O último aspecto da transmissão cultural é o distanciamento espaço-temporal. Thompson (1995) considera que numa

conversação a transmissão cultural é de co-presença, ou seja, limitada aos participantes ou a sujeitos próximos da conversação. Já numa situação intermediada pelos meios técnicos como telefone, sistema de difusão e alto-falantes é constatado o distanciamento espacial com capacidade de alcance de vastas extensões.

A passagem por esses aspectos da transmissão cultural é relevante para compreensão tanto do surgimento dos meios técnicos, quanto para entender seu desenvolvimento a partir do século XV. Pois, quando se estuda os primórdios da história da transmissão cultural, observa-se anteriormente à escrita, um contexto repleto de interações face a face e espécies de artefatos técnicos rudimentares de fixação como a pictografia. Posteriormente, foram gravadas as placas de argilas com as primeiras formas de escrita e o papiro foi usado do século XII AC até a produção e invenção do papel na China. Após o surgimento do papel desenvolveram-se técnicas de impressão ao longo dos séculos, as quais propiciaram o desenvolvimento da imprensa, formato que conhecemos na atualidade.

Ao longo do século XIX, as indústrias jornalísticas, a fim de aumentar seus lucros, buscaram aumentar cada vez mais a circulação. E desse modo, tornaram a difusão de bens simbólicos cada vez mais massiva e pautada no interesse comercial. Proporcionado pela invenção de Marconi, o desenvolvimento da imprensa e do sistema de difusão no final deste século dispensou os fios de transmissão substituindo-os por ondas eletromagnéticas, o que reconfigurou o cenário da comunicação transmitida por meio da eletricidade.

A difusão em larga escala, por meio de ondas, foi iniciada nos Estados Unidos em 1920, onde também a primeira estação de rádio comercial foi licenciada. Nas décadas de 1940 e 1950 o sistema de difusão passou por uma importante transformação, e a partir da implantação da televisão os outros meios técnicos sofreram mudanças para subsistir a crescente inovação tecnológica.

Portanto, torna-se claro que, por meio da trajetória histórica referente ao desenvolvimento das indústrias da difusão de formas simbólicas, as inovações tecnológicas impulsionaram as transformações na transmissão cultural. Nesse sentido Thompson (1995, p.226) acredita que “na verdade, a mudança tecnológica foi sempre crucial na história da transmissão cultural: ela altera a base material, bem como os meios de produção e recepção, dos quais depende o processo de transmissão cultural”.

“Comunicação de massa”, portanto, corresponde ao processo de mudanças desencadeado a partir do século XV, impulsionado pelo desenvolvimento do capitalismo industrial e pela formação da sociedade moderna. Pode-se dizer que, a chegada da televisão

alterou e transformou o sistema de difusão tradicional, assim como na contemporaneidade novos meios técnicos promovem reestruturações e novas maneiras de transmissão cultural.

Desse modo, o desenvolvimento de novas tecnologias como sistemas por cabo, satélites e digital podem ser interpretados não como uma ruptura dos meios técnicos tradicionais, mas como uma extensão e parte integrante reveladora de um cenário que exige diferentes modalidades e implicações como, aumento de capacidade de transmissão de material audiovisual, promoção do caráter transnacional da difusão de audiovisual, possibilidade de serviço de comunicação e informação cada vez mais integrada e fornecimento ao receptor de maior escolha na seleção dos canais. Ao analisar esse contexto de transformações Thompson (1995, p. 278) esclarece:

> Com o surgimento da comunicação de massa, o processo de transmissão cultural torna-se cada vez mais mediado por um conjunto de instituições interessadas na mercantilização e circulação ampliada das formas simbólicas. Nas ultimas décadas essas instituições se tornaram cada vez mais integradas em conglomerados de comunicação de grande porte, e a circulação de formas simbólicas se tornou cada vez mais global. O desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação seguiu e facilitou essas tendências, enquanto que ao mesmo tempo marcava o começo de um novo ponto de partida importante na história das modalidades de transmissão cultural.

A partir desta concepção de comunicação de massa não se deve compreendê-la como simples implementação e suplemento nas relações sociais já existentes, pelo contrário, ao considerar que esses meios de comunicação não são neutros tais transformações ocasionam efeito relevante nas interações sociais.

Com isso, não se pretende discorrer que essas mudanças nos meios técnicos determinam unicamente a estruturação social, mas deve-se considerar que novos meios propiciam novas formas de interação, e de certa forma podem alterar as situações de interação e servir como instrumento de reestruturação das relações sociais. Em suma, constata-se que as mudanças dos meios técnicos impulsionam a reorganização e reconstituição da interação social (THOMPSON, 1995).

Nesse sentido, pode-se concluir que os meios de comunicação possuem um papel ativo na socialização das relações tornando-se um elemento fundamental para compreensão da sociedade. Tal prerrogativa justifica-se quando destacamos a valorização das formas simbólicas nas sociedades urbanas, nas quais a divulgação de informações passou a ter papel preponderante no cotidiano dos sujeitos. Diante disso, os meios de comunicação desenvolveram-se de tal forma que a produção e transmissão de formas simbólicas alteraram

o próprio intercâmbio simbólico na sociedade, o que culminou na aproximação das relações de poder. Tal fato explica a notoriedade que os acontecimentos transmitidos nos diversos meios de comunicação conquistaram na vida cotidiana dos sujeitos e o interesse de grupos detentores do poder em utilizar tais meios a fim de legitimar opiniões e interesses (VICENTE, 2009).

Até o momento buscou-se apresentar as implicações que as transformações do meio técnico podem ocasionar nas sociedades modernas. “Meio técnico de comunicação” refere-se aos complementos materiais utilizados para fixar, reproduzir e difundir a informação ou conteúdo simbólico. Já, ao mencionar os meios de comunicação os associamos com instituições midiáticas automaticamente, e assim, são lembrados os programas de rádio ou de televisão, livros, revistas e filmes. Conclui-se, portanto, que o termo “meios de comunicação” revela um conjunto de produtos e instituições que comumente agrupamos sob a chancela “comunicação de massa”. Nessa perspectiva Vicente (2009, p.49) aponta:

> Nesse processo de codificação e de decodificação dos conteúdos, ocorre a interação cultural na qual, nos tempos mais próximos, verifica-se não só uma padronização na operacionalização dos equipamentos, mas também uma inovação e incorporação de valores culturais. Assim, via meios materiais, chegaríamos a certa massificação dos conteúdos, o que remete ao conceito de sociedade de massas ou, especificamente, à comunicação de massas, termo infeliz, na opinião de Thompson, universalizado para designar todas essas mudanças envolvidas na aproximação das pessoas aos meios e seus conteúdos dentro da modernidade.

O termo “comunicação de massa” é enganoso, pois, a expressão “massa” refere-se ao alcance de audiência vasta e ampla, na qual milhões de sujeitos são atingidos pelas mensagens transmitidas. Portanto, tal concepção ignora a existência de produtos midiáticos para segmentos especializados e específicos. Para Thompson (1995, p.287), “o termo ‘massa’ não deve ser tomado em termos estritamente quantitativos”. A expressão “massa” não indica o número de pessoas atingidas, mas a disponibilidade desses produtos midiáticos para uma pluralidade de receptores. Mesmo assim, o termo evoca um sentido de amontoado de pessoas amorfas e indiferenciadas. Portanto, ignora-se o fato da especificidade e repertório de cada receptor, o qual despende níveis diferentes de atenção e ao receber a mensagem pode atribuir interpretação de acordo com suas vivências diárias.

Por outro lado, ao utilizar a expressão “comunicação de massa” será que estamos sendo coerentes? Atribuímos o sentido claro para designar a produção e difusão dos bens

simbólicos pelos meios de comunicação? A respeito desses questionamentos Thompson esclarece:

> Aqui, quero chamar a atenção para uma diferença importante: isto é, que a comunicação de massa implica, geralmente, uma transmissão de mensagens de mão única, do transmissor para o receptor. Ao contrário da situação dialógica de uma conversação, em que aquele que escuta é também um respondente em potencial, a comunicação de massa institui uma ruptura fundamental entre o produtor e o receptor, de tal modo que os receptores têm relativamente pouca possibilidade de contribuir no curso e no conteúdo do processo de comunicação. Por isso, seria mais apropriado falar em "transmissão" ou "difusão" de mensagens, em vez de comunicação como tal (THOMPSON, 1995, p.288).

Desse modo, para o teórico os questionamentos apresentados são esclarecidos na medida em que ele explicita a divergência entre difusão e comunicação. E assim, propõe uma nova concepção para comunicação de massa: "a produção institucionalizada e a difusão generalizada de bens simbólicos através da transmissão e do armazenamento da informação/comunicação" (THOMPSON, 1995, p.288).

A "comunicação de massa", apesar de aumentar a acessibilidade das formas simbólicas no tempo e no espaço, provoca a ruptura entre produtor e receptor, visto que os bens simbólicos são produzidos para um receptor que não está fisicamente no local da produção e transmissão. Nesse sentido, os bens simbólicos são mediados pelos meios técnicos de comunicação e é importante salientar que na difusão em massa a produção e transmissão destes bens simbólicos são institucionalizadas, ou seja, são valorizados de acordo com as regras do mercado.

Ao considerar que, a "comunicação de massa" apresenta um fluxo de mensagens de mão única, parece não ser correto afirmar que se trata de comunicação. Thompson (1995, p. 299), compreende-a como uma interação específica, particular e descreve-a como "quase-interação mediada". Considera-se interação pelo fato de envolver pessoas se comunicando com outras, o que possibilita formação de laços de afetividade, lealdade e amizade. Contudo, entende-a como "quase interação", pois, as mensagens transmitidas pelos meios técnicos são de fluxo único.

Após estas considerações, infere-se que a expressão "comunicação de massa" pode ser substituída por "comunicação mediada" ou simplesmente "mídia"; expressões menos perigosas.

Em vista disso, para refletir sobre a centralidade da mídia no mundo social é preciso avançar a respeito da ideia que a mídia apenas descreve acontecimentos de diferentes

contextos sociais. Uma vez que, a função mediadora na sociedade é realizada pelos meios de comunicação, os velhos redutos ideológicos como a escola e a família não podem ser considerados mais exclusivamente espaços-chaves de socialização. Segundo Thompson (1995, 2009) os propiciadores das novas socializações passaram a ser os filmes, a publicidade, os programas radiofônicos e televisivos, as mídias digitais e outros, os quais modificaram o vestuário dos sujeitos, e possuem poder de promover mudanças ainda mais profundas, sobretudo nos aspectos morais:

> A mídia se envolve ativamente na construção do mundo social. Ao levar as imagens e as informações para indivíduos situados nos mais distantes contextos, a mídia modela e influencia o curso dos acontecimentos, cria acontecimentos que poderiam não ter existido em sua ausência. Além do mais, os indivíduos envolvidos nestes acontecimentos podem estar bem conscientes do papel construtivo (ou destrutivo) da mídia. Eles sabem que o que eles dizem no rádio ou na televisão poderá ser ouvido por milhares ou milhões de outros que podem responder de formas concertadas ao que é dito. Eles sabem que, ao assistir à televisão ou escutar o rádio, eles podem descobrir algo – ainda que parcialmente – do que está acontecendo além de seus contextos sociais imediatos, e eles podem usar esta informação para orientar suas próprias ações. Eles sabem que, controlando o fluxo de imagens e de informações, a mídia desempenha um importantíssimo papel no controle do fluxo de acontecimentos (THOMPSON, 2009, p.106).

Ao se considerar a existência de um crescimento contínuo dos canais de comunicação, os quais favorecem a complexidade no mundo social, podemos avaliar que na instância particular da quase interação mediada esbarra-se em um sentido via de mão única de comunicação, porém na realidade da vida social os fluxos de comunicação se encontram de maneira mais complexas. Pois, os indivíduos, por razão da pluralidade de canais de comunicação podem se encontrar na posição tanto de produtores quanto receptores simultaneamente.

A fim de exemplificar, imagine um líder comunitário que participa de um programa de rádio, ele também pode ouvir outros programas de rádio, assistir em seu cotidiano telejornais e acompanhar conteúdos publicados em blogs e portais de notícias. Nesse sentido, os receptores de certa forma podem atrair o foco dos produtores e serem convidados a participar como fonte de outros conteúdos divulgados em diferentes canais de comunicação, e assim pode-se provocar a resposta de outros receptores e com isso, tal fato torna-se acontecimento pautado nas mais diversas mídias. Portanto, cria-se um campo de interação diferente das interações dialógicas, face a face, mas que agrupa de forma complexa a interação mediada com a quase interação mediada (THOMPSON, 2009). Diante desse ponto de vista acredita-se

que “a comunicação social representa um vetor decisivo na construção da sociabilidade contemporânea” (VICENTE, 2009, p.39).

Sob essa perspectiva, Barbero (2001, p.203) retoma a problemática das inovações tecnológicas no campo da comunicação e compreende-as como “uma mutação da materialidade técnica em potencialidade socialmente comunicativa”. Desse modo, direciona-se a concepção dos meios técnicos para o sentido de mediação, no qual se infere que tais transformações tecnológicas propiciaram novas formas de relações e novos usos a partir da vida social e com isso, a transformação cultural não foi promovida pelo desenvolvimento dos meios, mas por intermédio deles. Por mediação os meios de comunicação passaram a desempenhar papel decisivo nas transformações ocorridas na sociedade.

A fim de explorar com mais detalhes as mudanças tecnológicas impulsionadas pelo capitalismo industrial, no próximo subitem discutiremos a modernização em paralelo com o desenvolvimento dos meios de comunicação.

3.2 Mídia e modernização: a hibridação cultural na América Latina

Se no segundo capítulo o desenvolvimento do capitalismo foi problematizado sob a égide da perspectiva socioeconômica destacando-se o deslocamento das classes populares para zonas periféricas e a crescente espoliação da classe operária. Neste momento explora-se a formação das sociedades modernas e as implicações que a expansão industrial causou não apenas no ambiente econômico, mas no desenvolvimento dos meios técnicos de difusão de bens simbólicos, juntamente com os impactos culturais que tais transformações desencadearam nas sociedades.

Considera-se, portanto, que o desenvolvimento dos meios técnicos desde suas formas mais rudimentares de impressão até a difusão eletrônica, por satélite e digital, desempenhou importante papel para o surgimento das sociedades modernas:

> O desenvolvimento dos meios de comunicação se entrelaçou de maneira complexa com um número de outros processos de desenvolvimento que, considerados em sua totalidade, se constituíram naquilo que hoje chamamos de ‘modernidade’. Por isso, se quisermos entender a natureza da modernidade – isto é, as características institucionais das sociedades modernas e as condições de vida criadas por elas – deveremos dar um lugar central ao desenvolvimento dos meios de comunicação e seu impacto (THOMPSON, 2009, p.12).

Portanto, o uso dos meios de comunicação implica no desenvolvimento de novas formas de ação e de interação no mundo social, o que significa que os indivíduos mediados pela mídia passam a se relacionar com os outros indivíduos e consigo mesmo mediante novas formas e novas maneiras.

Referenciado por Marx e Weber, Thompson (2009) define as características do mundo moderno como um conjunto de transformações institucionalizadas que ocorreram inicialmente na Europa, durante o fim da Idade Média e o início da era moderna, sendo que tais transformações dependeram de contextos históricos específicos e são entendidas como mudanças econômicas (transformação do feudalismo europeu em novo sistema capitalista de produção e de intercâmbio); mudanças políticas (aparecimento do sistema estado-nação e redução gradativa das unidades medievais), e guerra (poder militar se direcionou cada vez mais para os estados-nações).

Em relação às mudanças culturais, não é possível determinar aspectos claros, pelo fato de que as análises concentram-se na avaliação de modificações de valores e crenças. A fim de detectar as transformações culturais foca-se inicialmente nos meios, na produção e na circulação de formas simbólicas. E assim, torna-se possível analisar com maior precisão o impacto dos adventos da modernização (THOMPSON, 2009).

Durante este processo a comunicação e a interação social modificaram-se de forma profunda e sem volta, passando a desempenhar o papel de mediação da cultura. Estas transformações contaram com o desenvolvimento das organizações midiáticas, as quais buscavam a partir do século XV expansão gradativa de suas atividades. Seus efeitos foram sentidos muito além dos centros urbanos. Já que diversas partes do mundo envolveram-se por meio da exploração do comércio e da colonização. Na medida em que se formavam estados-nações, a fim de consolidar o estado nacional e enfraquecer os movimentos separatistas, criavam-se complexos símbolos e sentimentos de pertencimento a uma nação.

O “nacionalismo”, estratégia política de canalização da identidade nacional, estava diretamente relacionado com o desenvolvimento dos meios de comunicação, os quais permitiam a difusão desses símbolos e transmitiam os posicionamentos políticos. Tal estratégia possibilitou que a unidade de mercado fosse transpassada para unidade política, por meio da integração cultural. Desse modo, “as diferenças culturais entravavam a livre circulação das mercadorias e representavam para o absolutismo uma inadmissível divisão de poder” (BARBERO, 2001, p.141). E assim, a fim de superar este obstáculo, a cultura nacional foi construída tornando as classes populares deslocadas e sem possibilidade de existir.

Ao refletir a respeito do poder simbólico na organização social diante à modernidade, percebe-se que a autoridade religiosa fragmentou-se e perdeu poder político. Já as ciências, a partir do século XV, libertaram-se da tutela religiosa e deslocaram-se para as universidades e escolas. No entanto, apenas no século XIX introduziu-se de maneira mais abrangente o sistema educacional, o que fortaleceu a língua-padrão de cada estado-nação europeu.

A partir da descoberta da impressão, constatou-se que o desenvolvimento das indústrias da mídia tornou-se fator preponderante ao desdobramento do poder simbólico na organização social. Com isso, percebeu-se que a chegada da indústria gráfica representou "o surgimento de novos centros e redes de poder simbólico que geralmente escapavam ao controle da Igreja e do estado, mas que a Igreja e o estado procuravam usar em benefício próprio, e de tempos a tempos, suprimir" (THOMPSON, 2009, p.54).

Em suma, conclui-se que a emergência e desenvolvimento da comunicação mediada na Europa no século XV e XVI deram-se pela formação de conglomerados institucionais, os quais atribuíam valorização econômica e ampla circulação das formas simbólicas.

Diante da expansão capitalista pelo ocidente, muitas populações urbanas vivenciaram forte crescimento e especificamente na segunda metade do século XIX um declínio na taxa de analfabetismo, o que favoreceu a comercialização dos bens simbólicos. Sob esse ponto de vista, Barbero (2001, p.142), interpreta este processo como "enculturação das classes populares", o qual consiste na transformação do sentido de tempo centrado na produção, do saber e seus modos de transmissão e do estabelecimento da escola. E com isso, constata-se que a implantação do capitalismo nas sociedades modernas não rompeu apenas com o feudalismo, impondo um modo de trabalho focado na produção, transformou também o modo de vida, que passou a resumir a vida inteira à produção e respectivamente transmutou o valor de mercado para o âmbito político.

Os processos de enculturação e inserção das classes populares na produção industrial resultaram no deslocamento "de cima para dentro" em relação à legitimidade burguesa, a qual passou a ser representada pela passagem da fase de submissão para a formação de consensos. Com isso, o sistema tradicional de diferenças culturais foi dissolvido dando visibilidade à força das massas, seja na aparição de uma massa enquanto mão de obra ou na criação de uma nova cultura e modo de vida massivo. Em face dessas transformações sociais Barbero (2001, p.181) explicita:

> Os dispositivos da mediação de massa acham-se assim ligados estruturalmente aos *movimentos no âmbito da legitimidade que articula a*

> *cultura*: uma sociabilidade que realiza a abstração da forma mercantil na materialidade tecnológica da fábrica e do jornal, e uma mediação que encobre o conflito entre as classes produzindo sua resolução no *imaginário*, assegurando assim o consentimento ativo dos dominados. Essa mediação e esse consentimento, no entanto, só foram historicamente possíveis na medida em que a cultura de massa foi constituída *acionando e deformando* ao mesmo tempo sinais de identidade da antiga cultura popular e *integrando* ao mercado as novas demandas das massas.

A partir do pensamento de Barbero (2001), é possível direcionar a reflexão para o imperialismo cultural dos Estados Unidos, o qual consiste na articulação da liberdade de informação com a economia de livre-comércio, de modo a propagar o lema de progresso e modernidade para diversos países.

Deste modo, a preponderância de produtividade industrial na formação social norte-americana da cultura deu-se, em parte, pela ausência de instituições nacionais claramente definidas, o que culminou no concentrado enfoque de atividades industriais, na ausência de tradição e no apego ao núcleo familiar como base para religiosidade e riqueza. Em suma, a forma de vida norte-americana, apresentava condições de vida igualitárias e descentralização política, e assim, o estilo de vida norte-americano passou a ser explorado como fonte potencial para imaginário dos meios:

> A relação entre cultura e meios de comunicação na América do Norte a que nos referimos aqui deve ser abordada através da articulação de dois planos: o daquilo que os meios reproduzem – um estilo de vida peculiar – e o daquilo que produzem – uma gramática de produção com que os meios universalizam um modo de viver (BARBERO, 2001, p.206).

Em vista disso, o imperialismo cultural norte-americano e a noção de globalização foram intensamente propagados nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, na medida em que os impérios tradicionais europeus entraram em declínio e tornaram-se suscetíveis ao domínio norte americano.

Para Thompson (2009, p.148), esse império sustentou-se em dois fatores, primeiro pela sua força econômica proveniente das corporações transnacionais com sede nos Estados Unidos e segundo pela expertise comunicacional das empresas militares e comerciais, que permitiu o desenvolvimento, implantação e o controle das inovações tecnológicas de comunicação no resto do mundo.

Diante deste cenário, torna-se pertinente apontar que o desenvolvimento dos meios de comunicação norte-americano serviu de modelo para a implantação de outros sistemas ao redor do mundo, especialmente nos países da América Latina. Tal processo passou a ser

denominado como “invasão eletrônica”, ao considerar o surgimento de uma dependência tecnológica e financeira, sendo que compreende-se dependência por meio da importação de programas norte-americanos pelos países em subdesenvolvimento, já que o custo da produção doméstica era muito elevado pressionava-se a produção em escalas comerciais de transmissão.

Thompson (2009) problematiza a respeito do imperialismo cultural dos Estados Unidos baseado no teórico Shiller (1969), no entanto reconhece que na contemporaneidade as argumentações apresentam algumas lacunas. Ao contrário do período pós-guerra, na atualidade os conglomerados de comunicação transnacionais ainda ocupam papel central no mercado global da comunicação, porém, as fontes de investimentos são diversas, assim a base econômica desse império tornou-se internacionalizada.

O domínio cultural norte-americano na forma e no conteúdo dos produtos da mídia ainda prevalece. No entanto, sob a ótica dos fenômenos socioculturais, a prerrogativa do imperialismo cultural tornou-se insuficiente, na medida em que entende-se a recepção além da absorção das mensagens, mas como atividade interpretativa peculiar e relativa a cada sujeito.

Sob essa perspectiva, é importante retomar alguns apontamentos do capítulo anterior para alcançar a problematização desejada da massificação e a hibridação das culturas na América Latina. Primeiramente é importante ressaltar que a ideia de modernização nos países da América Latina, assemelha-se ao movimento de adaptação econômica e cultural. E para que tal projeto modernizador ganhasse força nesses países, o Estado desempenhou um papel centralizador e de protagonista social.

Diante do extremo êxodo rural e do crescente processo migratório, as massas populares invadiram as cidades. Em razão da ausência de uma classe com capacidade de direcionamento social, os Estados buscaram nas massas populares sua legitimação nacional. Desse modo, a massificação impulsionou o surgimento de uma nova cultura, a cultura de massa, a qual inicialmente não era apenas dirigida para as massas, mas tratava-se de um reencontro entre os produtos midiáticos e a maneira que a classe popular via, sentia e expressava-se no mundo.

Em vista disso, Barbero (2001, p.236) considera que “o massivo é hibridação do nacional e do estrangeiro, do pateticismo popular e da preocupação burguesa com a ascensão (...)”. Ao complementar a reflexão, Canclini (2008), acredita que a hibridação cultural pode ser entendida como o processo que formulou o ambiente cultural em ambiente de fronteiras. Com isso, desnuda a noção de uma cultura pura e revela na América Latina um ambiente de mestiçagem, compactuado com sua tradição e com as culturas transnacionais. O autor ainda

aponta a mídia como meio de propagação da cultura de mestiçagem e assinala que “assim as culturas perdem a relação exclusiva com seu território, mas ganham em comunicação e conhecimento” (CANCLINI, 2008, p.348).

Nesse contexto, é importante apontar que a mídia ocupou o protagonismo do espaço público, portanto, o que acontecia nas cidades, ocorria porque a mídia o quis. Demonstra-se então, um cenário com forte apelo da midiatização social. A fim de detalhar de forma mais específica esse processo de nova formação cultural o autor elucida:

> Sem dúvida, a expansão urbana é uma das causas que intensificaram a hibridação cultural. O que significa para as culturas latino-americanas que países que no começo do século tinham aproximadamente 10% de sua população nas cidades concentrem agora 60 ou 70% nas aglomerações urbanas? Passamos de sociedades dispersas em milhares de comunidades rurais com culturas tradicionais, locais e homogêneas, em algumas regiões com fortes raízes indígenas, com pouca comunicação com o resto de cada nação, a uma trama majoritariamente urbana, em que se dispõe de uma oferta simbólica heterogênea, renovada por uma constante interação do local com redes nacionais e transnacionais de comunicação (CANCLINI, 2008, p.285).

Sob esta perspectiva massiva de cultura, o populismo tornou-se possível como forma do Estado tornar-se legítimo e assumir, de certa forma, valores tradicionais do povo, na medida em que transmitia paras as classes populares um sentimento de reconhecimento e inclusão no sistema social.

Para Canclini (2008) essa estratégia do Estado pode ser compreendida como encenação do popular, ou seja, uma mescla de participação com simulacro. Pois, do mesmo modo que se defendiam os direitos trabalhistas e difundia-se a cultura e a arte popular, criava-se também uma representação imaginária, a qual estava em convergência com os meios de comunicação. Com intuito de fomentar tal identificação, o populismo preocupava-se em representar a população nas mídias de forma ativa e assim, eram construídos cenários e contextos nos quais o cidadão participava de protestos e ritos nacionalistas.

Mesmo assumindo o compromisso com as massas, o populismo pecou por tratar as classes populares como massa de manobra. E, a fim de perpetuar o pertencimento à nação uniu-se aos meios de comunicação, difundindo um consumo simbólico que favoreceu o desenvolvimento dos mercados internos e a integração social. Neste período o rádio e o cinema assumiram a função de tradutores das novas nações. Barbero (2001, p.242) ilustra tal fato com o surgimento do rádio na Colômbia, pois antes de sua aparição o país era um quebra-cabeça com regiões isoladas e após a radiodifusão a Colômbia pôde vivenciar uma unidade

nacional com compartilhamento da identidade cultural simultaneamente por vários segmentos da sociedade colombiana.

Apesar das estratégias inerentes ao populismo, segundo Barbero (2001, p.225-226), a formação dos estados-nações não se deu de maneira simples e nesse sentido explicita:

> Esse modo dependente de acesso à modernidade, contudo, tornará visível não só o desenvolvimento do capitalismo, mas também a "descontinuidade simultânea" a partir da qual a América Latina vive e leva a cabo sua modernização. Descontinuidade em três planos: no *descompasso* entre Estado e Nação – alguns Estados só se convertem em nações muito depois, e algumas nações tardarão a se consolidar como Estados -, no *modo desviado* com que as classes populares se incorporam ao sistema político e ao processo de formação dos Estados nacionais – mais como fruto de uma crise geral do sistema que as confronta com o Estado do que pelo desenvolvimento autônomo de suas organizações – e no papel político e não só ideológico que os meios de comunicação desempenham na nacionalização das massas populares.

Infere-se, portanto, que a formação de estado-nações na perspectiva do descompasso e do desenvolvimento tardio, é facilmente compreendida como não eficaz, assim a expansão industrial e a marcha desenvolvimentista organizaram apenas determinadas áreas na sociedades. E simularam a formação de uma cultura nacional, a qual não consolidou na cultura de elite e também não incluiu as diversas classes da população como, os indígenas, os camponeses, os moradores de periferia e favelas dentre outras.

Em vista disso, Canclini (2008, p.25) explana que "os populismos fizeram de conta que incorporavam esses setores excluídos, mas sua política igualitária na economia e na cultura, sem mudanças estruturais, foi revertida em poucos anos ou se diluiu em clientelismos demagógicos".

De acordo com as reflexões apresentadas, denota-se que a primeira fase da modernidade latino-americana estava pautada na formação de estados-nações. No entanto, a partir dos anos 1960, o mote da modernidade foi substituído pelo do desenvolvimento. E assim, nota-se que a diversificação da indústria e a ampliação dos mercados internos afloraram o descompasso e as contradições nas regiões latino-americanas. Tal contexto alterou de forma sólida a atuação do Estado na economia, a qual vivenciava uma fase transnacional. O sentido de massa também foi modificado e passou a ser retratado como homogeneização e controle de massa, portanto, não mais como invasão das classes populares nos ambientes urbanos.

A partir da década de 1960, os países da América Latina apresentavam considerável crescimento e diversificação da indústria resultando em maior abrangência no mercado interno. No entanto, o ímpeto desenvolvimentista revelou uma série de contradições sociais insolúveis, as quais se destacam o enorme déficit de habitação e transporte, surgimento de um novo modo de residir e novo comportamento no ambiente urbano.

Nesse sentido, a cidade perdia seu centro, os pobres invadiam as periferias e os ricos afastavam-se do centro e ocupavam outros locais. A "massa" estava sedenta por trabalho, educação, saúde, transporte e lazer, ou seja, desejavam usufruir os benefícios da vida urbana. Sob esse ponto de análise, Canclini (2008, p.20) aponta alguns questionamentos sobre a modernização das cidades:

> Mas como falar da cidade moderna, que às vezes está deixando de ser moderna e de ser cidade? O que era um conjunto de bairros se espalha para além do que podemos relacionar, ninguém dá conta de todos os itinerários, nem de todas as ofertas materiais e simbólicas desconexas que aparecem. Os migrantes atravessam a cidade em muitas direções e instalam, precisamente nos cruzamentos, suas barracas barrocas de doces regionais e rádios de contrabando, ervas medicinais e videocassetes. Como estudar os ardis com que a cidade tenta conciliar tudo o que chega e prolifera e com que tenta conter a desordem: a barganha do provinciano com transnacional, os engarrafamentos de carros diante das manifestações de protesto, a expansão do consumo junto às demandas dos desempregados, os duelos entre mercadorias e comportamentos vindos de todas as partes?

Nesse período, encontra-se latente uma visão maniqueísta entre tradição e modernização, na qual se acreditava que a modernidade extinguiria as crenças e valores populares, substituindo-os por valores científicos e econômicos. No entanto, o que se percebe é uma relação complexa em que a modernidade não suprimiu a cultura popular, porém, "diminuiu o papel do culto e do popular tradicionais no conjunto do mercado simbólico" (CANCLINI, 2008, p.22).

Dentre as afloradas contradições dessa segunda fase da modernização encontrava-se também a desenfreada ânsia de inovações tecnológicas, na medida em que a comunicação era considerada como "força motriz" do desenvolvimento, de tal modo que a Organização dos Estados Americanos (OEA) afirmava que não existia desenvolvimento sem comunicação. Diante deste cenário, desponta a televisão, representada pelas mudanças produzidas no massivo. Mas tal constatação instiga o questionamento a respeito das condições de acesso a essa tecnologia, Barbero (2001, p.265) sobre a problemática revela que:

> O surgimento de tais tecnologias na América Latina se inscreve, em todo caso, num velho processo de esquizofrenia entre modernização e possibilidades reais de apropriação social e cultural daquilo que nos moderniza. Informatização ou morte! – é o lema de uma capital em crise, precisando com urgência vital expandir o consumo de informática.

A premissa apresentada pelo teórico é identificada não apenas no segundo momento da modernização, mas na contemporaneidade, pois, dizer sim às tecnologias ainda é dizer sim ao desenvolvimento. E no âmbito cultural tal ímpeto desenvolvimentista levou a crer que as tecnologias estabeleceram certa racionalidade, pelo modo que operaram e que produziram sobre a construção do imaginário identitário. Tornando nítida assim, a presença conflitiva das culturas populares que resistiam à homogeneização generalizada e que não eram simuláveis.

Para Barbero (2001, p.262) a imprensa mesmo massiva, conseguiu refletir as diferenças culturais e políticas, pelo fato de corresponder ao modelo liberal, o qual busca em sua forma de expressão a pluralidade que constitui a sociedade civil. No entanto, quando pensamos na televisão, o que se percebe é que desde seu surgimento evitava e negava as diferenciações culturais, seu modelo hegemônico traduzia-se no controle dessas diferenças.

Apesar de ser pioneira na transmissão de variadas experiências humanas, apresentando culturas, povos e tradições de varias partes do mundo, a televisão reforçava o etnocentrismo e acabava convencendo a população a respeito da superficial semelhança entre os diversos povos ou do denotado destaque dessas diferenças culturais. Por meio da exotização convertia-se o outro em algo estranho desconexo e sem sentido para o mundo em que se vive. Tais estratégias tinham como objetivo apresentar um único modelo social adequado para o progresso e para o desenvolvimento.

Em relação ao rádio, com o auge da televisão e a ânsia desenvolvimentista o veículo sofreu algumas transformações. Reforçou-se sua popularidade, ou seja, sua característica marcante. E por razão da sua restrição ao sonoro, a qual exigia do ouvinte apenas a capacidade auditiva, desenvolveu seu aparato expressivo de uma forma mais coloquial e compatível com as atividades cotidianas das classes populares, já que os ouvintes despendiam uma atenção marginal às transmissões. Ao refletir sobre o rádio Barbero (2001, p.263) elucida:

> Esses traços tecnodiscursivos que vão possibilitar ao rádio *mediar o popular* como nenhum outro meio permitirão sua renovação, a partir de um entrelaçamento privilegiado da modernizadora racionalidade informativo-instrumental com a mentalidade expressivo-simbólica do mundo popular.

Desse modo, o rádio enfrentou a modernização convertendo o ímpeto desenvolvimentista em projeto educativo e assim, mediou o rural e o urbano, o religioso e o moderno, portanto, readequou as camadas populares aos avanços tecnológicos. A fim de acompanhar as transformações sociais, ele buscou na setorialização a alternativa para primeiramente diferenciar os públicos dentro da grade de programação e posteriormente para a criação de emissoras específicas direcionadas aos diversos segmentos da sociedade como, jovens, mulheres, torcedores dentre outros.

Em suma, pode-se considerar o rádio, nesse período, como agente impulsionador de identidades sociais correspondentes ao novo modelo econômico, tal desempenho decorre-se da crise de identidade dos partidos políticos e ausência de estratégias políticas junto às classes populares, o que desvendou um cenário propício para massificação televisiva ancorada na transnacionalização, a partir da década de 1980.

Desse modo, a comunicação tornou-se espaço estratégico, no qual se reflete sobre as contradições e controles em meio ao desenvolvimento dependente e a modernização compulsiva. No entanto, concentrar-se apenas nos avanços tecnológicos não é suficiente para responder questionamentos voltados para efeitos provocados na cultura das sociedades. Nesse prisma de análise, os processos de mediação e de apropriação serão explorados no próximo subitem de maneira aprofundada a fim de compreender as articulações e a maneira que se dá a recepção.

3.3 A comunicação mediada sob o enfoque da apropriação e recepção na vida cotidiana

O desenvolvimento dos meios de comunicação na América Latina ocorreu com especificidades oriundas da história e da cultura de cada país, por isso, encarar esse processo como mera homogeneização na difusão de conteúdos simbólicos é insuficiente para dar conta de uma realidade, na qual se encontram a mestiçagem e o modernismo em confronto com as descontinuidades culturais como, o embate entre rural e urbano, a cultura popular em contraposição à cultura de massa, o desenvolvimento capitalista em detrimento das condições igualitárias e outros descompassos. Diante de tal reflexão Barbero (2001, p.28) conjectura o seguinte posicionamento comunicacional:

> Assim a comunicação se tornou para nós questão de *mediação* mais que de meios, questão de *cultura* e, portanto, não só de conhecimentos mas de re-conhecimento. Um reconhecimento que foi, de início, operação de deslocamento metodológico para rever o processo inteiro da comunicação a

> partir de seu *outro* lado, o da recepção, o das resistências que aí tem seu lugar, o da apropriação a partir de seus usos.

Esse deslocamento metodológico de produção de formas simbólicas para o espaço da recepção trata-se do estudo da comunicação em relação aos contextos sociais, nos quais os receptores produzem e também recebem as formas simbólicas mediadas. Muitos métodos de pesquisa são utilizados para analisar fatores como o tamanho e a formação do público, o nível de atenção e compreensão na recepção da forma simbólica, os efeitos a curto e ao longo prazo de exposição aos conteúdos midiáticos, a sensação de satisfação social e psicológica causadas pelo consumo da mídia dentre outros fatores. Em suma, tais pesquisas buscam, sobretudo, mensurar o público e suas reações (THOMPSON, 2009, p.41).

Desse modo, "não basta admitir que os discursos são recebidos de diferentes formas, que não existe uma relação linear nem monossêmica na circulação do sentido" (CANCLINI, 2008, p.263). Embora, os estudos, em sua maioria, pesquisas quantitativas de mercado e opinião apontam uma demanda sobre análises das relações entre comunicação mediada e recepção popular. Para o autor, é preciso analisar o cruzamento entre o discurso midiático e os seus mediadores sociais, pois esses são geradores do campo de interação e de efeitos.

A respeito do panorama da pesquisa científica de comunicação, Canclini (2008) acredita que, por meio do trabalho transdisciplinar e de métodos mais perspicazes do que os usados nas pesquisas de mercado e audiência, pode-se problematizar a comunicação de uma maneira que compreenda melhor os processos de transformação que se dá na sociedade. E nesse sentido aponta:

> Mas a teoria e as técnicas de observação antropológica, o treinamento dessa disciplina para obter conhecimentos diretos nas microinterações da vida cotidiana, podem ajudar a entender como os discursos da mídia se inserem na história cultural, nos hábitos de percepção e compreensão dos setores populares (CANCLINI, 2008, p.263-264).

Portanto, a compreensão do processo receptivo das formas simbólicas mediadas requer uma aproximação voltada para a sensibilidade em relação às características rotineiras e práticas da recepção.

Quando retomado o aspecto de dissociação estrutural entre produção e recepção das formas simbólicas, a comunicação mediada é compreendida como separação do contexto de produção do ambiente da recepção. Essa característica denota uma flexibilidade na forma em que o receptor recebe as mensagens mediadas, pois, de certa forma possui liberdade para interpretar o conteúdo recebido, já que o produtor não está presente para esclarecer os mal-

entendidos. Esse fato, equivocadamente pode levar a crer que na comunicação mediada o receptor encontra-se em desvantagem e sem possibilidade de interação. No entanto, Thompson (2009, p.35) esclarece:

> Os receptores são, pela própria natureza da comunicação de massa, parceiros desiguais no processo de intercambio simbólico. Comparados com os indivíduos envolvidos no processo de produção e transmissão, os receptores de mensagens mediadas pouco podem fazer para determinar os tópicos ou o conteúdo da comunicação. Mas isto não significa que eles sejam totalmente privados de poder, meros espectadores passivos de um espetáculo sobre o qual não tem nenhum controle.

Diante dessa perspectiva, faz-se necessário o distanciamento da ideia de que os receptores são apenas consumidores passivos dos bens simbólicos mediados, pelo contrário, os indivíduos quando decodificam as mensagens midiáticas o fazem em relação às suas condições sociais e de acordo com seu modo de ver seu entorno. Sendo assim, o mesmo conteúdo pode ser compreendido de diversas formas nos mais diferentes contextos.

A concepção de recepção defendida nesta pesquisa está referenciada na concepção formulada por Thompson (2009): "(...) a recepção deveria ser vista como uma atividade: não como algo passivo, mas o tipo de prática pelas quais os indivíduos percebem e trabalham o material simbólico que recebem" (THOMPSON, 2009, p.42).

Esse processo de recepção condiz com a forma que os indivíduos recebem as mensagens mediadas, ou seja, o uso da forma simbólica pelos receptores não se encontra de maneira dependente e vinculada diretamente aos objetivos traçados pelos produtores. Por consequência, os receptores por estarem distantes da produção de conteúdo possuem a condição de interpretá-los com certo grau de autonomia.

Conceituado o processo receptivo como atividade, Thompson (2009) atribui quatro características à dinâmica: situacional, rotineira, especializada e hermenêutica. A recepção dos produtos midiáticos, para o autor, deve ser vista como atividade situada, por considerar que os indivíduos recebem as mensagens em contextos sócio históricos específicos e estão pautados pela disponibilidade de recursos e relações de poder referente à cada contexto. Além de ser situada, a recepção pode ser compreendida como uma atividade que permite aos indivíduos tomarem certa distância de seus contextos e de suas vidas cotidianas, na medida em que fornece matérias com considerável grau de distância espacial e temporal.

Já a característica "de rotina" atribuída ao processo de recepção, para Thompson (2009, p.43) consiste "no sentido de que é uma parte integrante das atividades constitutivas da vida diária". Essa atividade está de certa forma integrada com o cotidiano dos indivíduos e na

maneira como se organizam, adaptam-se ou reservam períodos para assistir uma novela na televisão, para ouvir um programa de rádio dentre outros.

Além de ser de rotina, a atividade receptiva pode ser concebida como uma realização especializada, pelo fato de ter uma relação de dependência com habilidades e competências que os indivíduos adquirem no processo de aprendizagem ou nos diferentes processos de inculcação social. A última atribuição ao processo receptivo esboçada por Thompson (2009) é fundamentada nos modos de interpretação, por meio do qual os materiais midiáticos ganham sentido para os indivíduos que os recebem. Portanto, para o autor a recepção, é uma atividade interpretativa e requer, até certo ponto, que o indivíduo atente-se, que olhe, escute, leia e etc. Ao desempenhar tal papel o receptor está inserido numa atividade de entendimento do conteúdo simbólico mediado. No entanto, faz-se necessário ponderar a afirmativa de Thompson (1995), pois muitas vezes os receptores utilizam-se dos meios de comunicação como alternativa de mera distração e escape da estressante rotina, zapeando os canais de TV ou de rádio como ação automática e distraída em relação aos conteúdos e com isso, não se encontram, de maneira integral, inseridos no processo receptivo.

Na interpretação dessas formas simbólicas, os indivíduos podem agregar o entendimento à noção que tem de si mesmos e da maneira que compreendem o outro. Nesse sentido, as formas simbólicas difundidas pelos meios de comunicação podem ser consideradas instrumentos que os receptores utilizam para refletirem sobre si mesmos e sobre o mundo a sua volta. Para esse processo de reflexão e autorreflexão, conhecimento e autoconhecimento, Thompson (2009, p.45) designa o termo “apropriação”, compreendendo que em tal dinâmica os indivíduos apoderam-se e tornam próprias as mensagens recebidas. A fim de expropriar a ideia de que o receptor é apenas um absorvente passivo de conteúdos simbólicos Thompson (1995, p.37) elucida:

> A ideia de que os receptores das mensagens da mídia são espectadores passivos, que simplesmente absorvem o que se passa diante deles na tela ou o que está presente no papel, é um mito que não se coaduna com o caráter atual da apropriação como um processo contínuo de compreensão e interpretação, de discussão, apreciação e incorporação. O processo de apropriação é um processo ativo e potencialmente crítico, no qual as pessoas estão envolvidas num contínuo *esforço para entender*, um esforço que procura dar sentido às mensagens que recebem, responder a elas e partilhá-las com os outros. Ao engajar-se nesse esforço de compreensão, as pessoas estão também se engajando, embora implícita e quase que inconscientemente, num processo de reformar-se e de reentender-se a si próprios, através das mensagens que recebem e procuram entender.

Portanto, enquadrar os meios de comunicação como espaço de autoformação não exclui as outras formas de interação social, pelo contrário, a socialização entre professores e alunos, pais e filhos dentre outras, ainda desempenham papeis consideráveis na formação pessoal e social do indivíduo. Contudo, não se pode esquecer a força que os produtos midiáticos possuem no espaço público, tornando-se cada vez mais centralizado e decisivo na sociabilidade dos indivíduos.

Assim como a atividade receptiva, a apropriação possui diversas especificidades. Ela também depende das convenções, condutas, valores e regras constituídas no entorno social do receptor da mensagem midiática. Diante disso, esse indivíduo na atividade interpretativa pode aceitar o conteúdo ou rejeitá-lo. Quando recebida, a mensagem inicial muitas vezes não condiz com a apropriação feita pelo indivíduo. Pois, o indivíduo envolve a mensagem num contínuo processo de elaboração discursiva, o qual pode ser detectado na interação face a face, na conversa por telefone e etc. Segundo Thompson (1995, p.407) essa dinâmica interpretativa "pode contribuir com um referencial narrativo dentro do qual as pessoas recontam aspectos de suas próprias vidas, misturam experiências pessoais com o recontar das mensagens, ou com o recontar das mensagens já recontadas".

Dessa forma, o processo de apropriação faz parte de uma dinâmica gradual e contínua de entendimento e reentendimento tanto de si mesmo quanto das mensagens fornecidas. E ainda de acordo com o teórico "é um processo que acontece no decurso do processo de dar sentido às mensagens e relacionar-se com elas, e nas idas e vindas de recontá-las a outros e ouvi-las, recontadas novamente a nós" (THOMPSON, 1995, p.409).

Entretanto, analisar o significado atribuído e a forma como as mensagens são recebidas e interpretadas trata-se, não apenas de exercício de compreensão, mas de atividade de reconstrução do sentido agregado pelos receptores, de identificação das convenções explicitas e implícitas que se basearam no caminho do entendimento e posteriormente de observação das atitudes que eles tomaram de forma implícita ou explícita, mediante o recebimento dos conteúdos. Tal empreendimento apontado por Thompson (1995) será parcialmente enfrentado nessa dissertação a fim de buscar respostas para o problema de pesquisa, o qual questiona a possibilidade dos ouvintes promoverem mudanças na sua realidade social por meio da quase-interação mediada do Programa Interação Comunitária.

Ao refletir sobre o processo de recepção, entendendo-o como atividade inserida e integrada na rotina dos sujeitos, vislumbra-se o poder que os detentores dos meios de comunicação possuem na vida social dos indivíduos. Thompson (1995, p.416) a respeito das relações de poder e dominação revela um caminho reflexivo crítico e sugere que tal relação

deveria ser governada pelo princípio que denomina “não-exclusão”. Para o teórico a tomada de decisão quando se trata de acordos sociais ou instituições específicas deveria incluir as pessoas que são afetadas por tais instituições ou acordos, portanto, esses indivíduos têm o direito de participar, mesmo que se encontrem excluídos das tomadas de decisão no seu cotidiano, eles devem ser reconhecidos, na medida em que são afetados por tais deliberações.

No entanto, na contemporaneidade quando repensamos o espaço da comunicação sob a ótica da recepção percebe-se, em meio ao desenvolvimento tecnológico, uma latente demanda de participação e de democratização dos meios de comunicação não apenas em relação ao seu controle, mas em relação ao seu uso e acesso à produção de conteúdos.

Desse modo, infere-se que as desigualdades encontradas no desenvolvimento do capitalismo na América Latina repercutiram na produção de bens simbólicos por meio das indústrias midiáticas, o que descortinou um processo de comunicação mediada caracterizado pelo pouco controle na produção por parte dos receptores. Nesse sentido,
Thompson (1995, p.417), a partir da reflexão crítica das relações de poder e dominação acrescenta:

> (...) quando se dá voz às pessoas e aos grupos que até aqui ocuparam posições sociais subordinadas, então é provável que suas necessidades e desejos, suas preferências e prioridades, devem ser tomadas em conta no processo de decisão. E a consequência não é indesejável, porque numa sociedade onde todas as pessoas são tratadas como sujeitos capazes de entendimento e reflexão, as instituições e acordos sociais em que as pessoas vivem sua existência devem contribuir, o mais possível, com que elas têm a dizer, mais do que uma situação onde apenas algumas pessoas são tomadas em consideração, e a maioria têm de aceitar isso como inevitável e imutável.

O autor em sua compreensão das relações de poder e dominação concentra sua argumentação nos excluídos da situação de poder. Ao formular o conceito de “não-exclusão”, ele imagina um cenário no qual tal princípio “vire a mesa” e possa privilegiar os desfavorecidos da tomada de decisão. Portanto, neste cenário imaginado, no qual a maioria excluída tenha “vez” as consequências não são surpreendentes nem indesejadas.

Diante de tal perspectiva aponta-se a emergência da discussão a respeito da participação social, de maneira mais direcionada aos meios de comunicação, justamente por entender sua capacidade de autoformação e socialização no mundo contemporâneo. Sob essa reflexão, o processo de comunicação necessita ser repensado a cerca de seu comprometimento para com a democratização midiática e ampliação das práticas cidadãs nas sociedades.

3.4 Comunicação e Cidadania: direito de informação e direito de comunicação na busca da consolidação democrática

O termo cidadania é inerente à vida na cidade e é construído e ressignificado conforme as evoluções e condições sócio históricas, ou seja, é dependente das circunstâncias históricas, políticas e econômicas, nas quais os indivíduos encontram-se.

A origem do termo está atribuída ao surgimento da cidade ou a *polis* grega e romana; cidadão era o homem livre residente na cidade que participava de forma efetiva da política e por meio da democracia direta discutia-se a vida na coletividade em função dos direitos e deveres dos cidadãos. Em suma, o cidadão grego era em sua essência um homem político. Por conta disso, "o que se sabe é que a conquista da cidadania é um processo histórico, que surgiu na Grécia antiga com a noção de cidadão. Nasceu com dimensão de exclusão e de manutenção da hierarquização social" (OLIVEIRA, 2005, p.47). Essa dimensão de exclusão e marginalidade que se deu no surgimento da cidadania remete-se para as limitações no fornecimento desses direitos às mulheres, aos escravos e às crianças que não podiam usufruir dos direitos políticos.

O significado do termo cidadania modificou-se de acordo com a evolução histórica e passou a incluir as mulheres e os jovens. E ampliaram-se os direitos e deveres, na medida em que foram quebradas as fronteiras territoriais. Por conta disso, acredita-se que "uma forma de compreender a cidadania é ver como ela se desenvolve juntamente com o capitalismo, pois estará também vinculada a classe que o instaurou: a classe burguesa" (COVRE, 1991, p. 21).

Nesse sentido, o capitalismo representou mais que uma superação do feudalismo, a partir desse novo sistema econômico, as sociedades passaram a valorizar o trabalho de maneira peculiar. E assim, o sujeito passou a ser cidadão inserido no sistema produtivo, cuja visão de mundo é ditada pela classe burguesa, baseada na compreensão de que todos os homens podem usufruir de igualdade pela capacidade e pelo trabalho que possui o que evidencia o ideal individualista e a especificidade da cidadania (COVRE, 1991).

De modo mais generalista, a cidadania pode ser entendida como posse de direitos e deveres, para Peruzzo (2007), a cidadania é histórica e processual. Nesse sentido, seu grau de direitos alcançados e ampliados condiz com a capacidade de articulação entre sociedade civil e âmbito político. Já para a teórica Kunsch (2005, p.22) "a cidadania refere-se aos direitos e às obrigações entre o Estado e o cidadão". Mediante o relacionamento entre cidadão e Estado, Gohn (2003, p. 178) acredita que a definição de cidadania está relacionada ao processo no qual se encontram práticas sociais, econômicas, políticas, culturais, e tramas de articulações

que explicam e simultaneamente são flexíveis às redefinições e ressignificações da relação entre indivíduo e Estado.

Com objetivo de alcançar uma conceituação mais atualizada do termo, Rubim (2003, p. 108), elucida que compreender a cidadania como reconhecimento do direito a ter direitos, por meio de um processo de apropriação de novos direitos e deveres ocorrentes em determinado ambiente sócio histórico com respectivas possibilidades e constrangimentos, propicia o entendimento do termo como uma perspectiva em movimento e aberta a produção de sentidos.

Por razão das diferentes abordagens a respeito da conceituação sobre cidadania, para Litsz Vieira (1997) é possível dizer que não existe uma teoria de cidadania, mas importantes contribuições teóricas que juntas compõem seu conceito e esclarece suas razões e complexidades na contemporaneidade. Discorrer sobre cidadania implica transitar por distintas vertentes como judicial, econômica, inclusão social, marginalidade, respeito, coletividade, mobilização social dentre outras áreas. Marshall (1967), expoente teórico nos estudos de cidadania, define-a como direito a ter direitos, alcançada pelas conquistas e usos destes direitos. E os divide em três dimensões: civis (liberdade de expressão, pensamento e crença, liberdade pessoal, direito de justiça e propriedade etc.); políticos (direito de votar e se candidatar ao cargo público); e sociais (estes mais amplos abrangem desde direito a mínima segurança à herança social, que condiz a usufruir uma vida digna civilizada).

A compreensão dessas três dimensões desmistifica a noção comum na qual cidadania está estreitamente relacionada com o direito de votar. Sob esta perspectiva Covre (1991, p.8-9) aponta: “mas quem já teve alguma experiência política – no bairro, igreja, escola, sindicato etc. – sabe que o ato de votar não garante nenhuma cidadania, se não vier acompanhado de determinadas condições de nível econômico, político, social e cultural”.

Retoma-se a compreensão de cidadania como posse de direitos em determinado contexto sócio histórico com possibilidades e constrangimentos, o que significa que seu status é baseado pelas condições na qual a cidadania é usufruída ou buscada. Desse modo, ao se refletir sobre a relação entre capitalismo e cidadania, os constrangimentos tornam-se claros, principalmente quando se trata do desenvolvimento capitalista ocorrido nos países da América Latina, cuja marginalidade se faz presente. Nesse ponto de vista, Oliveira (2005, p.50) esclarece:

> O capitalismo, somado ao processo de globalização, tem apresentado como efeitos colaterais a ampliação das desigualdades, o desemprego em alta, uma

> crescente força de trabalho de rejeitados. O fato, portanto, de o capitalismo e a globalização excluírem todos os que estão fora do processo produtivo acaba gerando um problema social de proporções alarmantes que, por isso, não pode ser ignorado. Se o capitalismo não é capaz de incluir os excluídos e, portanto, resolver essa situação, o caos social deverá ser uma natural consequência da omissão em relação a essa população "marginalizada", que deixa, por sua vez, de acreditar nas políticas sociais e de exercer a cidadania.

Torna-se claro que a cidadania possui desvios e constrangimentos, portanto, mesmo que as teorias afirmem que ser cidadão é ter direitos e deveres, a possibilidade de busca e utilização dos mesmos está estritamente ligada à realidade socioeconômica dos indivíduos.

Em contrapartida, descreveu-se a prerrogativa do direito de ter direitos e deveres e ratificou-se em 1948, após a II Guerra Mundial pela Organização das Nações Unidas (ONU) com base nas cartas de Direitos dos Estados Unidos (1776) e da Revolução Francesa (1798), nas quais asseguravam que todos os homens são iguais perante a lei não podendo haver discriminação de raça e credo, todos possuem o direito sobre seu corpo e sua vida e acesso ao salário condizente para promover sua própria vida como direito a habitação, lazer, saúde, educação e etc. Em suma, direito a ter uma vida digna (COVRE, 1991). Porém, essas condições e esses direitos não são observados de maneira integral nos níveis sociais, políticos, e econômicos na trajetória histórica nacional.

Diante da modernização capitalista e da crescente exclusão, não é possível falar de uma cidadania plena no Brasil e nos outros países da América Latina. Portanto, a cidadania integral, segundo Covre (1991), coaduna-se com a construção de uma sociedade democrática mais justa, na qual os benefícios coletivos sejam usufruídos pela grande maioria da população.

Em vista disso, a cidadania torna-se impossibilitada e restrita quando o trabalhador não recebe salário justo e não tem acesso às condições dignas para reprodução social (habitação, saúde, educação), mas para que o trabalhador reivindique melhores condições de vida, ou seja, seus direitos sociais é preciso que ele tenha conhecimento de seus direitos políticos para que assim ele possa usufruir de mínimas condições democráticas. Nesse sentido, faz-se necessário a educação com objetivo de conscientizar os cidadãos para luta da extensão de seus direitos. Portanto, mesmo que a cidadania seja definida teoricamente ela é constituída na prática, no exercício de reivindicação, de deliberação e de expressão. Sendo assim, apenas a garantia de leis não assegura o uso dos direitos do cidadão:

> A constituição é uma arma na mão de todos os cidadãos, que devem saber usá-la para encaminhar e conquistar propostas mais igualitárias. Por esse

> motivo, o que apresentei como direitos e deveres (conteúdo do exercício de cidadania) é algo possível, mas dependente do enfrentamento político adotado por quem tem pouco poder. Só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão. Neste sentido, a prática da cidadania pode ser a estratégia, por excelência, para a construção de uma sociedade melhor. Mas o primeiro pressuposto dessa prática é que esteja assegurado o direito de reivindicar os direitos, e que o conhecimento deste se estenda cada vez mais a toda a população (COVRE, 1991, p.10).

Realizar discussões mais aprofundadas sobre a cidadania no país trata-se de tarefa difícil, quando se considera que a cidadania, em sua plenitude, esbarra em sérios entraves como falta de atendimento de serviços coletivos básicos à população residente nas zonas periféricas das cidades, alto índice de analfabetismo, quadro de miséria crescente, má distribuição de renda com forte concentração econômica na parcela mais rica da sociedade e escassez de benefícios do desenvolvimento para parcela não inclusa no sistema produtivo. Para Rubim (2003), a desigualdade social existente pode ser considerada como o constrangimento societário mais significativo. Cria-se um abismo entre a conceituação acadêmica de cidadania e sua prática real nas sociedades e assim, contata-se que: "a desigualdade social intensa, não resta dúvida, aparece como um dos maiores perigos para a realização plena da cidadania" (RUBIM, 2003, p.105).

Nessa mesma ótica, Covre (1986) reflete sobre o sistema capitalista monopolista brasileiro e depara-se com uma semi cidadania ou a não-cidadania. Para ela, esse quadro de pobreza e de concentração de renda é consequência de governo tirânico, o qual promoveu o modelo de desenvolvimento com exclusão. Esse Estado intervencionista e autoritário causou a diminuição do poder do cidadão, fato percebido nos motes das campanhas governamentais em determinados períodos - "anos de milagre", "ame-o ou deixe-o". Como também instaurou uma "revolução consentida", na qual os cidadãos não se envolviam com o ativismo cívico e esperavam do Estado uma atuação de mero fornecedor de direitos sociais.

Diante desse contexto, Covre (1986, p.182) acredita que o cidadão tornou-se receptor dos direitos sociais, o que ocasionou o processo de desmobilização, de incentivo ao consumo e massificação, causando um esvaziamento da categoria cidadania por parte dos sujeitos. Sendo assim, com a desmobilização encontrou-se a depressão dos direitos políticos, a qual alternou o sentido da luta pela cidadania, para a negociação e doação de direitos sociais. Para a teórica, essas ocorrências foram propiciadas pela tecnologia dos meios de comunicação, os quais visavam certa "homogeneização" populacional.

Desse modo, o autoritarismo estatal da época cedeu espaço para o enfrentamento dos movimentos sociais emergentes, os quais reivindicavam democratização política, no entanto, de forma diferente da ocorrida no populismo. Na década de 1970 e 1980 os movimentos sociais que lutavam pela cidadania passaram a utilizar, de forma preponderante, a pressão direta e a mobilização a fim de conquistar a participação popular e a autonomia diante do Estado. E nesse sentido, Covre (1986) elucida que na busca de satisfação de bens sociais, além da motivação por socialização de bens materiais, necessitava-se de uma socialização do político e da esfera pública.

E desta forma, constata-se que a combinação entre democracia representativa e democracia direta é fórmula eficaz para política nacional, na medida em que as associações, os sindicatos, os comitês de bairros e os partidos possam usufruir e participar do espaço político, buscando formas mais democráticas para o desenvolvimento capitalista.

Na busca de formas mais democráticas para o desenvolvimento, os meios de comunicação tornaram-se peças-chaves, pois a mídia atua como promotora do debate público. Além disso, a prática cidadã e democrática fazem-se necessárias no cotidiano dos indivíduos, no qual se encontra centralizado esses veículos de comunicação.

Portanto, para que a população possa reivindicar livremente pelos seus direitos, segundo Tiene (2005, p.70) “os cidadãos devem ter à disposição um sistema eficiente de difusão de informação e de formação cultural”, dessa forma, a comunicação mediada possui uma relação orgânica com a cidadania; quanto mais comunicação mais cidadania e quanto maior e mais qualificada a cidadania, mais comunicacional esta sociedade será.

Nesse sentido, a comunicação mediada na contemporaneidade não se trata de apenas difusão de informação ou como Thompson (1995, 2009) define, “difusão de bens simbólicos”. Ela constitui-se num espaço de produção e transmissão cultural, ou seja, numa arena pública para embates políticos e também no elemento fundamental para globalização.

Diante disso, Liszt Vieira (1999) aponta que após o século XX surgiu a emergência de regulamentação dos direitos voltados para diversidade cultural, considerados por ele, como direitos de ultima geração, os quais se desdobram em direitos de orientação sexual, planetários (direito supranacional), midiáticos (espaço eletrônico/virtual) e etc.

Para o autor, a fim de superar a concentração de poder, a formulação do direito no espaço eletrônico ou virtual poderia garantir a possibilidade de acesso, habitação e utilização desse ambiente. Portanto, sem a constituição da cidadania planetária e midiática torna-se complicado discutir sobre a cidadania plena na contemporaneidade. Em vista disso, ele ainda esclarece:

> (...) caberia reconhecer que a comunicação ao transmitir informações, sem dúvida, aparece como um dos requisitos essenciais para a realização da cidadania, desde a modernidade, e para a concretização de uma cultura política democrática, pois sem informação livre, plural e disponível, sem um conhecimento consistente do mundo e de seus assuntos, fica inviável a constituição de opiniões legitimas e independentes, porque equacionando interesses e conhecimento; a tomada de decisões genuínas e democráticas, porque orientadas pelo interesse público; a construção de uma segura cultura política com base em valores democráticos; enfim, o exercício satisfatório da cidadania (RUBIM, 2003, p.111).

A recorrência de difusão informacional pluralista com qualidade para manutenção do Estado democrático, entendido sob a perspectiva da ética, a qual busca a realização de cinco pontos fundamentais: igualdade, solidariedade, diversidade, participação e liberdade, passaram a ser latente na sociedade de massa, devido às atenuantes discrepâncias consequentes de um desenvolvimento em detrimento dos direitos sociais dos cidadãos. E nesse sentido, "o papel da comunicação de massa na difusão e propagação desta 'civilização que é propriedade comum', assim, é inquestionável". (GENTILLI, 2002, p.41) E ainda de acordo com teórico, referenciado por Marshal (1967), o termo propriedade comum designa a demanda da cidadania em incluir todos os sujeitos numa comunidade, baseada na lealdade a uma civilização que é propriedade de todos, pertencente e formada por todos.

Reconhecendo a sociedade de massa, como uma sociedade de posses de direitos, surge a necessidade de reconhecimento dos mesmos. E, portanto, torna-se fundamental a atuação dos meios de comunicação nesse contexto, assim como é de extrema importância compreender o direito de informação como um direito social. Este, em termos gerais é o direito de ser bem informado e o direito de buscar informação em qualquer lugar sem nenhuma limitação.

Ao refletir sobre a sociedade, observa-se que vivemos sob um fluxo constante de informações jornalísticas, o qual se tornou indispensável para sociabilidade humana, o que não significa ser impossível viver sem informações jornalísticas. No entanto, quando se reflete a respeito de cidadania pode-se considerar que a informação é primordial para a prática cidadã.

Nesse sentido, o direito à informação está relacionado aos meios de comunicação de massa (televisão, rádio, jornal e etc.) e aos meios digitais (sites, blogs, micro blogs, redes sociais, portais, e etc.). Sobretudo, está vinculado aos direitos sociais como, educação, saúde, habitação e com os direitos políticos (voto e direito de se candidatar), portanto, trata-se de um direito secundário que permite a liberdade de escolha do cidadão e que publiciza as decisões

dos representantes políticos, enfim, possibilita a ampliação, o alargamento e a socialização dos diversos direitos e deveres. Com isso, de forma mais aprofundada, Gentilli (2002, p. 42) explana que:

> O direito à informação, portanto, deve ser compreendido como um direito relacionado diretamente aos outros direitos, incluindo, obviamente, as contradições e os antagonismos destes. É um direito que fomenta o exercício da cidadania necessário ao exercício pleno do conjunto dos direitos de cidadania e, portanto, um fator decisivo no processo de aprofundamento democrático. Como consequência do raciocínio, o entendimento de que o acesso à informação é uma porta de acesso a outros direitos: numa sociedade de massas moderna, o acesso à informação jornalística, por parte do cidadão, pode potencialmente vir a consistir num direito que assegura outros direitos, confere condições de igualização de sujeitos e oferece a visibilidade ao poder e ao mundo. O direito à informação é, portanto, um direito em si – a despeito de se configurar como um direito-meio – e assim deve ser compreendido em toda a complexidade que envolve os direitos nas sociedades modernas.

Desse modo, a premissa democrática para as sociedades modernas é a igualdade dos cidadãos ao acesso à informação pluralística, o que se configura num direito que abre portas para o conhecimento, a reivindicação e lutas pela ampliação de direitos. Por isso, o teórico define-o como “direito-meio”.

Diante do cenário político, o direito de informação garante que os cidadãos tenham informação sobre a disputa entre candidatos de determinada eleição, caso não ocorra, essa eleição possui um desvio democrático, o que a caracteriza como menos democrática. Já no âmbito dos direitos sociais, o direito-meio é uma extensão do direito à educação e á saúde, na medida em que torna público e informa a respeito das alternativas de acesso e potencializa esses direitos.

Por outro lado, a informação de interesse público já se constitui em direito sob a perspectiva social, quando se compromete em orientar sobre o pagamento de impostos, as datas de vacinação, cuidados com assepsia, fornecimento de medicação e etc. Em suma, o direito à informação potencializa a pratica da cidadania tornando-se um fator preponderante no processo de consolidação democrática (GENTILLI, 2002).

Deste modo, ao retomar a conceituação de Thompson (1995, 2009), acredita-se que a discussão a respeito do direito à informação está adequada aos meios de comunicação de massa tradicional, justamente por compreender suas peculiaridades e sua potencialidade informativa. Já que, o teórico compreende a comunicação mediada como “interação quase

mediada", por constatar que a mídia massiva realiza a comunicação via de mão única e limita o controle de acesso à produção de conteúdos.

Com isso, a informação enquanto direito social é necessária ao cidadão para se viver em sociedade e por isso considera-se como uma modalidade de educação não formal (não sistematizada), na medida em que, instrui a população. E nesse sentido, o jornalismo é a expressão de toda informação de cunho social, não a única, mas uma alternativa expressiva muito recorrente na contemporaneidade.

Entretanto, cabe ao Estado diante do quadro de carência de informações promover alternativas de acesso, assim como fornecer educação e saúde. Sob esse ponto de vista, as campanhas do governo em relação ao uso de drogas, prevenção à AIDS, uso de camisinha são exemplos da responsabilidade do governo em garantir a informação como direito social. O que não significa que apenas o Estado deva compreender a informação como direito social. Os veículos de comunicação, entendidos como concessões públicas, deveriam atuar como instrumentos para promoção do direito à informação, já que são sugestionados pela constituição a agirem de tal forma. Nessa perspectiva, Guareschi (2006, p.33) acrescenta que:

> Pela Constituição brasileira, eles são um serviço outorgado, isto é, eles não podem ter "donos", pois eles são "concessões", dadas por um determinado período de tempo, para prestar serviços como educação, arte, cultura (nacional e regional), respeitando os valores éticos e sociais (art. 221 da Constituição). Além disso, "os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio". (art. 220 e 5º). São serviços públicos, como são as estradas, os correios, o telefone, etc. Ninguém paga, por isso, para ouvir uma rádio, ou assistir a determinado canal de TV aberta. Se uma televisão, ou rádio, é de canal aberto, não pode, por isso, ter dono, por um lado e, o que é importante, tem de ser um serviço público para toda a sociedade, por outro.

Portanto, com o pressuposto de outorga pública, os meios de comunicação passaram a ser compreendidos como serviço público e a partir do século XX e início do século XXI as mobilizações sociais além de lutarem pelos direitos sociais básicos do cidadão também reivindicavam a universalização do acesso e uso das novas tecnologias. Para Peruzzo (2007, p.51), a evolução das tecnologias de informação e comunicação propiciaram mudanças nos modos de vida da população, o que alterou as formas de intervenção social. Ao considerar essas evoluções tecnológicas, pela ótica da concessão pública, disponibilizadas para a população a fim de promover acesso às informações e à educação, pode-se dizer que elas "desempenham papel primordial no desenvolvimento social e da cidadania".

No entanto, na contemporaneidade torna-se evidente o descuido dos meios de comunicação para com o desenvolvimento social e cidadania. Por conta do neoliberalismo, o termo “cidadania” foi ressignificado, de direito a ter direitos e passou a ser repensado em seu cunho mercadológico, no qual o cidadão ganha status de cliente e consumidor de bens e serviços. Portanto, quando se trata de meios de comunicação, constata-se que o direito à informação não é executado efetivamente, assim como a constituição, a qual sugere uma programação voltada para o interesse público.

Segundo Venício de Lima (2004, p. 92), “a concentração midiática é a consequência mais acentuada da convergência entre os avanços tecnológicos e o setor de comunicação”. Em vista disso, provoca no ambiente contemporâneo globalizado uma desenfreada concentração de propriedade, o que resulta em reduzido número de megaempresas mundiais.

O exacerbado agrupamento das indústrias, sobretudo de comunicação ganhou maior denotação na década de 1990, pois, os empresários e concessionários dos meios de comunicação justificavam a integração horizontal, vertical e cruzada das empresas do setor pelo alto nível de investimentos, o qual exigia uma ação planejada de várias filiais do mesmo grupo.

A concentração verticalizada, segundo Venício de Lima (2004) refere-se à monopolização ou oligopolização na mesma especificidade do setor. Já a concentração horizontal trata-se de uma organização midiática que integra diferentes etapas do sistema produtivo como a produção, veiculação, comercialização e a distribuição de programas e conteúdos. Já a concentração cruzada faz menção à propriedade de diferentes plataformas midiáticas adquirida por um mesmo conglomerado, por exemplo, o Grupo Globo que possui uma editora, emissoras de rádio e televisão na tipologia paga e aberta.

Para o teórico, o Brasil tornou-se um ambiente acolhedor para tal processo, por razão da ausência de normas eficazes que impedissem a propriedade cruzada em nossa legislação. No entanto, a priorização de interesses comerciais nos âmbito da comunicação não é exclusividade do nosso país, alertando sobre a mesma problemática a teórica argentina Maria Cristina Mata (2006, p.13) aponta:

> En ese sentido, la imposición de la lógica mercantil como único regulador de los medios – tendencia creciente en nuestras sociedades – eliminaría la mera posibilidad de pensar cualquier efectivo ejercicio de la ciudadanía – es decir, de la reivindicación de derechos y el ejercicio de deberes – en ese terreno. Ciertamente, cualquiera puede negarse a comprar lo que el mercado oferta, pero lo grave es que la idea de que “nos pueden vender” la información, la cultura, el entretenimiento ha sido instalada como idea legítima, y que el

> único recurso oposicional parece ser una simple abstención de consumir, asumida de manera individual y sin consecuencias transformadoras[10].

Ao assinalar tal agravante no setor comunicacional, a teórica discorre sobre as formas de representação dos cidadãos utilizadas pela mídia, ela denomina a primeira forma como "sujeitos de necessidades", na qual a abordagem informativa dos canais de comunicação apresenta os sujeitos por meio do sensacionalismo em meio à gritos, lágrimas, sofrimentos e diversas precariedades, nesse sentido, este cidadão aparece indefeso e desprovido de direitos. Segundo Mata (2006, p.9), essa estratégia desfigura as vozes dos sujeitos protagonistas dos acontecimentos noticiados.

Outra forma de apresentar o sujeito seria como "sujeitos de demanda", nesta denominação os cidadãos são os mesmos sujeitos carentes, no entanto, é explorada a capacidade de reivindicação, de organização social e de representação política. Esse tipo de aparição garante o status de sujeito de posse de direitos.

Dessa forma, a teórica sinaliza que independente da forma como será interpretada essa aparição dos sujeitos no ambiente midiático, se ora reivindicando seus direitos por meio de organizações e movimentos sociais; ora carentes e indefesos, "la presencia en la escena mediática otorga visibilidad y condición ciudadana, significa su irrupción en el espacio público" (MATA, 2006, p.9) [11].

Complementando essa perspectiva, Peruzzo (2005, p.33) vislumbra a democratização midiática e o respeito ao direito à comunicação por meio da apropriação popular dos meios comunitários como uma saída aos desvios do sistema de comunicação nacional. Já que se constata que os meios de comunicação de massa estão nas mãos de poucos proprietários, os quais negam sua caracterização de serviço público e pautam-se nos seus próprios interesses.

Diante das reflexões apresentadas percebe-se que as argumentações de Gentilli (2002), as quais configuram o descomprometimento para com a cidadania por parte da mídia diferencia-se das arguições do teórico Rubim (2003), as quais trata a comunicação como espaço social que possibilita a publicização e torna-se essencial para manutenção da

[10] Tradução da autora: E neste sentido, a importância da lógica mercantil como única regulação dos meios- tendência crescente em nossas sociedades- eliminaria a mera possibilidade de pensar qualquer exercício efetivo da cidadania – a saber, da reivindicação de direitos e exercícios de deveres- nessa área. Certamente, qualquer um pode negar-se a comprar o que o mercado oferta, porém o grave é a ideia de que não podem vender a informação, a cultura, o entretenimento tem sido instalado como ideia legítima e que o único recurso de oposição parece ser uma simples abstenção de consumo, assumida de uma maneira individual e sem consequências transformadoras".

[11] Tradução da autora: A presença na cena midiática outorga visibilidade e condição cidadã, significa sua incursão no espaço público.

cidadania. E assim, acredita-se que apenas o direito à informação não é suficiente para consolidação da cidadania na atualidade.

Partindo dessa mesma corrente teórica, Peruzzo (2005), compartilha com Rubim (2003) a emergência de se ampliar a discussão a respeito do direito à comunicação. Para a teórica a comunicação possui outra roupagem é mais do que difusão de mensagens e está diretamente relacionada a uma dinâmica de organização e mobilização social, a qual visa à transformação social e construção de uma sociedade mais justa, enfim, "abre a possibilidade para a participação ativa do cidadão comum como protagonista do processo" (PERUZZO, 2005, p. 20).

Ela compreende o direto à comunicação como direito não ao acesso à informação, mas ao poder de comunicar por meio da mídia e com isso esclarece:

> Porém, direito à comunicação na sociedade contemporânea requer a negação da concentração da mídia nas mãos de grandes grupos econômicos e políticos; pressupõe o direito às mensagens fidedignas e livres de preconceitos; e inclui o direito ao acesso ao poder de comunicar. Ou seja, pressupõe que o cidadão e suas organizações coletivas possam ascender aos canais de informação e comunicação – rádio, televisão, internet, jornal, alto-falantes etc. – enquanto emissores de conteúdos com liberdade e poder de decisão sobre o que é veiculado (PERUZZO, 2005, p.40).

Nesse sentido, a visão de inclusão de atores sociais em canais de comunicação é concebida pelo entendimento que a teórica possui da comunicação. Segunda ela, nesse contexto, trata-se de outra comunicação, a qual envolve classes subalternas da população como moradores de uma determinada localidade carente de serviços públicos, trabalhadores do campo, negros, homossexuais, mulheres e etc. Mesmo que essa comunicação não seja força predominante, desempenha papel fundamental na manutenção e ampliação da cidadania.

Portanto, esses canais de informação são produzidos pelas classes populares e ultrapassam o compromisso de apenas difundir a informação, por meio dos conteúdos transmitidos, encontram-se inseridos no processo educativo e estão envolvidos com o cotidiano dos cidadãos.

Estes meios de comunicação são denominados pela teórica como mídia comunitária ou alternativa, a qual possui clara diferenciação em relação aos meios de comunicação tradicionais como: pauta-se em demandas advindas de cada lugar ou movimento social na qual esteja envolvido, não se propõe a atender grandes audiências, o que o torna meio complementar e por ultimo possuem uma capacidade significativa de inovação, incorporação de novas práticas e expressão de conteúdo (PERUZZO, 2005).

Por meio de rádios comunitárias, canais de televisão local dentre outras possibilidades advindas do sistema de comunicação, o cidadão encontra oportunidade para ser ouvido por meio da comunicação mediada. Mais que ser ouvido, o cidadão na busca de auto emancipação comunicativa luta pela cidadania. E assim, compreendendo-a como uma conquista não como uma doação ou fornecimento. Dessa forma infere-se que, por meio da pressão popular midiatizada torna-se possível exercer a cidadania na contemporaneidade.

Já que a cidadania não é uma dádiva dos nossos representantes políticos e sim um constante exercício de reivindicação e deliberação, é pertinente o seguinte questionamento: De que forma o cidadão participa de forma efetiva dos meios de comunicação popular?

Diferentemente dos meios de comunicação de massa tradicionais, os meios comunitários na contemporaneidade têm se destacado e potencializado a participação popular, tanto na produção de seus conteúdos como em seu controle e planejamento. Entretanto, para Peruzzo (2005, p.35) existem níveis distintos de participação popular, principalmente, quando se trata de América Latina. Diante de tal problemática ela esboça cinco diferenciações de níveis de participação:

> a) Como receptores dos conteúdos, o que ajuda a dar audiência, muitas vezes tomada como por: parâmetro para dizer se o meio de comunicação é "popular". É uma participação passiva que interfere nos conteúdos apenas indiretamente.
>
> b) Participação nas mensagens: nível elementar de participação, no qual a pessoa dá entrevista, pede música etc., mas não tem poder de decisão sobre a edição e transmissão.
>
> c) Participação na produção e difusão de mensagens, materiais e programas: consiste na elaboração, edição e transmissão de conteúdos.
>
> d) Participação no planejamento: consiste no envolvimento das pessoas no estabelecimento da política de meio comunicativo, na elaboração dos planos de formatos do meio e de programas, na elaboração dos objetivos e princípios de gestão etc.
>
> e) Participação na gestão: consiste no envolvimento no processo de administração e controle de um meio de comunicação comunitária (PERUZZO,2005, p.35).

Portanto, com as distinções das formas de participação nos meios de comunicação comunitário, percebe-se que o cidadão pode desempenhar vários papéis dentro do veículo como, receptor, leitor, espectador ou ouvinte, ser responsável pelos processos de planejamento, produção e gestão. Torna-se claro que os níveis mais avançados significam um avanço na ampliação da cidadania, seja pelo fato de transmitir conteúdos reivindicativos e

denunciativos ou pelo processo de gerir a comunicação. Nesse sentido, Peruzzo (2005, p.36) assinala que "os meios de comunicação produzidos por setores organizados das classes subalternas, ou a elas organicamente ligados, acabam por criar um campo propício para o desenvolvimento da educação para a cidadania". Dessa forma, a relação entre educação e comunicação é corroborada, pois o cidadão participante do meio de comunicação comunitário desenvolve o conhecimento, novo modo de olhar o seu entorno e de agir às circunstâncias locais, por meio da apropriação das técnicas e instrumentos dos veículos de comunicação. E com isso, instigam sua própria criticidade, a qual é estimulada pela recepção de informação e vivenciada na prática cidadã-comunicativa.

Mesmo com ascensão de canais comunitários, principalmente das rádios comunitárias, a participação efetiva dos cidadãos na mídia ainda é muito restritiva. Reconhecendo tal realidade a qual também está inserido o objeto dessa pesquisa, programa "Interação Comunitária", o qual não se configura como meio comunitário por estar presente na grade de uma emissora de rádio pública, Peruzzo (2002, p.6 apud Peruzzo, 2005, p.37) explicita:

> Um programa de televisão ou de rádio, mesmo que não seja produzido com a participação ativa da própria população (através de seus representantes) a quem também se destina o produto final, mas por uma equipe local de moradores, ou até pelos funcionários de uma organização não governamental ou de um sindicato, por exemplo, têm o potencial de contribuir na formação da consciência crítica e ampliação do nível de conhecimento dos emissores e receptores.

Para a teórica, a participação apenas no conteúdo já garante certo grau de potencialidade de ampliação da cidadania. Pois, o processo comunicativo quando produzido pela classe subalterna ou diretamente ligada a ela, servirá como instrumento potencializador para as práticas cidadãs.

Em concordância com as explicitações de Peruzzo (2003, 2005, 2007, 2010) a teórica Mata (2006) elabora de forma mais abrangente o conceito de "cidadania comunicativa":

> (…) la de ciudadanía comunicativa, que entendemos como el reconocimiento de la capacidad de ser sujeto de derecho y demanda en el terreno de la comunicación pública, y el ejercicio de ese derecho. Se trata de una noción compleja que envuelve varias dimensiones y que reconoce la condición de público de los medios que los individuos tenemos en las sociedades mediatizadas. La noción de ciudadanía comunicativa remite necesariamente a derechos civiles – la libertad de expresión, el derecho a la información, la posibilidad de exigir la publicidad de los asuntos públicos, etc. –, jurídicamente consagrados por diversos instrumentos tales como la constitución de los Estados, leyes, decretos, disposiciones reglamentarias. En este sentido, y como ocurre en general con los derechos civiles, la

> ciudadanía comunicativa representa un límite a la acción del Estado con el fin de garantizar la libertad de las personas y representa un estatus jurídico (MATA, 2006. p.13)[12].

Para Peruzzo (2010), a comunicação deve ser reconhecida como um direito humano. Desse modo, entendendo-a como um direito que passa de direito individual para a noção de direito coletivo de grupos humanos, de movimentos populares e das mais variadas formas de organização social de interesse público. Contudo, a cidadania comunicativa assim como a cidadania não é garantida apenas pelos textos de leis, pelo contrário, implica no desenvolvimento de práticas que visem assegurar os direitos do campo comunicacional.

Direito à informação, direito à comunicação e cidadania comunicativa são concepções distintas para se problematizar o mesmo objeto, a relação entre comunicação e democracia. Nesse sentido, pelas especificidades apresentadas é possível denotar pontos de convergência entre elas. Assim, a cidadania comunicativa de Mata (2006) e o direito à informação, discutido por Gentilli (2002) apresentam o mesmo teor crítico em relação à comunicação midiática, ambos os autores promovem uma reflexão a respeito das limitações e entraves dos meios de comunicação de massa tradicionais na busca da democratização da comunicação. Já a teórica Peruzzo (2005), juntamente com Rubim (2003) acredita que reivindicar o acesso à informação na contemporaneidade não é o suficiente para promover a democratização da comunicação e enxergam na tipologia comunicacional comunitária um revés para os vícios que limitam a participação dos sujeitos na mídia, enquanto portadores de direitos de comunicação.

Ao se considerar que a presente pesquisa investiga o programa de rádio de uma emissora pública, portanto, meio massivo que promove, segundo Thompson (1995, 2009) a "quase-interação mediada", as concepções de cidadania comunicativa e direito à informação se adéquam de forma mais direta ao processo comunicativo que se dá no objeto de estudo dessa dissertação. O que não significa que o direito à comunicação, em seu sentido de participação na produção, planejamento e gestão da comunicação seja esvaziado neste contexto, pelo contrário, por questão de direcionamento às especificidades do objeto

[12] Tradução da autora: Entendemos cidadania comunicativa como o reconhecimento da capacidade de ser sujeito de direito e demanda no campo da comunicação pública, e o exercício desse direito. Trata-se de uma noção complexa que envolve varias dimensões e que reconhece a condição de público dos meios que os indivíduos tem nas sociedades midiatizadas. A noção de cidadania comunicativa refere-se necessariamente aos direitos civis – a liberdade de expressão, o direito a informação, a possibilidade de exigir a publicidade dos assuntos públicos, etc.- juridicamente consagrados por diversos instrumentos como a constituição do Estado, lei, decretos, regulamentos. E neste sentido, e como ocorre em geral com os direitos civis, a cidadania comunicativa representa um limite à ação do Estado com o fim de garantir a liberdade das pessoas e representa um status jurídico.

concentra-se na análise do nível mais emblemático de participação, a participação no conteúdo, ou seja, utilização de interlocutores como fontes.

Diante da reflexão teórica realizada, cabe nesse momento elucidar o panorama brasileiro a respeito de práticas cidadãs a favor da democratização dos meios de comunicação e apresentar grupos e movimentos que atuam em concordância com a conceituação de que a comunicação é serviço público e possui o potencial de manutenção e ampliação da cidadania.

3.4.1 Democratização da Comunicação: uma prática cidadã no cenário brasileiro

Na busca pela democratização da comunicação denota-se que o cenário brasileiro conta com importantes movimentos, grupos sociais e organizações não governamentais que lutam pela democratização dos meios de comunicação, pela maior participação dos cidadãos na produção de conteúdos midiáticos e pela efetiva regulamentação da comunicação no país. Dentre as iniciativas de mobilização do setor, destacam-se: Campanha "Quem financia a baixaria é contra a cidadania", Coletivo Intervozes, Fórum Nacional para Democratização da Comunicação (FNDC), ONG TVer, Comunication Rights in the Information Society (CRIS) Brasil dentre outros grupos.

O teórico Murilo Soares (2006, p. 127) referenciado por Milton Santos (1995) assinala que a primeira fase do movimento para democratização da comunicação no Brasil, denominado "resistência" tomou forma após o golpe de 1964. Até esse momento, o setor não era visto como uma questão política. Diante do ímpeto de modernização do regime militar, a comunicação foi modernizada e assim, a imprensa e as artes foram censuradas. Em meio à repressão política, mais especificamente a partir de 1969, surgem as publicações alternativas representadas pelas ações sociais dos movimentos de resistência na sociedade, dentre essas se destacam: *Pasquim, Opinião, Coojornal, Movimento* e outros.

Já a segunda fase das lutas pela democratização da comunicação deu-se por meio do VII Congresso de Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Comunicação, realizado em 1983, onde foi proposta a criação da Frente Nacional de Lutas por Políticas Democráticas de Comunicação (FNLPDC), que entendia a elaboração de planos jurídicos como fundamental para avanço e estruturação do setor.

No ano seguinte a FNLPDC foi estabelecida em Brasília com a participação de parlamentares e entidades ligadas à causa. A iniciativa era pioneira e pretendia elaborar um manifesto propondo mudanças significativas no sistema de comunicação nacional. Dentre as reivindicações constava: pluralidade nos modelos de radiodifusão, heterogeneidade de

conteúdos, proibição de acúmulo de concessões, prioridade para fornecimento de concessões para organizações sem fins lucrativos e outros (SOARES, 2006).

Com a Assembleia Constituinte em 1987 e 1988 acreditava-se que as propostas da Frente Nacional de Lutas por Políticas Democráticas de Comunicação seriam regulamentadas. No entanto, após meses de discussões apenas algumas propostas de parlamentares ligados aos movimentos de comunicação foram apresentadas e incorporadas na Constituição. Mediante a frustração por não conquistar, de forma efetiva, as reivindicações por democratização na comunicação, o movimento desarticulou-se (SOARES, 2006).

Sua rearticulação deu-se em 1990 com a criação do Comitê pela Democratização dos Meios de Comunicação no Rio de Janeiro, que contou com o apoio de dezenas de entidades sindicais e da sociedade civil. No ano seguinte, surge o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), estruturado pelos sindicatos locais de jornalistas e radialistas, sob coordenação da Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj) e da Federação Nacional dos Trabalhadores em Emissoras de Rádio e Televisão (Fitert).

A título de apresentação, sob referência de Edgard Rebouças (2010, p. 173-181) e sites institucionais dos grupos, as iniciativas mais destacadas ao longo da história nacional serão elencadas a fim de proporcionar o entendimento do panorama de atuação dos movimentos que lutaram e ainda lutam a favor da democratização da comunicação:

a) Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação (FNDC)[13]

Criado em julho de 1991 na categoria de movimento social e oficializado como entidade em 20 de agosto de 1995, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) é formado por entidades que integravam a Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação. Sendo que, após verem derrotadas suas reivindicações pelo empresariado que praticamente redigiu o Capítulo V da Constituição Federal foram motivadas a continuar com a luta na busca de políticas públicas de comunicação e efetiva democratização do setor.

Nesta perspectiva o estudioso Edgard Rebouças (2010, p. 174) em seu artigo "A participação da sociedade civil nos debates de comunicação 20 anos pós- Constituição" assinala que:

[13] Mais informações disponíveis em: <http://www.fndc.org.br/> Acesso em 09 mai. 2012.

> O principal desafio do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação começava aí. Não bastava mais lançar teses, levantar bandeiras e palavras de ordem. Diante de um empresariado bem articulado política, econômica e tecnicamente, e de um corpo de tecnocratas com um vocabulário próprio e complexo que envolvem as tecnologias e as regulamentações, os representantes da sociedade deveriam mostrar que tinham condições de gerar propostas de políticas democráticas e ao mesmo tempo executáveis.

Em 1994 o FNDC contava com a adesão de 44 Comitês Regionais e Comissões pró-comitês e 32 entidades nacionais e mais de 300 entidades regionais. O que revela um cenário propício e solidificado para execução de ações que pudessem causar mudanças significativas no setor da comunicação. Dentre as conquistas do FNDC pode-se destacar a implantação do Conselho de Comunicação Social, por meio de pressão junto ao Executivo e ao Legislativo, a denotada participação nas negociações que resultou na elaboração do texto da lei que regulamenta a transmissão televisiva a cabo, nº 8.977/95 e da nova Lei de Imprensa (respondida pelo FNDC com o projeto da lei da Informação Democrática). Além de propiciar um ambiente favorável para discussão e elaboração de um conceito de radiodifusão comunitária, culminando na criação da Abraço (Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária), no entanto, devido à desarticulação do FNDC, a elaboração da lei nº9.612/98, sob forte pressão das empresas e a burocracia e limitação do texto de lei, tornou-se distante das discussões estabelecidas pela entidade.

Em 1997 o FNDC praticamente extinguiu-se, em razão dos conflitos de ordem conceitual na própria entidade. Diante disso, sua identidade institucional passou por uma série de questionamentos como: A entidade lutava pela democratização da comunicação ou promovia discussões de conceitos e criticas sobre políticas públicas?

Após quatro anos a entidade restabeleceu-se e engajou-se a fim de enfrentar mais uma vez a pauta imposta pelo Governo, a qual, segundo vazamento de informação, estava com texto de lei pronto sem consulta á sociedade a respeito da Lei de Comunicação Eletrônica de Massa e acrescenta-se nesse contexto as discussões sobre definição do modelo de transmissão de TV Digital (REBOUÇAS, 2010).

Nessa segunda etapa de atividades, o FNDC participou de forma direta no atraso da aprovação do projeto de lei 175/2001, o qual assegurava 100% de capital estrangeiro nas empresas de TV a cabo. Já no ano de 2003 o FNDC realizou durante o III Fórum Social Mundial o Seminário “Comunicação para o Exercício da Cidadania”, em abril do mesmo ano representantes do Fórum participaram do Grupo de Trabalho que tinha como missão acelerar o processo de legalização de 4,4 mil rádios comunitárias.

Em suma, com o exposto constata-se que a atuação do FNDC ocorre por meio de representação política e institucional diante do Poder Público e outras instituições sociais, eventos de conscientização da sociedade realizados por comitês regionais, como também elaboração de manifestos e outros materiais que abordem a democratização da comunicação (FNDC, 2012).

b) O amanhã de Nossos Filhos (OANF)[14]

Segundo Edgard Rebouças (2010, p.175) a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) é o grupo de pressão de maior expressão histórica no país. Vinculado à parte mais conservadora da Igreja Católica, a TFP destacou-se pela defesa de posições contra a reforma agrária e divórcio. O grupo no ano de 1964 em São Paulo realizou uma manifestação intitulada "marcha da família com Deus pela liberdade" em oposição ao discurso do presidente João Goulart sobre as reformas que faria em seu governo. A marcha culminou numa espécie de legitimação social ao golpe militar que ocorreu nos dias seguintes. A TFP contava com unidades em mais de 24 países. No Brasil, as campanhas que mais se destacaram foram: "S.O.S Fazendeiro" (contra a reforma agrária), " Pró-legitima defesa" (a favor do uso de armas) e " O amanhã de nossos filhos" (contra as imoralidades transmitidas na televisão). Em janeiro de 2000, a TFP manifestou-se contra o lançamento do filme Dogma, por representar um mal à sociedade na concepção do grupo, pois trazia a cantora canadense Alanis Morissette como Deus. As manifestações que aconteceram nas ruas do Rio de Janeiro e por meio de carta enviada ao ministro da Justiça conseguiram atrasar em duas semanas o lançamento e reduziu a quantidade de salas onde seria exibido o filme.

A TFP no âmbito televisivo atua por meio do grupo "O amanhã de nossos filhos" (OANF) coordenado por Paulo Correa de Brito Filho, com objetivo de promover pressão entre o Legislativo e o Executivo. Sendo que, uma das principais metas alcançadas consistia na criação da delegacia do telespectador. No mais, as conquistas do OANF contam com a herança da TFP. De forma pontual suas manifestações e intervenções mais recentes são a respeito de cenas de sexo na novela Xica da Silva em 1994, a presença de personagens lésbicas na novela Torre de Babel em 1998 e o uso de modelos seminuas em programas de auditório dominicais etc. Mesmo que suas reivindicações proporcionem mudanças, a atuação do grupo pauta-se na manutenção do conservadorismo das alas mais ortodoxas do

[14] Mais informações disponíveis em: <http://www.familia.org.br/> Acesso em 09 mai. 2012.

catolicismo. Após a morte em 1995 de Plínio Correa, fundador da TFP, suas ações na mídia foram diminuídas.

c) ONG TVer[15]

Como grupo estruturado foi criado em junho de 1997, porém em agosto do ano seguinte transformou-se em organização não governamental (ONG), atuando na busca de qualidade na programação televisiva brasileira. Surgiu por iniciativa da deputada Marta Suplicy (PT-SP) e questionava o uso do bem público na disputa de audiência. Mesmo não atuando como grupo de pressão, reivindicou e tomou ações legais contra o programa do Ratinho nas emissoras Record e SBT.

A ONG TVer era formada por psicólogos, jornalistas, advogados, procuradores estaduais/federais e professores, os quais se preocupavam com agressividade e sensacionalismo na programação televisiva. Em 2004 a ONG começou a desarticular-se e encerrou suas atividades no ano de 2006. Segundo Edgard Rebouças (2010, p.178), a ONG "foi uma importante mola propulsora para o que estava se constituindo como o movimento nacional da campanha "Quem financia a baixaria é contra a cidadania".

d) "Quem financia a baixaria é contra a cidadania" [16]

A campanha "Quem financia a baixaria é contra a cidadania" nasceu em 2002, como resultado de deliberações e reivindicações do maior evento anual deste setor VIII Conferência Nacional de Direitos Humanos. Sua criação tinha como principal objetivo promover o respeito aos princípios éticos e os direitos humanos na televisão brasileira. Tratava-se de uma iniciativa da minoria da Câmara dos Deputados, da Comissão de Direitos Humanos e de diversas entidades sociais, com destaque para o Deputado federal Orlando Fantazini, que ocupava a presidência dessa Comissão e coordenou a campanha até 2005. "Quem financia a baixaria é contra a cidadania" em seu ápice contava com 57 entidades parceiras entre elas, Conselho Federal de Psicologia, Federação Nacional dos Jornalistas, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), Ordem dos Advogados (OAB) dentre outras. A campanha criou um espaço público, no qual os cidadãos podiam defender-se de abusos da programação televisiva. Para esse fim foi desenvolvido o site

[15] Mais informações disponíveis em: <http://tver.zip.net/> Acesso em 09 mai.2012
[16] Mais informações disponíveis em: <http://www.eticanatv.org.br/index.php> Acesso 10 mai. 2012.

<www.eticanatv.org.br> e o número de telefone 0800.619.619 disponibilizado pela Câmara dos Deputados para receber denúncias. Até o ano de 2008 a campanha contabilizou 30 mil denúncias fundamentadas (REBOUÇAS, 2010).

Os representantes da campanha participaram de diversas audiências públicas e entraram com ações judiciais contra programa Domingo Legal, pelo fato de apresentar nudez em horário inadequado. As manifestações da campanha renderam a suspensão do Programa do apresentador João Kleber por decisão da Justiça Federal. Além disso, foi criado um programa produzido pela TV Brasil e TV Câmara, com efetivo apoio da campanha, a fim de discutir os direitos humanos no âmbito da comunicação. Os impactos causados por esse movimento, mais que intervir na programação televisiva e acompanhar as classificações indicativas, proporcionou a conscientização do cidadão para os meios de comunicação, entendendo-os como serviço público, nos quais todos os cidadãos têm o direito de reivindicar por uma programação televisiva mais digna e democrática.

Atualmente a campanha promove no segundo domingo do mês de outubro o Dia Nacional contra a Baixaria na TV, realizando movimentos contra a publicidade para crianças, revisão de critérios para concessão de canais e em prol da I Conferência Nacional de Comunicação (REBOUÇAS, 2010, p.179).

e) CRIS Brasil[17]

O grupo CRIS Brasil surgiu em 2003 como braço da Campanha Internacional "Communication Rights in the Information Society" o objetivo do grupo era inserir o Brasil nas discussões internacionais sobre os direitos humanos e direito à comunicação na sociedade de informação. O grupo foi financiado pela Ford Foundation e defendia quatro pilares de atuação: criar espaços democráticos, garantir um melhor uso do conhecimento e do domínio público, manter vigentes os direitos civis e políticos na sociedade de informação e assegurar o acesso equitativo e exequível.

Contava com apoio de 40 entidades como: Rede de Informação para o Terceiro Setor (Rits), Centro de Cultura Luiz Freire, Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc), Intervozes, World Association for Christian Communication (Wacc) dentre outras. Mesmo com a articulação, em 2005, o grupo esvaziou-se após os encaminhamentos tomados posteriormente a Cúpula Mundial da Sociedade da Informação. A visão do grupo, direcionada

[17] Mais informações disponíveis em:< http://www.crisbrasil.org.br/apc-aa/cris/index.shtml> Acesso em 10 mai. 2012.

de forma ampla para democratização da comunicação, passou a ser compartilhada de maneira mais expressiva pelas entidades parceiras dentre elas destaca-se o Intervozes (REBOUÇAS, 2010).

f) Intervozes- Coletivo Brasileiro de Comunicação Social[18]

O Intervozes iniciou suas atividades em 2002, integrando profissionais e estudantes da comunicação social. E no ano seguinte foi oficializado como Associação Civil sem fins lucrativos. Dentre os principais objetivos da Associação estão: lutar para transformar a comunicação num bem público, efetivar a comunicação como um direito humano, fortalecer a esfera pública e ampliar a participação da sociedade civil nas tomadas de decisões coletivas e etc.

Também financiado pela Ford Foudation, sua trajetória histórica conta com significativas ações. Entre os anos de 2004 e 2005, o Intervozes juntamente com o CRIS Brasil participou da elaboração do projeto de Governança Global, o qual apresentava fundamentos teóricos e formas de efetivação do direto à comunicação nos países pesquisados. Já entre 2005 e 2007 o coletivo atuou fortemente nos debates sobre a implantação da TV Digital no país.

A partir de novembro de 2005 o Intervozes desenvolveu o Centro de Referência para o Direito à Comunicação, a fim de promover um ambiente propício para a luta pelo direito à comunicação. E assim, o portal Observatório do Direito à Comunicação, <www.direitoacomunicacao.org.br> foi criado com objetivo de criar um espaço de acompanhamento, fiscalização e reflexão sobre as políticas públicas no âmbito da comunicação. Também nesse ano, o Intevozes em parceria com o Ministério Público Federal e outras organizações da sociedade civil ingressou uma ação pública contra a emissora Rede TV e o apresentador João Kleber, pelo desrespeito aos direitos humanos em seu programa televisivo. Essa ação resultou na ocupação da grade da emissora com o programa Direitos de Resposta, que promoveu os direitos humanos por uma hora diária no decorrer de um mês.

Em 2008 o coletivo Intevozes mobilizou-se para realização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação, por meio de articulação pela Comissão Pró Conferência, a qual agrupava diversas entidades sociais. Foi realizado também o Encontro Preparatório para a realização do evento, que contou com 300 pessoas, resultando em abaixo-assinado de mais de

[18] Mais informações disponíveis em:< http://www.intervozes.org.br/> Acesso em 10 mai. 2012.

6 mil assinaturas e favoreceu a pressão sobre o governo para realização da Conferência. Pode-se dizer que essa ação resultou no anuncio em 2009 da realização de tal evento.

Já no ano de 2009 a atuação do coletivo concentrou-se no processo de realização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação. Por conta disso, o Intervozes participou como entidade da sociedade civil na Comissão Organizadora da Conferência (CON). Como consequência de sua atuação, o coletivo participou de 19 etapas estaduais da conferência, publicou 3 documentos em contribuição para o processo e foi referência na formulação e apresentação de propostas. Sendo que 10 das 14 propostas apresentadas pelo Intervozes, como prioritárias, foram aprovadas (INTERVOZES, 2012).

3.4.1.2 1ª Conferência Nacional de Comunicação – CONFECOM

Sem dúvidas a 1ª Conferência Nacional de Comunicação tratou-se de iniciativa inédita na trajetória político-histórica nacional. Como também é inegável a participação de alguns grupos listados acima, seja propiciando espaço adequado para deliberação da democratização da comunicação ou na pressão que esses grupos fizeram junto ao Governo Federal para que esse evento fosse realizado.

Após muitos anos de pressão pelos grupos em prol da democratização da comunicação, a fim de ouvir suas reivindicações sociais, no ano de 2009, mais precisamente, no Fórum Social Mundial realizado na cidade de Belém do Pará o presidente da república, Luiz Inácio da Silva, anunciou que no mesmo ano realizaria a conferência. E nesse sentido, ele cedeu à pressão do Movimento "Pró Conferência de Comunicação" que reivindicava a convocação de um espaço, no qual a sociedade civil estivesse inclusa nos debates sobre políticas públicas do setor comunicacional.

Em abril do mesmo ano foi publicado no Diário Oficial o Decreto Convocatório, que instituía o início dos trabalhos para realização da conferência, a qual abordava a temática: "Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital". No decreto também constava a estruturação da conferência em etapas distintas e assegurava o Ministro do Estado das Comunicações como responsável para realização da Conferência Nacional, com apoio dos Ministros de Estados, Chefes da Secretaria Geral e da Secretaria da Comunicação Social da Presidência da Republica.

Em setembro de 2009 foi publicado o Regulamento Interno, por meio da portaria 667 do Ministério das Comunicações, o qual previa a divisão das etapas da conferência em: preparatórias, eletivas e nacional. Desse modo, a etapa preparatória consistia em Conferências

Municipais e Intermunicipais, Conferências Livres e no âmbito nacional determinou-se a Conferência Virtual. E assim, as etapas eletivas seriam constituídas pelas Conferências Estaduais e Distritais, com objetivo de encaminhar propostas para apreciação e deliberação na etapa nacional (CONFECOM, 2010).

Portanto, mesmo com a convocação nacional para a conferência a fim de propor mudanças no setor, as "Comissões Pró Conferência" precisavam convocar as Conferências Municipais e Estaduais para definir os delegados que participariam da etapa nacional, com exceção dos delegados ligados ao poder público, que cabia ao Governo indicar. Em relação aos aspectos organizacionais da conferência foi criada a Comissão Organizadora Nacional (CON) constituída por representantes do poder público e da sociedade civil.

O estudioso e também delegado da sociedade civil não empresarial na etapa nacional, Marcos Dantas (2010b, p.1), sob essa perspectiva assinala que:

> Cerca de 1.600 delegados, representando os movimentos populares, o empresariado e o governo discutiram um total de 1.422 teses sobre a organização política e econômica dos meios de comunicação do país. Com certeza, foi a primeira vez que o Brasil testemunhou um debate sobre suas comunicações, envolvendo segmentos tão amplos da nossa sociedade.

A realização da conferência não foi tarefa fácil, o cenário para realização tornou-se ainda mais complexo quando a CONFECOM passou por obstáculos estratégicos. A fim de deslegitimar o movimento o setor da sociedade civil empresarial, no qual destacam-se as Organizações Globo e Rede Record á frente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (Abert), a Associação Nacional dos Jornais (ANJ) e a Associação Brasileira de TV por Assinatura (ABTA), após negociações com o governo retiraram-se da Comissão Organizadora Nacional, por acreditar que os objetivos da conferência iam de encontro com os princípios constitucionais e assim boicotaram o evento e apostavam no seu fracasso (AGOSTINHO, 2010).

Segundo Marcos Dantas (2010a), a Abert jogou com todo peso de sua liderança, insistiu e exigiu regras e limites para estreitar as margens dos debates e mesmo com as concessões aceitas retirou-se do processo e levou com ela outras entidades. Nesse sentido, o governo aproveitou a situação para explorar as contradições do setor empresarial e se sustentar nas entidades como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações (FNDC).

O setor empresarial não conseguiu criar um consenso, com isso outras entidades permaneciam no processo como a Associação Brasileira de Radiodifusores (ABRA) entidade

que representa a TV Bandeirantes e a Rede TV e a Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil).

Diante desse contexto, Dantas (2010a) elucida que para a Abra e para a Telebrasil era interessante a realização da Conferência, por representar uma tentativa de enfraquecimento político da Abert e uma oportunidade de aproximação do governo.

Em suma, pelo temor de ser esmagada pelas reivindicações da sociedade civil não empresarial, as solicitações da sociedade civil empresarial foram aceitas e consistiam na composição tripartite: 40% dos delegados deveriam ser indicados pela sociedade civil empresarial, 40% pela sociedade civil não-empresarial e 20% dos delegados deveriam ser indicados pelo governo. Outra implicação da sociedade civil empresarial foi o estabelecimento das "questões sensíveis" com o propósito de dificultar a aprovação de determinadas questões, já que as questões definidas como sensíveis deveriam ser aprovadas somente se obtivessem 60% mais um dos votos, com pelo menos 1 voto em cada segmento (Dantas, 2010a). Outra solicitação do setor empresarial atendida foi a não caracterização deliberativa das conferências municipais e estaduais.

A 1ª CONFECOM aconteceu de 14 a 17 de dezembro de 2009 e contou com a participação de cinco diferentes categorias: delegados eleitos nos estados e no Distrito Federal, por segmento, delegados natos, delegados por indicação, delegados do Poder Público e observadores. Desse modo, os participantes das quatro primeiras categorias possuíam direito de voto e voz na etapa nacional, já os observadores só possuíam o direito de voz (CONFECOM, 2010). E os delegados natos e seus suplentes foram os integrantes da Comissão Organizadora Nacional, os quais puderam participar das fases estaduais e distrital.

Dividida em três eixos temáticos a 1ª Confecom contou com a deliberação dos 15 Grupos de Trabalhos: GT1- Produção de Conteúdo: produção independente, produção regional, garantia de distribuição; GT2- Produção de Conteúdo: incentivos, fiscalização; GT3- Produção de Conteúdo: financiamento, competição, tributação, órgãos reguladores, marco legal e regulatório; GT4- Produção de Conteúdo: conteúdo nacional, propriedade das entidades produtoras de conteúdo, propriedade intelectual, aspectos federativos; GT5- Meios de distribuição: rádio, rádio e TVs comunitárias; GT6- Meios de distribuição: internet, telecomunicações, banda larga, infraestrutura; GT7- Meios de distribuição: televisão aberta, TV por assinatura, cinema, multiprogramação, mídia impressa, mercado editorial, responsabilidade editorial, publicidade; GT8- Meios de distribuição: sistema de outorgas, fiscalização, propriedade das entidades distribuidoras de conteúdos; GT9- Meios de distribuição: sistemas público, privado e estatal, tributação, financiamento, competição;

GT10- Meios de distribuição: órgãos reguladores, aspectos federativos, administração do espectro, normas e padrões, marco legal e regulatório; GT11- Cidadania: direitos e deveres: democratização da Comunicação, participação social na Comunicação, liberdade de expressão; GT12- Cidadania: direitos e deveres: soberania nacional, desenvolvimento sustentável, educação para a mídia, acesso à cultura e à educação; GT13- Cidadania: direitos e deveres: classificação indicativa, órgãos reguladores, aspectos federativos, marco legal e regulatório; GT14- Cidadania: direitos e deveres: inclusão social, direito à comunicação, fiscalização e GT15- Cidadania, direitos e deveres: respeito e promoção da diversidade cultural, religiosa, étnico-racial, de gênero, orientação sexual, proteção a segmentos vulneráveis, como crianças e adolescentes (DANTAS, 2010a).

Cerca de 1700 delegados dos três segmentos compareceram a etapa nacional, levando para Brasília 1422 propostas ou teses para apreciação. 672 propostas foram aprovadas, dentre essas 601 aprovadas diretamente nos Grupos de Trabalhos e 71 aprovadas pela plenária final.

Em suma, os GTs funcionaram como pequenas plenárias com cerca de 100 delegados sob o rigor da regra: a proposta que obtivesse 80% ou mais de aprovação nos GTs estava automaticamente aprovada, já as propostas que obtivessem 30% ou menos dos votos estava automaticamente rejeitada e as que sobrassem entre as margens percentuais deveriam ser elencadas quatro propostas para deliberação na plenária final. Diante disso, a disputa entre os setores foi notória em toda a 1ª Confecom sendo acentuada na plenária final, pela utilização do artifício das questões sensíveis, o que na prática passou a ser utilizado pelos delegados a fim de dificultar a aprovação de uma resolução. Sobre essa recorrência na plenária, o teórico André de Almeida Agostinho (2010) esclarece que:

> Por meio desse instrumento, o representante que declarasse esse voto precisaria da aprovação de pelo menos 50% dos delegados de um dos três segmentos, e a proposta para ser aprovada precisaria atingir 60% da aprovação do total da plenária. Na prática, nenhuma das propostas onde esse instrumento foi utilizado conseguiu aprovação.

Em complemento a argumentação de Agostinho (2010), Marcos Dantas (2010b) afirmou que as questões realmente polêmicas na 1ª Confecom foram em volume reduzido e as "questões sensíveis" totalizaram não mais que 11. Assim, cerca de 41% das 1422 teses/propostas iniciais foram aprovadas por consenso ou por mais de 80% dos votos nos GTs. "Ao todo, somando-se também as teses aprovadas em Plenária, a Confecom referendou 45,5% das propostas que discutiu. Mesmo em Plenário, aprovou 64 teses, contra 13 rejeitadas, das quais, repetindo, 11 por 'questões sensíveis'" (DANTAS, 2010b).

A realização da 1ª Confecom expressou a emergência de compreender os meios de comunicação como serviço público e com isso, detentores de nítidas potencialidades e responsabilidades para com o amadurecimento democrático do país.

Mesmo que as deliberações da Conferência não tenham força de lei, suas resoluções devem pautar as decisões do Executivo e Legislativo, transformando-as em projetos de lei. Desse modo, a argumentação crítica sobre a 1ª Confecom pauta-se nas demasiadas aprovações das propostas. Nesse caso, mais de 600 teses/propostas aprovadas. Ainda que essas sejam legítimas é preciso analisar se este percurso é o mais adequado para possíveis modificações no sistema de comunicação. Por outro lado, a transformação das resoluções da conferência em lei passa pela aprovação do Congresso Nacional, o qual historicamente possui uma relação estreita com o setor empresarial.

Para os teóricos, Valérios Cruz Brittos, Bruno Lima Rocha e Paola Madeira Nazário (2010), a 1ª Confecom lançou propostas pertinentes ao cenário atual do setor de comunicação como: fortalecimento dos meios de comunicação públicos e comunitários, regulamentação das concessões, criação de disciplina no ensino médio e fundamental sobre uma leitura crítica da mídia dentre outras.

Porém, elas esbarram num entrave engendrado desde a Constituição de 1988, pois, mesmo que a Carta Magna descreva e assegure os setores, público-estatal, privado e público não estatal como sendo complementares. O que sempre operou no setor é a rivalidade entre eles. E para que tal cenário sofra as modificações necessárias, além do diálogo aberto que houve na 1ª Confecom faz-se necessário conceituar, definir e regulamentar o funcionamento desses três âmbitos da comunicação.

Portanto, para alterar o sistema de comunicação operante no país é preciso revisitar e ressignificar todo processo construtivo do sistema, que claramente favorece os oligopólios e concentrações midiáticas tornando o serviço público um mero serviço de obtenção de lucros descomprometido com o desenvolvimento social. Enquanto o setor da comunicação estiver desequilibrado as iniciativas para debater esses desvios do setor serão publicizadas com a máscara da censura, a fim de evitar que tais pautas agendem o cotidiano da população.

Em suma, a comunicação deve ser compreendida por toda população como uma alavanca ao desenvolvimento social e às praticas cidadãs. E por isso, a emergência de democratizar e regulamentar tornando-a mais plural, pública e transformadora, uma vez que por meio da comunicação é que se encontrará uma alternativa para desengendrar a hegemonia política mercadológica que massifica o cidadão.

4- COMUNICAÇÃO PÚBLICA NO CENÁRIO BRASILEIRO E A AMPLIAÇÃO DA CIDADANIA NO RÁDIO

Os trâmites que proporcionaram ao país a conquista da realização da I Confecom (Conferência Nacional de Comunicação) foram engendrados por diversos movimentos do setor, os quais lutavam pela ampliação da cidadania. Em vista disso, esses grupos de pressão e movimentos encontraram fundamentações teóricas para as suas ações na Comunicação Pública, vertente da comunicação que defende o comprometimento do setor para com o desenvolvimento social, ampliação e manutenção dos direitos do cidadão.

As propostas apresentadas e aprovadas na I Confecom demonstraram a necessidade de atualização da regulamentação do setor da comunicação no país, a fim de torná-la mais democrática e condizente com a contemporaneidade. Em suma, com a Conferência foi possível refletir e discutir a respeito do descompromisso da mídia, em sua vertente privada, para com a cidadania. Dessa forma, buscou-se problematizar a complementaridade, sugestionada por lei, entre setor público, privado e estatal. O que tornou claro a preponderância dos veículos de comunicação privados concessionados em detrimento do setor público.

Em razão dos percalços da regulamentação e da prática comunicacional no país, pesquisadores da área vislumbram na vertente cidadã da comunicação uma alternativa eficiente para garantir o direito de informação e o direito de comunicação aos cidadãos brasileiros. Pois, acreditam que a manutenção e a extensão destes direitos proporcionariam maior autonomia ao cidadão para reivindicar uma sociedade mais justa.

No entanto, para que esse cenário seja concretizado faz-se necessária a democratização dos meios de comunicação. Nesse sentido, em meio aos avanços tecnológicos o veículo rádio ainda é apontado como o canal mais democrático do país. Em vista disso, acredita-se que a discussão sobre o comprometimento midiático para com a cidadania deve primeiramente ser direcionada para o âmbito radiofônico.

Dessa forma, as concepções sobre Comunicação Pública serão apresentadas nesse capítulo com objetivo de refletir a respeito da potencialidade democrática do rádio. E com isso, angariar subsídios para a compreensão do veículo como instrumento de consolidação e promoção da cidadania.

4.1 A concepção de comunicação pública: por uma vertente comunicacional cidadã

O surgimento da conceituação sobre comunicação pública no Brasil encontra-se diretamente ligado à evolução da consciência e compreensão da relação entre comunicação e cidadania. Desse modo, o caminho percorrido na formação desse conceito está baseado no paradigma da construção da cidadania. Sob essa perspectiva, Brandão (2009, p.29), acredita que o paradigma concentra a junção de "rebeldia, idealismo e a dor da resistência que marcaram os anos 60 e 80 na América Latina e que forjaram a construção de um campo de conhecimento ideologicamente engajado". Tal engajamento defendia a liberdade dos países latino-americanos dependentes da economia capitalista, lutava pela democratização do acesso e produção de informações e pregava que a solidariedade coletiva tornar-se-ia possível por meio do entendimento da comunicação como meio de transformação social. De acordo com a teórica, o paradigma fortificou no século XX o ideal iluminista, engendrando um campo de conhecimento comunicacional, de certa forma, sonhador que se perpetuou na comunicação pública. E assim, "se, por um lado, esta perpetuação é positiva para o surgimento da comunicação pública, é também um elemento que dificulta a construção e a aceitação do conceito" (BRANDÃO, 2009, p.29).

Nesse sentido, a redemocratização do país possibilitou novas formas de vivências democráticas e consequentemente propiciou a demanda de informações que visassem à construção da cidadania, de modo que, a sua concepção ressignificou-se e passou a ser compreendida sob o enfoque da participação, do exercício de direito e deveres e da luta pra sua conquista, enfim, perdeu sua passividade.

> Comunicação e cidadania são conceitos interligados, cujo crescimento e aperfeiçoamento reforçam a existência mútua. A comunicação deve ser plena a tal ponto que possa oferecer ao cidadão condições de se expressar enquanto personalidade crítica e autônoma, emancipar-se e compreender-se, de modo a fomentar uma capacidade de organização e mobilização dos sujeitos que consistirá, em última instância, na concretização de uma cidadania ativa, fruto do aprendizado da produção coletiva de saberes, capaz de romper formas de exclusão e opressão e encontrar caminho e modelos próprios de organização da vida coletiva (DUARTE, 2009, p. 113).

Desse modo, a comunicação tornou-se agente social e político preponderante na formação do espaço público. Portanto, constata-se que as mudanças ocasionadas, por meio da redemocratização, demandaram também a ressignificação do campo comunicacional, o que favoreceu a formação do conceito de comunicação pública, muitas vezes entendida por alguns teóricos como vertente utópica.

Mesmo com a utilização da comunicação pública, durante muitos anos, com objetivos propagandistas pelos setores privados, estatais e governamentais, segundo o teórico italiano, Stefano Rolando (2011, p.34) ela foi redescoberta pelas instituições que passaram a compreendê-la como alicerce não apenas para representação do poder, "mas para fazê-lo funcionar". A respeito dessa relação entre comunicação e poder, Brandão (2009, p.30) acredita que a comunicação pública revigora-se e organiza-se de acordo com o estabelecimento e crescimento do poder do cidadão na configuração da sociedade contemporânea. E diante desta perspectiva esclarece:

> Não penso, como boa parte dos autores, que é a comunicação o poder que manipula todos os outros, inclusive os cidadãos na sociedade do espetáculo, no mundo mediatizado. Não pretendo com esta afirmativa restringir o poder da comunicação ou da mídia; quero apenas deslocar o olhar e ser capaz de enxergar a comunicação como a provável manifestação política mais importante da organização da sociedade contemporânea. Neste raciocínio, só entendo a comunicação pública como parte integrante da vida política da sociedade e, como tal, ela não é um poder em si, mas o resultado do poder do cidadão quando organizado e constituído como sociedade civil.

Infere-se, portanto, que a função da comunicação está cada vez mais missionária e pertencente à vida política de um país. E com isso, a comunicação pública, entendida como um progresso da própria área torna-se resultado da organização da voz do cidadão no cenário político. Pierre Zémor (1995), expoente pesquisador francês, acredita que: "A comunicação pública é, ela própria, uma missão de serviço público".

Nesse sentido, defende-se que a comunicação pública é o processo comunicativo que se instaura na esfera pública entre o Estado, o Governo e a Sociedade propondo um espaço de deliberação dos diversos interesses inerentes às diferentes instâncias de poder constitutivas da vida pública no país (BRANDÃO, 2009).

Nesta mesma ótica, Duarte (2006), reconhece que não existe um consenso sobre a comunicação pública. Desse modo, para ele é possível encontrar concepções que a abordam como difusão de ideias na esfera pública, sistema midiático de informação, comunicação realizada pelo Terceiro Setor e pela radiodifusão pública e até mesmo como atividades realizadas pelo Estado ou governo. Mesmo havendo várias maneiras de conceituar a comunicação pública, Duarte (2011, p.126) acredita que a falta de unanimidade é fator positivo, "pois estimula o debate em torno da ideia central do tema, que é a comunicação que envolve o interesse público".

Para Hohfeldt (2011, p.231) o interesse público traduz uma vasta abrangência a fim de incluir o maior número possível de interessados ou que venham a se interessar (ou estar envolvidos, ou sofrer) as consequências de uma determinada decisão ou ação.

Diante disso, Duarte (2006) assim como Brandão (2009), compreende a comunicação pública, enquanto processo e ambiente de informação e diálogo que envolve o Estado, Governo, Empresas, Partidos e a sociedade civil com objetivo de formar e atender ao interesse público.

Por não representar especificamente uma área do conhecimento, profissão ou estruturas, a comunicação pública torna-se uma postura, um modo de atuar e perceber a comunicação como instrumento promotor de cidadania:

> Comunicação pública coloca a centralidade do processo de comunicação no cidadão, não apenas por meio da garantia do direito à informação e à expressão, mas também do diálogo, do respeito a suas características e necessidades, do estímulo à participação ativa, racional e corresponsável. Portanto, é um bem e um direito de natureza coletiva, envolvendo tudo o que diga respeito a aparato estatal, ações governamentais, partidos políticos, movimentos sociais, empresas públicas, terceiro setor e, até mesmo, em certas circunstâncias, às empresas privadas (DUARTE, 2009, p.61).

Portanto, a comunicação pública possui uma conotação ampla e afastada da visão restrita de fornecimento de informação. Ela compreende que o cidadão deve ter o integral conhecimento sobre o que lhe diz respeito, especialmente em relação às informações que ele não busca saber por desconhecer sua existência, e a possibilidade de expressar suas opiniões sabendo que será ouvido e obter instruções e educação para a cidadania. O que significa que a práxis da comunicação pública pretende estimular a autonomia dos sujeitos, o conhecimento de seus direitos, a orientação, o atendimento adequado e a participação efetiva nos assuntos e decisões que são de seus interesses. Assim, salienta-se a necessidade de se ouvir o cidadão, pois essa ação é condizente com a compreensão da comunicação pública como partilha e troca de informações de interesse público (ZÉMOR, 1995).

É importante destacar que a informação, apesar de ser a fundamentação da ação comunicativa, não deve ser tratada como equivalente à comunicação: “Informar é necessário, mas não suficiente. Comunicação é um *processo* circular e permanente de troca de informações e de mútua influência” (DUARTE, 2011, p.129).

Desse modo, acredita-se que o maior desafio da comunicação pública é implantar a perspectiva do cidadão e da sociedade acima dos interesses das instâncias governamentais, políticas, midiáticas e privadas. E assim, os governos, por meio do interesse público e

empoderamento constituem-se como os principais indutores da comunicação pública, e com isso, devem promover políticas públicas, demonstrar transparência nas atividades administrativas e oferecer recursos para qualificar e viabilizar os canais de comunicação de interesse público.

No entanto, mesmo que os governos sejam reconhecidos como indutores dessa comunicação, não se deve confundir essa vertente com a comunicação governamental: "Comunicação Pública é um conceito mais amplo, envolvendo toda a comunicação de interesse público, praticada não só por governos, como também por empresas, Terceiro Setor e sociedade em geral" (OLIVEIRA, 2004, p.187).

Não obstante, a comunicação pública durante muitos anos foi associada à comunicação realizada pelos governos. A partir de uma análise comparativa entre as duas vertentes, Monteiro (2009, p.38) esclarece que a comunicação governamental visa "à prestação de contas, ao estímulo para o engajamento da população nas políticas adotadas e ao reconhecimento das ações promovidas nos campos político, econômico e social". Portanto, é parte constitutiva do poder e acompanha as tomadas de decisões políticas.

A fim de comprovar a singularidade da vertente comunicacional pública, destaca-se que a comunicação institucional trata-se de uma das funções assumidas pela comunicação pública, com objetivo de publicizar a missão e os valores das organizações e reafirmar a imagem e identidade institucional. No caso das instituições públicas, essa abordagem comunicativa é responsável pela divulgação de informações cívicas ou obrigatórias de utilidade pública, tornando-se material para o trabalho da assessoria de imprensa.

Já a comunicação política está diretamente relacionada ao processo eleitoral, portanto, é praticada por candidatos e partidos políticos. Usualmente é denominada como "marketing político":

> Conclui-se, portanto, com base na análise dos elementos constitutivos do processo da comunicação pública, que ela tem singularidades que condicionam sua prática, diferenciando-a das demais modalidades de comunicação exercidas pelas organizações nas suas relações com a sociedade. Essa prática – marcada tanto pelo interesse coletivo quanto pelas tentativas de institucionalização de um diálogo mais efetivo entre emissores e receptores – tornou-se mais visível recentemente com o aumento da pressão social em favor do respeito aos direitos do cidadão à informação, à expressão e à deliberação (MONTEIRO, 2009, p.41).

Em vista disso, observa-se que a singularidade da comunicação pública encontra-se principalmente na relação constituída entre cidadãos e diversas instâncias e na comunicação

via de mão dupla que busca desenvolver. Portanto, a participação social é componente preponderante do processo comunicacional público. Nesse sentido, "O objetivo central é fazer com que a sociedade ajude a melhorar a própria sociedade" (DUARTE, 2011, p.128). E em vista disso, a participação nem sempre resulta em convivência harmoniosa, mas em transformações necessárias, pois as mudanças surgem com maior facilidade nas crises instaladas com exigências, conflitos e cobranças presenciadas no debate e não no silêncio da desinformação ou no consenso omissivo.

Nesse contexto, define-se as 4 principais responsabilidades da Comunicação Pública: a) contribuir para a viabilização de políticas públicas; b) qualificar os processos de comunicação da organização; c) apoiar o cidadão em sua relação com o Estado; d) expressar conceitos e ações de governo (DUARTE, 2011, p.131).

A fim de cumprir suas responsabilidades a Comunicação Pública conta com diversos instrumentos capazes de ampliar as instâncias informativas e participativas. Dentre esses se destacam na categoria operacional as publicações institucionais, os quadros murais e panfletos. Já na categoria de diálogo apontam-se as audiências públicas, os conselhos setoriais, o atendimento, os grupos de trabalhos e os eventos. E na categoria estruturante o item mais importante é a política de comunicação (plano e definições amparadas nos princípios e normas aplicáveis no processo comunicativo).

Sob essa perspectiva, Rolando (2011, p.27) acredita que a comunicação pública trata-se de tarefa claramente identificada no plano social com objetivo de "diminuir a distância entre instituições e cidadãos na vida cotidiana". Portanto, sua atuação contempla-se no âmbito das leis e suas aplicações, no acesso aos serviços e estruturas e na necessidade de promoção dos interesses públicos.

Baseado no desenvolvimento da comunicação pública na Europa, Rolando (2011) elaborou uma reflexão evolutiva, por meio de pensamento analógico, a fim de simplificar as realidades operacionais comunicativas. Para ele a Comunicação Pública pode ser compreendida como um prédio de 6 andares, no qual o piso térreo é representado pela comunicação anagráfica (execução de serviços básicos de comunicação) e pela regulação do acesso as ações administrativas.

O primeiro andar está constituído de serviços pontuais, hospitalidade e desfruto de normas. Já o segundo andar é formado pelas campanhas publicitárias e/ou jornalísticas com objetivo de apoiar as normas e políticas públicas, as quais demandam ampla divulgação. O terceiro andar está ligado ao desenvolvimento das especialidades dos setores ou modalidades.

O quarto andar envolve a relação dos sujeitos públicos com a mídia. E o quinto andar

constitui-se do processo de democracia participativa, pela gestão processual do debate público, portanto, as atividades desenvolvidas nesse estágio de evolução encontram-se mais amadurecidas, pelo fato de a comunicação social ser trabalhada de diversas maneiras.

Já no ultimo andar a comunicação pública é representada e compreendida pela gestão do repertório simbólico acumulado e expresso por cada instituição em relação ao seu âmbito e suas competências. Refere-se ao contexto cultural mais direcionado às empresas do que às instituições, em suma, trata-se de gerenciamento de identidade competitiva.

A partir desse raciocínio analógico de Rolando (2011, p.28-29), compreende-se a comunicação pública no sentido de relacionamento com o cidadão sob o eixo vertical, no qual os andares relacionam-se e inter-relacionam-se entre si. Com isso percebe-se, que a concepção do teórico é gradativa e considera a comunicação pública não somente "como a instrumentação do poder, mas, sobretudo, como o território em que muitos sujeitos (mesmo se confrontando) buscam interesses legítimos e usam a informação e a comunicação (...) para apresentar sua identidade, sua visão e seus objetivos" (ROLANDO, 2011, p.27).

Desse modo, o teórico contribui para o avanço na conceituação da comunicação pública, pois, acrescenta na reflexão o sentido de processo identitário, na medida em que defende que essa vertente comunicativa favorece o reconhecimento, o agrupamento e a compreensão mútua entre os cidadãos. Sob a mesma perspectiva Duarte (2009, p.99) assinala que o grande desafio dos países periféricos é a conquista de direito de voz, direito de pronunciar sua opinião, pois o homem que tem voz é sujeito de suas próprias opções e assim, torna-se homem que projeta de forma livre seu próprio futuro.

4.2 Perspectiva do Reconhecimento: a inclusão do processo identitário na dimensão midiática da Comunicação Pública

Em vista das diferentes definições, aplicações e abrangências do conceito de Comunicação Pública constata-se a emergência da participação social para o seu cumprimento. Mesmo que ela seja realizada por atores sociais distintos como a mídia, as organizações públicas, os governos, as ONGS (organizações não governamentais), os partidos políticos, os grupos de pressão, os movimentos sociais e até mesmo pelas empresas privadas, o envolvimento dos agentes sociais em seu processo torna-se indissociável. E nesse sentido, a teórica Matos (2009, p.52) assinala que:

> a comunicação pública exige a participação da sociedade e de seus segmentos. Não apenas como receptores da comunicação do governo e seus

> poderes, mas também como produtores ativos do processo. Inclui, portanto, o terceiro setor, a mídia e o mercado como agentes e instâncias institucionais, mas deve incluir igualmente os outros agentes – estejam eles vinculados ou não a instituições ou associações formais.

Portanto, infere-se que o cidadão entendido como partícula individual da sociedade também é considerado como agente social do processo comunicativo de comunicação pública. E dessa forma, sua participação no debate público é premissa fundamental para efetivação da comunicação comprometida com a cidadania, independentemente se esse cidadão esteja representado e/ou incluso num grupo ou movimento social.

Com isso, torna-se possível questionar a conscientização desses sujeitos em relação ao acesso e conhecimento de seus direitos e deveres e a qualidade das informações que recebem:

> Num país em que a desigualdade é enorme, a oportunidade de um cidadão comum conhecer as possibilidades de participação, instrumentos de acesso, seus direitos a informação, a expressar sua opinião ou a um atendimento digno tende a ser equivalente à sua posição na estrutural social. Informação é um bem de interesse geral ainda acessível para poucos, o que restringe o potencial de participação em termos igualitários, tanto de acesso quanto de capacidade de tomar decisões (DUARTE, 2009, p. 67).

Ainda de acordo com o teórico, os entraves da participação social e do não reconhecimento do cidadão como sujeito de ação são explicados pelo fato de que as pessoas que mais necessitam de informação, em sua maioria, são as que possuem menos acesso às dinâmicas de transmissão, de instrução e têm mais dificuldade para compreensão das mensagens. Soma-se também a apatia, o desinteresse, o descrédito com a administração pública e a falta de formação política.

Além disso, o desempenho comunicativo de um agente social é diretamente relacionado com sua capacidade de expor seus projetos, objetivos, justificativas e desenvolvimento de suas atividades. E assim, a identidade e legitimidade desses agentes estão estritamente vinculadas às interações realizadas com os outros atores sociais e a maneira como elas são articuladas (MATOS, 2011).

Desse modo, observa-se que a comunicação pública pode contribuir para o envolvimento desses cidadãos na esfera pública. No entanto, faz-se necessário que sua concepção inclua as demandas dos segmentos sociais marginalizados, “não reconhecidos” pela sociedade em geral.

Nesse sentido, Matos (2011) identificou uma lacuna na teorização de comunicação pública. Ela compreende que seu entendimento como processo de trocas e compartilhamento

comunicativo entre instituições e sociedade é recente, porém destaca a necessidade de refletir, incluir e reconhecer os segmentos sociais marginalizados: "'comunicação pública' deve incluir, necessariamente, (todos), os atores sociais que integram a esfera pública para debater e formular propostas de ações ou de políticas que beneficiem (toda) sociedade" (MATOS, 2011, p.45).

Portanto, para que a comunicação voltada para a ampliação das práticas cidadãs e democráticas seja consolidada, deve-se considerar como um fator primordial a luta por reconhecimento dos segmentos sociais marginalizados, dentre esses: negros, moradores de periferias e favelas, homossexuais, mulheres, pessoas com deficiência, moradores de rua e etc.

Em meio à variedade de sentidos e significados para designar o ato de reconhecer-se, Matos (2011, p.41) referenciada por Honneth (2009) explicita que o "reconhecimento implica um sujeito que necessita de outro para constituir sua identidade". E para sentir-se realizado ele precisa de autoconfiança, autorrespeito e autoestima. Portanto, o reconhecimento favorece a relação positiva que o indivíduo tem consigo mesmo e consequentemente com as pessoas que o cercam.

Diante dessa perspectiva, é importante retomar a concepção de Bauman (2003) sobre as "comunidades cabides", no sentido de que os sujeitos ao sentirem-se vulneráveis recorrem aos "cabides" para pendurarem em conjunto suas expectativas, medos e ansiedades, fato que tornam suas rotinas mais amenas.

E assim, a consistência da luta pelo reconhecimento adquire formato quando os indivíduos vivenciam uma experiência negativa, proporcionada por injustiças, preconceitos e humilhações. O que lhes conferem razão justa, para integrar e/ou reunir grupos a fim de questionar o padrão de julgamento/valoração da sociedade e reivindicar alteração do mesmo. Desse modo, a coletividade na luta pela estima social busca na visibilidade midiática atenção da sociedade para suas causas:

> Dessa forma, é preciso compreender como os cidadãos às margens (ou na periferia) do sistema instituído se envolvem em associações (grupos de preservação cultural ou outros movimentos sociais), com objetivo de entender e superar sua exclusão, de modo a definir uma posição diante das políticas públicas e dos atores administrativos. Por outro lado, é necessário entender como tais demandas vão ser representadas e articuladas na comunicação governo-cidadão, por exemplo, na publicidade institucional e nos pronunciamentos veiculados na mídia (MATOS, 2011, p.42).

A partir desse ponto de vista, percebe-se que os segmentos marginalizados estão inseridos em progressivo processo de exclusão social, econômico e cultural. E por isso,

tornam-se desprovidos de condições participativas e de acesso aos benefícios coletivos, como o trabalho, lazer e atuação política. Contudo, como a comunicação pública configura-se por meio do processo de apropriação dos conteúdos compartilhados, por parte desses segmentos marginalizados, ela torna-se também alternativa viável para que eles possam reconhecer-se enquanto sujeitos autônomos, dignos de estima social, de direito de voz e voto. Em suma, "a comunicação pública não se restringe às ações do governo e inclui igualmente as interações com os cidadãos, alimentando o fluxo das relações comunicativas entre todos os atores" (MATOS, 2011, p.45).

Ainda que a própria concepção de comunicação pública busque reconhecimento social, faz-se necessário considerar em torno de suas reflexões as peculiaridades e obstáculos do cenário socioeconômico brasileiro. Uma vez que, a desigualdade e consequentemente o preconceito perpetuam e constrangem os cidadãos na busca por melhores condições de vida e reconhecimento. Portanto, considera-se a visibilidade midiática como estratégia importante no processo de luta pela estima social dos grupos, associações e movimentos referentes aos segmentos excluídos:

> Seguramente, a mídia tem o poder de retirar várias demandas e atores sociais da condição de invisibilidade, exercendo uma função mediadora. A visibilidade possibilitada pela mídia é importante não só para o sistema decisório, que ocupa um nível central, como também para os atores que fazem parte dos níveis mais periféricos (POZOBON, 2011, p.180).

No entanto, não se pode resumir a comunicação pública em apenas comunicação midiática. Partindo das reflexões de Libois (2002), Matos (2011, p.46) acredita que "ambas se complementam" na medida em que propiciam um espaço de circulação de informação, formado por esforço colaborativo de diversos atores sociais. Para ela, é o entrosamento entre essas vertentes da comunicação que permite o desenvolvimento do debate público, advindo do confronto entre divergentes pontos de vistas e informações de interesse público.

Por outro lado, a comunicação pública pode ser compreendida como processo que abarca diversos âmbitos, planos e níveis conforme os emissores/interlocutores, as proposições e os modos de atuação. E com isso, pode-se envolver diferentes dimensões, como política, estatal, organizacional, midiática e etc. A partir dessa reflexão, López (2011, p.65) explicita a respeito da presença da comunicação pública no plano midiático:

> (...) quando ocorre no cenário dos meios, mesmo que seja para desencadear processos culturais por meio do entretenimento, mas, sobretudo, quando está orientada para a gestão de informação e criação de agenda pública. O

> jornalismo de advocacia, o jornalismo público, o jornalismo cívico são propostas de comunicação pública no plano midiático, como ocorre também com o amplo panorama que se descortina com a irrupção das redes sociais no mundo contemporâneo. Obviamente também é comunicação pública a que ocorre "em outros" meios, diferentes dos da mídia massiva comercial, a exemplo do que se auto definem como alternativos, populares ou comunitários.

A partir dessa perspectiva, é possível identificar a realização da comunicação pública tanto nos meios de comunicação tradicionais privados como nos meios de comunicação públicos, comunitários e populares, o que torna claro sua abrangência em relação à definição de seus atores sociais. Portanto, trata-se de comunicação pública quando se cumprem duas condições, primeiramente o processo comunicativo deve resultar de sujeitos coletivos, mesmo que esses estejam representados ou se expressem por meio de indivíduos e deve referenciar a construção do que é público (LÓPEZ, 2011).

Sob esse ponto de vista, Matos (2006, p.65-66) complementa que "a determinação do conteúdo da Comunicação Pública é orientada pelo ideal normativo das referências convencionais, tais como: o interesse público, o direito à informação, a busca da verdade e da responsabilidade social pelos meios de comunicação (...)". Para ela, esse ideal normativo é percebido nas ações referidas ao direito de resposta da audiência, ou tentativas de estabelecimento de censuras prévias por parte do Estado, ao posicionamento editorial do veículo, ou ainda às ameaças referentes à dependência aos grupos de interesse político ou financeiro, as quais as mídias são vítimas.

Constata-se, portanto, que o esforço normativo do conceito e das ações de comunicação pública na esfera midiática remete-se aos desvios e deformações estruturais do campo da comunicação. Mas, sobretudo, a comunicação pública pode ser considerada como democrática, já que possui vocação e profundidade para abordar temas de interesse coletivo.

Em contrapartida, quando a comunicação pública encontra-se no plano midiático torna-se importante refletir a respeito de entraves e obstáculos desse setor, principalmente em seu viés comercial. Dessa forma, a mídia constitui-se em espaço público sob duas situações, quando oferece visibilidade para temas de interesse público e em relação ao seu papel de mediadora dos diferentes discursos da sociedade, já que sua produção, mediação e veiculação de sentidos possuem relevância e centralidade social (POZOBON, 2011).

Sua denotada importância refere-se à sua capacidade de mediar as transformações das formas de sociabilidade. Como explicitado por Thompson (1995), os meios de comunicação propiciaram a transmissão cultural institucionalizada voltada para mercantilização e

circulação em escala global. Portanto, o campo midiático encontra-se cercado de negociações, jogos e disputas de interesses, confirmando-se assim seu caráter ambíguo.

Nesse sentido, a comunicação midiatizada por um lado representa um discurso polifônico, pois oferece informações a respeito de diferentes campos do conhecimento, por outro lado é constituída pelo poder hegemônico e está pautada nas negociações de seus conglomerados corporativos e com isso produz um "discurso de realidade" a fim de legitimar seus interesses (POZOBON, 2011).

A parir dessa análise, Matos (2006, p.66) vislumbra outra lacuna da conceituação de comunicação pública, para ela a programação midiática voltada para a resposta da audiência e para os interesses comerciais dificulta o cumprimento da prestação de serviço público dos canais, uma vez que o agendamento das questões de interesse público não é justificado e explicitado. E assim, a comunicação pública, sobretudo no campo midiático possui um grande desafio, além da necessidade de reconhecimento dos segmentos marginalizados - por ser um processo de comunicação - precisa adotar instrumentos que possibilitem a promoção do relacionamento e inclusão entre diferentes públicos.

Ao considerar a oligopolização e conglomerização do setor midiático, os canais públicos, comunitários e populares podem ser compreendidos como alternativas para realização da formação de um novo modelo de espaço público mais democrático e participativo. Portanto, acredita-se que a comunicação pública quando conduzida de forma ética e estritamente vinculada às práticas cidadãs nesses canais, podem servir como alavancas e estímulos para os cidadãos engajarem-se nos assuntos de interesse público e reconhecerem-se como atores políticos e cívicos dignos de respeito e estima social.

4.3 Rádio: instrumento de comunicação pública

Pensar sobre rádio na contemporaneidade trata-se de tarefa um tanto melancólica e entusiasta, pois se corre o risco de recorrer às lamentações sobre um tempo que se findou - a fase de espetáculo do veículo conhecida como *"*época de ouro" do rádio. E ao mesmo tempo entusiasta, pelo fato de ainda vislumbrarmos nele uma atuação comunicativa que resgate a potencialidade democratizadora e a adaptação aos avanços tecnológicos, a fim de tornar os conteúdos transmitidos cada vez mais dialógicos e participativos. Desse modo, optou-se por percorrer um caminho teórico, no qual se demarca as principais fases do veículo, porém priorizam-se os estudos que compreendem e tratam o rádio como instrumento para emancipação e conscientização cidadã dos sujeitos.

O rádio, “meio de comunicação que utiliza emissões de ondas eletromagnéticas para transmitir a distância mensagens sonoras destinadas a audiências numerosas” (FERRARETO, 2001, p.23), consiste na mesma tecnologia da radiotelefonia, ou seja, transmissão de voz sem fio. No entanto, passou a ser conhecido como rádio a partir de 1916, quando o russo David Sarnoff previu a possibilidade de aquisição doméstica de aparelho receptor. No mesmo ano, Lee de Forest instalou uma emissora experimental em Nova York e ao longo da primeira guerra mundial aprimorou-se as invenções tecnológicas, de modo que no final da década de 1920 o rádio alastrou-se mundialmente.

O meio radiofônico entendido como serviço de radiodifusão regular surgiu em novembro de 1920 nos Estados Unidos, o que favoreceu a abertura da KDKA - primeira emissora de rádio, a qual concentrava sua programação nas coberturas jornalísticas e utilizava equipamentos produzidos pela Westinhouse. Dois anos depois surgiram as primeiras emissoras regulares na França e na Inglaterra. E por razão do sucesso imediato, o que ocasionou uma explosão no setor, as empresas norte-americanas de equipamentos e aparelhos de rádio iniciaram o processo de expansão da tecnologia para novos países (CALABRE, 2002).

A história do rádio brasileiro, atualmente é estudada sob o enfoque da economia política de comunicação, o que lhe rendeu o esquema de periodização dividido em 4 fases: (1) *fase de implantação*, do final da década de 1910 até a segunda metade dos anos 1930; (2) *fase de difusão*, do início da década de 1930 até a segunda metade dos anos 1960; (3) *fase de segmentação*, do final da década de 1950 até o início do século 21; e (4) *fase de convergência*, de meados da década de 1990 até a atualidade (FERRARETO, 2012).

A primeira fase da periodização proposta pelo autor refere-se ao surgimento do rádio no Brasil, o qual representou a aproximação dos indivíduos (que na época possuíam condições financeiras para adquirir os encarecidos aparelhos receptores) com o que acontece no mundo. Desse modo, o rádio chegou ao Brasil por meio do interesse econômico, pois as empresas eletroeletrônicas americanas buscaram ampliar seus lucros conquistando novos mercados.

Em vista disso, em 1922 o Brasil recebeu a primeira demonstração pública da tecnologia de transmissão de som, por meio de ondas eletromagnéticas, a qual realizou-se na Exposição Nacional comemorativa do Centenário da Independência do Brasil, cujo principal objetivo consistia na apresentação do Brasil para os países europeus como uma nação desenvolvida e próspera:

> A Exposição era o lugar ideal para apresentar à sociedade brasileira a novidade tecnológica que encantava o mundo: o rádio. A Westinhouse se encarregou de trazer os equipamentos e uma estação transmissora foi preparada no alto do Corcovado. Para a recepção das transmissões foram instalados diversos aparelhos nos pavilhões da Exposição, e nas cidades de São Paulo, Petrópolis e Niterói. No dia de abertura da Exposição Nacional, foram transmitidos o discurso do Presidente da República, Epitácio Pessoa, e a ópera "O Guarani", de Carlos Gomes, diretamente do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, causando espanto e encantamento no público presente (CALABRE, 2002, p.48).

As primeiras transmissões demonstradas instigaram os intelectuais brasileiros e repercutiram de forma positiva na imprensa: "a demonstração promovida pelo capital norte-americano atingiria o seu objetivo, despertando o interesse dos pioneiros do rádio no Brasil, reunidos em torno de Edgard Roquette- Pinto" (FERRARETO, 2001, p.94).

No ano seguinte, juntamente com Henrique Morize, o médico e antropólogo Roquette-Pinto fundou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Seguindo os moldes europeus, a emissora pretendia transmitir conteúdos educativos e culturais. Considerado como o pai do rádio brasileiro, Roquette-Pinto definiu a visão do veículo mediante o pioneirismo da época: "O rádio é o jornal de quem não sabe ler; é o mestre de quem não pode ir à escola; é o divertimento gratuito do pobre; é o animador de novas esperanças; o consolador dos enfermos; o guia dos sãos, desde que o realizem com espírito altruísta e elevado" (TAVARES, 1999, p.8).

Nesta fase de implantação, o rádio, por ser compreendido pelo Governo como tecnologia em caráter experimental e pela falta de recursos financeiros, era apreciado por meio de organizações de clubes e associações dedicadas à escuta e transmissões, o que ocasionou na formação dos chamados "radiófilos", identificados como sócios contribuintes dos clubes de radioescutas:

> Na tentativa de obterem tais recursos, as emissoras que foram surgindo no país adotaram o modelo de rádios-sociedades, que em seus estatutos previam a existência de associados, com a obrigação de colaborar com uma determinada quantia mensal. Mais que uma opção, essa foi a única saída encontrada pelas emissoras de rádio pois a legislação em vigor concentrava nas mãos do governo tanto o poder de concessão de canais de transmissão, como o da autorização de irradiação de textos comerciais (CALABRE, 2002, p. 53).

Nesse caso, uma parcela da elite brasileira vislumbrava nas transmissões radiofônicas a modernidade, em razão da possibilidade de captação de irradiações de outros países e pela oportunidade de enculturação por meio dos conteúdos educativo-culturais. Desse modo, com

a implantação do veículo, percebeu-se um esforço da elite brasileira em construir uma imagem do país condizente com os valores civilizatórios europeus.

Em suma, a respeito da implantação do rádio no Brasil constatou-se que o país representou um novo mercado para comercialização dos equipamentos radiofônicos. Inicialmente atraiu a burguesia que o considerava como *hobby* e assim contribuíam mensalmente com os clubes de radioescutas. Em relação às irradiações, expressava-se uma difusão de valores culturais e educativos de acordo com os valores burgueses, portanto a cultura popular na época sofreu forte resistência para ascender ao veículo.

A partir da década de 1930, o financiamento das emissoras ser sustentado principalmente por meio de mensalidade dos associados, passou a ser um problema, pois, as associações e clubes de rádio deparavam-se com a inadimplência de seus contribuintes. E assim, este panorama apontava para utilização de recursos provindos dos reclames. Portanto, a fase da difusão é demarcada primeiramente pelo desenvolvimento da opção comercial como recurso de sustentação das emissoras, propiciada pelo Decreto 21.111 de 1º de março de 1932, o qual regulamentou a publicidade radiofônica e assegurou o limite de 10% do conteúdo da programação para este fim (FERRARETO, 2012).

No entanto, desde a década de 1920 as emissoras já veiculavam os anúncios, por meio de arrecadações de 20 a 50 mil réis por mês em troca de menções ao nome da empresa e utilização de pequenos "chavões" que remetiam aos patrocinadores. Além disso, o decreto regulamentou a função do Estado na concessão de frequências a serem ocupadas: "Desta forma, ficam definidas as bases do rádio brasileiro: um serviço público, já que sua existência depende do governo federal, mas com possibilidade de exploração comercial" (FERRARETO, 2012, p.11).

Com o desenvolvimento dos reclames, o rádio passou a ser o elo central na relação entre empresas e consumidores, o que impulsionou também a profissionalização do setor. Uma das primeiras estações radiofônicas a ser estruturada como empresa foi a Rádio Record de São Paulo, pois a emissora garantiu exclusividade de seus profissionais por meio de remuneração mensal e adotou um novo modelo organizado de programação, fato que instigou a concorrência entre as emissoras de outros estados (ORTRIWANO, 1985).

Dessa forma, aos poucos o rádio despertou o interesse da população brasileira e ao longo da década de 1930, os preços altos dos aparelhos empatavam o desenvolvimento do setor:

> O rádio da década de 1930 vai sendo apresentado a seu público como um elemento que possui muitas utilidades, capaz de agradar e ser útil a todas as faixas de idade. Soma-se a esses apelos a modificação gradativa dos conteúdos veiculados pelas emissoras de rádio. Na busca da ampliação do público ouvinte, os programas de música erudita vão sendo substituídos pelos de música popular, os de utilidade e humor se destacam atraindo um público muito maior do que as palestras educativas. Ainda assim, os preços dos aparelhos continuavam proibitivos para uma boa parte da população (CALABRE, 2002, p.64).

Nesse contexto de busca de audiência, a partir de 1940 a programação radiofônica concentrou seus esforços na dramaturgia. E a Rádio Nacional do Rio de Janeiro consolidou-se conquistando audiência além do seu território de origem. Sua hegemonia estava relacionada à tomada da emissora pelo Governo Federal em 1941, transformando-a numa espécie de rádio estatal com financiamento privado. No entanto, a Nacional não se isolou em relação ao sucesso comercial, outras emissoras também cativavam os ouvintes: Rádio Tupi do Rio de Janeiro e São Paulo, a Rádio Farroupilha de Porto Alegre, propriedade do principal empresário do setor na época - Assis Chateaubriand, a Rádio Record dentre outras (FERRARETO, 2012). E a partir da segunda metade da década de 1940 surgiu o fenômeno "capitães da indústria", termo designado aos empresários da comunicação que obtinham favores governamentais para manutenção de seus negócios.

O rádio aumentou sua popularidade e com isso, surgiram as fábricas brasileiras que produziam os aparelhos receptores. Além disso, a população criou também alternativas para acompanhar a programação radiofônica, ora escutava por meio do aparelho do vizinho ou por meio dos serviços de autofalantes, os quais se caracterizavam como verdadeiras emissoras radiofônicas do interior de São Paulo e Rio de Janeiro, pois transmitiam músicas populares e noticiários falados. Pelo destaque alcançado nessas regiões, o Estado Novo elaborou uma legislação a respeito de seu funcionamento em 1941.

Em síntese, o rádio nessa fase caminhava para sua estruturação comercial, no entanto como o capitalismo no país estava consolidando-se não se pode associa-lo com o desenvolvimento da sociedade de consumo ainda:

> A década de 30, principalmente nos seus últimos anos, pode ser considerada a fase de consolidação do novo meio de comunicação especialmente em termos de transmissão organizada, regulamentada e de avanços na qualidade de emissão e recepção, no estabelecimento de programações buscando linguagens e técnicas próprias, específicas ao veículo. É o período em que o fenômeno rádio adquire dimensões mundiais, levando a milhões de ouvidos atentos principalmente soap-operas, seriados, radioteatro, literatura radiofônica e muita programação musical. É a era do rádio, a era do rádio-

> espetáculo numa sociedade em crescente industrialização, em constante crescimento urbano e já possuidora de grandes massas assalariadas (ZUCOLOTO, 1998, p.119).

Desse modo, a presença do rádio passou a ser fundamental nos lares da população brasileira e estava relacionado à alegria da casa. Mas é com a Segunda Guerra Mundial que o rádio ocupou lugar central, como veículo de transmissão de informações mais instantâneo e eficaz, no cotidiano dos sujeitos: "A Guerra fez com que o interesse pelas transmissões radiofônicas aumentasse com grande rapidez" (CALABRE, 2002, p.72). E assim, as emissoras brasileiras, nesse período utilizavam-se do poder de mobilização do rádio e realizavam campanhas beneficentes para arrecadar fundos para as forças armadas. Sob essa ótica, compreende-se que o sucesso dessas mobilizações e outras como as ocorridas posteriormente em Cuba, Argélia e Nicarágua impulsionadas pelos movimentos revolucionários, dependiam não apenas da capacidade técnica do veículo, mas, primordialmente da predisposição psicológica, cultural, social, política e econômica do ouvinte (HAUSSEN, 1992).

Entre os anos de 1945 até o final da década de 1950 o rádio vivenciou seu período áureo, o que não quer dizer que o veículo atingiu números de audiências inalcançáveis na atualidade, tal ocorrência é praticamente impossível por que a população brasileira hoje é quantitativamente superior a do período. Portanto, o termo "áureo" é utilizado, por que durante esses anos o rádio possuía certo glamour, o que fazia da Rádio Nacional uma *Hollywood* brasileira: "ser cantor ou ator de uma grande emissora carioca ou paulista era o suficiente para que o artista conseguisse sucesso em todo o país, obtivesse destaque na imprensa escrita e até mesmo frequentasse os meios políticos" (CALABRE, 2002, p.80).

Desse modo, percebe-se que a programação radiofônica transmitida na época agradava as camadas populares, indicando uma substituição da "função civilizatória" oriunda de sua fase de implantação, pela combinação de informação e diversão. Assim, davam-se os primeiros passos para configuração da indústria de entretenimento no Brasil: "o rádio transformava-se em um elemento integrador e transformador da cotidianidade" (CALABRE, 2002, p.102). E justamente por promover uma relação de interferência e participação, o rádio contribuiu no processo de mudança das atitudes cotidianas e no desenvolvimento da sociedade de massa. Portanto, o veículo com alcance limitado, foi implantado no Brasil primeiramente para satisfazer os anseios da burguesia e chegou ao final de 1950, como meio consolidado de comunicação de massa.

No entanto, com o surgimento da televisão o rádio alterou sua estruturação e perdeu sua exclusividade de entreter a população, pois as novelas e os programas humorísticos ganharam a complementação da imagem. Com isso, em meados de 1960 a audiência e o interesse publicitário deslocaram-se para o novo meio de comunicação:

> Até então, o rádio ocupara o centro. Em torno dele, três gerações sentaram-se para ouvir radionovelas lacrimosas e noticias inquietantes. Contava-se com o rádio, brincava-se com o rádio, o rádio havia mudado os horários do dia a dia doméstico e do descanso noturno. Ele era o verdadeiro rei do lar. E agora... a televisão! (...) Aqueles que antes viviam à espera de seus lábios invisíveis começara a se reunir em torno da telinha para ver as cenas e os concursos que antes só podiam ouvir (VIGIL, 2003, p.15).

Nesse momento, o rádio concentrou seus esforços na sua característica mais denotada, a popularidade. E revelou um novo protagonista no seu processo comunicativo mais intimista, o comunicador, que por meio dos receptores transistorizados, conseguia atingir o ouvinte de forma individualizada. Os transistores (semicondutores de silício) representou grande avanço na radiodifusão, pois reduziu o aparelho emissor e receptor e melhorou a qualidade das transmissões: "com os transistores e as pequenas baterias secas, o rádio cortou o incomodo cordão umbilical que o prendia desde o nascimento a tomada de corrente alternada" (VIGIL, 2003, p.16).

Além dos aparelhos de rádio à pilha, as empresas radiofônicas começaram a operar com as frequências moduladas (FM), faixa que até hoje ocupa a hegemonia do setor. Portanto, o empresário que possuía estações nas faixas AM e FM, a fim de não promover a concorrência entre suas emissoras promovia programações diferenciadas visando suprir a demanda do mercado.

Uma vez que a televisão passou a invadir as salas das casas e ocupar local central no cotidiano coletivo dos indivíduos, o rádio recorreu à segmentação de públicos a fim de manter-se presente na vida dos sujeitos, sendo assim o rádio trocou sua função de ser o espetáculo familiar para ser a companhia individual dos seus ouvintes. Em vista destas transformações ocorridas no período, é importante salientar que:

> Na passagem para esta nova realidade, quatro fatores são fundamentais: (1) a sociedade de consumo que começa a se conformar em paralelo ao chamado Milagre Econômico Brasileiro, ao final do qual vai restar o crédito pessoal como forma consolidada de aquisição de bens; (2) a população urbana superando a rural, de acordo com o censo de 1970, com 66% dos habitantes do país – ou 61,5 milhões de pessoas, concentrando-se em cidades, parte deles nos chamados bolsões de pobreza; (3) a ascensão do jovem ao *status*

> de categoria social ao longo da década de 1960; e (4) a revogação do Ato Institucional nº 5, em 31 de dezembro de 1978, e o processo de redemocratização do país, com a promulgação de uma nova Constituição Federal, em 1988, e as eleições presidenciais no ano seguinte (FERRARETO, 2012, p.14).

Dessa forma, mediante aos fatores políticos, sociais e econômicos, o setor radiofônico direcionou o conteúdo de suas programações aos segmentos da população, o que propiciou o surgimento da rádio popular, voltada para os ouvintes acima de 25 anos da classe C, D e E. Essa tipologia de emissora consistia na transmissão coloquial por meio da desenvoltura dos seus comunicadores, na prestação de serviços, muitas vezes confundindo-se com o assistencialismo e sensacionalismo, principalmente, quando seu conteúdo estava relacionado às coberturas policias e à veiculação de músicas populares.

A fim de atingir os jovens de até 25 anos de idade da classe A, B criou-se as rádios "musical-jovem, as quais se consolidaram na década de 1970. Outra opção de segmentação radiofônica consistia na criação de emissoras dedicadas exclusivamente ao jornalismo, as quais buscavam atingir o público adulto da classe A e B e usufruíram das vantagens dos transistores para realizar coberturas ao vivo.

Na fase de segmentação do rádio demarcou-se a conglomeração do setor, dessa vez os antigos "capitães industriais" foram substituídos pelos "homens de empresa", os quais almejando o capitalismo brasileiro detinham a propriedade cruzada no ramo da comunicação, ou seja, possuíam jornal, emissoras de rádio e televisão.

Em vista disso, configurou-se a hegemonia comercial do setor radiofônico. No entanto, os movimentos pela democratização da comunicação atuavam durante o desenvolvimento do setor. Sob o regime militar buscou-se a implantação de emissoras educativas ligadas diretamente ao Ministério da Educação e Cultura. E com a redemocratização, os movimentos das rádios comunitárias fortaleceram-se e foram regulamentados pela Lei 9.612 de 20 de fevereiro de 1998.

Portanto, nesta fase de segmentação, além de direcionar os conteúdos e emissoras, outras modalidades de emissoras surgiram, como a comunitária, educativa, estatal e pública. Sob a definição dessas tipologias de radiodifusão encontra-se uma confusão inerente ao artigo 223 da Constituição de 1988, o qual regulamenta a existência do setor comercial, público e estatal. No entanto, como as licenças são concedidas pelo Governo em forma de concessões públicas, subentende-se que a radiodifusão por sua natureza já seja pública. No entanto, mesmo que o artigo regulamente as três modalidades radiodifusoras, ainda não existe um consenso sobre as limitações e caracterizações de cada uma delas (FERRARETO, 2012).

O setor radiofônico, a partir da década de 1990, aproveitou a constante consolidação da telefonia celular e da internet para estruturar sua fase histórica relacionada à convergência midiática, a qual propiciou a diversidade de acesso à informação:

> Sem excluir a ideia de focar o conteúdo em parcelas da audiência, as emissoras, em realidade, ultrapassam este tipo de posicionamento: em um processo que começa a ganhar força no final da primeira década do século 21, passam a buscar não apenas o segmento específico, mas se conscientizam da necessidade de estarem com sinal disponível a esta parcela da audiência independentemente do suporte técnico utilizado (FERRARETO, 2012, p.17-18).

Desse modo, compreende-se que o rádio em sua fase de implantação sugestionou alterações na imprensa, já com a chegada da televisão, foi ele quem sofreu mudanças a fim de adaptar-se a nova fase histórica. E atualmente a globalização, a cultura e as inovações tecnológicas têm alterado a cartilha de todos meios de comunicação de massa (VIGIL, 2003). Portanto, o rádio, ao longo dos seus 90 anos no cenário brasileiro, esteve sempre buscando novas alternativas para garantir sua existência:

> O rádio tradicional, concebido nas redes hertzianas, teve um desenvolvimento particular, ampliou seu campo com a incorporação do FM e acrescentou a suas programações generalistas as ofertas especializadas por temas, por destinatários e por territórios. Posteriormente se colocou nas redes de cabo e satélite em alguns países de maneira exclusiva e em outros vinculadas com outros meios, como a televisão ou a telefonia. Deste modo, desenvolveram-se as três plataformas clássicas de difusão: ondas hertzianas, cabo e satélite com modelos fundamentalmente unidirecionais, salvo o caso do rádio, já que graças às suas vinculações e alianças com o telefone sempre teve uma maior abertura ao diálogo direto com seus seguidores (HERREROS, 2011, p.70).

Portanto, a partir da década de 1990 pode-se demarcar a fase de convergência do rádio, sendo que ela refere-se ao fluxo de conteúdos transmitidos por meio de diferentes suportes midiáticos, à cooperação entre mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos relacionados aos meios de comunicação, os quais não medem esforços na busca de entretenimento (JENKINS, 2006).

Escuta-se rádio em ondas médias, curtas ou em frequência modulada. Assim como é possível acessá-lo por meio da televisão a cabo e parabólica, celulares, MP3, e demais dispositivos. De modo que, com o surgimento da internet, as emissoras analógicas puderam difundir seus conteúdos mundialmente, além de propiciar a configuração de novas modalidades de irradiações no setor como as web rádios e os podcastings. Tais diferentes

maneiras de transmissões, reverberaram algumas divergências conceituais entre os pesquisadores, principalmente a respeito das irradiações pela internet, pois, discute-se a possibilidade de considera-las como rádio.

Nesse sentindo Eduardo Meditsch (2001) defende que rádio é um meio de comunicação sonoro, invisível e que emite em tempo real, portanto, se não for feito de som e transmitir imagens não é rádio. E caso transmita sons que não sejam em tempo real (o tempo da vida do ouvinte) é fonografia. No entanto, Ferrareto (2010, p.548) acredita que o podcasting, mesmo não sendo transmitido em tempo real, mantém o processo comunicacional radiofônico, na medida em que "trata-se de uma forma determinada e conjugada de manipulação da palavra falada, da música, dos efeitos sonoros e do silêncio, aquela tornada tradicional pelas emissoras ao longo de oito décadas de existência hertziana". Portanto, considera-se o rádio uma linguagem comunicacional específica, que usa a voz (em especial, na forma da fala), a música, os efeitos sonoros e o silêncio, independentemente do suporte tecnológico ao qual está vinculado (FERRARETO, 2010).

Diante desta fase de convergência, acredita-se que o rádio mantém duas características adquiridas em sua consolidação como meio de comunicação, a primeira remete-se à possibilidade de recepção do conteúdo sem exigir uma atenção exclusiva, ou seja, o ouvinte pode executar outras atividades enquanto recebe os conteúdos radiofônicos. A segunda característica está relacionada à capacidade do rádio em direcionar seu conteúdo de forma particular, mesmo atingindo milhares de pessoas.

Desde a invenção dos transistores até os avanços da telefonia e internet, observa-se que o veículo, a partir de sua fase de segmentação, presencia a "cultura da portabilidade", expressão designada ao modo peculiar de consumir os bens simbólicos na contemporaneidade. Essa "cultura da portabilidade marca uma nova etapa, representada pela integração entre modalidades já consolidadas de recepção de mídia sonora e novas formas de interação que suscitam diversas questões sobre o processo de comunicação" (KISCHINHEVSKY, 2009, p.230).

Assim, pode-se considerar que o crescimento vertiginoso do número de vendas de iPods e de mais aparelhos da telefonia móvel corresponde às mudanças de hábitos de escuta do rádio. Em vista que, os celulares oferecem uma infinidade de serviços de voz e dados, sintonizam as emissoras FMs e acessam a internet. Nesse sentido, por ser possível ouvir música ou sintonizar emissoras de rádio pelo celular, as pessoas passaram a ouvir suas transmissões em viva voz nos lugares públicos, o que causa espanto para os não adeptos da tecnologia, pois, não identificam a especificidade do aparelho de comunicação. Em suma, os

“aparelhos portáteis tornaram-se um ativo importante para o consumidor de arquivos sonoros, que conta com cada vez mais funcionalidades agregadas” (KISCHINHEVSKY, 2009, p.228).

Com isso, a portabilidade, principalmente associada à telefonia móvel reúne uma tríade de suportes – telefonia, internet e rádio- a qual favorece a interatividade presente na convergência midiática. No entanto, ao retomar as três vertentes de interação exploradas por Thompson (1998): face a face, mediada e quase-interação mediada, percebe-se que mesmo com a evolução das novas tecnologias de informação, os meios de comunicação de massa ainda carecem da reciprocidade interpessoal, ainda que estabeleçam um elo e/ ou vínculo social que ligam os seus receptores no processo comunicativo.

Desta forma, observa-se que, mediante a fase de convergência, a veiculação de conteúdos radiofônicos está desafiando os limites estabelecidos para definição de rádio: “agora a internet penetra e tão logo experimentou uma oferta e imediatamente apareceram outros desenvolvimentos nela que superam a concepção ciber-radiofônica para iniciar outras modalidades comunicacionais sonoras” (HERREROS, 2011, p.73).

Portanto, a evolução tecnológica tem ampliado todos os meios de comunicação, inclusive o anfitrião rádio, na media em que possibilitou sua escuta em plataformas digitais: internet, players, satélites e rádio digital. Tal fato revela um cenário onde o rádio não conta com, apenas, o automóvel como seu templo de escuta, segundo a pesquisa qualitativa do IBOPE Media realizada em março de 2011, o rádio é a mídia mais consumida na plataforma celular. Dos entrevistados que possuem rádio no celular, 49% declararam que consomem a mídia pelo aparelho, desses ouvintes 56% são jovens (12 a 24 anos), 48% adultos (25 a 49 anos) e 38% estão na faixa etária dos 50 a 64 anos[19]. E além de fazer companhia no trânsito, com a mobilidade o rádio agora está inserido também no ambiente de trabalho. Dentre os públicos ouvintes, observa-se que o público jovem é o mais receptivo às mudanças de hábitos culturais de escuta.

Mesmo que o rádio esteja em crescente integração com a internet e as plataformas digitais, seu processo de migração para o sistema de transmissão digital ainda é lento. Questiona-se a viabilização da digitalização do sistema, já que na contemporaneidade é possível ouvir o rádio em diversas plataformas digitais. No entanto, a resposta para esse questionamento é esclarecida por Nélia Del Bianco:

[19] Dados disponíveis em:
< http://gpradio.com.br/90anos/wp- content/uploads/2012/09/Ibope%20Media_Webradio_24_09_12.pdf > Acesso em jan. 2013.

> (...) não digitalizar significa deixar de participar do código comum que é a base da convergência. Esse aspecto é um pouco diferente de estar presente em outros suportes. Indica ter em si os dispositivos tecnológicos que permitam abertura para a convergência com outros meios dentro da mesma linguagem e, de algum modo, apropriando-se das vantagens advindas dessa condição a exemplo da melhoria da qualidade de som, novos usos e funcionalidades para o aparelho receptor de rádio, incluindo dados associados que possam fornecer mais riqueza a programação. O problema é que a digitalização da transmissão ainda é incerta e não homogênea entre diferentes continentes (BIANCO, 2010, p.562).

Considera-se, portanto, que o rádio digital, por ser um ambiente multimídia baseado na interação, proporciona mudanças na linguagem, na programação e na forma de interagir com o público. No entanto, o rádio digital, apesar de apresentar inúmeras possibilidades tornou-se uma inquietação para as pequenas emissoras, já que seus recursos e renda são escassos. Esses e outros fatores esbarram na tomada de decisão sobre qual tecnologia será escolhida no Brasil. As discussões no país sobre o padrão digital iniciaram-se no período de 2007-2008 e a primeira conclusão a respeito consistiu na realização de testes com o sistema IBOC pelo Instituto Mackenzie com supervisão da Abert no ano de 2008:

> Durante nove meses foram analisadas as condições de transmissão e recepção e a robustez do sinal digital, com acompanhamento de engenheiros do Ministério das Comunicações e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Os testes foram rigorosos e seguiram a parâmetros estabelecidos por estudos técnicos definidos pela Anatel colocados em consulta pública. O relatório técnico do Instituto Mackenzie menciona sérios problemas de propagação do IBOC, com áreas de sombra maiores do que as que são observadas no sistema analógico quando utilizado no AM. O digital não proporciona a mesma cobertura do rádio AM analógico com qualidade (BIANCO, 2010, p.571).

Desse modo, com os resultados em mãos considerou-se que não era pertinente optar pelo IBOC sem antes testar e conhecer outras opções. Com isso, o Ministério das Comunicações lançou um chamamento público a fim de testar outros sistemas de radiodifusão digital. Em outubro de 2012 o mesmo ministério promoveu uma reunião com o Conselho de Rádio Digital com objetivo de debater a melhor opção para o país. Em meio aos resultados não satisfatórios, já que o sinal digital cobre 70% do sinal analógico, em dezembro do mesmo ano os testes foram reprovados adiando ainda mais a decisão [20].

[20] Informações disponíveis em: <http://convergenciadigital.uol.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=32570&sid=3> Acesso em 10 dez. 2012.

Enquanto não ocorre a implementação da rádio digital, o ancião dos meios de comunicação não se integra de forma consolidada e consistente na convergência midiática. Para Nélia Del Bianco (2010) a digitalização é importante por alguns fatores como: melhorar a qualidade e ampliação da quantidade de armazenamento de som, fornecendo maior precisão na reprodução das músicas; introdução do sistema multcast de programação, o que permite: "a divisão da faixa de frequência utilizada para transmitir sinal digital canais com conteúdos diferenciados" (BIANCO, 2010, p. 575). Outro fator favorável à digitalização do setor é a oportunidade de ampliação da interatividade do rádio a partir do próprio aparelho receptor. Portanto, defende-se que a digitalização é a alternativa mais viável e capaz de elevar a qualidade e o alcance do veículo, pois assim o rádio poderia oferecer novas possibilidades de interação e ingerência de novos modelos de negócio.

Independente do suporte tecnológico usufruído, a comunicação radiofônica ao longo de sua história buscou estar inserida no cotidiano dos seus ouvintes. Além disso, a cada vez que marcava sua presença na vida do ouvinte, de certa forma ansiava não apenas falar com ele, mas também ouvi-lo:

> O rádio atual impulsiona uma cultura democrática do diálogo. Longe da velha concepção de radiodifusão, empreende uma concepção de rádio de comunicação em que se trata de aproximar seus interesses com os da audiência para criar uma comunidade radiofônica, como uma comunidade de vizinhos congregados na praça pública, onde há os que seguem com interesse a escuta do que outros propõem e os que queiram ser proponentes e debatedores das propostas uns dos outros. É uma cultura que se ramifica por diversas modalidades de participação (HERREROS, 2011, p.95).

Desse modo, a partir da reflexão do autor é possível compreender que o rádio, na medida em que se encontra cada vez mais envolvido com o cotidiano dos seus ouvintes, pode promover e propiciar a construção de vínculos comunitários, sobretudo nas tipologias não comerciais. Portanto, o ouvinte na escuta dos conteúdos radiofônicos tem a possibilidade de realizar também o processo de identificação, nesse sentido acredita-se que o veículo é capaz de contribuir para com a promoção do sentimento de pertença a uma comunidade. A fim de explorar de maneira mais aprofundada o a compreensão do veículo, o próximo subitem abordará as diversas teorias do rádio para que seja possível sua defesa como instrumento de comunicação pública.

4.3.1 Teorias do Rádio: a presença do rádio na vida do cidadão

Logo no surgimento e consolidação do rádio, mais especificamente entre as décadas de 1920 e 1930, o dramaturgo alemão, Bertold Brecht, já vislumbrava a potencialidade democrática do rádio e preocupava-se com a maneira que estavam sendo direcionados os conteúdos difundidos na época. Para o teórico era preciso transformar o veículo de meio de distribuição de informação para meio de comunicação e com isso explanava:

> O rádio seria o mais fabuloso meio de comunicação imaginável na vida pública, um fantástico sistema de canalização. Isto é, seria se não somente fosse capaz de emitir, como também de receber; portanto, se conseguisse não apenas se fazer escutar pelo ouvinte, mas também pôr-se em comunicação com ele (BRECHT, 2005, p.42).

Desse modo, o teórico acreditava que o rádio possuiria uma eficiente importância social, desde que buscasse modificar a realidade dos seus ouvintes e envolver-se com o cotidiano deles. E nesse sentido, os indivíduos diante deste processo seriam compreendidos como cidadãos que instruem e não apenas seres que são instruídos. Portanto, Brecht, nas suas análises em "Teoria do Rádio" já defendia a democratização das ondas radiofônicas, e assim, buscava o cumprimento de sua função social, na medida em que se preocupava com o funcionamento do rádio de acordo com o interesse público.

No entanto, assim como Brecht (2005) nos primórdios do rádio, os pesquisadores da atualidade também se preocupam em relação ao distanciamento do veículo para com seu compromisso social. Esse descomprometimento do setor, principalmente quando se trata do viés comercial, resulta no não aproveitamento da potencialidade democrática do veículo:

> Qualquer campanha com um programa claro, portanto, qualquer campanha que se encaixe realmente na realidade, que tenha por objetivo modificar a realidade, mesmo que seja em assuntos da mais modesta importância, como, por exemplo, apropriar-se de obras públicas, asseguraria à radiodifusão uma eficácia muito distinta, incomparavelmente mais profunda, e lhe conferiria uma importância social muito distinta da sua atual postura puramente decorativa (BRECHT, 2005, p.43).

Portanto, em razão de suas reflexões desde o surgimento do rádio, Brecht (2005) pode ser considerado como pensador pioneiro na argumentação e sugestão sobre o papel estratégico do veículo em relação à democratização da comunicação. Além disso, o teórico explanava de modo enfático suas objeções:

> Na minha opinião, vocês deveriam tentar fazer do rádio uma coisa realmente democrática. Neste sentido, obteriam logo uma série de resultados se, por exemplo, dispondo, como dispõem, de maravilhosos aparelhos de difusão,

> deixassem de estar simplesmente produzindo, sem cessar, em vez de tornar produtivos os acontecimentos atuais mediante uma direção hábil e que economize tempo (BRECHT, 2005, p.36).

Sob este ponto de vista, o teórico propunha uma programação radiofônica diferenciada, a qual deveria contar com a participação social, no entanto esta participação era refletida não apenas no ato de fornecer o microfone ao ouvinte dando-lhe o espaço para falar e expor sua opinião, mas no sentido de submeter a comunicação ao interesse e controle público, e assim, transmitir os anseios e necessidades da sociedade a qual está inserido (ZUCOLOTO, 2005).

Portanto, na comunicação radiofônica não é satisfatório apenas dar voz aos excluídos, é preciso saber como, o que dizer para quem, com quem, sobre o que, por meio de, através de. Ou seja, não basta só realizar convites e fomentar a participação, faz-se necessário que a emissora radiofônica tenha estratégias de acolhimento e envolvimento para com seus participantes. De modo que, o público ouvinte, participante e a emissora articulem-se a fim de melhor servir as necessidades dos envolvidos no processo comunicativo. A respeito das possibilidades de obtenção de informação, Brecht (2005) já acreditava que as entrevistas funcionavam como uma excelente opção quando se pretendia conseguir informações de modo espontâneo e mais parecido com um bate-papo, pois os interrogados possuem menos oportunidades de argumentar de maneira mentirosa, fato recorrente na mídia impressa. Assim, a utilização de entrevista no rádio adequa-se de maneira natural a dinâmica do veículo, o que explica ainda ser aplicada na contemporaneidade:

> Vemo-nos agora diante de um dos formatos mais conhecidos e reconhecidos por todos os públicos, mais usado por produtores e jornalistas em todos os meios de comunicação, em qualquer programa de rádio e que, em geral, classifica-se dentro do jornalismo de opinião: a entrevista. De outros formatos poderíamos, talvez, prescindir. Deste, não. Sem entrevistas, perderíamos a espontaneidade da conversa, a força do testemunho vivo, cortariam-nos as próprias raízes do conhecimento, que se alimentam de perguntas (VIGIL, 2003, p.268).

Além desta perspectiva, Brecht (2005) descontente com o que já observava nas irradiações das emissoras radiofônicas, propunha mudanças nas programações e defendia a participação social como ícone chave para que as mensagens transmitidas estivessem respaldadas nos acontecimentos, necessidades e anseios da sociedade a qual o rádio estava inserido: “Opino, pois, que vocês deveriam aproximar-se mais dos acontecimentos reais com os aparelhos e não se limitar à reprodução ou à informação” (BRECHT, 2005 p.37). Desse

modo, o autor defendia que o rádio deveria estar presente nos acontecimentos no momento em que eles ocorrem, portanto, deveria manter certa distância dos estúdios a fim de estar mais próximo do cotidiano do ouvinte.

Sob o mesmo ponto de vista, José López Vigil (2003, p.269) pontua: "Que o rádio saia da rádio. Que os entrevistadores não fiquem esperando as pessoas, mas vão ao encontro delas. E que em nossas entrevistas se escutem todas as vozes e se respeitem todas as opiniões". Além de respeitar as opiniões faz-se necessário também respeitar as condições e limitações dos sujeitos, pois, mesmo que sejam convidados a participar é preciso direcionar o diálogo, de modo que o comunicador represente a boca dos seus ouvintes, e assim consiga reter de forma eficiente as informações que eles necessitam ouvir. A fim de corroborar estas argumentações o teórico as explicita por meio de um caso específico:

> A moradora de um bairro popular escreveu para a emissora reclamando a canalização do córrego de esgotos que o candidato prometeu e que nunca chega. Convide-a para vir à emissora. Faça-a entrar na cabine e peça-lhe que formule sua denúncia. O tapete, o ar condicionado, a luz fria, o silêncio, o microfone, o dedo levantado do operador, o sinal de falar... O mais provável é que nossa amiga se iniba e que sua denúncia tenha pouca força e muita formalidade. Agora, vamos inverter a situação. É o locutor que vai ao bairro. Reúne-se com os moradores, que lhe mostram a água empoçada, o mau cheiro. Tira o gravador e pede que lhe expliquem a situação. A moradora o fará com sua linguagem cotidiana, expressar-se- á com energia, levantando a voz. Está jogando em seu próprio campo. Está respaldada pelos vizinhos. E o problema está lá, à vista de todos (VIGIL, 2003, p.386).

Constata-se que as reflexões de Brecht (2005), continuam sendo pertinentes para a contemporaneidade e endossam as defesas, debates, conferências e demais iniciativas que visam à democratização dos meios de comunicação. A partir de seus pensamentos, os pesquisadores contemporâneos ampliaram suas reflexões a respeito do papel social do veículo na medida em que, compreendiam seu potencial na ampliação e manutenção da cidadania.

Na contemporaneidade, o rádio é compreendido por muitos estudiosos como o ancião dos meios de comunicação pelo fato do veículo apresentar como fase de sua consolidação a década de 1930, na qual conquistou audiências mundiais e ser o primeiro meio de comunicação de massa com tecnologia baseada na radiodifusão, a qual agregava imediatismo em sua difusão.

Nessa época, com milhões de ouvintes espalhados no mundo, o rádio vivenciava seu auge, denominado "era de ouro do rádio". Nos países latino-americanos, a modernização e a implantação do capitalismo deram-se com forte presença do veículo, facilitando a mediação

entre projetos do Estado e da sociedade. Essa ligação levou Martin- Barbero (2001) a caracterizá-lo como "mediador popular em excelência", na medida em que o veículo estava muito próximo das classes populares e traduzia o anseio de união e patriotismo dos governos.

Referenciado na conjuntura atual de nosso país, não resta dúvida de que o rádio ainda aparece como o meio de comunicação que mais facilita o acesso da população à informação. Nesta perspectiva Gisele Ortriwano assinala:

> Entre os meios de comunicação de massa, o rádio é, sem dúvida, o mais popular e o de maior alcance público, não só no Brasil como em todo o mundo, constituindo-se, muitas vezes, no único a levar a informação para populações de vastas regiões que não tem acesso a outros meios, seja por motivos geográficos, econômicos ou culturais (ORTRIWANO, 1985, p. 78).

Como apresentado no capítulo 3, renomados teóricos discorreram sobre as características democratizadoras do rádio dentre eles, Jesus Martín-Barbero (2001) e Nestor Garcia Canclini (2008). Ambos acreditavam na potencialidade de mediação popular do meio, de modo que focavam seus estudos no desempenho do veículo na modernização da América Latina.

Para Barbero (2001), com a implantação da televisão, o rádio reforçou sua característica mais marcante, a popularidade. Característica decorrente da restrição ao sonoro, o que permitiu uma abordagem discursiva e expressiva coloquial, tornando-o compatível ao cotidiano das classes populares, já que o ouvinte necessita apenas de uma atenção marginal para acompanhar sua programação. Já Canclini (2008, p.262) lança um olhar comparativo sobre o rádio e a televisão nesse período ele acredita que: "O rádio 'nacionalizou o idioma'; a televisão unifica as entonações, dá repertórios de imagem em que o nacional sintoniza com o internacional". Mais que nacionalizar o idioma, o rádio traduziu, incluiu, reconheceu a cultura popular e interpelou as relações entre Estado e massa, fazendo desses países configurados como "quebra-cabeças", "países dentro do mesmo país", uma nação.

Quando se trata de Brasil, é importante salientar que a televisão alcançou número significativo de telespectadores em 1960, fato que revela o rádio como principal veículo entre as décadas de 1920 a 1960. Em vista disso, o rádio nesse recorte histórico é considerado como instrumento fundamental na formação de hábitos da sociedade brasileira, meio que promoveu o intercâmbio entre a modernidade e tradição, que integrou na identidade nacional as regiões mais longínquas do país, mediou e propiciou a criação de novas práticas culturais e de consumo nas sociedades modernas (CALABRE, 2004).

Outra abordagem conceitual sobre o veículo condiz com as reflexões sobre suas características democratizadoras voltadas para fins educacionais. No Brasil, logo no surgimento do veículo, o idealizador Roquette-Pinto vislumbrava a enculturação das camadas populares por meio da comunicação radiofônica. Sob o mesmo ponto de vista do intelectual brasileiro, o comunicador e educador, Mario Kaplún (1978), desenvolveu seus estudos na década de 1970 sobre o veículo na América Latina. Para ele, os programas de rádio poderiam promover a cidadania por meio da comunicação participativa. E assim criou um método participativo, denominado cassete-fórum, cujo objetivo era promover o diálogo entre os receptores das mensagens dentro do processo comunicativo via rádio.

Para Kaplún (1978, p.34-35) um programa de rádio poderia constituir-se em elemento muito útil e válido de comunicação popular, na medida em que partisse da realidade concreta de seus ouvintes. Desse modo, poderia ajudar a comunidade a tomar consciência de sua própria realidade e com isso os conteúdos educativos estariam inseridos no processo de identificação social.

Para que tal finalidade fosse alcançada eram feitas gravações de fitas com mensagens do programa de rádio popular, que depois eram distribuídas para grupos diferentes, cada grupo se reunia e debatia sobre o conteúdo recebido, as reuniões geravam novas faixas gravadas nas fitas cassetes, posteriormente as gravações dos grupos eram analisadas, e assim com base nas reflexões de cada grupo eram gerados novos conteúdos coletivos. Por meio dessa nova fita os diferentes grupos tinham acesso às considerações e ideias dos outros grupos (KAPLÚN, 1984).

Mesmo com a tecnologia restrita e diversas limitações existentes na década de 70, tonou-se possível a elaboração de um projeto no qual, diferentes receptores expressaram sua opinião e transformaram-se em produtores de conteúdo e responsáveis pelos rumos da comunicação realizada: “Nessa dimensão, o método participativo torna-se também formativo dos indivíduos, aos estimular a solidariedade para a tomada de consciência coletiva frente aos problemas sociais” (VICENTE, 2009, p. 45). Além de promover a participação nos meios de comunicação, o método participativo também promoveu a inquietude, instigou o cidadão a refletir tanto de maneira coletiva quanto de maneira individual, propiciando a atitude do indivíduo diante as necessidades de sua comunidade:

> Un programa de radio ya puede hacer mucho y constituirse en un elemento muy útil y mui válido de comunicación popular si parte de la realidad social concreta del grupo humano al que se dirige, ayuda a ese grupo a asumir y tomar conciencia de esa realidad, y se identifica en sua acción educativa a

> los intereses sociales del grupo. La práctica participativa no consiste solo ni tanto en que "el pueblo hable por radio". Es algo más amplo y global. Se puede ejecer a través de distintas organizaciones populares y de diferentes acciones. La contribución de um programa de radio bien puede ser la de prepararla removiendo los obstáculos culturales internalizados en el oyente, etc. (KAPLÚN, 1978, p.34-35) [21].

Desse modo, a perspectiva radiofônica de Kaplún transcende a noção de mero veículo. Para o autor, o rádio é um grande instrumento de educação e de fortalecimento da cultura popular, por isso requer habilidades e conhecimento do comunicador para utilizar da melhor forma suas potencialidades e até mesmo suas limitações. A empatia para o teórico é algo imprescindível na comunicação via rádio. O comunicador deve se colocar no lugar do ouvinte, sentir suas necessidades, vivenciar seu universo cultural, compreender e falar sua linguagem, para que assim o ouvinte sinta-se refletido nas mensagens transmitidas. A empatia também serve como ponto de partida para compreensão do ouvinte de maneira mais ampla, favorecendo assim o discernimento do comunicador para que este não cometa equívoco ou preconceitos diante do nível de criticidade do ouvinte. Cabe ao próprio comunicador encontrar possibilidades pedagógicas para que o ouvinte possa perceber novos modos de interpretação sobre o que lhe cerca.

> No conviene, pues, confundir participación con espontaneísmo ni con populismo demagógico. No basta con que "el pueblo se exprese" si lo que expresa no lleva a generar un raciocinio, un juicio personal, una conciencia crítica. Por este creemos no solo lícita sino indispensable la intervención inteligente y crítica del comunicador, dialogando con el pueblo, cuestionando ciertos contenidos internalizados en él, seleccionando los aportes populares para que, a través de ellos, se genere una evolución y un proceso auténticamente educativo (KAPLÚN,1978, p.124)[22].

Desta forma, a argumentação do teórico está direcionada para as potencialidades democratizadoras do rádio, mais especificamente na esfera educacional. A educação está restrita as paredes da sala de aula? Para o autor não, o comunicador pode desempenhar o

[21] Tradução da autora: Um programa de rádio pode fazer muito e constituir-se em um elemento muito útil e válido de comunicação popular se parte da realidade social concreta do grupo humano a que se dirige, ajuda esse grupo a assumir e tomar consciência dessa realidade e identifica sua ação educativa aos interesses sociais do grupo. A prática participativa não consiste apenas que o povo fale pelo rádio. É algo mais amplo e global. Pode-se exercer através de distintas organizações sociais e de diferentes ações. A contribuição de um programa de rádio pode ser a de preparar removendo os obstáculos culturais internalizados no ouvinte e etc.

[22] Tradução da autora: Não convém confundir participação com espontaneidade nem com demagogia popular. Não basta que o povo se expresse, se o que expressa não leva a gerar uma raciocínio, um juízo pessoal, uma consciência crítica. Por isto cremos que é indispensável a intervenção inteligente e crítica do comunicador, dialogando com o povo, questionando certos conteúdos internalizado nele, selecionando as contribuições populares para que através delas se gere uma evolução e um processo autenticamente educativo.

papel de educador mesmo que em caráter não formal, tal postura favorece o estabelecimento de um ambiente de mútua construção do conhecimento. Portanto, não basta a intervenção do ouvinte nos conteúdos das mídias, esta participação, segundo o teórico, precisa ser consequência de conscientização coletiva, de deliberação e de reconhecimento de protagonismo social:

> En esa misma perspectiva, la denominada "educación radiofónica" será entendida aquí en un sentido amplio: no solo las emisiones especializadas que imparten alfabetización y difusión de conocimientos elementales-cometidos cuya utilidad y necesidad no se cuestionan- , sino también todas aquéllas que procuran la transmisión de valores, la promoción humana, el desarrollo integral del hombre y de la comunidad; las que se proponen elevar el nivel de conciencia, estimular la reflexión y convertir a cada hombre en agente activo de la transformación de su medio natural, económico y social (KAPLUN,1978,p.21)[23].

Seguindo os apontamentos do autor, o diálogo, a cooperação solidária e a reafirmação das identidades culturais juntamente com o despertar da competência comunicativa dos cidadãos, são fatores que impulsionam a participação política e social buscando a transformação da realidade dos ouvintes. O veículo, portanto, quando empenhado na promoção da cidadania, é instrumento de democratização e desenvolvimento social, na medida em que possibilita a comunicação participativa, desencadeia um processo de elevação de nível de consciência, de reflexão e consequentemente motiva os cidadãos a intervirem de forma eficiente e consensual nos seus contextos.

Para muitos, o destaque empregado ao veículo até o momento não passa de simples devaneio utópico, distante da efemeridade presente na realidade radiofônica. Para estes o resgate dos pensamentos de Kaplún, apenas representa o que o rádio poderia ter sido e não foi e como a contemporaneidade encontra-se sob a febre da convergência midiática, o rádio apenas sobrevive à duras penas, esquecido pela população regida pela imagem. Mesmo que o cenário radiofônico nacional, não apresente uma infinidade de programas pautados na comunicação participativa, existem exemplos que longe de ocupar a centralidade midiática se propõem a resgatar e reeducar os ouvintes para cidadania.

[23] Tradução da autora: "Nessa mesma perspectiva, a denominada "educação radiofônica" será entendida aqui num sentido amplo: não somente as emissões especializadas provedoras da alfabetização e difusão de conhecimentos elementares – comprometidos cuja utilidade e necessidade não se questionam -, mas também todas aquelas que procuram a transmissão de valores, a promoção humana, o desenvolvimento integral do homem e da comunidade, as que se propõem elevar o nível de consciência, estimular a reflexão e converter a cada homem em agente ativo de transformação de seu meio natural, econômico e social".

Apesar de Brecht (2005) e Kaplún (1978) discursarem sobre a potencialidade democrática do rádio por meio de óticas diferentes, o primeiro direcionado para a função social e comprometimento para com a democratização da comunicação, e o segundo focado no nivelamento cultural e educacional, ambos teóricos compartilham dos mesmos pensamentos a respeito da importância da participação social no veículo. Compreendendo-a como aspecto essencial para que a comunicação para a cidadania seja realizada.

Sob outro ponto de vista, o rádio para Mc Luhan, autor da obra Understanding Media: The extensions of Man, publicada em 1964, pode ser representado e entendido como um tambor tribal. Por meio desta concepção carregada de simbolismo, buscava-se agregar ao veículo o sentido e o poder de integração e identificação. E assim ele compreende-o "como uma tecnologia que fortalece a conexão do homem com o grupo, com a comunidade, que foi capaz de reverter rapidamente o individualismo do homem tipográfico para o coletivismo" (BIANCO, 2005, p.155).

Em vista disso, apesar de ser considerado um meio de comunicação de massa, é capaz de distanciar-se da homogeneização, pois a partir da sua habilidade de integração consegue reduzir o mundo a dimensões de aldeia. Portanto, "o rádio afeta as pessoas, digamos como que pessoalmente, oferecendo um mundo de comunicação não expressa entre o escritor-locutor e o ouvinte. Este é o aspecto mais imediato do rádio. Uma experiência particular" (LUHAN, 2005, p.145).

Desse modo, a comunicação radiofônica gera uma situação muito peculiar entre receptor e emissor, pois, o rádio "oferece uma totalidade ao ouvinte somente por meio do sonoro" (ARNHEIM, 2005, p.62). Nesse sentido, o autor acredita que um bom programa de rádio é completo e não precisa recorrer ao uso de imagens para alcançar a completude, na medida em que é capaz de oferecer representações autênticas da vida. E com isso, defende a máxima de que uma estátua não precisa ser pintada da cor da pele, do mesmo modo que um programa de rádio não precisa se fazer visível: "O rádio torna a pessoa viva e presente diante de nós através de sua voz, ou de alguma outra maneira, sem termos que saber nada a respeito dela. Isto torna a situação excitante" (ARNHEIM, 2005, p.76).

Portanto, a abordagem dada ao rádio pelo autor, considerado um dos primeiros teóricos sobre o veículo assim como Brecht (2005), difere-se do olhar tecnicista que o considera aparato transmissor de informação, pelo contrário, o rádio é entendido como um meio capaz de criar, pelas suas leis, um mundo sonoro da realidade. De modo que, o ouvinte sente-se instigado a completar com sua imaginação o que está "ausente" na comunicação radiofônica, mesmo que para o autor as irradiações sejam completas, pois o mundo sonoro

mesmo que abstrato e oculto, torna-se próprio a partir do material sensível que disponibiliza e produz (MENEZES, 2007).

Dessa forma, constata-se que o ouvinte encontra-se envolvido numa rede de símbolos inerente à comunicação radiofônica, o que torna uma expressão como "Bom dia queridos ouvintes" não apenas um índice de que o sol nasceu, mas um ritmo que envolve todo o seu dia. Portanto, o rádio, mais do que emissora, aparelho ou meio de comunicação também se faz presente no cotidiano do ouvinte como uma companhia. Sendo assim, somada a sua excelência em atingir as classes populares, o rádio pode ser redefinido com um novo posto:

> "não o de aparato que "convoca a ser ouvido", mas melhor, o de que se "ajusta ao ouvinte", o de meio que deixa reger pela cotidianidade de seus receptores, definindo-se como acompanhante e criado. E nesse servir à cotidianidade, ele é capaz de fazer visível nas imagens elaboradas por outros, uns modos populares de sentir e pensar, de expressar-se e reconhecer-se, de atuar entre si e frente aos demais que podem ser fonte de autor reconhecimento, mas também - e às vezes ao mesmo tempo - fonte de indiferença" (MATA, 2005, p.272).

Além disso, o rádio se faz popular também por um imaginário de ascensão popular e visibilidade social, sendo essas características mais exacerbadas nas décadas de 1930 e 1940, justamente em sua fase de auge do entretenimento. Sob essa perspectiva torna-se se possível refletir sobre a centralidade dos meios de comunicação desde sua consolidação até a contemporaneidade e de que forma construíram sua legitimação social. Para Mata (2005) essa centralidade, tanto na produção de discursos públicos como na esfera do consumo cultural, fez do rádio e dos outros meios, uma via privilegiada para a construção de identidades individuais e coletivas.

Nesta perspectiva, o rádio, pode ser compreendido como um espaço de mestiçagem sonora, por possibilitar uma mistura de vozes e dos tempos dos cidadãos. E assim, pode funcionar como ambiente de "porosidade entre as culturas e instrumento potencial para o aprendizado democrático" (MENEZES, 2007, p.131). A noção de mestiçagem sonora não se refere à mera diversidade racial, e sim a convivência entre diferentes, a fuga de padronizações, a realidade pluralística e a articulação em meio às peculiaridades. Desse modo, o rádio além de expressar palavras que revigoram as relações e vínculos entre os indivíduos, pode também possibilitar a democratização das vozes, gerando uma circulação entre expressões dos incluídos e dos excluídos. Portanto, as emissoras radiofônicas transformaram-se em vias de acesso às esferas públicas, o que possibilitou a visibilidade social e o reconhecimento dos setores populares carentes de representação social e politicas públicas.

> [...] o segredo do rádio é estar próximo do ouvinte, prestando-lhe serviço de utilidade pública. Por meio de programas informativos, de orientação ou de cunho social, uma emissora de rádio consegue atuar também na mediação das relações de caráter reivindicatório entre grupos constituídos da sociedade civil e governo. As emissoras de rádio devem atuar como elemento de integração regional, capaz de destruir barreiras, preconceitos e de reduzir distâncias, transmitindo a sensação de que os espaços entre os lugares estão cada vez menores. Como instrumento de integração regional, o rádio é o mais eficiente meio democrático de divulgação de cultura e utilidade pública. Isto porque este veículo pode e deve exercer o papel de resistência contra a alienação dos valores culturais, preservando os valores e peculiaridades regionais e garantindo a diversidade cultural (MATTOS, 2003, p. 64-66).

Nesse momento, as reflexões sobre a potencialidade democrática radiofônica e seu comprometimento para com os setores populares resgatam as concepções da própria comunicação pública. O que revela uma similaridade entre as argumentações e propósitos, de modo que é possível considerar o rádio, sobretudo quando voltado para a cidadania, como instrumento de comunicação pública. Compartilhando dessa mesma reflexão, Redondo (2011, p.150) complementa: "Las llamadas radios ciudadanas, se consolidan cada vez más como una estrategia de comunicación pública que busca conectar a los ciudadanos con sus realidades desde la perspectiva de la participación"[24].

Mais que meio de comunicação, o rádio em seu viés não comercial pode ser compreendido como o instrumento de articulação entre sociedade, Estado e governo. E assim, torna-se capaz de propiciar o processo comunicativo, no qual o cidadão é tratado como ator social capaz de instruir a própria sociedade, ou seja, sua atividade cultural, seu modo de vida, suas angustias e anseios podem gerar conteúdos radiofônicos com objetivo de instigar nos seus ouvintes o sentimento de pertencimento a uma comunidade e a prática da cidadania. Dessa forma, o rádio não comercial, com fins educativos, culturais e comprometido com a cidadania, na medida em que possui a capacidade de refletir o cotidiano das classes espoliadas torna-se canal viabilizador para que o cidadão exponha suas mazelas sociais, suas conquistas e expressões culturais. Com isso, propícia a promoção do processo de identificação e posteriormente reconhecimento social desses indivíduos que se encontram à margem da sociedade. Portanto o rádio, especificamente neste contexto, por meio do seu processo comunicativo, pode estimular a sociedade para a descoberta de meios nos quais ela mesma solucione seus próprios problemas.

[24] Tradução da autora: As chamadas rádio cidadãs se consolidam cada vez mais como estratégia de comunicação pública que busca conectar os cidadãos com suas realidades a partir da perspectiva da participação.

No entanto, o setor radiofônico no cenário brasileiro encontra-se sob a preponderância da vertente comercial, a qual objetivando o lucro apresenta forte conotação de entretenimento e publicidade. Por conta disso seu modelo de negócio na contemporaneidade apresenta a formação de redes de emissoras, distribuídas em diversas localidades do país, as quais difundem uma programação em comum e padronizada com discretas distinções de conteúdos regionais. Tal fato passou a ser estratégia financeira frequente no setor, por diluir os gastos com a produção de programas e angariar mais lucros para as emissoras (BETTI, 2011). Apesar disso, outras tipologias de rádio como as emissoras educativas, comunitárias, universitárias, estatais e públicas, por não pautarem os seus conteúdos exclusivamente em interesses comerciais e em pontos na audiência, distanciam-se da conotação de entretenimento, sobrevivem no setor e buscam cumprir sua função para com o desenvolvimento social. A fim de compreender de forma mais aprofundada a especificidade da emissora Rádio UNESP FM, responsável pela transmissão do objeto desta pesquisa, problematiza-se no próximo subitem as emissoras que se autoproclamam rádios públicas.

4.3.2 Rádio Pública: definir em meio às complexidades

A discussão sobre radiodifusão pública é considerada recente, principalmente no âmbito acadêmico. Ela ganha parâmetros paradoxais quando se reflete a respeito das concessões de Rádio e TV serem outorgadas pelo Estado, o que já indica, de certa forma, uma natureza pública. Pois, a radiodifusão, entendida como serviço público, pressupõe que apenas o Estado pode controlar suas outorgas de maneira direta e indireta. Desse modo, esse controle deve garantir o acesso universal, a correta distribuição de concessões e o comprometimento dos concessores para com a ampliação da cidadania no país. No entanto, para Celso Schöder, Professor e Coordenador do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC não é a concessão que torna público o Rádio e a TV e sim a maneira que é abordado seu conteúdo (ZUCOLOTO, 2010 a).

Em meio às confusões e a falta de definição do texto constitucional, as rádios estatais, educativas, culturais e universitárias são classificadas como elementos do sistema educativo de radiodifusão. Nesta categoria estão cerca de 400 emissoras distribuídas por todo o país. Entretanto, na contemporaneidade elas se autodenominam emissoras públicas, ainda que na constituição não se define e regulariza-se os segmentos privado, público e estatal. Portanto, o título de “rádio pública” agrega status e assemelha-se a uma grife, na qual as rádios não

comerciais estão aderindo, mesmo que esta tipologia não encontre subsídios nas politicas públicas nacional (MIOLA, 2009).

Inusitadamente as emissoras estatais encontram-se envolvidas no debate sobre regulamentação do sistema público de radiodifusão, o qual envolve tanto o rádio como a TV. De modo que, os avanços nessas discussões ocorrem seguindo o fluxo da mídia televisiva: “as definições ou indefinições das suas naturezas, função e missão têm estado sempre, estreitamente relacionadas às suas programações” (ZUCOLOTO, 2010a, p.67).

No entanto, na tentativa de estabelecer características que classifiquem a radio pública, Edna Miola (2009) considera 3 aspectos fundamentais: programação, financiamento e controle administrativo. O conjunto destas características também pode ser aplicado para definir os modelos privados e estatais.

Assim como Valci Zucoloto (2010a), Edna Miola (2009) defende que a programação é o elemento mais debatido quando se pretende conceituar a radiodifusão pública, justamente por tratar-se da razão de ser da emissora e refletir sua missão e objetivos. A qualidade da programação está diretamente relacionada à formulação e implementação de políticas públicas, a fim de definir as responsabilidades e estratégias das emissoras públicas para com a garantia do direito de informação e comunicação. Portanto, o conteúdo transmitido pelas rádios públicas deve estar estreitamente vinculado à formação de identidade nacional, a expressão cultural e ampliação da cidadania (CARMONA, 2006).

Além disso, a radiodifusão pública deve contemplar conteúdos que pautem a pluralidade de fontes e diferentes pontos de vista sobre uma informação, tornar o processo político transparente, dar atenção para as minorias étnicas e religiosas, preservar a cultura nacional e regional, divulgar e valorizar expressões culturais locais (MIOLA, 2009).

Portanto, a programação da rádio pública deve abarcar simultaneamente a diversidade da sociedade e as peculiaridades comunitárias. De modo que, as informações sejam tratadas de forma aprofundada e que agucem a criticidade, para que o ouvinte a partir delas consiga formular sua própria opinião. Ao considerar a radiodifusão pública como tipologia distante da busca incessante por audiência e não dependente do retorno rápido dos investimentos, observa-se uma liberdade de produção e experimentação de formatos inovadores e diferenciados.

Outro fator que, segundo Edna Miola (2009), define a classificação das emissoras de rádio pública é a forma que ela é financiada. Pois, este aspecto influencia na autonomia da rádio e no seu controle administrativo. Desse modo, o financiamento, na maioria das vezes,

dá-se de maneira, a qual se combinam diferentes fontes, como verba direta do governo, publicidade, contribuições voluntárias e cobrança de taxas de licença.

No cenário brasileiro, as rádios públicas sobrevivem com dificuldades, por razão das ínfimas verbas repassadas pelo governo, o que revela o desinteresse em investir neste setor. Em suma, a rádio pública necessita de autonomia editorial e para este fim é preciso dissociar as fontes de renda com a produção de conteúdo. Para que assim, as emissoras de fato públicas usufruam de independência comercial e governamental (MIOLA, 2009).

O último elemento da tipologia de radiodifusão pública proposta pela autora está baseado no controle administrativo. Em relação ao âmbito nacional, faz-se necessário compreender a organização hierárquica, os papéis a serem desempenhados no que tange as politicas nacionais de radiodifusão, a gestão das emissoras e a execução de seus projetos.

A esfera de tomada de decisões do setor encontra em seu nível mais elevado o Estado que, por meio do Presidente da República, do Ministério das Comunicações, Senado, Câmara dos Deputados e ANATEL (Agência Reguladora), regula o setor, define as macros políticas e distribui o uso de canais com fins comerciais e não comerciais. Em patamar abaixo do Estado encontram-se as unidades federativas detentoras de concessões educativas, porém esse papel pode ser desempenhado por outras instituições. Em último nível encontram-se as empresas de radiodifusão, compreendidas como autarquias ou fundações relacionadas com secretarias estaduais ou ministérios, no entanto essas empresas podem ser privadas desde que direcionem seus lucros (quando explorada comercialmente) para investimento na própria emissora.

Em seu âmbito interno as emissoras de radiodifusão públicas organizam-se de forma semelhante às privadas, ou seja, possuem departamento de programação, técnico, administrativo dentre outros. Dessa forma, o planejamento da programação deve ser estabelecido pelos Diretores e técnicos da emissora. No entanto, este quadro administrativo possui implicações, como no caso de emissoras estatais, as quais são subordinadas diretamente aos governos. Seus presidentes e coordenadores, geralmente são indicados pelo governador, fato que provoca uma dependência especifica em relação ao Estado. Neste contexto, pesquisadores questionam que os diretores dessas rádios são representantes políticos, o que prejudica a autonomia da emissora.

Portanto, conclui-se que o controle administrativo das emissoras públicas está extremamente verticalizado, fornecendo pouca autonomia por ser dependente das políticas de comunicação e estratégias estaduais de controle e investimento (MIOLA, 2009).

A partir da descrição dos critérios para classificação de emissora pública, percebe-se que obter os três requisitos é tarefa difícil na contemporaneidade, porém é possível observar

programações que cumprem com as expectativas de ampliação da cidadania, mesmo que estejam pouco autônomas e sobrevivam com um financiamento não adequado aos modelos descritos e insuficientes à sua manutenção.

> Embora muitas emissoras estejam situadas no campo público da comunicação, é importante diferenciar a tênue nuance que diferencia o papel e a prática das emissoras públicas. As emissoras públicas são aquelas mantidas com recursos de governo (Federais, estaduais e municipais), identificadas como educativas, culturais e universitárias. São rádios de sinal aberto que atingem uma cidade, uma região metropolitana, ou um estado, algumas estão com seu sinal no satélite, e trabalham com um corpo de colaboradores profissionais jornalistas, radialistas e administrativos (ARPUB, 2004) [25].

No ano de 2004 a Associação das Rádios Públicas do Brasil (ARPUB) é fundada, reunindo emissoras estatais, educativas, culturais e universitárias. "Para ARPUB o que define uma emissora de rádio pública é sua visão institucional que deve pautar-se em: difundir, irradiar e produzir cultura, educação, cidadania, entretenimento, buscando atingir um público cada vez mais amplo da sociedade" (ZUCOLOTO, 2011b, p.10). Para Eugênio Bucci (2008, p.69), "as emissoras púbicas, por vocação, pautam e discutem aspectos da cidadania e contribuem para fortalecer, no limite, a consciência cívica, a noção dos direitos e das liberdades".

A radiodifusão pública, portanto é capaz de desempenhar um papel importante no processo democrático, na medida em que pode suprir o cidadão ouvinte com informações de interesse público, programações que valorizam a expressão cultural e que orienta seus ouvintes sobre seus direitos e deveres. No entanto, a radiodifusão pública está repleta de complexidades, mesmo que as emissoras estatais, educativas, universitárias e culturais se proclamem públicas, ainda não existe um consenso sobre sua definição, e "ainda não atendem aos critérios como: financiamento, gestão e programação democráticas independentes e autônomas" (ZUCOLOTO, 2011b, p.11).

Apesar de o cenário atual radiofônico contar com diversos entraves, a emissora de rádio pública pode ser pensada em sua forma ideal, como um espaço onde o cidadão tem acesso para expressar sua opinião, sua reivindicação por meio da ação comunicativa. E assim, torna-se possível aflorar nesse ouvinte o protagonismo diante das mazelas que o cerca e do

[25] ARPUB-Histórico da Associação de rádios públicas no Brasil. Disponível em: <http://www.arpub.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=43&Itemid=186>. Acesso em 20 nov. 2012.

interesse coletivo. Em suma, a rádio pública possui características e habilidades para atuar de encontro à construção da cidadania na medida em que, pelo ato comunicativo e informativo, esses ouvintes participantes podem ser aguçados, mais especificamente na sua criticidade, seu ativismo cívico e político. Portanto, uma rádio pública deve prestar serviço de forma extremamente direcionada à população a qual está envolvida. E dessa forma com intuito de descrever o papel dessa tipologia de emissora a ARPUB acredita que:

> Democratizar a informação, fazendo com que ela chegue a todo e qualquer cidadão, dando voz a quem não tem, buscando dar o outro lado da notícia, cobrindo os movimentos sociais representativos da sociedade, repercutindo aquilo que nem sempre aparece na grande mídia, garantindo a pluralidade e o contraditório, evitando a manipulação da informação e o aparelhismo político partidário (chapa branca), trabalhando com ética, isenção e imparcialidade, esse é o papel de uma rádio pública. Chamamos a atenção para este aspecto, pois nossa cultura tende a confundir o conceito de público com o conceito de estatal. Embora nossas emissoras sejam mantidas fundamentalmente com recursos públicos (federais ou estaduais), nossa informação deve guardar independência dos poderes estatais, sob pena de comprometer a sua qualidade. Devemos oferecer um diferencial de qualidade, buscando selecionar e trabalhar a informação, usando a crônica, o comentário e a reportagem como esse diferencial, fazendo entrevistas, debates, cobertura de eventos e reportagens sobre os grandes temas locais e nacionais. É aí onde pode estar uma de nossas principais marcas: na credibilidade e qualidade do nosso jornalismo. Este é o papel de uma rádio pública (ARPUB, 2004) [26].

Desse modo, a radiodifusão pública, por vocação deve estar envolvida com o fortalecimento e conscientização da cidadania e genuinamente comprometida com os valores democráticos. Assim, por meio da promoção de vínculos cada vez mais próximos com a sociedade, a rádio pública pode alcançar o desempenho satisfatório na contribuição para consolidação democrática.

Em vista disso, a partir do ano 2000, o setor brasileiro de radiodifusão vivencia uma fase de efervescência, propiciado pelos debates a respeito da digitalização do setor. Apesar da ineficiência do texto constitucional, o debate sobre a implantação do sistema público no país, torna-se mais frequente, fato que impulsionou a criação da ARPUB (Associação de Rádios Públicas) em 2004. E em 2007 o Presidente Lula instituiu a EBC (Empresa Brasileira de Comunicação) com a TV Brasil e a superintendência de rádio, alegando a construção de um sistema público nacional de radiodifusão.

---

[26] ARPUB- Carta de Princípios – 2004. Disponível em: <http://www.arpub.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=59&Itemid=217>. Acesso em 20 nov. 2012.

> A presidente da EBC, Tereza CRUVINEL (2008), ainda no primeiro ano da recém criada Empresa Brasil de Comunicação, assegurava que a instituição será uma grande prestadora de serviço público e que o jornalismo é que dará sua identidade, como um jornalismo voltado ao interesse público. Que a rede em formação sob a liderança da EBC, tanto em televisão como em rádio, propõe-se horizontal, não buscando hegemonia das emissoras que hoje já a compõem, entre as quais se destacam a TV Brasil e no sistema de rádio, as estações Nacional AM e FM, de Brasília, a Nacional Amazônia, que opera em Ondas Curtas (OC), a Nacional AM e as MEC AM e FM, todas do Rio de Janeiro (ZUCOLOTO, 2010a, p.187).

Apesar do sistema público de radiodifusão brasileiro ser considerado por muitos pesquisadores como algo abstrato e preponderantemente estatal, a autora considera que ele ainda está em construção: "Mesmo que na gestão e no financiamento sejam estatais ou universitárias, entendem que pela programação estão se constituindo como rádios públicas ou pelo menos buscando iniciar esta construção" (ZUCOLOTO, 2010a, p.195).

A tentativa de construção de um modelo de programação pública não se trata de iniciativa recente, pelo contrário, quando observado os marcos históricos da radiodifusão contata-se que o surgimento do rádio no país, já objetivava a transmissão de educação e cultura para o povo brasileiro. Portanto, antes de doar a primeira emissora radiofônica ao governo federal, fato considerado marco inicial da radiodifusão pública, a missão das irradiações radiofônicas idealizadas por Roquette-Pinto serviram como referência e guia na execução de programações voltadas para as práticas cidadãs ao longo das 7 décadas de existência dessas rádios.

A radiodifusão pública na contemporaneidade está respaldada pela Lei nº 11.652 de 07 de abril de 2008, mais popularmente conhecida como a Lei da EBC, a qual institui os princípios e objetivos da radiodifusão pública explorada pelos Poder Executivo, ou outorgados a entidades de sua administração indireta[27]. Sua tipologia presente no cenário radiofônico brasileiro contribui para que o cidadão possa ser contemplado com uma programação comprometida para com sua emancipação e capacidade crítica. Ainda que exista falta de consenso em sua definição e critérios, as características das emissoras proclamadas públicas aproximam-se, em certo ponto, da concepção radiofônica de Brecht. Pois, na medida em que usufruem de espaço para transmitirem conteúdos voltados para as práticas cidadãs, podem estimular os cidadãos a atuarem de forma ativa no seu próprio contexto. Portanto, mesmo que a participação social no processo comunicativo das rádios públicas ainda

[27] Mais informações disponíveis em: <http://memoria.ebc.com.br/portal/sites/_ebc/files/LEI%20N%C2%BA%2011.652.pdf> Acesso em 05 ago. 2013

concentre-se no conteúdo transmitido, considera-se, essa abertura - apesar de limitada- como o reconhecimento e utilização da potencialidade democrática do veículo.

5- REFLEXÃO TEÓRICA E APLICAÇÃO PRÁTICA NA MESMA FREQUENCIA: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA INTERAÇÃO COMUNITÁRIA

O referencial teórico desenvolvido tem por objetivo guiar e dar suporte à resposta do problema desta pesquisa, que consiste no seguinte questionamento: De que forma a comunicação radiofônica, voltada para a cidadania, pode demonstrar e dar visibilidade às realidades esquecidas pela mídia massiva? Essa questão motivou o caminho bibliográfico construído, de modo que se tornou necessário compreender a realidade dos cidadãos que vivem à margem da sociedade, o processo de identificação em meio à espoliação vivenciada por eles diariamente, a forma em que os conteúdos midiáticos são apropriados no cotidiano, a importância da comunicação para o reconhecimento dos direitos do cidadão e o potencial das rádios públicas na promoção das práticas cidadãs.

A fim de aplicar as reflexões desenvolvidas ao longo dos capítulos anteriores e dialoga-las com um contexto prático, optou-se por selecionar primeiramente uma emissora de rádio que estivesse comprometida com a promoção da cidadania na cidade de Bauru- São Paulo, considerando que a cidade é sede do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UNESP e, além disso, que pudesse ser caracterizada como emissora pública. Dentre as opções de emissoras ditas cidadãs na cidade de Bauru e região, a única que se autoproclama rádio pública e está filiada na ARPUB (Associação das Rádios Públicas do Brasil) é a emissora Rádio UNESP FM.

Após a escolha da emissora, observou-se sua grade de programação com objetivo de selecionar um programa que destacasse o comprometimento da emissora com as práticas cidadãs. Optou-se por delimitar como objeto de estudo o programa “Interação Comunitária”. Antes de iniciarmos o percurso metodológico pretendido na pesquisa, faz-se necessário uma descrição de panorama da cidade de Bauru-SP, da emissora selecionada e do objeto de estudo desta dissertação.

5.1 Bauru: uma cidade trilhada no centro do Estado de São Paulo

Em 1856 Felicíssimo Antônio de Souza Pereira e Antônio Teixeira do Espírito Santo estabeleceram-se, alojaram suas famílias e assumiram o desafio de povoar a região. Em Botucatu no dia 15 de abril Bauru foi oficializada como povoado. As plantações cresceram e atraíram colonos de diversas regiões do país, denomina-se este período como a marcha para o Oeste. A vila Bauru era subordinada ao município Fortaleza (próximo a Agudos). No dia 30

de agosto de 1893 o Dr. Bernardino de Campos, na época governador do Estado de São Paulo, promulgou a Lei nº 209 que criou um Distrito de Paz na povoação de Bauru, anexa ao município de vila de Fortaleza. Em 1º de agosto de 1896 o presidente do Estado Campos Sales, sancionou a lei que criou o município de Bauru.

No início do século XX as ferrovias instalam-se na região, primeiramente a Estrada de Ferro Sorocabana (EFS) em 1905 e no mesmo ano iniciou-se a construção da Noroeste do Brasil (NOB), ferrovia que destacou a cidade, pois seus trilhos começavam nela e dirigiam-se para a Bolívia. Para Junior e Santos (2009) a Noroeste, por atravessar São Paulo e Mata Grosso do Sul favoreceu a interiorização do país e a economia cafeeira, possibilitando o surgimento de inúmeras cidades, as quais estavam atreladas a Bauru, que consequentemente sofria transformações por razão da malha ferroviária. Para Losnak (2004, p.62) "Graças às ferrovias, a cidade de Bauru sofreu um direcionamento mais acentuado de seu perfil econômico, com a predominância do setor terciário da economia". Desse modo, o centro da cidade surgiu e desenvolveu-se no entorno do leito ferroviário e suas estações. Este período impulsionou o desenvolvimento econômico das cidades da região, assim como contribuiu para o surgimento de crescimento do comércio. Pois os comerciantes em sua maioria eram imigrantes que chegavam à cidade pelos trens.

Em vista disso, o comércio e a moradia das famílias elitizadas concentravam-se nas ruas Araújo Leite e Batista de Carvalho (atual calçadão), distribuição urbana ocasionada pela instalação da estação ferroviária nas proximidades destas ruas. Logo o centro expandiu-se para bairros vizinhos e passou a oferecer serviços diversificados. Em suma, Bauru trata-se de uma cidade que desde o início do século 20 concentrou sua economia no comércio, serviços e transporte, o que ocasionou em alto índice de urbanização, principalmente entre os anos 1934 e 1960 (LOSNAK, 2004, p.77).

Com o decorrer dos anos a malha ferroviária privatizou-se e os trens de passageiros foram suprimidos, de modo que o centro urbano, assim como sua estação ferroviária passaram por mudanças significativas enquanto ao seu uso e ocupação (Junior; Santos, 2009). Na atualidade a prefeitura, o sindicato do comércio varejista e a Associação de Empresas do Calçadão preocupam-se com a deterioração e concordam sobre a necessidade de revitalização e de estímulo para atrair mais moradores para a área central.

Em dados gerais[28], a cidade de Bauru possui uma população de 348.145 habitantes. Seu grau de urbanização[29] é de 98,33% e está a 345 km da capital do Estado São Paulo. Os municípios limítrofes são Arealva, Reginópolis, Piratininga, Agudos, Pederneiras e Avaí.

Figura 1- Fotografia: Vista aérea da cidade de Bauru-SP



Fonte: Disponível em: < http://www.bauru.sp.gov.br/cidade/fotos_cidade.aspx>. Acesso em 05 jun. 2013.

5.2 UNESP FM: uma emissora pública, cultural e educativa

A Rádio UNESP FM é uma Unidade Complementar da Reitoria, vinculada ao Centro de Rádio e Televisão Cultural e Educativa (CRTVCE), da Universidade Estadual Paulista. Sediada no campus de Bauru, na região centro-oeste do Estado de São Paulo, a emissora inaugurou as suas transmissões no dia 13 de maio de 1991 e sua outorga para concessão da transmissão radiofônica está em nome da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, cujo representante legal perante o Ministério das Comunicações é o Magnífico Reitor.

A Rádio UNESP se proclama pública, de caráter cultural e educativo, e mantém uma grade de programação diversificada, na qual oferece aos seus ouvintes cultura, educação e informação de interesse público.

[28] Informações disponíveis em < http://www.bauru.sp.gov.br/cidade/dados_geograficos.aspx> Acesso em 04 jun. 2013.
[29] Informação disponível em < http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php?loc=60> Acesso em 04 jun. 2013.

Por meio de parcerias com entidades filantrópicas, Organizações Não Governamentais (ONGs), institutos, associações e órgãos governamentais, a emissora produz conteúdo noticioso e musical oriundos de diferentes regiões do país e do mundo.

A rádio apresenta uma programação musical criteriosa, abordando diversos gêneros musicais: jazz, rock, blues, erudito, orquestras, new age, pop e principalmente as vertentes da Música Popular Brasileira: chorinho, samba, música instrumental, clássicos e as novidades de MPB. Portanto, a programação de modo generalista, tem como proposta ser pluralista, instrutiva e informativa, pois se preocupa com fornecimento de subsídios para que os ouvintes entendam cada um dos gêneros trabalhados e assim possibilita a formação e informação dos mesmos.

O jornalismo da emissora tem o compromisso de relatar os fatos do cotidiano, prestar serviços e destacar a Universidade Estadual Paulista como fonte de informação, "dando vida" aos acontecimentos, pesquisas científicas e eventos do mundo acadêmico. A emissora também conta com a contribuição de projetos de extensão dos cursos de Radio e TV, Jornalismo e Relações Pública da UNESP.

Com potência de transmissão de 3000 watts e antena de 41 metros, a emissora atinge um raio de 100 km, atendendo a cidade de Bauru e região. A UNESP FM[30] é sintonizada em 105,7 MHz e conta com uma equipe de 24 profissionais, divididos nos seguintes departamentos: Administração, Produção, Locução, Equipe Técnica, Jornalismo, Programação, Programação e Discoteca, Operação de Áudio e Transporte.

Além do seu quadro interno de funcionários, a emissora é acompanhada pelo Conselho Regulador do Centro de Rádio e Televisão Cultural e Educativa da UNESP, formado por: Diretor da Rádio, Diretor da FAAC (Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação) da UNESP, representante docente da FAAC, representante do PROEX- Pró-Reitoria de Extensão Universitária, representante do Conselho Universitário e representante da Assessoria de Comunicação e Imprensa da Universidade.

Até o ano de 2009 o Diretor Geral da rádio era denominado por indicação do Reitor da UNESP, portanto consistia em indicações relacionadas ao âmbito da docência. De forma inédita na história da emissora, realizou-se em dezembro de 2009 o processo eleitoral com elaboração da lista tríplice em sessão ordinária do Conselho Cultural do Centro de Rádio e Televisão Cultural e Educativo (CRTVCE), no qual a funcionária Cleide Portes (editora-chefe do Jornalismo) foi nomeada Diretora Geral.

[30] Informações disponíveis no site oficial da Rádio: <http://radio.unesp.br/historia>. Acesso em 18 mai. 2012.

A eleição para diretoria da emissora trata-se de um marco e até mesmo de um avanço nas práticas democráticas organizacionais. Segundo locutor da rádio, Wellington Leite, quando questionado sobre a atual gestão da emissora, declarou que "o fato de a rádio ser administrada por funcionários de um lado facilita a abertura a novos projetos, de outro limita mudanças estruturais" (informação verbal)[31].

A abertura aos novos projetos é claramente observada nos relatórios de atividades[32] da emissora referentes ao ano de 2010 e 2011, os quais condizem com o objetivo da gestão atual, que está focada na utilização do rádio como elemento imprescindível para o ensino, a pesquisa e a extensão universitária.

Corroborando o intuito da gestão atual, no ano de 2010 a emissora em parceira com o Núcleo Opinião do Curso de Relações Públicas da UNESP, realizou uma pesquisa qualitativa de audiência com objetivo de definir a imagem da emissora junto à comunidade bauruense.

Elaborada pela aluna do curso de Relações Públicas da UNESP, Christiane Delmondes Versuti, a pesquisa de iniciação cientifica financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), foi orientada pela Professora Doutora Célia Retz Godoy dos Santos. Por meio de grupo focal e pesquisa de opinião realizados em dois bairros da cidade de Bauru-SP, detectou-se a necessidade de aproximação da emissora com a comunidade bauruense e até mesmo com os discentes da Universidade. Apontou-se também a falta de espaço para reivindicação, o que indica a necessidade de criação de mecanismos de interatividade com seus ouvintes, melhorias na transmissão do sinal e ampliação da divulgação institucional.

A diretoria preocupada com o processo comunicativo da Rádio UNESP FM, baseada nos resultados da pesquisa, enviou um projeto à Reitoria da Universidade, a fim de angariar financiamento para implantação de um Núcleo de Comunicação na emissora. Até a finalização desta dissertação a proposta ainda não havia sido posicionada.

A proximidade com a comunidade de Bauru ainda é uma questão preocupante na gestão da emissora, no entanto algumas medidas vêm sendo tomadas para estimular a participação do ouvinte e a interatividade na programação. Em 2011 o site institucional foi atualizado, tornando-se mais dinâmico e moderno. Sendo possível ouvir a rádio ao vivo, do computador e também em dispositivos móveis, em vista disso criou-se uma *fan page* da rádio na rede social Facebook.

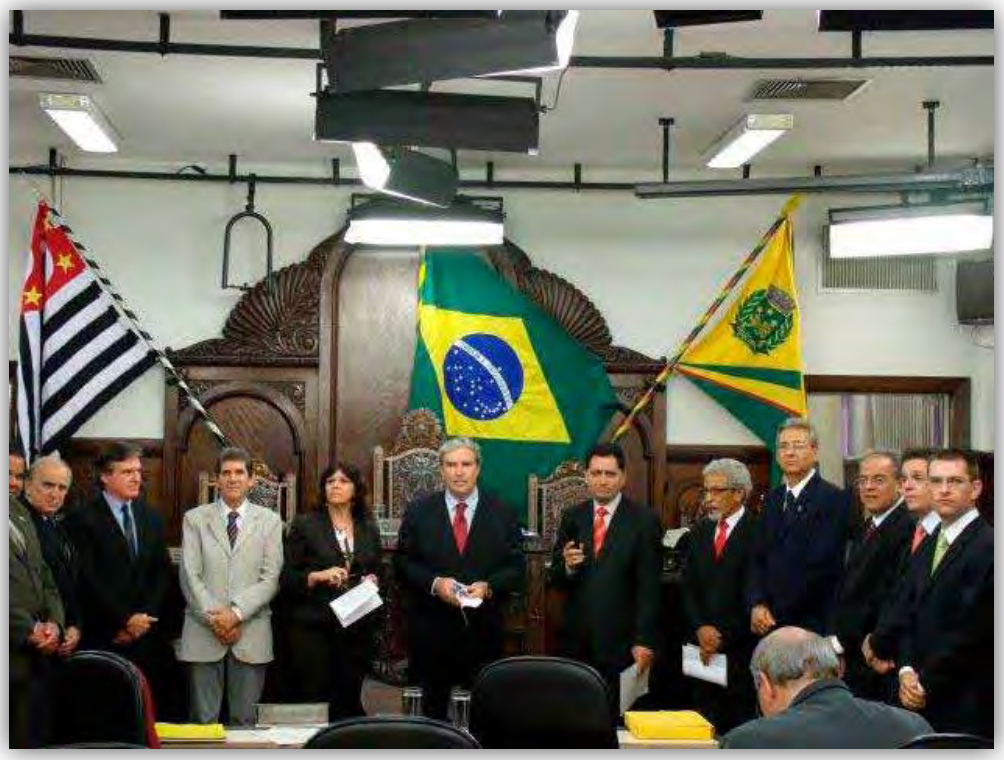
---

[31] Comentário pronunciado na palestra "Segmentação no Rádio e a Comunicação Local" do IV Enco-Rádio, realizado no dia 4 de junho de 2012 na UNESP, campus Bauru, em comemoração aos 90 anos do rádio.

[32] Mais informações em ANEXO-A Relatórios de Atividades da UNESP-FM.

Em maio do mesmo ano a emissora foi homenageada com Moção de Aplauso concedido pelo Legislativo de Bauru- SP.

Figura 2- Fotografia: Moção de Aplauso UNESP FM.



Fonte: Disponível em: <http://www4.faac.unesp.br/extensao/PIC/index.php>
Acesso em 04 jun. 2013. Na foto a diretora da Rádio, Cleide Portes com os vereadores e representantes do Legislativo da cidade de Bauru-SP.

E pela Associação Bauru pela Diversidade (ABD) com o prêmio “Eu faço a diferença” por razão do espaço que a emissora fornece para divulgar e ampliar a visibilidade da luta pela diversidade.

Figura 3- Fotografia: Premiação “Eu faço a Diferença”.



Fonte: Perfil do Programa[33] na rede social Facebook. Acesso em 04 jun. 2013. Na foto: Marcos Souza, Darlene Tendolo, Vagner Silvestre, Prefeito Rodrigo Agostinho e Rick Ferreira.

Na reformulação do site foi criado um espaço para o internauta/ouvinte pedir música, diferenciado do espaço para contatar a emissora. No que tange o acesso ao contato telefônico, a emissora não possui um funcionário para filtrar as ligações, no entanto foram estabelecidos diversos ramais telefônicos, que de certa forma agilizam o atendimento ao ouvinte. O que não significa que pela implantação desses ramais, o ouvinte possa participar ao vivo, simultaneamente na programação da emissora. Pela observação assistemática de sua programação detectou-se o estímulo à participação do ouvinte, por meio de vinhetas divulgando a linha telefônica exclusiva e o endereço do site.

As atividades realizadas pela gestão atual podem ser consideradas ganhos em cidadania na emissora de rádio. Em relação ao âmbito interno, destacou-se a nomeação da diretoria da rádio por meio de eleições, já em relação ao âmbito externo sobressaiu-se a reformulação do site, a criação de páginas em redes sociais e inserção de vinhetas com maior frequência na programação, visando estimular a participação do ouvinte. No entanto, em se tratando da efetiva participação do ouvinte, constatou-se que muitos passos ainda precisam ser dados, como demonstrado: implantação de Núcleo de Comunicação a fim de atuar estrategicamente na relação organização-público e contratação de funcionário para filtrar as

[33] Disponível em: <https://www.facebook.com/InteracaoComunitaria?fref=ts> Acesso em 04 jun. 2013.

chamadas telefônicas, possibilitando a participação ao vivo do ouvinte nos programas transmitidos pela Rádio UNESP FM.

5.3 Programa Interação Comunitária: os eventos e as informações importantes para a comunidade

Oriundo de um trabalho de conclusão de curso do aluno de jornalismo da UNESP, Vagner Silvestre, orientado pelo Professor Doutor Marcelo Carbone, o programa Interação Comunitária é resultado de um projeto acadêmico que se tornou uma prática duradoura na Rádio UNESP FM e encontra-se inserido em sua programação - aos sábados pela manhã durante aproximadamente 30 minutos.

O programa atualmente é subsidiado pelo PROEX- Pró Reitoria de Extensão Universitária- e busca contribuir para com a construção e promoção da cidadania, missão da emissora, por meio de suas especificidades, diferenciações e construção de um relacionamento estreito e prestativo com representantes de ONGS, Associações, Movimentos Sociais e demais Instituições de diversos segmentos e lutas sociais da cidade de Bauru-SP e região. O comunicador e produtor Vagner Silvestre estabelece no Interação Comunitária uma oportunidade para que esses representantes e demais cidadãos da cidade de Bauru possam expressar-se no canal midiático.

Para tal empreendimento o idealizador do programa recorre às diversas formas de contato com o público alvo do programa – população empobrecida e marginalizada residente na periferia de Bauru-SP - além de colocar o estúdio da Radio UNESP FM à disposição dos interessados e realizar entrevistas frequentemente por meio de contato telefônico. Quando possível, o comunicador faz uma varredura nos bairros periféricos da cidade em busca de acontecimentos, festas, formas de expressão, reivindicações relacionadas aos modos de vida do bairro visitado. Desse modo, com a sua presença no cotidiano do ouvinte, no ambiente que lhe é familiar, Vagner Silvestre, de maneira coloquial e despretensiosa oportuniza uma comunicação espontânea e empática com os cidadãos.

De acordo com o interesse dos cidadãos em divulgar uma ação social, uma festa comunitária, uma melhoria no bairro ou até mesmo um desabafo de moradores sobre sua condição de vida, é proporcionado uma prática cidadã, na medida em que essas pessoas mesmo desconhecendo seu direito de comunicação, o exercem participando do programa de rádio. Dessa maneira próxima e empática, o Interação Comunitária “dá voz a quem não é

ouvido" e com isso permite e contribui para articulação entre líderes comunitários, moradores, representantes de movimentos sociais, ONGS, autoridades públicas, dentre outros.

O programa Interação Comunitária tem como principal objetivo prestar serviço para comunidade bauruense, mais especificamente para as camadas mais empobrecidas da população (Classes C, D e E), sem acesso e oportunidade de participação nos meio de comunicação massivos.

Suas transmissões são compostas por entrevistas, coberturas e divulgação de eventos, notícias sobre cultura, atualidade, educação e saúde, músicas e etc. Independente do conteúdo divulgado, o programa conta essencialmente com a participação de pessoas envolvidas com os acontecimentos, docentes das faculdades, funcionários públicos, representantes de causas sociais, músicos da cidade e região, dentre outros.

O comunicador Vagner Silvestre, além da proximidade com a parcela mais carente da população bauruense, possui uma significante característica indicada por Mário Kaplún, a empatia. O produtor e comunicador do Interação Comunitária por meio da varredura que faz nos bairros da cidade de Bauru, coloca-se à disposição da população, insere-se no "mundo" das favelas e periferias e oportuniza a comunicação *in loco*. Descobre eventos, manifestações culturais, transmite os diferentes modos de vida dentro da mesma cidade, chama à participação os desfavorecidos e esquecidos pela mídia massiva. Dessa forma o comunicador vai de encontro à vida nos bairros periféricos, integra-se e escuta quem não é ouvido, apresenta a possibilidade de expressão dentro do programa e assim, por meio de realizações de entrevistas promove um diálogo no qual o ouvinte sente-se à vontade para expor sua opinião e interesses diante do microfone.

Em suma o Interação Comunitária possui as seguintes características:

Quadro 1- Principais características do Objeto

Produção	**Transmissão**
Produtor: Vagner Silvestre	UNESP FM: aos sábados com horário flexível na programação (matutino).
Coordenador: Professor Doutor e Vice Coordenador da FAAC, Marcelo Carbone.	Tempo de duração média de 30 minutos.
Locutor/ Comunicador: Vagner Silvestre	Ausência de um formato padronizado.
Jornalista responsável: Diretora da UNESP FM, Cleide Portes.	Formato está diretamente vinculado às participações.

Entrevista é o principal meio de informação utilizado.	Flexibilidade na duração das entrevistas.
Projeto de Extensão que envolve 6 alunos.	Linguagem prioritariamente coloquial.
Público alvo: camadas mais empobrecidas da população (C, D e E).	Transmitido também na TVC (emissora televisiva comunitária de Bauru- SP).

Fonte: Dados da autora.

Constatou-se, portanto, que a comunicação mediada vivenciada no programa está carregada de informalidade, empatia e compreensão do comunicador a respeito da formação e criticidade de seus ouvintes e interlocutores, o que torna a transmissão via rádio um meio de emancipação e promoção de práticas cidadãs a cada sábado. Como prova do reconhecimento regional, o programa foi homenageado em 2011 pela Comunidade Negra de Bauru, por meio do prêmio "Luiza Mahin" [34]. E em maio de 2013 o programa foi homenageado com a Moção de Aplauso[35] feita pelo vereador Roque Ferreira, por razão dos serviços prestados e o compromisso com a cidadania e democratização da informação.

Figura 4 – Fotografia: Moção de Aplausos Programa Interação Comunitária



Na foto Vagner Silvestre, Cleide Portes e Roque Ferreira. Fonte: Disponível no Perfil pessoal do Vagner Silvestre na rede Facebook. Acesso em 11 jun.2013.

[34]Mais informações em <http://www.univesp.ensinosuperior.sp.gov.br/2690/radio-unesp-recebe-premio-da-comunidade-negra-de-bauru> Acesso em 28 jan.2013.
[35] Informação disponível em < http://www.faac.unesp.br/#N,607> Acesso em 04 jun. 2013.

Ora o programa está aberto ao padre para divulgar sua quermesse, ora um líder comunitário é entrevistado para falar de suas dificuldades e conquistas na liderança de seu bairro. O prefeito, secretários e vereadores, esclarecem dúvidas, divulgam benfeitorias e as atividades da administração pública local, já os docentes abordam temas polêmicos alertam para prevenção de doenças, divulgam eventos científicos e os representantes de movimentos sociais convidam a população a participar de suas ações de sensibilização; assim a cada sábado, o Interação Comunitária chega até as casas da população bauruense e semanalmente prepara seus ouvintes para desvendar um novo olhar em relação às diferentes realidades dentro da mesma cidade e região.

A partir de 2012 o Interação Comunitária além de ser difundido em ondas hertizianas passou a ser transmitido na televisão, por meio de um convite da TVC[36] (TV Comunitária de Bauru). O que implicou na utilização do recurso imagético para os conteúdos que antes eram veiculados apenas sonoramente.

Figura 5- Fotografia: Gravação do Programa Interação Comunitária para TV e Rádio



Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/InteracaoComunitaria>
Acesso em 04 jun. 2013.

[36] Mais informações em < http://www.tvcbauru.com.br/interacao-comunitaria/> Acesso em 28 jan.2013.

Em vista disso, pretende-se com essa peculiar experiência radiofônica na emissora UNESP FM compreender como é utilizada a potencialidade democratizadora do rádio na contemporaneidade.

5.4 Sintonia codificada: análise de conteúdo quantitativa do Programa Interação Comunitária

O *corpus* da pesquisa refere-se às transmissões semanais do Programa Interação Comunitária de março de 2011 a março de 2012. Por meio de visitas técnicas à emissora UNESP-FM foram coletadas 57 gravações do programa. Pretende-se com a análise identificar as principais temáticas abordadas pelo programa e compreender a maneira que a comunicação mediada comprometida com a cidadania é realizada.

Segundo Bardin (2009, p.123) a análise do conteúdo pode efetuar-se numa amostra desde que o material a isso se preste. Sob referência da autora, realizou-se um recorte amostral, o qual representaria todo o universo. Selecionou-se 26 programas dentre os 57 coletados guiando-se pelos seguintes critérios: exclusão (quando possível) de programas com entrevistas repetidas em curto espaço de tempo; considerou-se os programas que abordavam as temáticas discutidas no quadro teórico da pesquisa e priorizou-se um número de 2 programas selecionados por mês. O mês de fevereiro de 2012 apresentou-se com características específicas no corpus, por razão do período ser dedicado às festividades do carnaval, pois, durante os quatro sábados os enredos dos blocos e escolas carnavalescas locais ganharam exclusividade nas transmissões do objeto de estudo.

Posteriormente a escolha do material, por meio da leitura flutuante foi possível estabelecer a unidade de registro (núcleos de sentido), a unidade de contexto e os objetivos a serem alcançados com a análise de conteúdo. Pelas especificidades da linguagem radiofônica e a denotada oralidade optou-se por definir as unidades de registro como temas abordados e a unidade de contexto como a enumeração dos programas selecionados, importante salientar que os programas estão divididos por intervalos, os quais foram desconsiderados na análise.

Desse modo, após a definição dos objetivos a serem alcançados, ponderou-se a necessidade de se analisar, além da frequência dos temas abordados nos programas, os personagens participantes das transmissões, os quais se tornaram também unidades de registro. Segue abaixo a lista de referências dos mesmos:

TEMAS:

A- Manifestações Socioculturais: núcleo de sentido delimitado pela promoção, convite à participação e divulgação de eventos culturais e comemorativos da cidade e região, exposições artísticas, divulgação de obras literárias - independente do segmento da instituição promotora- e demais manifestações.

B- Valorização de artistas regionais: tema definido por entrevistas com músicos, bandas regionais e transmissão de suas músicas. Assim como, divulgação de fornecimento de bolsas e custeio de bailarinos da cidade de Bauru por meio de seleção.

C- Ações e Projetos sociais beneficentes: o núcleo aborda a realização de jantar em benefício de ONGS, Associações, e entidades de Bauru e região e projetos que promovam o bem-estar social e cultural nos ambientes públicos de bairros.

D- Respeito e Reconhecimento de segmentos sociais marginalizados: o núcleo de sentido envolve discussões sobre inclusão da pessoa com deficiência, diversidade social e sexual, lei de cotas, racismo, discriminação social e sexual.

E- Projetos de Extensão Universitária: foram reunidos nessa unidade entrevistas relacionadas aos projetos universitários realizados na comunidade, considerados de Extensão por contar com o financiamento da PROEX (Pró-reitoria de Extensão Universitária).

F- Reivindicações Comunitárias: essa unidade temática refere-se às entrevistas que abordam as necessidades das comunidades como: asfaltamento e recapeamento de ruas, instalação e/ou reformas de praças públicas, esgoto, passarelas, viadutos, acessibilidade e inclusão de mais professores na rede de ensino municipal para lidar com alunos com necessidades especiais.

G- Melhorias e Conquistas Alcançadas pela Comunidade: nesse grupo foram consideradas as entrevistas que pautaram: as reuniões para discutir o orçamento participativo, instalação da academia livre, implantação e reformas em posto de saúde, áreas de lazer, iluminação, praça paradesportiva, reformas no sambódromo da cidade, elaboração de plano de mobilidade, inauguração de novas sedes de associações, contratação de cuidadores para atender as pessoas com deficiência na rede de ensino municipal, reformas para promoção de acessibilidade, aumento no repasse de verba do município para associações e ONGs.

H- Possibilidades e Reflexões sobre o processo educacional formal: constam nesse grupo temático entrevistas com objetivo de promover cursos de capacitação e pré-vestibular, discussão sobre as escolas primárias e secundárias, formação e

comportamento do próprio professor e problematização da relação entre professor e aluno.

I- **Promoção de atividades Esportivas:** esta unidade condiz com a divulgação de atividades esportivas em Bauru e região.

J- **Policiamento e Segurança Nacional:** núcleo de sentido demarcado pela explanação sobre policiamento, missões de paz, trabalho do exército e forças armadas.

K- **Reflexões sobre a formação e responsabilidades da família contemporânea:** tema designado às reflexões sobre as responsabilidades dos pais na formação educacional de crianças e adolescentes. Assim como pontuações sobre a formação contemporânea das famílias, como pais divorciados e mães ausentes pela dedicação ao trabalho.

L- **Meio Ambiente e Sustentabilidade**: aborda a promoção de feiras, projetos e afins que tenham como objetivo a conscientização da população para a sustentabilidade.

M- **Saúde**: tema reúne as orientações sobre sintomas e prevenção de doenças, eventos regionais de saúde, assim como cuidados sobre a saúde de animais de estimação.

N- **Representação e participação no âmbito político**: núcleo de sentido delimitado por discussões sobre as relações de poder na cidade e atividade representativa realizada por cidadãos, por meio de liderança comunitária, associativa e conselhos.

O- **Sexualidade na adolescência:** temática aborda as transformações físicas e comportamentais sofridas pelos adolescentes.

P- **Drogas:** reúne as discussões sobre consumo exagerado do álcool e demais drogas.

Q- **Transmissão de músicas e entrevistas com artistas de repercussão nacional:** unidade agrupa entrevistas de artistas de banda musical com repercussão nacional, assim como transmissão de suas músicas.

R- **Eventos Científicos:** unidade temática reúne entrevistas com objetivo de promover simpósios, congressos e palestras realizados pelo âmbito acadêmico, a fim de compartilhar conhecimento e divulgar resultados de pesquisas e inovações tecnológicas.

S- **Importância da Rádio UNESP e rádio pública para a comunidade:** tema relacionado à entrevista que aborda a relação e função da radiodifusão pública, assim como explana sobre a importância da prestação de serviço público informativo para a comunidade.

PERSONAGENS:

P1) Líderes Comunitários;

P2) Membros do Poder Local: (Prefeito, vereadores e secretários de pastas);

P3) Idealizadores de Projetos Socioculturais: (cidadão reconhecido pela responsabilidade de um projeto social e/ou cultural);

P4) Universitários: (estudantes das universidades de Bauru e região);

P5) Artistas: (músicos, poetas, escritores, pintores, carnavalescos regionais);

P6) Acadêmicos: (Professores Universitários, independente do segmento da instituição educacional);

P7) Funcionários de instituições privadas: (Exceto professores universitários);

P8) Funcionários de ONGs /Associações/Institutos e Entidades filantrópicas;

P9) Funcionários de instituições públicas: (Exceto professores universitários);

P10) Comunicador: Vagner Silvestre ou demais jornalistas da rádio.

Em razão das especificidades do material coletado, estabeleceu-se a análise da frequência temática e de personagem segundo o índice de presença dos temas e dos personagens em cada programa contido no *corpus* da pesquisa. Pois, a unidade de contexto não possui uma padronização e rigidez em relação ao número de participantes, delimitação de tema abordado por entrevistado e duração das entrevistas.

Afim de melhor organizar e desenvolver a análise dos dados considerou-se a etapa de categorização como necessária no percurso metodológico. Para Bardin (2009) a categorização não é uma etapa obrigatória da análise de conteúdo, porém a maioria dessas análises organiza-se por meio de categorias. Tal procedimento consiste na classificação por diferenciação dos elementos que constituem o corpus da pesquisa e reagrupamento segundo gênero e critérios definidos. Em suma, as categorias são "gavetas", classes ou rubricas que reúnem um grupo de unidades de registro. Dá-se um título genérico ao grupo devido às características em comum dos seus elementos. Dessa forma, nesta pesquisa utiliza-se a categorização definindo-se os grupos por critério semântico, ou seja, por meio do reagrupamento temático das unidades de registro encontradas.

Para que este reagrupamento de elementos seja realizado objetivando-se boas categorias, Bardin (2009, p.147) explicita que devem possuir as seguintes qualidades: *exclusão mútua*- cada elemento não deve existir em mais de uma categoria; *homogeneidade*- apenas um único princípio de classificação deve governar a divisão categorial; *pertinência*- a categoria deve estar adaptada ao material de análise selecionado e pertencer ao quadro teórico desenvolvido; *objetividade e fidelidade*- o analista deve definir claramente as variáveis e

precisar os índices estabelecidos para codificar os elementos da mesma maneira; *produtividade*- a grelha categorial é produtiva se fornece resultados férteis para inferência.

Deste modo, afim de melhor organizar os dados brutos segue o conjunto de categorias criado de acordo com a necessidade e características do próprio *corpus*:

Cultura: reúne temas voltados para a promoção da Cultura, seja de âmbito nacional, regional ou local. Sendo assim, encontram-se agrupados os temas A, B, Q.

Inclusão: categoria destinada aos temas que envolvam o reconhecimento de segmentos sociais marginalizados. Portanto, delimitada pelo tema D.

Educação e Esporte: relacionada aos temas que pautam a educação formal, o âmbito universitário e a promoção de atividades educativas e esportivas. Portanto, reúne os temas E, H, I e R.

Saúde: agrupa unidades de registro que promovam a qualidade de vida por meio de orientações relacionadas à saúde tanto do ser humano quanto dos animais, prevenção de doenças e malefícios de uso de drogas. Desse modo agrega os temas M, O e P.

Interesse Público: pautada pelos assuntos destinados às reivindicações por melhorias na comunidade, promoção de benefícios urbanos conquistados e serviço público prestado à cidade de Bauru e região. Sendo assim, reúne os temas F, G, J e S.

Família: categoriza unidades de registro que abordam a problematização do núcleo familiar e está balizada pelo tema K.

Política: engloba a unidade de registro que pontua a importância da atuação política dos cidadãos. Portanto está demarcada pelo tema N.

Solidariedade: contém a unidade de registro C, designada à promoção de ações e projetos beneficentes.

Sustentabilidade: delimitada pela promoção de eventos e demais ações que promovam a sustentabilidade, sendo assim a categoria está referenciada pelo tema L.

A partir destas listas de referência e categorização tornou-se possível a exploração, codificação e análise das aparições dos personagens e dos temas nos programas selecionados. Desse modo, verificou-se que o personagem P5 designado aos carnavalescos, músicos, poetas, artistas plásticos de âmbito regional e nacional obtiveram 14 aparições, resultando no grupo com maior índice. Em segundo lugar o personagem P6 denominado aos professores universitários contabilizou 10 participações no corpus da pesquisa. Já os personagens P8 (Funcionários de ONGs, Associações e Entidades Filantrópicas) e P9 (Funcionários de Instituições públicas) ambos contabilizaram 8 aparições. Em relação ao total de aparições

distribuídas entre os 10 personagens constatou-se que a presença do personagem P5 resultou em 22,2%, do personagem P6 em 15,9% e os personagens P8 e P9 em 12,7%.

Buscou-se também identificar quais os temas mais abordados por estes personagens. Dessa forma constatou-se que o personagem P5 aborda com maior frequência o tema B, ou seja, suas participações condizem com entrevistas sobre seu trabalho, carreira, projetos e transmissões de suas músicas. Já o personagem P6 encontra-se vinculado ao tema H- Possibilidades e Reflexões sobre o processo de educação formal e ao tema R- Eventos científicos. O personagem P8 em suas participações explanou prioritariamente sobre o tema D- Respeito e reconhecimento de segmentos sociais marginalizados e sobre o tema C- Ações e Projetos Sociais Beneficentes.

O tema A que abarca as manifestações socioculturais destacou-se por ser o assunto mais abordado por maior número de personagens e maior índice de presença nos programas, (não mencionado apenas pelo Personagem 4- universitários), representa 22,2% dos assuntos discutidos pelos personagens e resultou em 14,9% das aparições nos programas selecionados. Em seguida o tema B- Valorização de artistas regionais- apresentou a segunda maior frequência temática por personagens, representando 14,1% e 13,8% de frequência temática nos programas. A diferença nos dados estatísticos entre a análise temática em relação aos programas e aos personagens dá-se pelo fato de que os personagens convidados no corpus muitas vezes mencionam mais de um tema em suas participações.

Os dados apresentados, portanto indicam que o programa Interação Comunitária encontra-se estreitamente envolvido com as manifestações socioculturais da cidade de Bauru e região. Para melhor visualização segue tabelas e gráficos dos dados até o momento apresentado:

Tabela 1- Representatividade dos temas no corpus

TEMAS	TOTAL (aparições)	% em relação ao corpus
A	**13**	**14,9%**
B	**12**	**13,8%**
C	**7**	**8%**
D	**10**	**11,5%**
E	**2**	**2,3%**
F	**6**	**6,9%**

G	**6**	**6,9%**
H	**5**	**5,7%**
I	**1**	**1,1%**
J	**2**	**2,3%**
K	**3**	**3,4%**
L	**1**	**1,1%**
M	**4**	**4,6%**
N	**4**	**4,6%**
O	**1**	**1,1%**
P	**2**	**2,3%**
Q	**4**	**4,6%**
R	**3**	**3,4%**
S	**1**	**1,1%**
TOTAL	**87**	**100%**

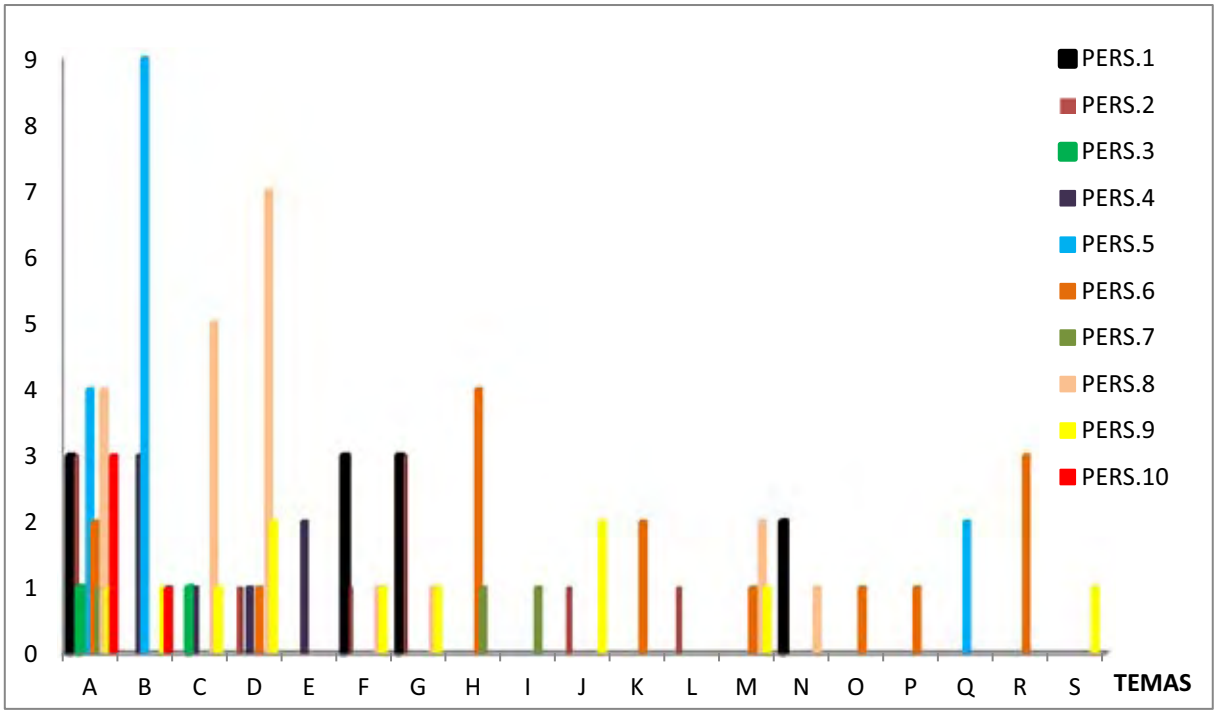
Fonte: dados da autora

Tabela 2 – Representatividade dos personagens no corpus

PERSONAGENS	TOTAL (aparições)	% em relação ao corpus
P1	**3**	**4,8%**
P2	**6**	**9,5%**
P3	**2**	**3,2%**
P4	**6**	**9,5%**
P5	**15**	**22,2%**
P6	**10**	**15,9%**
P7	**3**	**4,8%**
P8	**8**	**12,7%**
P9	**8**	**12,7%**
P10	**3**	**4,8%**
TOTAL	**64**	**100%**

Fonte: dados da autora

Figura 6- Gráfico de frequência temática por personagem



Fonte: dados da autora

Na tentativa de encontrar pistas, a partir da ótica quantitativa, sobre as especificidades do objeto de estudo que contribua para o entendimento de sua experiência participativa, constatou-se por meio da análise da frequência de seus personagens, que o Interação Comunitária, diferentemente dos programas de entrevista da mídia massiva comercial, não convidou, de forma prioritária, especialistas qualificados e reconhecidos em relação aos assuntos abordados. Pelo contrário, o programa contou com a participação de funcionários e/ou representantes de Associações, Institutos, Grêmios Recreativos, Organizações Públicas e Privadas, produtores de eventos, alunos, professores, músicos, secretários municipais, artistas plásticos e músicos regionais, líderes comunitários, comandante militar, prefeito, moradores dentre outros.

Por razão dessa diversidade de vozes e abertura de espaço para interessados em expressar-se, pode-se inferir que o objeto de estudo busca por meio de fontes da própria população local e regional tratar de assuntos de interesse público, de modo que não distingue e prioriza convidados pela qualificação profissional e reconhecimento social, basta que o convidado tenha algum nível de envolvimento com o tema para ser considerado como fonte em potencial para manifestar sua opinião e divulgar seus projetos. Desse modo, compreende-se que, por meio das reflexões de Duarte (2011) apresentadas no capítulo anterior a respeito da necessidade de entender a sociedade como apta para ajudar a melhorar a própria sociedade,

que o Interação Comunitária por contar com um quadro de participantes diverso e abrangente compartilha do mesmo raciocínio.

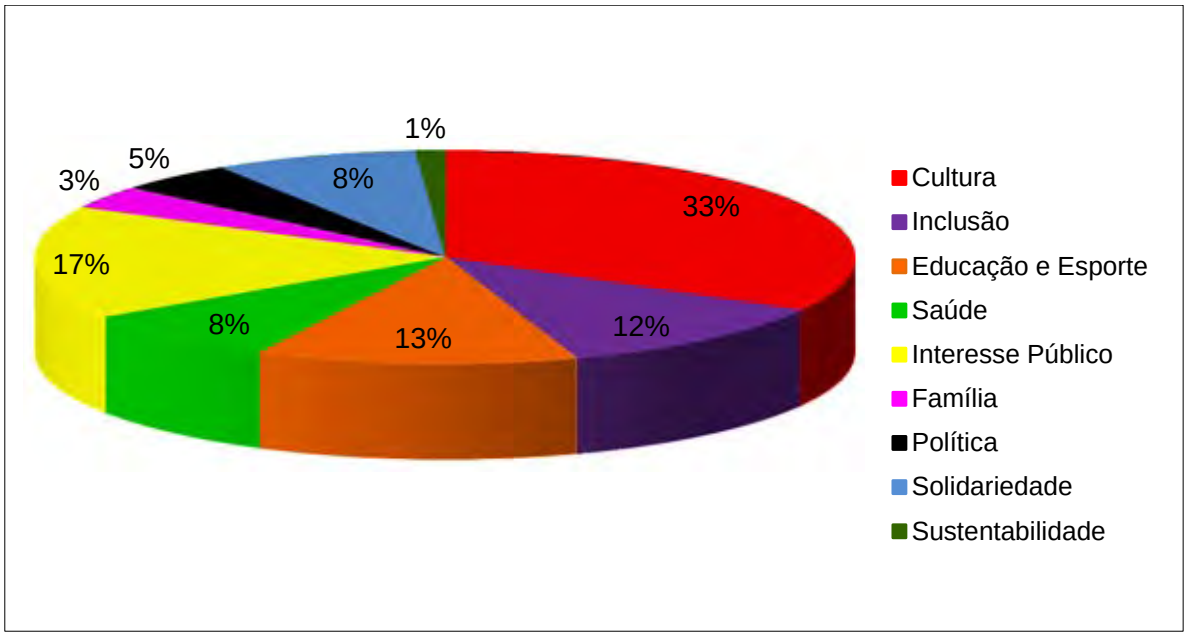
Outra pista que os dados analisados revelam é a preponderância dos temas A e B, voltados para as manifestações culturais, em relação ao tema F e G direcionados para melhorias e conquistas dos bairros da cidade de Bauru-SP. O que contraria a noção inicial de que o programa, por objetivar a prestação de serviços para classe social C, D e E, estivesse concentrado em transmitir conteúdos de cunho deliberativo e reivindicatórios.

Esta ideia de que as emissões do objeto de estudo estariam relacionadas prioritariamente com as demandas dos bairros periféricos da cidade e da região, condiz com as reflexões de Kowarick (1985, 1993) apresentadas no segundo capítulo desta dissertação. No entanto, a partir do confronto entre a ótica socioeconômica e a sociocultural, baseado nas argumentações de Magnani (1998), constatou-se que o modo de vida dos moradores das zonas periféricas e das favelas não se restringe apenas às carências vividas, envolve um cotidiano repleto de costumes, alternativas de lazer, comportamentos e manifestações culturais.

Para Duarte e Barros (2009) na análise de conteúdo sobre as comunicações de massa é possível detectar três índices: a) frequência com que aparece um símbolo, uma ideia ou um tema tende a ser interpretada como medida de importância ou ênfase; b) o equilíbrio na quantidade de propriedades favoráveis e desfavoráveis ao tema serve como medida de tendência e orientação; c) quantidade de associações manifestadas sobre o tema também pode ser entendida como medida de intensidade.

Desse modo, os temas e os personagens com índice estatístico destacados, revelados pela análise de conteúdo quantitativa do Interação Comunitária, apontam que o processo de quase-interação mediada do programa está pautado na esfera sociocultural do seu público alvo. E assim, torna-se mais claro e sintético observar a recorrência dos assuntos discutidos no corpus da pesquisa, por meio da análise categorial. A partir do pressuposto de que os assuntos com denotada frequência são os que recebem relevância do produtor, constatou-se a preponderância da esfera cultural no objeto. Observou-se que a categoria Cultura obteve o maior índice frequencial no *corpus*, representando 33% - resultado da soma dos índices temáticos que a integra-, em seguida a categoria Interesse Público obteve índice de 15 aparições, o que representa 17% do *corpus.* Abaixo segue a representação gráfica dos dados coletados:

Figura 7- Gráfico da frequência categorial do corpus



Fonte: dados da autora

Ao analisar os dados por meio das categorias, observou-se que o objeto aborda diversas temáticas em uma única unidade de contexto, portanto não seria pertinente adequar e classificar tais elementos em apenas uma categoria, já que suas características requisitam que um programa seja classificado por mais de uma categoria analítica.

Sob a ótica do índice da presença no corpus, a categoria Cultura apareceu em 21 programas, o que representa 80,7% da amostra. Empatadas, as categorias Inclusão e Educação e Esporte estiveram presentes em 10 programas, o que indica 38,4% do total de programas. Encontrou-se a categoria Interesse Público em 9 programas, o que revela um índice de 34,6% de representatividade no corpus. Constatou-se a presença das categorias Saúde e Solidariedade, em 7 programas, resultando em 26,9% da amostra para cada uma. Em relação à categoria Política sua presença contabilizou 4 programas, resultando um índice presencial de 15,3%. A categoria Família esteve presente em 3 programas, 11,5% de representação no corpus. E a categoria sustentabilidade apareceu em um único programa representando 3,8%. Infere-se, portanto, a existência de uma disparidade presencial entre a categoria Cultura e as demais, o que corrobora a relevância que se dá aos temas sob o enfoque cultural no objeto de estudo.

Na tentativa de encontrar pistas a respeito de como o programa Interação Comunitária sustenta a missão cidadã da emissora, e assim vislumbrar um ponto de partida para a análise qualitativa, compreende-se que o objeto de estudo busca retratar um quadro de promoção de

práticas cidadãs com denotado enfoque ao âmbito cultural. Ou seja, na medida em que o programa promove as expressões culturais locais e regionais, como CDs e shows de músicos, obras de poetas, exposições de artistas plásticos, sambas-enredo de carnavalescos, festivais afrodescendentes dentre outros, pode-se compreendê-lo como espaço em que o cidadão tem a possibilidade de conquistar a visibilidade que não consegue na mídia massiva comercial, por razão da mercantilização do processo de transmissão cultural, o qual se encontra cada vez mais mediado por um conjunto de instituições interessadas na circulação ampliada e rentável das formas simbólicas (THOMPSON, 1995, p.278).

Nesse sentido, pode-se repassar a reflexão apresentada no terceiro capítulo, na qual Barbero (2001) esclarece que as diferenças culturais entravavam a livre circulação de mercadorias, por isso as classes populares foram tornando-se deslocadas na "massificação" cultural. Sob a mesma perspectiva Canclini (2008, p.348) interpreta tal processo, especificamente na América Latina, como hibridação cultural, ou seja, formulação do ambiente cultural em ambiente de mestiçagem, compactuando o tradicionalismo com o transnacional, e com isso o teórico pontua que a cultura mediada pelos meios de comunicação perdeu sua relação exclusiva com o território.

Em vista disso, pode-se inferir que o Interação Comunitária, caminha na contramão da tendência massiva, pois dá visibilidade às manifestações culturais e aos artistas vinculados ao território local e regional. Possivelmente esta prática de valorização territorial busca instigar o processo de identificação e legitimação das classes populares da cidade de Bauru- São Paulo, já que possibilita o reconhecimento dos integrantes do seu meio social participando e debatendo sobre assuntos de seus interesses nas transmissões radiofônicas.

A partir da demarcada disparidade de índices presenciais e frequenciais notou-se também que o programa transmitido em 10/09/2011 dedicou-se integralmente a categoria Educação e Esporte. Os sábados referentes ao mês de fevereiro de 2012 foram contemplados com programas excepcionalmente pautados na categoria Cultura. Ao considerar que cada programa possui em média 30 minutos de duração, percebe-se que a exclusividade categorial numa única transmissão indica o grau de relevância atribuída às categorias.

Outro fator que chama a atenção, é a existência de programas com apenas 2 categorias contempladas, nesta condição foram contabilizados 7 programas, o que representa 26,9% do corpus. Dentre esses 6 estão classificados na categoria Cultura.

Desse modo percebe-se que pela análise quantitativa é possível detectar a relevância que cada categoria possui e averiguar sua representatividade. No entanto, por esta ótica não se

pode constatar a forma que os conteúdos são tratados e de que maneira a abordagem dada pelo programa possui a capacidade de promover a identificação e legitimação social.

Portanto, mesmo que a análise quantitativa tenha alcançado seu propósito inicial de revelar os temas mais abordados no Interação Comunitária, é preciso ir além dos índices e encontrar pistas a respeito da importância do programa para a grade da emissora, assim como compreender seu reconhecimento na cidade de Bauru e região, considerando que o objeto foi homenageado com premiações e convidado a reproduzir seu conteúdo em outra plataforma midiática de tipologia comunitária. Acredita-se que uma alternativa para compreendê-lo de maneira mais aprofundada é o desenvolvimento de um diálogo entre o referencial teórico apresentado e o conteúdo transmitido pelo programa, a fim de complementar e esmiuçar os dados obtidos.

5.5 A voz da comunidade sintonizada em 105.7 MHz: análise de conteúdo qualitativa do Programa Interação Comunitária

Antes de desenvolver inferências a respeito de cada categoria, acredita-se que é importante delinear sob uma ótica mais ampla os aspectos do programa Interação Comunitária, pois, servirão de suporte interpretativo posteriormente. Desse modo a partir de uma reflexão teórica pretende-se compreender pelas entrelinhas do conteúdo o que se entende por cidadania e como é compreendido o público alvo do programa.

Primeiramente o programa Interação Comunitária traz como principal objetivo prestar serviços para a comunidade, de classe social C, D e E, ou seja, as comunidades mais periféricas e carentes da cidade de Bauru- SP. A fim de facilitar a visualização do território urbano da cidade segue abaixo mapa com os principais bairros:

Figura 8- Mapa dos Principais bairros de Bauru-SP.



Imagem manipulada pela autora.
Fonte: Google maps <https://maps.google.com.br/maps>. Acesso em 19 fev. 2013.

A fim de cumprir seu propósito o programa conta com convidados de representação significativa nos bairros da cidade, os líderes comunitários. No corpus da pesquisa notou-se a presença dos Líderes Comunitários representando os seguintes bairros: Vila Dutra, Santa Cândida, Leão 13, Presidente Geisel e Otávio Rasi. Esses bairros, considerados periféricos, são constituídos pelas classes sociais que o programa deseja atingir. Além disso, diversos programas presentes no corpus da pesquisa fazem menção aos bairros da cidade, seja na cobertura de eventos ou na divulgação de acontecimentos. Especificamente, no programa transmitido em 02/07/2011, o convidado Coronel Garcia ao explicar sobre a ação de pacificação da polícia nos bairros periféricos pontua: "Olha é uma ação que a policia militar pretende estar mais ligado a essa comunidade aqui da região do Jardim Europa, Jardim América e Parque das Nações" (GARCIA, 2011).

Mesmo quando o tema abordado no programa pauta núcleos de cunho cultural, a territorialidade faz-se presente. O programa transmitido em 05/03/2011 abordou sobre o retorno das festividades de carnaval na cidade e ao listar os blocos carnavalescos locais demostrou-se o vínculo existente entre a manifestação e os diversos bairros da cidade. Desse modo foram mencionados os bairros: Vila Falcão, Bela Vista, Jaraguá, Nova Esperança, Vista Alegre e Independência. O Professor José dos Santos Laranjeiras quando entrevistado por Vagner Silvestre relembra as festividades carnavalescas locais na década de 1980 e 1990:

> "A cidade inteira vibrava pelo carnaval, e havia de certa forma uma certa rivalidade um bairrismo (...) os bairros eles acabavam se dividindo em torno de escolas, então você tinha o pessoal da Bela Vista, com a Imperatriz da Bela Vista, a Camisa 10, a Vila Falcão sempre com a tradicional Mocidade, a Águia de Ouro, pessoal até da Independência, o pessoal da Nova Esperança (...)" (LARANJEIRAS, 2011).

Portanto, ao associar frequentemente as atividades sociais e os demais acontecimentos com sua localização ou qualquer outro vinculo territorial, o programa corrobora de certa forma com a argumentação de Milton Santos (2002, p.123), apresentada no segundo capítulo, de que o "cidadão é o indivíduo num lugar". Com isso, infere-se que o fato de o cidadão residir em determinado bairro na cidade de Bauru- SP torna-se elemento importante de seu processo de identificação perante a sociedade em geral. Desse modo, a vinculação do cidadão com o local ao qual pertence é presenciada no programa Interação Comunitária como um reflexo do processo de identificação que se dá na própria realidade social, no convívio cotidiano dos indivíduos.

Além desse elemento de identificação, a partir do conteúdo transmitido é possível também perceber como o cidadão-ouvinte é compreendido e atingido pelo Interação Comunitária. No programa 07/05/2011 o comunicador Vagner Silvestre inicia a transmissão com uma espécie de vinheta que pode apresentar algumas pistas de como o cidadão é interpretado: "Você que participa da cultura e também das atividades na cidade de Bauru fique ligado no Programa Interação Comunitária" (VINHETA DE ABERTURA, 2011). A partir dessa chamada diretamente direcionada ao ouvinte é revelada uma conotação exclamativa e afirmativa a respeito da participação do ouvinte nos acontecimentos da cidade. Assim como se entende que seu ouvinte já é um cidadão ativo e por isso deve "ficar ligado" no conteúdo a ser informado.

Outro programa apresenta índices desta abordagem ativa para seus ouvintes, de modo que instiga o cidadão a repensar sobre seu papel na sociedade. Na transmissão de 19/03/2011 a Professora Maria do Carmo Kobayashi, em entrevista problematizou a questão da violência na escola, ao explicitar que os problemas que existem na escola são um reflexo dos problemas que vivemos na sociedade, surgiu o seguinte questionamento:

> Vagner Silvestre- Então a sociedade está com problemas professora?
> Professora Maria do Carmo- Sim, só que tem um problema né Vagner. Quem é a sociedade?
> Vagner Silvestre- Somos nós.
> Professora Maria do Carmo- Somos nós, então a gente fala assim: "olha a sociedade está com problemas", mas nós não nos encaixamos. Qual é a parte que nos compete nesse espaço chamado sociedade? (KOBAYASHI, 2011).

Nesse sentido, a professora entrevistada retirou o ouvinte da sua zona de conforto. E assim, a conformidade enfrentada pela professora convidada remete-se ao esvaziamento da categoria cidadania, por razão da massificação e homogeneização causada pelo incentivo midiático ao consumo, tal apontamento é problematizado pela teórica Covre (1986, p.182) no terceiro capítulo desta dissertação. Ou seja, o cidadão tende a compreender o processo de cidadania como uma negociação e uma doação de direitos. Na medida em que a entrevistada indaga a respeito do papel do sujeito na sociedade, ela o instiga a repensar sua atitude e questionar essa tendência equivocada a respeito da cidadania.

Com o trecho selecionado é possível refletir a respeito das concepções da teórica Mata (2006) em relação à representação dos cidadãos na mídia, como exposto no terceiro capítulo. Para ela os sujeitos são representados nos meios de comunicação sobre duas vertentes. A primeira consiste em caracterizar os cidadãos como "sujeitos de necessidade", quando eles

são apresentados com a roupagem do sensacionalismo em meio às lágrimas, gritos e exacerbado sofrimento. E o segundo enfoque representativo midiático designa-se aos "sujeitos de demanda", o qual é identificado nos conteúdos midiáticos quando os sujeitos são apresentados como indivíduos com capacidade de reivindicar e organizar-se mesmo convivendo com carências básicas.

Portanto, a partir da conotação da vinheta do programa e do questionamento feito na entrevista pode-se inferir que o objeto de estudo compreende seus ouvintes como sujeitos de demanda, aptos a agir, mobilizar-se, organizar-se e participar das atividades que acontecem no seu entorno.

Outro trecho que comprova essa postura do objeto de estudo foi transmitido no dia 17/12/2011, no qual Vagner Silvestre fazia a cobertura da Inauguração do segundo prédio da APIECE – Associação de Pais para Integração Escolar da Criança Especial, na ocasião a diretora técnica da entidade, Cataria Carvalho Teixeira discursou: "Nós temos que nos mobilizar, nós temos que fazer alguma coisa ao nosso redor, para que nossa vida melhore. Esse espaço aqui melhora a vida de 60 crianças deficientes mentais de 6 a 50 anos" (TEIXEIRA, 2011).

Desse modo, o programa Interação Comunitária apresenta a cidadania como uma prática, um exercício de reivindicação, de busca de direitos e demais benefícios a fim de alcançar uma vida melhor. O conteúdo do programa convida o ouvinte a repensar não apenas sobre seus direitos, mas sobre seus deveres, a respeito de como deve agir para conquistar seus benefícios públicos. Em entrevista semiestruturada concedida à pesquisadora, Vagner Silvestre relata que:

> A preocupação maior do Interação Comunitária desde a época que eu defendi o TCC na conclusão de curso de Jornalismo foi sempre a prestação de serviço para nossa comunidade, principalmente aqueles que não têm contato com o meio de comunicação, que estão sem acesso ao meio de comunicação ou até que não tem oportunidade. Então é um espaço aberto do Interação comunitária (...) como a rádio UNESP por ser uma rádio cultural e educativa. A prestação de serviço é fundamental (...) do Interação Comunitária para a comunidade, principalmente às comunidades C,D e E (SILVESTRE, 2012).

Observou-se que o comunicador do objeto compreende que os meios de comunicação massivos não oferecem acesso para o cidadão, principalmente os de camadas sociais desfavorecidas, a expor sua opinião e divulgar seus projetos nos canais com mais audiência e notoriedade na cidade e região. No entanto, como discutido no capítulo 3 desta pesquisa, os

meios de comunicação tornaram-se promotores do debate público e centralizadores da vida em sociedade, de modo que constituem uma relação fundamental com a cidadania, pois os cidadãos para reivindicar seus direitos e construir opiniões sobre temas que os cercam precisam de um sistema de difusão de informação e transmissão cultural pluralista e eficiente. Mesmo que a cidadania seja definida teoricamente como posse de direitos, segundo Covre (1986) ela é constituída na prática, ou seja, no exercício de expressão dos cidadãos, portanto na atualidade a visibilidade dessa expressão dos sujeitos condiz com alcance midiático por eles conquistado.

Dessa forma, o programa Interação Comunitária ao dar voz para aqueles que não são ouvidos pela mídia massiva tradicional e relacionar-se de maneira orgânica com os movimentos sociais, associações, instituições beneficentes, ONGS e respectivamente com suas demandas expressivas pode ser considerado um meio importante para o aprendizado da cidadania. Para Peruzzo (2005, p.36) "os meios de comunicação produzidos por setores organizados das classes subalternas, ou a elas organicamente ligados, acabam por criar um campo propício para o desenvolvimento da educação para a cidadania".

Assim como os meios de comunicação comunitária e/ou alternativo defendidos pela teórica, o Programa Interação Comunitária, apesar de estar presente na grade de programação de uma rádio autoproclamada pública, apresenta semelhantes características como: pautar-se em demandas advindas de um lugar ou movimento social ao qual esteja envolvido, não se propõem a atender grandiosa audiência, portanto adequa-se ao status de meio complementar, e por estar envolvido diretamente com a comunidade incorpora e inova com facilidade novas práticas e modos de expressão do conteúdo.

Os aspectos descritos estão presentes no corpus da pesquisa, na medida em que o conteúdo do objeto de estudo pauta-se em atividades e ações sociais de diversos grupos da cidade de Bauru e região. E sua inovação nas formas de expressar o conteúdo é observada pela flexibilidade na transição de plataformas midiáticas, já que são produzidos conteúdos tanto para o rádio quanto para a TV. Portanto, sua mensagem adequa-se em diferentes plataformas midiáticas e com tipologias distintas, no caso uma rádio pública e uma TV Comunitária. O fato do programa de rádio ter sido convidado por uma emissora televisiva comunitária para transmitir seus conteúdos sonoros com recursos imagéticos, além de demonstrar dinamicidade faz surgir um questionamento a respeito do interesse da TV pelo programa radiofônico. Ao considerar o convite para transmitir os conteúdos do objeto de estudo, acredita-se que suas características além de despertar o interesse demonstraram que a abordagem do Interação Comunitária poderia ser transposta para o conteúdo televisivo.

Na tentativa de encontrar pistas a respeito de pautas originadas de movimentos sociais e afins, a partir de dados relacionados aos participantes do programa, percebe-se que o personagem 8, designado aos funcionários de ONGs /Associações/Institutos e Entidades filantrópicas está presente em 8 programas o que representa 30,7% do corpus, já o personagem 3 – designado aos idealizadores de projetos sociais (sem vínculo com grupos) está presente em 2 programas o que indica um percentual de 7, 6% do corpus. Somada a presença dos dois personagens temos que aproximadamente 38% dos programas selecionados contam com conteúdos pautados pelas demandas advindas desses personagens. A respeito do quesito vinculo com a localização percebeu-se de forma majoritária que os conteúdos transmitidos no Interação Comunitária são de origem local e regional.

A relação orgânica desenvolvida pelo programa com o público alvo é constatada a partir das homenagens recebidas pelo mesmo na cidade de Bauru. Vagner Silvestre quando entrevistado pela pesquisadora declara que: "Então a comunidade está sempre agradecendo, não é a toa que a gente está sendo premiado. Se não tivesse um retorno positivo para nossa comunidade o programa não teria ganho pelo menos 2 prêmios" (SILVESTRE, 2012). As premiações do objeto de estudo e da Rádio UNESP FM foram realizadas pelo Conselho da Comunidade Negra e pela Associação Bauru pela Diversidade, grupos sociais com representatividade significativa na cidade e região.

No programa transmitido em 26/11/2011 dedicado aos homenageados pela premiação, em entrevista o Coordenador de Projetos da Prefeitura de Bauru, Francisco Maia, parabeniza o programa e o reconhece como instrumento de visibilidade para a comunidade:

> Parabéns a você e toda equipe pelo prêmio Luiza Mahin porque vocês têm contribuído muito para que a comunidade tenha vez e voz na sociedade bauruense. Você também tem contribuído e muito para que a sociedade tenha visibilidade para toda a população independente do segmento social ou econômico que esteja inserido (MAIA, 2011).

A ABD- Associação Bauru pela Diversidade, representada pelo Coordenador Marcos Souza em participação no programa transmitido em 27/08/2011, também agradeceu o desempenho da emissora na divulgação das atividades contribuindo assim para a causa do movimento: "(...) senão fosse a imprensa esse trabalho nosso não teria esse reconhecimento tão grande" (FERREIRA, 2011).

Afirmado o reconhecimento do programa em âmbito local, seja pelas homenagens ou pela oportunidade de transmissão de seu conteúdo pela TV COM – Bauru, corrobora-se que a concepção de cidadania abordada pelo objeto de estudo está adequada ao referencial teórico

desenvolvido no capítulo 3, na medida em que ela é entendida como um processo de articulação, exercício e luta pelos direitos. Esta noção de cidadania, além dos trechos acima citados, também é percebida no programa transmitido no dia 13/08/2011, no qual o Presidente da Federação da União das Associações de Moradores de Bauru e região, Jesus Adriano dos Santos elucida que: "A gente só consegue alguma coisa se a gente se unir se a gente reivindicar né" (SANTOS, 2011) e o comunicador Vagner Silvestre em seguida afirma: "Por que não basta só reclamar tem que participar ativamente das atividades para depois não reclamar" (RELATO DE LÍDER, 2011).

Desse modo, o comunicador dirige-se ao ouvinte, de certa forma, instigando-o a participar de maneira ativa dos acontecimentos ao seu redor. Até o momento percebe-se que esse ouvinte é compreendido como um cidadão apto a lutar pelos seus direitos e que possui um vínculo, um elemento identificatório significativo, o bairro onde reside. Considerando que o programa tem como público-alvo a parcela da população de classe social C, D e E, pode-se dizer que o Interação Comunitária almeja atingir a periferia, ou seja, os cidadãos não representados pela grande mídia na cidade de Bauru e região.

A partir das reflexões de Kowarick (1985, 1993) e Santos (2002) a respeito da marginalização, espoliação e discriminação, apresentadas no segundo capítulo desta dissertação, infere-se que o participante Jesus Adriano dos Santos, Presidente da Federação da União das Associações de Moradores e morador da Vila Dutra, bairro considerado periférico, em sua fala sobre a necessidade de reivindicar melhorias no bairro, vai de encontro com a reflexão de Kowarick (1985), que aponta a marginalização como incentivadora do inconformismo de determinados integrantes de certos grupos sociais. Além de instigar o ativismo dos cidadãos, o participante ao expor as atividades da liderança comunitária no bairro, explanou sobre a preocupação dos moradores em relação à falta de um posto de saúde e a necessidade de reforma no centro comunitário, para que eles possam ter realmente uma área de lazer no bairro. Desse modo, constatou-se que a segregação ambiental dificulta o acesso aos serviços de saúde e infraestrutura urbana, assim como outras precariedades listadas por Maricato (1996).

O líder comunitário do bairro Presidente Geisel ao reivindicar sobre a demora na negociação da vinda de uma rede de supermercados revela, no programa transmitido no dia 29/10/2011, as condições das pessoas residentes no bairro: "Porque enquanto não vinher quem perde é só a sociedade as pessoas carentes que não tem um veículo para se locomover. A maioria não tem veículos né. Nós moramos num bairro carente que poucas pessoas têm seu carro" (ALAN, 2011).

Portanto como esclarecido por, Gohn (1985) no segundo capítulo, o modo de vida das classes sociais que moram nos bairros periféricos da cidade não é apenas um déficit de moradia e de consumo de serviços públicos urbanos, trata-se de uma situação com constantes carências de serviço seja público ou não, basta observar o desempenho desses moradores na acumulação e usufruto do capital. Como no caso citado pelo líder comunitário Alan, apesar desses moradores ocuparem um posto de trabalho e sustentarem suas famílias, o bairro Presidente Geisel precisa de um supermercado melhor equipado para que os moradores não precisem fazer as despesas do mês por meio do transporte público, já que a maioria não possui um automóvel para se locomover com facilidade.

Além do estado latente de carência, esses moradores são categorizados pelo local onde vivem e pela inferioridade que ocupam na hierarquia econômica e social, portanto essas pessoas além de conviverem com a pobreza lidam com a exclusão social e com a falta de valoração dos aspectos que os identifiquem independente do local onde vivem, da vulnerabilidade social e da proximidade com a violência. Desse modo, a discriminação social ou exclusão social sofrida por esses moradores de periferia ou favelas ultrapassam a noção de capacidade de aquisição de bens, está relacionada ao comportamento e julgamentos que a sociedade em geral atribui a eles esmerando-se em questões subjetivas.

A discriminação de modo mais abrangente, nas vertentes racial, religiosa e sexual é abordada em outros programas. O Personagem 9, Francisco Maia, ao participar do programa transmitido em 26/11/2011 quando parabenizado pela premiação do Conselho da Comunidade Negra declara: “Quiçá um dia a gente não precise mais receber prêmios pela promoção da igualdade que todas as pessoas se reconheçam (...) pelas diferenças de cor de pele, religião e sexo; vai chegar um dia que não será mais importante” (MAIA, 2011). Já no programa de 23/04/2011 dedicado exclusivamente a entrevista com o universitário indígena Budaga Derubi Nambiquara, Vagner Silvestre aponta que a discriminação não ocorre somente com os indígenas, ele inclui na reflexão do entrevistado o preconceito racial sofrido pelos negros.

Na mesma perspectiva, a exclusão social é especificamente abordada numa fala do Coordenador da ABD- Associação Bauru pela Diversidade, Marcos Souza. Em entrevista realizada no dia 27/08/2011 pela jornalista Eleide Bérgamo:

> Eu costumo falar que o pior preconceito é o preconceito social esse é muito difícil aquele que você está com um tênis que não é de marca no teu pé e você vai na escola e as pessoas te olham torto te discrimina, você não está com uma roupa legal, você mora numa favela, os próprios meninos que tão no bairro também são pobrezinhos não querem sentar junto com esse menino

> que é da favela, então o preconceito social é um câncer e a gente combate o ano todo fazendo esses trabalhos sociais nos bairros (SOUZA, 2011a).

No programa de 17/12/2011, Marcos Souza divulgou uma festividade promovida pela Associação no bairro Mary Dota, considerado zona periférica da cidade de Bauru, além de comunicar a data e os horários do evento ele reafirmou o compromisso e a preocupação para com a exclusão social e declarou "Essa festa não é apenas uma festa para comemorar o bairro e sim para aumentar a autoestima dos moradores, valorizar o comércio local que é importante, tudo que você procura você encontra ali e também realizar as ações sociais" (SOUZA, 2011b). Pelo exposto, infere-se que o bairro Mary Dota apesar de possuir aparato comercial favorável para seus moradores, necessita de estratégias de valorização. O que indica um possível quadro de discriminação social perante a cidade de Bauru.

Desse modo, percebeu-se que o fato de o cidadão residir na periferia e/ou favela já acarreta em prejuízo no processo de identificação social, pois a sociedade carrega valores negativos na concepção dessas palavras. Em vista disso, a expressão "comunidade" é utilizada na substituição de favela ou periferia. Segundo a concepção de Bauman (2003), apresentada no segundo capítulo desta pesquisa, a expressão possui uma inclinação positiva mesmo quando tem a intenção de designar os conglomerados distantes do centro, carentes de infraestrutura urbana que abrigam a camada populacional mais inferiorizada na hierarquia econômica e social. Portanto, ao utilizar a expressão "comunidade", a valoração relativa à pobreza, à violência e à marginalidade dá lugar a ressignificações como solidariedade, camaradagem, acolhimento e felicidade. Ou seja, estar numa comunidade, pertencer à comunidade é algo bom.

Este recurso de substituição dos termos periferia e favela pela expressão "comunidade" é observado no conteúdo do programa Interação Comunitária. A utilização da expressão é notada na fala do próprio comunicador e também de seus entrevistados. No primeiro programa do corpus, transmitido em 05/03/2011, Vagner Silvestre ao discutir a retomada do carnaval em Bauru relata: "a nossa comunidade estava carente de cultura de eventos como esse que tanto tempo fazia parte da comunidade" (RETOMADA, 2011).

A personagem 2, Secretária do Bem Estar Social de Bauru- Darlene Tendolo, participou do programa transmitido no dia 02/07/2011 na ocasião da Inauguração da Unidade Avançada de Policia Comunitária no bairro Jardim Europa. Ao ser questionada sobre a importância da pacificação do bairro esclareceu: "Acrescenta cidadania, uma série de situações que muitas vezes a comunidade tem duvidas; as orientações a respeito de benefícios.

A própria policia dessa forma pacificadora é importante porque sente mais próximo da comunidade; todos acabam conhecendo" (TENDOLO, 2011).

O universitário da UNESP, Alexandre Borges, no programa transmitido em 27/08/2011 utilizou-se da expressão para designar os moradores do bairro Jardim Nicéia, local onde foi filmado o média metragem "Abel contra o muro": "Faltava essa aproximação entre a Universidade e essa comunidade que está aqui do lado (...)"(BORGES, 2011).

A expressão também foi empregada pelo comunicador Vagner Silvestre, a fim de chamar a atenção para um recado importante: "Muito bem antes de começar o programa Interação Comunitária deste sábado quero fazer um convite para toda nossa comunidade que esta aí sintonizada na Rádio UNESP FM no programa Interação Comunitária" (MANIFESTAÇÃO, 2012).

Assim como nos trechos acima, foram encontradas diversas passagens ao longo dos programas selecionados, nas quais a expressão "comunidade" foi empregada na referência aos moradores de determinados bairros. Por outro lado, o comunicador Vagner Silvestre ao utilizar-se da expressão realiza a substituição de modo mais amplo, referenciando toda população periférica da cidade de Bauru. Como nesse caso: "A comunidade de Bauru agradece, claro porque a cultura é sempre fundamental para nossa comunidade (...)" (SHOW GRUPO ELITE, 2011).

Além de ressignificar a periferia e a favela, pode-se inferir que a expressão "comunidade" é utilizada pelo comunicador do Interação Comunitária, também para fazer alusão aos seus ouvintes, pois nos recados importantes direcionados a eles, "comunidade" refere-se ás pessoas que estão sintonizadas na frequência da rádio. Dessa forma, com a utilização frequente desta expressão, o programa também se torna espaço acolhedor, amigo, confiável, solidário, ou seja, adquire os atributos da "comunidade". O que pode facilitar o processo de identificação de seus ouvintes.

Desse modo, pode-se compreender que o ouvinte imaginado pelo produtor e comunicador do programa é um sujeito, morador de bairros periféricos, pertencente às camadas sociais C, D e E, capaz de inteirar-se dos assuntos de seu interesse e que o atingem de forma favorável ou desfavorável, está apto a participar ativamente dos eventos e demais atividades na cidade e região, deve reivindicar e lutar por melhorias de sua condição de vida.

Por meio dos trechos demonstrados, percebeu-se o esforço do comunicador em instigar os ouvintes a agirem de forma autônoma sobre assuntos que lhes interessam, no entanto essa postura dá margem para questionarmos a respeito da suficiência dos convites e dos apelos à participação. Para Duarte (2011) informar é necessário, mas não o suficiente, além da troca de

informações faz-se necessário um processo circular de mútua influência. Portanto, além de informar a respeito dos eventos que acontecem na cidade e na região é preciso preparar, conscientizar e sensibilizar o receptor para a importância de desempenhar uma postura menos passiva e mais autônoma, mostrando-lhes os benefícios e novos pontos de vista sobre os assuntos que o cercam.

A partir das indicações da maneira que é entendida e abordada a cidadania no objeto de estudo constatou-se a forma encontrada pelo seu comunicador para aguçar o ativismo nos seus ouvintes, agora se faz necessário aprofundar a análise qualitativa nas distintas categorias com intuito de buscar vestígios que forneçam suporte e subsidiem os estímulos à participação.

5.5.1 As vozes da comunidade na frequência das categorias analíticas

Primeiramente a categoria Cultura será analisada, por razão do seu denotado índice de presença no corpus. E assim as outras serão estudadas sucessivamente.

A categoria Cultura abrange os temas A, B e Q, ou seja, abarca os núcleos de sentido relacionados à promoção da cultura, mais especificamente envolve a divulgação de eventos e manifestações socioculturais como: shows, festivais, festas comemorativas, exposições, divulgação de obras literárias, transmissão de músicas de artistas nacionais e regionais, divulgação de audições de bailarinos e demais movimentos em prol da cultura. Somada as aparições dos temas presentes nesta categoria, obtemos o índice de 29 aparições no corpus. A representatividade do tema A na categoria é de aproximadamente 45%, o tema B possui o índice de 41% e o tema Q resultou em 14% das aparições relacionadas à cultura.

Desse modo, constatou-se que a divulgação de festividades, manifestações culturais, obras literárias e etc., destacaram-se em relação às entrevistas com músicos, divulgação de seus CDs e shows; correspondentes ao tema B- Valorização de artistas locais e regionais. No entanto, esse destaque não pode ser interpretado como significativo já que os dados estatísticos dos temas, de certa forma são próximos.

Outro dado interessante sobre os temas A e B é a respeito da presença de ambos no mesmo programa, observou-se que em 46% das aparições do tema A, o tema B também estava presente. O que indica uma relação ou certa associação entre eles. O tema A está presente em 13 programas, de modo geral percebeu-se que ele envolve diversas atividades culturais. Em 3 programas notou-se a presença de artistas plásticos divulgando suas exposições. A artista plástica regional Vera Lucia Dian Martin além de informar as datas e locais das exposições “Magia das Cores” e “Caminhos” expôs como suas obras pretendiam

sensibilizar os apreciadores. Divulgou-se também a exposição “12 faces de um acervo” promovida pela FAAC (Faculdade de Artes, Arquitetura e Comunicação da UNESP) e realizada no hall de entrada da reitoria da UNESP em São Paulo, por meio da participação do Professor Nilson Ghirardello, presidente da comissão do acervo. Em entrevista ele explicou que o objetivo da exposição era dar visibilidade aos artistas do interior paulista.

Já no programa transmitido em 27/08/2011 o Coordenador da ABD – Associação Bauru pela Diversidade utilizou-se do espaço cedido pelo programa para informar os ouvintes sobre os preparativos da Semana da Diversidade:

> Gostaríamos de convidar para o evento principal que celebra a cultura da paz, celebra toda essa manifestação essa luta pela política que é a Parada da Diversidade no dia 28, no próximo domingo então a gente gostaria de convidar a toda população para estar na Avenida Nações Unidas. 13h acontece a concentração na Praça da Paz por volta das 16h de tarde após o hino nacional descemos a Avenida Nações Unidas rumo ao Parque Vitória Régia. Nós conseguimos fechar com a Preta Gil ela é madrinha da Parada Gay de São Paulo. Nós conseguimos negociar com ela (...) um valor melhor por ela ser a madrinha da Parada de SP. (...) Lembrando que 50% desse pessoal são turistas que vem para a cidade gera renda na cidade se hospedam aqui consomem aqui e acabam movimentando muito e dando emprego para muitas pessoas (...) (SOUZA, 2011).

A partir da fala do personagem 8 averiguou-se que os 15 minutos utilizados para informar a população bauruense sobre os eventos realizados pela ONG transcendeu o sentido informativo e tornou-se um espaço para sensibilização dos cidadãos para a luta da ABD, pois, na entrevista seu representante abordou sobre as formas de preconceito encontradas na cidade, os objetivos e as conquistas alcançadas, como a criação do Conselho da Diversidade Sexual e a presença de 40 mil pessoas na versão anterior da Semana da Diversidade.

Nesse sentido, a explanação de Thompson (1995) no capítulo 3, a respeito da necessidade de compreender os fenômenos culturais como formas simbólicas densas de significação e entendê-las a partir do contexto e dos processos sociais relacionados, apresenta-se como pertinente e premissa corroborada no objeto de estudo, pois neste caso específico, o convidado relata o cotidiano de suas responsabilidades na ONG, contextualiza o evento com a história do movimento pela Diversidade e ainda sensibiliza a população para os benefícios econômicos que a cidade usufruirá.

Portanto, percebe-se que o personagem utilizou o Interação Comunitária não apenas para informar as datas e horários das atividades da Semana da Diversidade, pelo contrário, ao discorrer sobre os preparativos e os demais trabalhos da ABD, ele orientou a população sobre

seus direitos, na medida em que abordou a criação do Conselho de Atenção à Diversidade Sexual. Abaixo segue um trecho da mesma entrevista, complementada com a fala do Presidente da ABD, Rick Ferreira:

> Marcos Souza: Vale destacar também nosso CADS, Bauru é a terceira cidade do Estado de São Paulo a sediar um Conselho como este, primeiro a capital São Paulo, segundo Ribeirão Preto e Bauru agora também montando seu conselho de atenção a diversidade sexual.
> Rick Ferreira: Esse conselho funciona assim, da mesma forma que tem conselho da condição feminina, da comunidade negra, enfim, a comunidade LGBT conseguiu a conquista do seu conselho também (SOUZA, FERREIRA, 2011).

Infere-se, portanto, que ao divulgar uma manifestação sociocultural tornou-se possível, além de informar, aproveitar a circunstância para esclarecer e pontuar assuntos de interesse público, os quais propiciam o conhecimento sobre os direitos, as atividades e a articulação em relação ao âmbito público.

Observou-se outra passagem interessante a respeito de convites à participação em Manifestações Socioculturais no programa transmitido em 21/01/2012, no qual o comunicador inicia a transmissão da seguinte forma:

> Muito bem antes de começar o programa Interação Comunitária deste sábado quero fazer um convite para toda nossa comunidade que esta aí sintonizada na Rádio Unesp FM no programa Interação Comunitária. Você está sendo convidado a participar da manifestação que estará ocorrendo amanhã às 10h da manhã no Vitória Régia a sua participação será muito importante para Manifestação sobre a crueldade nunca mais. É um movimento que estará ocorrendo no Vitória Régia sobre o maltrato que o pessoal anda fazendo com os animais. Então seria uma forma de manifestação de você participar e dizer "não" ao maltrato. Então o pessoal da Nature e Vitae sobre responsabilidade da Fatima Schroeder está convidando vocês a participar. Mais uma vez quero fazer o convite para vocês, vai e participe. Não leve animais. Não é para levar animais simplesmente vai de camisa branca né, tudo que você queira se manifestar sobre a crueldade sobre a injustiça que estão fazendo aí com os animais. Tá bom? Então você está convidado a participar amanhã domingo às 10h no Vitória regia sobre a manifestação crueldade nunca mais (MANIFESTAÇÃO, 2012).

O próprio comunicador faz o chamado para os ouvintes sobre a manifestação "Crueldade Nunca Mais", de uma forma coloquial informou a população, enfatizou e estimulou a participação dos ouvintes no movimento. Esclareceu detalhes sobre a organização, como no caso de não precisar levar os animais e vestir-se de branco, mas, sobretudo forneceu pistas de que a manifestação conta com a opinião e a expressão dos

participantes. Os dois trechos apresentados revelaram que a promoção das práticas cidadãs caminha junto com as práticas culturais, com o cotidiano dos cidadãos, ou seja, no curso de suas vidas.

No entanto, encontrou-se na categoria Cultura núcleos de sentido classificados como Tema A, e que traziam em seu conteúdo o caráter informacional, objetivando a divulgação sem reflexões e aprofundadas contextualizações. Isto ocorreu na divulgação de eventos focados no entretenimento como: Encontro dos Brahmeiros, Baile do Carmo, Semana Afrocultura, Festival da Rádio UNESP, Ensaios de escolas e blocos carnavalescos e Exposições de Pinturas.

Porém, mesmo que, essas entrevistas tenham duração média de 5 minutos não significa que não sejam importantes para compreender a construção da vida social do público alvo do programa. Pelo contrário, segundo Magnani (1998) o entretenimento faz parte do cotidiano dos cidadãos de bairros periféricos e essa realidade muitas vezes escapa às atenções e foge do interesse político. Acredita-se que seja relevante compreender e relacionar-se com as associações e movimentos sociais, entretanto as práticas culturais vivenciadas por eles, como o bar da esquina, a sinuca entre amigos, os clubes de futebol, os bailes funks podem contribuir para uma percepção diferenciada e mais assertiva em relação às carências que precisam ser supridas.

Ainda a respeito dos núcleos de sentido sobre Cultura notou-se que o tema B relativo à transmissão de músicas de artistas regionais, entrevistas abordando a carreira musical e valorização dos mesmos contabilizou um índice frequencial de 12, o que representa 41, 37% de aparições dentro da categoria. Verificou-se também que suas músicas totalizaram 24 com uma média de 2 por entrevista. Já o tema Q, designado à transmissão de canções de artistas nacionais de renome na mídia massiva tradicional, contabilizou 9 músicas. Ao contrário do tema B no qual as músicas procedem de uma entrevista com o artista, o tema Q contabilizou 3 aparições restritas à transmissão das músicas, as quais eram oriundas de cantores como Paula Fernandez, Jorge Ben Jor, Leci Brandão, Reinaldo Príncipe do Pagode e Almir Guineto.

Figura 9- Fotografia: Entrevista com Leci Brandão



Fonte: Disponível em < https://www.facebook.com/InteracaoComunitaria?fref=ts>. Acesso em 04 jun. 2013.

Especificamente no programa transmitido em 03/03/2012, o programa realizou uma entrevista com artista de renome nacional. O ouvinte pôde conhecer a carreira da banda Pedra Letícia, conhecida nacionalmente pelo Programa Domingão do Faustão na Rede Globo, por ter participado do quadro Garagem do Faustão em maio de 2009[37]. Fabio Cambota, vocalista da banda, declarou a gratidão que sentia por estar na Rádio UNESP e na cidade de Bauru, pois é ex-aluno de Rádio e TV da FAAC- Faculdade de Artes, Arquitetura e Comunicação da UNESP- e revelou que começou a trilhar sua carreira musical durante a faculdade. A entrevista ganhou exclusividade no programa e durou aproximadamente 25 minutos, contando com a transmissão de 4 músicas da banda. Desse modo, infere-se que mesmo quando o programa é dedicado ao artista com notoriedade nacional, constatou-se que ele possuía um vínculo local e regional, o que indica a preponderância da ligação territorial na categoria Cultura em relação aos seus temas.

Em suma, as entrevistas e comunicados do Vagner Silvestre, os quais permeiam as práticas culturais destacaram-se no corpus. Com isso, tornou-se possível perceber e entender a maneira que os cidadãos moradores das periferias e favelas buscam alternativas de lazer e

[37] Mais informações disponíveis em < http://globotv.globo.com/rede-globo/domingao-do-faustao/v/nos-bastidores-do-domingao-com-a-banda-pedra-leticia/1034787/> Acesso em 20 fev. 2013.

como essas atividades são realizadas e vivenciadas por eles. Diante de diversas divulgações de eventos, o Carnaval local apresentou-se com maior frequência e fomentando diálogos entre diferentes pessoas envolvidas, como os próprios carnavalescos, o Secretário de Cultura de Bauru-SP, Representantes de ONG, Acadêmicos e Artistas.

No programa transmitido em 07/01/2012, a moradora do bairro Parque Jaraguá, apresentada por Vagner Silvestre como "Cidinha do Azulão do Morro" utilizou-se do programa para informar os ouvintes sobre os bastidores e os preparativos da Escola Azulão do Morro para o Carnaval de 2012:

> Cidinha: A gente está procurando fazer o máximo (...) a gente está chamando nosso povo para vim ajudar que como a gente foi campeã em 2011, a responsabilidade dobrou né Vagner. (...) Todo mundo vai esperar a campeã né. Então o Sebastião está fazendo a ala das crianças, a gente está procurando chamar pra fora, assim para aderir à escola, ampliar mais um pouco. A gente quer aumentar o número de integrantes. E o que falta é a verba né Vagner, por que a Prefeitura só paga depois. Então eu vou jogando meus créditos para lá, vou pedindo para uns amigos um pouquinho ali e pouquinho de outro amigo acolá né (...).
> Vagner: Mesmo porque em 2011 a Azulão não parou. Teve varias atividades lá também para arrecadar recursos né Cidinha?
> Cidinha: É até você participou do nosso lançamento do nosso enredo do Jurandir Bueno Filho.
> Vagner: Sim claro.
> Cidinha: Então a gente está fazendo o que pode para disputar o título de novo.
> Vagner: Sábado a noite tem ensaio né Cidinha?
> Cidinha: Sábado a gente está chamando o ritmista para começar a retomar os ensaios (...).
> Vagner: Então lembrando o pessoal do Parque Jaraguá e adjacência hoje a noite tem ensaio lá no Azulão do Morro, então procurar a organização para poder adquirir seus instrumentos, suas fantasias, para deixar tudo preparado para não ficar para ultima hora né Cidinha (CIDINHA, 2011).

A partir do trecho acima, percebeu-se que mesmo tratando-se de práticas culturais a moradora do Parque Jaraguá aproveitou o momento para expor uma dificuldade em relação à verba concedida pela Prefeitura. E com isso, esclareceu como é fornecido o subsídio público para a festividade. Portanto, detectou-se uma linha tênue entre práticas cidadãs e práticas culturais. Já que, por meio do envolvimento com os preparativos do Carnaval, os moradores de bairros periféricos mobilizaram-se e articularam-se com o âmbito público, o que favoreceu a capacidade de expressão e de relacionar-se com diferentes instâncias para conquistar o que necessitavam.

Outra pista que o trecho forneceu, está relacionado à maneira que o próprio comunicador anunciou a participante, "Cidinha do Azulão do Morro", o que retoma a

discussão apresentada no capítulo 2, a respeito do processo de identificação dos moradores de zonas periféricas. Apesar de a atualidade propiciar a formação de uma identidade segundo Hall (2006) fragmentada e deslocada, é possível compreender que eles encontram no "pedaço" segundo Magnani (1998) o abrigo, a aprovação e a motivação para lutar pelos seus direitos. Desse modo, percebe-se que a estigmatização e a discriminação sofrida por eles, são superadas pela camaradagem, acolhimento e pela solidariedade encontrada na "comunidade" a qual pertencem.

Nesse sentido, a participante Cidinha, conhecida pelo seu desempenho à frente da escola de samba, agregou à sua identidade o trabalho desenvolvido pelo grupo carnavalesco, e com isso fortaleceu sua identificação com o bairro onde vive. Portanto, a partir dos trechos destacados compreende-se que o Interação Comunitária, além de informar, divulgar e estar envolvido com o cotidiano das zonas periféricas da cidade de Bauru, a partir da fala dos seus convidados, contribui para o processo de identificação e vínculo de pertença às comunidades abordadas.

A segunda categoria mais destacada no corpus é a Inclusão empatada com a categoria Educação e Esportes, ambas com aproximadamente 38,4% de representatividade presencial no corpus.

Os núcleos de sentido enquadrados em Inclusão estão classificados primeiramente como tema D, designados às entrevistas que abordam o preconceito, à discriminação, o reconhecimento de segmentos sociais marginalizados e à promoção da diversidade. As vozes que sobressaem são oriundas do Personagem 8 - Funcionários de ONGs /Associações/Institutos e Entidades filantrópicas; especificamente os representantes da Associação Bauru pela Diversidade, os quais participaram de 5 programas, ou seja possuem o índice de 50% de representatividade na categoria. Contabilizando a duração das entrevistas, constatou-se que a ONG totalizou 32 minutos em participação. Nesse sentido, é importante salientar que outros personagens também estão inseridos na categoria Inclusão, como Acadêmicos, Universitários e Funcionários de Instituições Públicas.

O programa transmitido em 23/04/2011 em homenagem ao dia do índio, sem dúvidas merece uma análise específica e mais direcionada, a qual será realizada posteriormente, por razão do convidado ser um universitário indígena do Curso de Artes da FAAC- UNESP e pelo aprofundamento e debate realizado. Entretanto, no momento é possível destacar um trecho da entrevista a fim de demonstrar a presença de segmentos sociais marginalizados no programa. Quando questionado sobre o interesse pelo curso, o universitário Budaga Derubi Nambiquara esclareceu:

> Primeiramente porque é arte que eu gosto sempre tive afinidade é algo que está dentro de mim e sendo um curso superior dá mais uma força uma estabilidade para meu povo já que no nosso meio temos poucos universitários indígenas, hoje temos bastante em vista de antes, mas ainda se for olhar somos a minoria no campo acadêmico (NAMBIQUARA, 2011).

O universitário ao responder a dúvida do comunicador revelou um quadro de carência educacional e demostrou que seu povo precisa de força e estabilidade, ou seja, encontra-se em situação de vulnerabilidade, sobretudo relacionada à formação escolar.

Na categoria constam também os funcionários de instituições públicas, identificados por razão da participação do Assessor de Acessibilidade da Prefeitura de Bauru, Fábio Manfrinato e do atual Secretário de Agricultura de Bauru, Chico Maia. Assim como, constatou-se a presença do personagem 6- Acadêmicos, pela participação da Professora do Departamento de Psicologia da UNESP, Ana Claudia Maia.

A abordagem sobre Inclusão envolveu os seguintes segmentos sociais: negros, índios, pessoas com deficiência e homossexuais. Nesse sentido, torna-se pertinente retomar a problematização apresentada no capítulo 4 a respeito do reconhecimento dos segmentos sociais marginalizados. Matos (2011) acredita que é preciso compreender como esses cidadãos às margens do sistema instituído mobilizam-se em movimentos e associações almejando a superação da exclusão social, para assim posicionarem-se mediante as politicas públicas. Dessa forma, percebeu-se que é perceptível no Interação Comunitária tal afirmação, pois o personagem com mais aparições é o representante da ABD- Associação Bauru pela Diversidade. Os outros personagens como Fabio Manfrinato e Chico Maia, apesar de exercerem funções públicas podem ser considerados formadores de opinião envolvidos com especificas lutas e articuladores na relação entre entidades e poder público.

Além disso, no quarto capítulo discutiu-se e conceituou a comunicação voltada para as práticas cidadãs, afirmando-se que para elas serem consolidadas e ampliadas é necessário reconhecer a luta dos segmentos sociais marginalizados. Nesse momento, cabe esclarecer os embates teóricos proporcionados por diferentes pontos de vistas dos autores apresentados e defender uma alternativa que adeque-se ao problema e objeto desta pesquisa. Thompson (1995) acredita que a mídia massiva (rádio e TV) realiza uma quase-interação mediada com seus receptores por realizar um processo via de mão única, no entanto um dos objetivos da dissertação é defender o Interação Comunitária como instrumento de comunicação pública. Desse modo, compreende-se a argumentação de Thompson (1995) como condizente as especificidades dos meios de comunicação de massa. Porém, em relação ao objeto de estudo,

no qual a participação social é essencial para realização do mesmo, acredita-se que a compreensão de Duarte (2011) a respeito da comunicação como processo circular, troca de informações e de mutua influência, esteja mais adequada com a experiência comunicativa do Interação Comunitária.

Nesse sentido, Lopez (2011) defende que o processo para ser entendido como comunicação pública, deve estar baseado em duas condições: resultar de sujeitos coletivos, mesmo que esses estejam representados ou se expressem por meio de indivíduos e deve referenciar a construção do que é público. As duas perspectivas são corroboradas pelos trechos do programa apresentados, pois os participantes representam uma classe ou um grupo social e abordam assuntos que atingem de forma positiva ou negativa os ouvintes.

Ainda a respeito da conceituação de Duarte (2011, pg.129) "informar é necessário, mas não o suficiente", desse modo percebeu-se que além de divulgar os eventos e explanar sobre -no caso da categoria Inclusão- a discriminação sofrida pelos segmentos marginalizados é importante promover reflexões a respeito do padrão de comportamento da sociedade. No trecho abaixo, retirado do programa transmitido em 03/12/2011 constatou-se que o programa preocupa-se em instigar esse tipo de reflexão no ouvinte:

> Vagner: Professora vamos falar sobre o homossexual, quando o jovem começa a perceber que ele é diferente do amigo dele?
> Professora Ana Claudia: Hoje a gente fala homossexualidade, a gente evita falar homossexualismo porque tem essa ideia de doença (...) é uma relação erótica afetiva sexual por pessoas do mesmo sexo. Não há consenso na literatura por que alguém é homossexual, a gente sabe hoje que é uma condição que você por N fatores familiares, sociais, médicos. A gente não tem consenso, alguns vão falar uma coisa e outros outras (...) a gente estuda mais a dificuldade de ser homossexual como poderia ser qualquer outra condição que foge dos padrões, obesidade, (...). como é difícil você ser alguém feliz com uma condição que não condiz com um padrão considerado desejável normal.
> Vagner: Dentro de uma sociedade preconceituosa né professora?
> Professora Ana Claudia: Exatamente preconceituosa (...) a gente tem trabalhado cada vez mais para que seja respeitada a diversidade. A gente tem pais homossexuais que tem filhos na escola, então esse garoto, essa menina também vai ser discriminada porque os pais são homossexuais então eu bato na tecla, eu luto muito pela formação do professor (MAIA, 2011).

A professora Ana Claudia Maia abordou a diversidade sexual mesmo não sendo o foco principal de sua entrevista na rádio, na ocasião ela tratava da sexualidade na adolescência. Averiguou-se no programa transmitido em 24/09/2011 outro momento similar, com a mesma intenção de promover o aprofundamento reflexivo. O convidado Fábio Manfrinato, ao

discorrer sobre a adaptação da frota de ônibus para as pessoas com deficiência na cidade de Bauru aproveitou para sensibilizar a população no trato com esse segmento social:

> Às vezes nós nos deparamos com alguma condição assim na rua e não fere ninguém perguntar: Você precisa de uma ajuda? Como eu posso te ajudar? E não fere ninguém, se a pessoa ela está tranquila não tem necessidade de ajuda ela vai agradecer e tudo bem, agora se essa pessoa precisa de ajuda ela vai aceitar, então não é bixo de 7 cabeças (MANFRINATO, 2011).

Ainda na mesma entrevista concedida à jornalista Eleide Bérgamo, com duração aproximada de 21 minutos, o convidado esclareceu a respeito da inauguração da Praça Paradesportiva em Bauru-SP:

> Eleide: A gente teve essa semana, não por acaso a entrega da Praça Paradesportiva (...). É um filho né?
> Fábio Manfrinato: Esse é um assunto que eu fico muito orgulhoso mesmo (...), o nosso Governador Geraldo Alckimim esteve aqui inaugurou com muito louvor a praça.
> Eleide: E agora para o pessoal fazer uso dessa praça, como é que vai funcionar?
> Fábio Manfrinato: Está sendo programado, a praça abre ao público nessa segunda feira. A SEMEL (Secretaria de Esportes e Lazer) está preocupada em colocar pessoas capacitadas, no momento para atender a demanda (...). É previsto para que esse concurso esteja pronto e os concursados aprovados definidos em janeiro de 2012. Ou seja, nós teremos profissionais capacitados, educadores dentro da praça durante todo o período (...). E eu convido a toda população, as entidades (...) lembrando sempre que o objetivo maior da Praça Paradesportiva é a inclusão, é para pessoas com deficiência e sem deficiência, para as crianças, para os idosos para todos que ali queiram praticar uma atividade esportiva. Então eu faço um convite para as entidades como eu já venho fazendo (...) para que levem seus projetos até lá, que usem aquele espaço (...). As entidades podem entrar em contato com a SEMEL agendar o seu horário (...) vai estar reservada a quadra e assim para toda a população (MANFRINATO, 2011).

Dessa forma, percebeu-se que o convidado demonstrou uma preocupação em prestar contas a respeito do funcionamento da praça e das atividades desenvolvidas no âmbito público, para que a população de Bauru pudesse utilizar-se dela. Portanto, trata-se de conteúdo além de informativo, na medida em que os trâmites no poder municipal são detalhados. Com isso, o diálogo entre a jornalista e o participante aproximou e informou o ouvinte a respeito das responsabilidades da secretaria municipal envolvida.

A partir deste trecho é possível verificar se o conteúdo transmitido pelo Interação Comunitária corresponde a conceituação de Matos (2006), a qual determina que o interesse público, o direito à informação, a busca da verdade e da responsabilidade social pelos meios

de comunicação são características que identificam a Comunicação Pública nas mensagens. Assim, pode-se considerar que, no caso do trecho acima, as características são encontradas, pois o funcionamento da praça paradesportiva é de interesse da população bauruense, o direito à informação é respeitado quando o convidado esclareceu e informou detalhadamente as atividades da Prefeitura em relação ao assunto; a busca da verdade e a responsabilidade social condizem com a abordagem da jornalista da Rádio UNESP, direcionando o diálogo para o que os ouvintes necessitam saber.

No entanto, não se pode considerar que o objeto de estudo trata-se de um instrumento pleno de comunicação pública, pois ao repassar a concepção analógica do teórico Rolando (2011), apresentada no capítulo anterior, constata-se que os conteúdos transmitidos pelo Interação Comunitária não alcançam os andares mais altos do prédio que é a Comunicação Pública para o autor, já que pela análise não se pode afirmar que exista um debate público no qual o cidadão- ouvinte interaja diretamente com as instituições e agentes de decisão política. Portanto, pelo material analisado é possível averiguar que o objeto de estudo encontra-se no quarto andar, pois apoia a aplicação e implementação de políticas públicas, as quais necessitam de divulgação e compartilhamento e encontra-se envolvido numa relação orgânica com sujeitos públicos e instituições. Com isso percebe-se que o programa precisaria ampliar as formas de participação do ouvinte junto ao processo comunicativo, seja na produção, edição, gestão e controle do mesmo, para que se torne uma experiência comunicativa democrática e participativa.

Mesmo que não esteja plenamente desempenhando o papel de instrumento de comunicação pública, o programa possui méritos em relação à promoção de práticas cidadãs, pois seu conteúdo compartilhado com os ouvintes atende as especificidades das mensagens voltadas para Comunicação Pública esboçada por Matos (2006) e inclui os representantes de segmentos sociais marginalizados nas pautas dos programas. Desse modo, quando o ouvinte apropria-se da mensagem difundida, acredita-se que se possibilita o reconhecimento dele mesmo como sujeito autônomo, digno de estima social, membro de uma comunidade, capaz de reivindicar seus direitos e formar uma opinião crítica sobre os acontecimentos que o cerca. Pois, segundo Matos (2011, p.45) “a comunicação pública não se restringe às ações do governo e inclui igualmente as interações com os cidadãos, alimentando o fluxo das relações comunicativas entre todos os atores”.

Prosseguindo com a análise de conteúdo, a categoria Educação e Esportes abarca os temas E- Projetos de Extensão Universitária, H-Possibilidades e reflexões sobre o processo educacional, I-Promoção de atividades esportivas e R- Eventos científicos. O índice da

categoria, referente à frequência temática total é 11, ou aproximadamente 12,6 %. O tema H apareceu mais vezes, pois se apresentou em 5 programas do corpus, o que representa 50% de representatividade.

Os personagens presentes são P6-acadêmicos, P4-universitários e P7-funcionários de instituições privadas. Em 5 programas notou-se a presença de professores universitários da UNESP, já os estudantes da mesma instituição apareceram em 3. Observou-se também, uma única participação do funcionário do SENAC e a presença de duas representantes do SESC-SP em 1 programa exclusivo para promoção das atividades esportivas. Em relação ao tempo utilizado por cada personagem constatou-se que o grupo P6 usufruiu 72 minutos, já o grupo P7 desfrutou 34 minutos e o P4 aproveitou 33 minutos dos programas inclusos nessa categoria.

A fim de apresentar a maneira que se desenvolveu o tema de maior destaque na categoria, H- Possibilidades e reflexões sobre o processo educacional, segue abaixo trecho retirado da entrevista realizada em 19/03/2011 com a Professora Doutora Maria do Carmo Kobayashi:

> Vagner: Olá Professora Bom dia. Vamos fazer uma reflexão sobre o que está acontecendo entre alunos e professores na sala de aula. Temos aí um assunto recente que aconteceu na cidade de Guaembê. Professora Maria do Carmo define pra gente hoje a educação.
> Professora: Existe a educação propriamente formal que acontece nos moldes nos interiores de uma instituição chamada escola. Essa instituição chamada escola, ela é uma instituição que não é uma instituição natural na sociedade humana. É uma instituição que foi criada. Quando que ela é criada? Ela é criada quando a família não consegue mais conjuntamente com a sociedade dar a educação que as pessoas precisavam (...) então o que acontece, o aprendizado ele acontece no decorrer da vida (...) a menina aprende as funções dela se identificando com a mãe. Bom esse modelo, ele foi superado em função da complexidade das sociedades. E hoje nos temos uma sociedade totalmente complexa, no qual a família e a sociedade de uma maneira geral com o que ela propicia, com a igreja, com o clube e com a família, ela não dá conta de dar conhecimento para essas criaturas, que vão se transformar nos adultos e são aqueles que vão dar continuidade para sociedade. Então nos temos uma instituição chamada escola, então família, sociedade e escola elas tem papeis complementares, mas papeis definidos (...).
> Vagner: Recentemente em Guaembê a professora foi agredida, chegou até provocar ferimentos na professora. Como que a senhora analisa isso daí?
> Professora: Então o grande problema da relação professor e aluno ele decorre justamente dessa falta de limites que as crianças têm dos adultos, dos adolescentes em função do que? O processo de educação ele não acontece em um dia, ele acontece no decorrer de toda uma vida. Então, se nós tínhamos coisas muitos difíceis numa sociedade mais antiga que as pessoas falam “ah no tempo que eu ia à escola a escola era boa, a escola era forte né. O problema não é da escola ser forte ou ser fraca, o problema é que as

> pessoas elas eram muito mais educadas pela família, por outro lado os professores eles estavam muito mais preparados e os alunos que eram pessoas da comunidade, que eram filhos de famílias que realmente controlavam muito mais essas crianças esses jovens eles iam para escola e eles tinham respeito pelos professores. Por outro lado nós professores também temos uma parcela nessa situação, que parcela que é essa né? É a parcela de que muitas vezes nós os nossos problemas do cotidiano eles nos afetam, e aqueles alunos que são mais difíceis de serem trabalhados digamos assim, esses alunos eles nos tiram do sério. E professor eu sempre brinco né, sou professora de didática de ensino e de estágio, eu falo que o professor ele nunca pode perder a calma (KOBAYASHI, 2011).

Notou-se que, a partir de um acontecimento na cidade de Guaimbê- SP o Interação Comunitária promoveu uma reflexão a respeito da situação contemporânea do processo educacional. E ao longo dos 24 minutos da entrevista, a convidada esclareceu o que é a escola, qual sua função na formação de cidadãos e identificou os problemas na educação oferecida pelos pais dos alunos. Portanto, percebe-se que o programa além de informar sobre o ocorrido na cidade da região de Bauru, preocupou-se em abranger o acontecimento, oportunizando a explanação de possíveis motivos para a agressão sofrida pela professora. E com isso, apontou as falhas cometidas pelos pais na educação de seus filhos.

Desse modo, na medida em que os ouvintes são orientados sobre o papel da instituição escola na sociedade, buscou-se, a partir desse entendimento, contribuir para que o relacionamento entre pais, alunos e professores seja menos conflituoso. Assim, constatou-se o anseio do objeto de estudo em auxiliar os cidadãos-ouvintes no trato com as instituições escolares, o que revelou pistas de estímulos à autonomia e participação efetiva dos envolvidos no processo.

Além de promover esse tipo de reflexão, a temática aborda possibilidades de formação, por meio de divulgação de cursos profissionalizantes e pré-vestibulares. No programa transmitido em 09/04/2011, durante 11 minutos, o Gerente do SENAC, José Roberto Botaro, divulgou os cursos que estavam com inscrições em aberto:

> Gerente: No SENAC particularmente nós temos programas que preparam o jovem para a entrada no mercado de trabalho, tem um programa que é o Educação para o Trabalho, tem o programa de aprendizagem, esse é um programa que a lei exige das empresas que tem um número maior de funcionários e um percentual mínimo de 5% dos funcionários sejam aprendizes. Então nesses programas eles aprendem todas as competências do relacionamento de comunicação de postura de apresentação de empreendedorismo de como elaborar e apresentar projetos então é uma preparação no programa Educação para o Trabalho de 6 meses. E o programa aprendizagem de 1 ano. A diferença é que o programa educação para o trabalho é uma iniciativa específica do SENAC é destinado a jovens

> do programa de bolsas de estudos então é destinado a jovens com poder aquisitivo menor da política SENAC de gratuidade e o Programa Aprendizagem quem seleciona o jovem é a própria empresa.
> Vagner: Eu queria que o senhor aprofundasse um pouco mais sobre a bolsa de estudos para aqueles indivíduos com poder aquisitivo menor.
> Gerente: Em todos os cursos do SENAC tem vagas para bolsistas então nós temos programas como curso técnico em segurança do trabalho você tem lá 40 vagas, sempre tem um percentual destas vagas que é para bolsistas. E nós temos cursos de capacitação profissional onde 100% das vagas são para bolsistas. Como é que a pessoa se candidata? Ela entra no site do SENAC é o www.sp.senac.br/bolsadeestudos, escolhe a cidade e o curso que aquela unidade está oferecendo e faz a sua inscrição, ou ela vai pessoalmente lá no SENAC nas nações unidas 10-22 e faz a inscrição junto com os nossos atendentes. Ela não pode ter uma renda per capita superior a 2 salários mínimos nacionais, isso daria em torno de 1090 reais por membro da família, renda per capita é: soma o salário do pai da mãe do irmão aposentadoria da avó se ela morar junto o bico que o outro faz, quer dizer soma a renda toda divide pelo número de membros da família, esta renda não pode ser superior a 1090 seria 2 salários mínimos nacionais. Satisfeita essa condição ela se inscreve, depois tem um processo de seleção que vai dar a vaga para aquelas pessoas que tiveram maior índice de carência, ou seja, aqueles que têm a menor renda. Então desta forma as pessoas se candidatam. Nós temos oferecido em torno de 500 a 600 vagas de bolsas por ano, nos últimos anos aqui no SENAC (BOTARO, 2011).

Compreende-se, por meio da seleção de parte da entrevista, que o convidado não se restringiu apenas em divulgar os cursos do SENAC, pelo contrário, quando questionado pelo comunicador a respeito de bolsas de estudos, o gerente mostrou-se preocupado em ser entendido pelo público-alvo do programa uma vez que explicou detalhadamente a respeito de renda per capita e como deveria ser realizada a inscrição para se candidatar. Assim, o trecho demonstrou estar condizente com os princípios de comunicação pública e a postura do comunicador também, pois ele se apresentou como porta-voz de seus ouvintes, já que buscou esclarecer como se pode conquistar a bolsa concedida pela instituição de ensino.

Constatou-se também a presença do tema E em duas transmissões. Na transmissão de 27/08/2011, o universitário da UNESP, Alexandre Borges, aproveitou o espaço cedido para divulgar o media metragem “Abel contra o muro”, oriundo de projeto de extensão em parceira com o Observatório de Educação em Direitos Humanos da UNESP. Ao explicar a escolha pela comunidade do Jardim Nicéia como pano de fundo para sua história, o aluno esclareceu: “Faltava essa aproximação entre a Universidade e essa comunidade que está aqui do lado acho que são 2 mundos muito diferentes que estão muitos próximos e a gente está tentando fazer essa ponte entre a educação da universidade e a cultura do Jardim Nicéia” (BORGES, 2011). Nesse momento, o convidado explicitou os motivos da escolha e ainda esclareceu ao

ouvinte o principal objetivo da realização dos projetos de extensão universitários, promover uma aproximação entre universidade e sociedade.

Em relação ao tema I- Promoção de atividades esportivas notou-se que não possui um índice de frequência significativo no corpus, pois apareceu apenas em um único programa. No entanto, a transmissão realizada em 10/09/2011 dedicou-se exclusivamente à divulgação do Programa de Esportes do SESC-Bauru. Na ocasião a gerente do desenvolvimento físico esportivo da Instituição, Maria Luiza Dias, esclareceu além das datas e atividades, os objetivos e os públicos que se pretendia alcançar:

> Nós estamos preparando a partir de hoje o lançamento do nosso programa SESC Desporte que propõe a prática esportiva para todas as faixas etárias iniciando aos três anos, com propostas diferenciadas de acordo com a habilidade dessas faixas etárias, por exemplo, para as crianças a ideia é que elas aprendam uma modalidade esportiva, mas se divertindo, aprendam primeiramente os gestos esportivos e depois experimente varias atividades e a nossa proposta é aumentar o repertório motor dessas crianças para que elas possam futuramente escolher a modalidade a ser praticada, mas especialmente desenvolver nessas crianças o gosto pela prática esportiva para que elas levem essa prática para o resto da vida. Nós temos propostas também para adolescentes, para adultos e para idosos, sempre com a ideia de que o esporte tem que ser prazeroso, que a prática esportiva tem que ser uma possibilidade de encontrar amigos, de se desenvolver, de se integrar a comunidade essa é sempre nossa ideia no SESC (DIAS, 2011).

Mesmo que o tema seja abordado apenas nesta transmissão, por razão da exclusividade temática percebeu-se que a promoção de atividades esportivas é assunto de importância para a produção do programa. A entrevista durou aproximadamente 23 minutos e sensibilizou os ouvintes para a prática esportiva, de modo que passou a ser entendida como maneira de socialização e lazer para os cidadãos.

Finalizando a análise desta categoria, observou-se que o tema R- Eventos Científicos, esteve presente em 3 programas. Nas transmissões dos dias 28/05/2011 e 04/06/2011 divulgou-se o 4º Simpósio Brasileiro de Abacaxizeiro em Bauru. O Professor Aloisio Costa Sampaio, durante 7 minutos explicou a importância do cultivo no país e informou a respeito de datas e inscrições. E no dia 02/07/2011 a professora Vera Capellini participou do programa, durante 5 minutos, com intuito de divulgar o 3º Congresso Brasileiro de Educação realizado no campus da UNESP-Bauru. Anunciou-se os eventos científicos no Interação Comunitária, por meio da participação do Personagem 6- acadêmicos. E ambas as participações deram-se de forma objetiva e concentrada na divulgação das atividades científicas.

Apesar de o tema R possuir uma representatividade discreta no corpus da pesquisa, notou-se que seu conteúdo encontra-se de forma distanciada do cotidiano do público alvo do programa. Pois este tema está diretamente relacionado ao âmbito universitário, de modo que se faz necessária uma associação e destaque da relevância dos eventos científicos para os seus ouvintes.

Desse modo constatou-se que a categoria Educação e Esporte abordou de maneira prioritária os assuntos relacionados à educação, já que apenas um programa é dedicado às práticas esportivas. Notou-se que o Interação Comunitária preocupa-se com a formação escolar e profissional dos seus ouvintes e busca contribuir com a relação entre professores e pais a fim de que o processo educacional seja efetivo na sociedade contemporânea.

Seguindo com a análise categorial, verificou-se que a categoria Interesse Público esteve presente em 9 programas englobando os temas F- Reivindicações Comunitárias, G- Melhorias e conquistas alcançadas pela comunidade, J- Policiamento e Segurança Nacional e S- Importância das rádios públicas para a comunidade. Os núcleos de sentido com maior representatividade são F e G, cada um com índice frequêncial 6, o que resulta em 40% de representatividade. Em seguida o tema J conta com 2 aparições no corpus, ou 13,3% da categoria e por ultimo o tema S com apenas uma única presença.

Os personagens que aparecem em Interesse Público são: P9- Funcionários de Instituições Públicas, P2- Membros do poder local, P1-Líderes Comunitários e P8- Funcionários de ONG e Instituições sem fins lucrativos. Com destaque para P9, P1 e P2, pois cada um está presente em 3 programas.

O estudo desta categoria proporcionou, de certa forma, conhecer o que acontece no mundo da vida dos moradores de periferia da cidade de Bauru-SP, a partir dos relatos das atividades desenvolvidas pelos lideres comunitários da Vila Dutra, Otavio Rasi e Presidente Geisel. Além das entrevistas concedidas por telefone ao comunicador, em 2 programas Vagner Silvestre fez a cobertura de eventos comunitários como: Inauguração da Unidade de Policia Avançada no Jardim Europa e Inauguração do segundo prédio da APIECE- Associação de Pais para a Integração Escolar da Criança Especial. Em outros momentos os membros do poder local utilizaram-se do programa para informar a população bauruense a respeito do trabalho da administração pública, em caráter de prestação de contas aos cidadãos.

No programa transmitido em 24/09/2011 o Assessor de Acessibilidade da Prefeitura, Fábio Manfrinato participou do programa a fim de informar a respeito das atividades desenvolvidas para inclusão das pessoas com deficiência na sociedade:

> Fábio: Acessibilidade é para todos. A gente trabalha muito hoje o desenho universal se a cidade ela é preparada para uma criança até 8 anos, preparada para um idoso acima de 80 anos ela é preparada para toda a população (..).
> Eleide: E acho que é uma informação, uma noticia que vem bem assim ao encontro dessa filosofia é a gente já ter aqui em Bauru os ônibus todos adaptados né Fábio?
> Fábio: Pois é, mais uma noticia muito boa pra população de Bauru, nós estamos adiantados aí, por conta do ano porque nós completamos a frota temos aí 100%, 236 ônibus adaptados em Bauru, já em 2011, onde o previsto, o limite, o prazo para todas as cidades é que estejam com suas frotas 100% adaptadas até 2014 (MANFRINATO, 2011).

Além desta importante informação em relação à locomoção das pessoas com deficiência da cidade, ele também abordou outras conquistas municipais na área como a inauguração da Praça Paradesportiva e a realização de pesquisa a fim de quantificar essa parcela da população e desenvolver o Plano de Mobilidade Municipal. Desse modo é possível reafirmar, em parte, que se trata de comunicação pública, pois expressou conceitos e ações da administração pública local. Porém segundo Duarte (2011), as quatro responsabilidades da comunicação pública ainda implicam na viabilização de políticas públicas, qualificação dos processos de comunicação na organização e apoio ao cidadão na relação com o Estado.

Nesta perspectiva, percebe-se que o Interação Comunitária apoia o cidadão no relacionamento com o Estado nas entrelinhas do seu conteúdo, ou seja, não está claramente apresentado o amparo, já que limita-se ao estímulo à participação de forma mais ativa nas tomadas de decisão política e não esclarece detalhadamente as possibilidades para sua real execução. Assim como não foi possível afirmar, por meio dos programas analisados, que o objeto contribui efetivamente para a viabilização de políticas públicas, o que se detectou restringe-se à transmissão de mensagens que podem favorecer o conhecimento dos cidadãos na cobrança de resultados das atividades de seus líderes comunitários e representantes.

Nesse sentido, destaca-se a participação do Secretário da Cultura, Elson Reis, no dia 07/01/2012, na qual aproveitou o espaço para informar sobre os preparativos do Carnaval na cidade de Bauru-SP:

> Elson: Enfim está tudo por enquanto dentro do tempo esperado, acontecendo a contento. Espero que continue assim até o Carnaval.
> Vagner: E as escolas foram mais assim coniventes com a situação que a prefeitura tem, para que possamos fazer um grande carnaval?
> Elson: Favorece bastante o relacionamento que a gente já tem de bastante tempo com as escolas, sabendo como funciona o carnaval há tanto tempo. A gente chegou a alguns consensos é logico que a questão quesito verba é sempre um item que, mas houve um entendimento e reconhecimento por parte das escolas e blocos, que houve esforço da prefeitura no sentido de reajustar dentro do possível. O custo da prefeitura para o carnaval não é só o

> repasse existe toda a infraestrutura que cada vez mais tem que melhorar e avançar, então as escolas que receberam 15 mil reais, esse ano passou para 25 já é um valor considerável (...). A verba que a prefeitura repassa é basicamente dinheiro que as escolas têm para montar sua estrutura e colocar a escola na avenida (REIS, 2012).

Ao longo da entrevista com duração de 14 minutos, o Secretário da Cultura explicou com detalhes os reparos que deverão ser realizados no Sambódromo, como sistema elétrico para melhoria na iluminação, pintura e recuperação da pista, melhoria na sonorização e delimitação de espaço para exploração do comércio. Desse modo, utilizou-se o objeto de estudo para prestar contas à comunidade. Além disso, a entrevista contou com uma importante interlocução entre o carnavalesco e o membro do poder local, realizada pelo comunicador. Pois, na participação do Secretário da Cultura, Vagner Silvestre mencionou as atividades realizadas pelos integrantes do Azulão do Morro, com intuito de revelar que as escolas de samba da cidade angariam verba com esforço próprio além da concedida pela prefeitura.

> Inclusive acabei de bater um papo com a Cidinha do Azulão do Morro eles estão trabalhando rapidinho desde 2011 para preparar o Carnaval e já estão chamando o pessoal para escolher instrumento e fantasia. Isso traz uma perspectiva maior para o Carnaval, um brilho maior na noite de Carnaval na cidade de Bauru (PREPARATIVOS DO CARNAVAL, 2012).

Portanto, mesmo que a interlocução entre carnavalesco e poder local não seja realizada de maneira ideal, ou seja, na estrutura de diálogo entre os personagens no estúdio da rádio, onde os dois tivessem a oportunidade de confrontar diferentes opiniões. Acredita-se que a menção feita pelo comunicador favoreceu a relação de ambos. Pois, se anteriormente ao comentário do Vagner Silvestre, o Secretário da Prefeitura entendia que as escolas não providenciavam recursos próprios, a partir da intervenção do comunicador ele pôde conhecer outra realidade, referente ao modo da vida desses moradores de bairros periféricos e a maneira que eles se organizam mediante as práticas culturais.

Portanto, pode-se considerar que o objeto de estudo promove, mesmo que parcialmente, uma imersão ao modo de vida da população residente de periferias na cidade de Bauru-SP, na medida em que fornece a oportunidade expressiva aos cidadãos na emissora radiofônica. As participações dos líderes comunitários retratam essa afirmação. No programa transmitido em 13/08/2011 o Líder Comunitário e Presidente da Federação da União de Associações de Moradores de Bauru e região centro oeste, Jesus Adriano dos Santos apresentou um panorama dos acontecimentos dos Bairros Vila Dutra, Santa Cândida e adjacências:

> Novidades existem bastante, há um trabalho conjunto da Associação de moradores da Vila Dutra, mais a Federação a qual eu represento, há assim todo um envolvimento junto à prefeitura, tivemos já com o Prefeito Agostinho (...) pra que a gente pudesse estar elencando em conjunto as prioridades aqui do bairro. Já tivemos reuniões no mês de julho com seu prefeito, onde ele deu a palavra que melhorias vão acontecer na nossa região. E que dá para exemplificar, a grande preocupação dos moradores é com relação ao posto de saúde. O posto de saúde vai sair, inclusive esse mês, inicia algumas coisas. Temos também a reforma do centro comunitário, que é uma briga de muitos anos, para que realmente possamos ter uma área de lazer. E outras melhorias em relação às ruas (...). Ontem nós tivemos o fechamento do orçamento participativo aqui da nossa região (...). Essa plenária aconteceu na Secretaria da Cultura, espaço reservado para que os delegados pudessem estar tirando as três finalidades para as suas regiões (...). Foram elencadas um série de solicitações (...). Mas as prioridades que já elencamos, a primeira delas seria o recapeamento de toda nossa vila, Vila Dutra, nossa asfalto está bem velho e a segunda solicitação ela se refere ao asfaltamento na região da Santa Cândida (...) (SANTOS, 2011).

Desse modo, a partir da fala de Jesus Adriano é possível compreender as carências e preocupações dos moradores dos bairros sob sua liderança. Em entrevista semiestruturada concedida à pesquisadora, o Líder Comunitário relatou sobre a importância e utilidade do Interação Comunitária no desenvolvimento de suas atividades:

> Ajuda e dá para ajudar muito mais, por que as lideranças estão precisando muito dessa oportunidade para poder estar expressando o seu trabalho junto a sua comunidade. Coisa que a grande mídia às vezes o aparta. Isso dificulta muito o trabalho do líder comunitário, então é muito importante sim (SANTOS, 2012).

Ao reconhecer a centralidade social que ocupa os meios de comunicação na contemporaneidade, percebeu-se que ascender à mídia é o mesmo que ganhar visibilidade pública para exposição de seus projetos, reivindicações e opiniões. E a partir da reflexão teórica promovida no capítulo 3 a respeito da comunicação e cidadania tornou-se possível compreender que o exercício da cidadania na sociedade contemporânea está balizado nas oportunidades de participação que os cidadãos usufruem, para que assim eles possam efetuar a pressão popular midiatizada sobre assuntos de seus interesses. Sob essa perspectiva, o Líder Jesus Adriano foi questionado pela pesquisadora a respeito da contribuição do objeto de estudo na pressão popular para efetivar as políticas públicas da região, na ocasião ele revelou um exemplo significativo:

> Com relação ao Centro Comunitário da Vila Dutra é um centro comunitário bem antigo (...) e há uma demanda com relação ao lazer. Então vários

> prefeitos passaram com intuito de fazer alguma coisa no nosso bairro na nossa região que é uma área carente de lazer e como o governo atual se dispôs a fazer alguma coisa (...) só que a gente entendeu que iria maquiar nosso centro comunitário, nós observamos, a comunidade veio foi parceira, houve uma pressão no sentido que demolisse o que existisse para que pelo menos fizesse uma coisa apresentável para que a comunidade pudesse participar. Então tudo isso, com a comunidade pressionando a liderança do bairro nós pressionamos a secretaria de obras, a secretaria de obras demoliu o que era velho e se comprometeu a montar um projeto. Nós temos a felicidade do secretário ser professor da UNIP, os alunos montaram 11 projetos, esses projetos basicamente com a pressão e apoio da comunidade nós levamos ao prefeito agora no mês de setembro, apresentamos ao prefeito, apresentamos na câmara para as secretarias envolvidas SEAR[38], Obras, Lazer e Cultura pra mostrar o comprometimento com essas politicas do bairro e a coisa tende começar a iniciar a partir do ano que vem. Tudo é articulação, a comunidade está participando ela pressiona a gente. E o rádio quando o líder esta falando no rádio e eles ouvem o líder falar: "tá vendo você lembra do que eu falei pro Jesus eu vi ele falando no rádio", o pessoal ouve rádio (SANTOS, 2012).

Em razão da fala do entrevistado tornou-se possível compreender como se dá o exercício da cidadania e qual o desempenho do objeto de estudo em relação à articulação dos atores sociais na busca de melhorias nos seus bairros. Por meio das reflexões de Thompson (2009) a respeito do modo como os receptores podem receber e apropriar-se das mensagens mediadas, acredita-se que a participação do líder comunitário no Interação Comunitária estimulou a apropriação do conteúdo pelos seus ouvintes, pois demonstrou-se que a fala do representante do bairro é resultado de uma conversação entre os próprios moradores, e quando não é o caso, a mensagem é transmitida por um convidado inserido na realidade deles. Desse modo, por meio da identificação com o emissor, o sentido de propriedade do conteúdo pode ser favorecido, o que fortalece o vínculo de pertença ao bairro, o qual pode instiga-los a compartilhar a informação com seus próximos e assim promover a pressão popular para que reverbere no âmbito da administração pública.

No mesmo programa, transmitido em 13/08/2011, a líder comunitária do bairro Octávio Rasi também é entrevistada e aproveitou os 4 minutos de participação para divulgar as benfeitorias conquistadas:

> Vagner: O que vem acontecendo de bom aí? Espaço aberto no Interação Comunitária para vocês!
> Maria Helena: Nós estamos felizes por que conseguimos conquistar com esse prefeito nossa academia ao ar livre, que já está terminando de ser instalada, até essa semana já vai estar inaugurando. Conseguimos também colocar iluminação na ciclovia por que as pessoas gostam muito de fazer

[38] Secretaria de Administração Regional de Bauru-SP.

> caminhada, então a gente faz caminhada do Rasi até o Distrito, lugar maravilhoso e está sendo bem atendido. Está aumentando mais dois núcleos um em cada lado, o Rasi aumentou bastante e ainda não foi entregue, mas está para ser. A única preocupação da gente é com a escola é com o posto de saúde tem que aumentar por que se vai aumentar a população, mas o prefeito está dando um apoio muito bom aqui para o Rasi (HELENA, 2011).

Por meio da divulgação das conquistas da liderança comunitária é possível ter uma noção das alternativas de lazer dos moradores do Octavio Rasi. Como colocado pela Maria Helena, a caminhada e as demais práticas de atividades física estão presentes no cotidiano deles. De acordo com a mesma perspectiva o líder comunitário do bairro Presidente Geisel, participou do programa transmitido em 29/10/2011 e divulgou as atividades culturais realizadas na comunidade:

> Vagner: No Interação Comunitária deste sábado nos temos o prazer de falar com Alan que vai falar em nome da comunidade do núcleo Presidente Geisel e vai falar das atividades que vem sendo desenvolvidas para a comunidade do Geisel.
> Alan: Olha nos estamos aqui fazendo uma capoeira aos sábados e aos domingos a partir das 10h da manhã, todos sábados e todo domingos.
> Vagner: Certo, que local?
> Alan: Fica na Rua José Pires de Camargo quadra 2. Bosque do Geisel que é mais conhecido.
> Vagner: E o que tem mais de novidades para nossa comunidade e região?
> Alan: Nós estamos fazendo um trabalho no Centro Comunitário do Geisel para terceira idade, para aquelas pessoas da terceira idade que queiram participar nós vamos começar a fazer de sexta-feira bailinho, no centro comunitário (ALAN, 2011).

Portanto, percebeu-se que o mesmo personagem, no caso P1- Líderes Comunitários podem fazer uso do programa de forma diferenciada. Notou-se que o Líder Jesus Adriano dos Santos encontra-se envolvido com as ações articuladoras entre sociedade e Estado, a fim de promover mudanças estruturais nos bairros que representa. Já os outros líderes apresentaram-se mais envolvidos com a promoção de atividades culturais e de lazer. No entanto, de acordo com a discussão do segundo capítulo dessa dissertação, as duas óticas (sociocultural e socioeconômica) complementam-se e precisam ser compreendidas, para que sejam atendidas de maneira assertiva as carências da parcela da população que vive nas zonas periféricas.

Destoando dos demais programas, a transmissão do dia 07/05/2011 dedicou-se a abordar a importância da rádio pública na cidade de Bauru-SP, em consonância com as festividades do aniversário de 20 anos da Rádio UNESP FM.

Em suma, a categoria Interesse Público pontuou reivindicações e melhorias conquistadas pelo trabalho da liderança comunitária em conjunto com os moradores dos

bairros representados. Nela, o mundo da vida das zonas periféricas de Bauru despontou e moldou-se na ação discursiva e reflexiva dos seus atores sociais convidados a participar do objeto de estudo. Revelou-se uma realidade compartilhada repleta de práticas socioculturais: o bailinho para terceira idade, a capoeira aos sábados, a caminhada até o Distrito Industrial, a academia ao ar livre, e outros vestígios de alternativas de entretenimento e de lazer vivenciados pelos cidadãos residentes dessas comunidades.

Seguindo com a análise qualitativa, aprofunda-se os estudos na categoria Solidariedade, presente em 7 programas do corpus. Ela abarca um único núcleo de sentido: C- Ações e Projetos Sociais Beneficentes. Primeiramente notou-se a presença destacada da ABD- Associação Bauru pela Diversidade, especificamente em 4 programas, o que resultou numa representatividade de aproximadamente 57% na categoria. Constatou-se, portanto que os representantes do segmento sociais marginalizados, ao promover seus eventos preocupam-se com o cunho social e buscam ajudar as entidades beneficentes de Bauru-SP. Contabilizando a duração de suas participações, notou-se que obtiveram 25 minutos para divulgar suas atividades e fazer o apelo social das mesmas. Além dos representantes de Associações, ONGs e demais entidades filantrópicas (P8), verificou-se a participação dos personagens P4- Universitários, P3- Idealizador de projetos beneficentes e P9- Funcionários de Instituições Públicas (excetos professores).

Na transmissão de 19/03/2011 o universitário Felipe Ferro, representante da Empresa Júnior de Relações Públicas da UNESP, participou do Interação Comunitária, com intuito de promover o Trote Solidário- campanha de doação de sangue para o Hemonúcleo de Bauru. Classificou-se a entrevista como tema C, pois o participante não associou a iniciativa solidária aos projetos de extensão promovidos pela Universidade. Ao ser questionado sobre a importância de sensibilizar os calouros para a proposta diferenciada de trote, o convidado respondeu: “O benefício é para a sociedade em geral né, que vai ter disponível no caso de emergências lá no Hospital de Base- hemonúcleo uma quantidade boa de sangue” (FERRO, 2011).

Ainda a respeito do Trote Solidário, o Interação Comunitária entrevistou a Doutora Telma Cristina de Freitas, responsável pelo Hemonúcleo de Bauru, a fim de reforçar a divulgação do projeto. No programa transmitido em 09/04/2011 a participante declarou que: “O trote tradicional com agressões, com violência acaba sendo substituído por um ato de cidadania que é a doação de sangue e de amor ao próximo” (FREITAS, 2011). Portanto, compreende-se que a realização do trote solidário incentivou as práticas cidadãs e instigou os calouros a agir solidariamente em prol dos moradores de Bauru-SP.

Na mesma perspectiva, a fim de promover a comemoração de 21 anos do bairro Mary Dota, Marcos Souza, representante da ABD – Associação Bauru pela Diversidade- participou do programa transmitido em 17/12/2011 e frisou a respeito do cunho social dos eventos realizados pela Associação:

> Convida o pessoal aí todo do Mary Dota e região leste para prestigiar mesmo por que é bom falar Vagner que essa festa não é apenas para comemorar o bairro, sim para aumentar a autoestima dos moradores, valorizar o comércio local, que é importante tem tudo o que você procura você encontra ali e também realizar as ações sociais. A LBV está com a gente lá com a barraca de pastel, nós teremos a venda de bilhetes da APAE, nós teremos a escola de samba do bairro Tradição da Zona Leste, provavelmente monte uma barraca, enfim tem o lado social também (SOUZA, 2011b).

No trecho acima o participante esclareceu a preocupação da ABD com as causas sociais, pois na comemoração realizada ofereceram-se as barracas da praça de alimentação para que as entidades filantrópicas da cidade pudessem arrecadar verbas.

Compartilhando do mesmo intuito, a entidade AL Sabe (Programa de Integração e Assistência à criança e ao adolescente) usufruiu o espaço cedido pelo Interação Comunitária no dia 27/08/2011 para divulgar o jantar beneficente promovido pela própria Instituição:

> O jantar é beneficente vai ter o primeiro festival de dança, onde toda a comunidade pode participar, os convites estão sendo vendidos a 25 reais e as bebidas são a parte. Convite tem ainda e pode ser comprado pelo telefone 3236 3573 ou 8147-3656 ou diretamente na Hípica no sábado. Vamos contar com a presença do DJ Pepa que todo mundo conhece e a banda Cara de Anjo que vai estar dando uma canjinha na hora do evento (NIVEA; DANIELE,
>
> 2011).

Observou-se que os núcleos de sentido classificados como C- Ações e projetos sociais beneficentes estão relacionados às práticas culturais, ou seja, jantares, eventos comemorativos ou recepção de calouros e etc. Especificamente constatou-se esta associação dos temas A e C em 6 programas, aproximadamente 85,7% da categoria. Portanto, solidariedade e manifestações socioculturais são assuntos ligados diretamente no objeto de estudo.

Desse modo, segundo Duarte (2011) a comunicação pública objetiva que a sociedade ajude a melhorar a própria sociedade. Nesse sentido, tornou-se possível considerar a importância das expressões culturais, na medida em que impulsionam e instigam o sentimento de solidariedade, a vontade de agir para o bem comum entre os moradores de uma comunidade, ou pessoas envolvidas com uma determinada causa social. E assim, o Interação

Comunitária, ao caminhar para instrumentalização plena da comunicação pública pode contribuir para que essas manifestações com cunho social tenham maior adesão na cidade de Bauru-SP.

Igualmente como Solidariedade, a categoria Saúde esteve presente em 7 programas, ou seja aproximadamente 27% de representatividade no corpus desta pesquisa. Ela agregou os temas M- Saúde, O- Sexualidade na adolescência e P- Uso de drogas. Em destaque está o tema M com maior índice de frequência, aproximadamente 57% de representatividade categorial. Constam como participantes os seguintes personagens: P6- Acadêmicos, presentes em 4 programas, P8- Funcionários de Associações, ONGs e etc., em 2 transmissões e o P9- Funcionário de Instituições públicas, que participou de um único programa.

A categoria abordou orientações sobre sintomas da dengue e da diabetes, divulgou campanhas e movimentos da área de saúde e alertou os ouvintes sobre os comportamentos inadequados que podem causar prejuízos como consumo excessivo de álcool e outras drogas. Além de abranger a saúde humana, agregou-se também o núcleo de sentido que pontua os cuidados com a saúde dos animais de estimação.

A fim de compreender como o objeto de estudo tratou os temas, segue trechos selecionados do corpus. No programa transmitido em 19/03/2011 a Professora Doutora Maria do Carmo M. Kobayashi ao discorrer sobre a violência na escola, fez referência ao uso de drogas como problema paralelo à educação de crianças e jovens:

> Professora: Primeiro que usar tóxico, usar drogas não é legal, nos dois sentidos legal de lei e legal de pessoa. Por que? Vamos lá na raiz, por que as pessoas se drogam. Por que o mundo dela nem é tão bom assim. Então ela precisa desse incremento na vida dela para poder suportar a vida, sendo que nós deveríamos viver uma vida de plenitude e tudo mais.
> Vagner: é um tipo de refugio.
> Professora: isso mesmo (...) (KOBAYASHI, 2011).

Em outro programa, transmitido em 15/10/2011 constatou-se a temática abordada de maneira mais detalhada pela Professora Doutora Sandra Leal Calais do Departamento de Psicologia da UNESP. Durante 25 minutos de entrevista, além de frisar que o uso de drogas acarreta em prejuízos para a saúde, ela direcionou suas orientações para o núcleo familiar e depois explicou que as consequências acentuam-se quando os jovens ingressam na universidade:

> Vagner: Professora o que nós vamos orientar os pais, os jovens, com esse excesso de consumo de bebidas alcóolicas e drogas cada vez mais cedo?
> Professora Sandra: Olha Vagner um problema que eu vejo é o seguinte, os pais têm bebida em casa, os pais fazem consumo de álcool de forma exagerada muitas vezes. Então é aquela coisa do modelo, do exemplo a ser seguido, então pais que mantém cerveja gelada na geladeira o tempo todo e todo dia toma cerveja, se tem uma festa eles fazem uma festa na casa então tem caipirinha, cerveja, e eles acabam tomando além da medida. Então uma criança que conviva com esses pais ela vai aprender que isso é uma coisa que pode. (...) Enquanto ela é criança eles não deixam, mas assim que elas tiverem uma certa idade ela vai poder fazer isso. Por que os pais são figuras importantes na vida da gente, então se o seu pai faz isso você também vai poder fazer. Agora há muitos casos que os pais não fazem uso de álcool e nem de drogas por que infelizmente também há pais que fazem uso de drogas, então se o pai e a mãe não usam já começa dificultar um pouquinho por que esse jovem não vai ter uma latinha de cerveja na hora que os pais saírem, por que os pais não vão ficar contando latinhas de cerveja e a hora que os país saírem ele pegar uma latinha e abrir sem autorização (...).Você esconde tudo ele vem estudar fora e aí? Ele chega aqui e descobri um mundo que nunca os pais falaram, ele ouvia falar do lado de fora, mas ele nunca tinha experimentado. Aí ele vai experimentar álcool, muito álcool, vai experimentar maconha, vai experimentar a cocaína, e sabe lá os prejuízos até o craque, e isso não tem mais o que discutir, é provado cientificamente que traz prejuízo (CALAIS, 2011).

Notou-se que a fala da professora estava preocupada em instigar os pais, fazendo-os refletir sobre o próprio comportamento dentro de casa, diante dos filhos. Dessa forma, a abordagem do tema não se pautou no alerta aos ouvintes sobre os danos à saúde, transcendeu o sentido informativo e promoveu uma reflexão a respeito da origem do consumo de álcool e outras drogas. Nesse sentido, percebeu-se um caráter preventivo, uma preocupação em modificar os comportamentos dos adultos para que não incentivem as crianças e os jovens.

Observou-se também, na transmissão realizada em 12/11/2011 que a participante Rita Katia Almeida de Oliveira, vice-presidente da Associação de Diabéticos de Bauru, por aproximadamente 5 minutos, utilizou-se do objeto de estudo para divulgar a Campanha de Prevenção à Diabetes, na ocasião o comunicador Vagner Silvestre solicitou que ela explanasse sobre os sintomas da doença:

> Rita: Dia 14 de novembro é o dia mundial do diabético, foi instituído não é uma data para ser comemorada, mas é uma data para gente alertar as autoridades sobre o que essa doença traz de mal para pessoa. Então nós estamos organizando varias campanhas para conscientizar a população, palestras (...). No dia 19 de novembro nós vamos fazer testes de glicemia no calçadão da Batista (...) nós vamos estar distribuindo folhetos na Batista de orientação, alertando quais são os sintomas. Por que às vezes a pessoa tem o diabetes e não sabe.
> Vagner: Adianta pra gente quais são os sintomas.

> Rita: Então para o tipo 1, por que existe dois tipos de diabetes, do tipo 1 e do tipo 2. No tipo 1, os sintomas a pessoa sente muita sede, muita fome e urina varias vezes ao dia e a noite e mesmo ela comendo de mais ela perde peso muito rapidamente. Os sintomas característicos para o tipo 2, a pessoa sente desanimo, fraqueza, cansaço físico, alterações visuais, lesões nos pés, as pernas com machucados com difícil cicatrização, então esses são os sintomas que a pessoa apresenta (...) (OLIVEIRA, 2011).

Sob o mesmo objetivo, alertar os ouvintes do Interação Comunitária a respeito dos sintomas de determinada doença, a Chefe do Departamento de Saúde Coletiva da cidade de Bauru, Heloisa Lombardi, participou do programa no dia 07/01/2012 e durante 5 minutos orientou sobre a dengue:

> Nós temos hoje uma situação, pensando em todo ano de 2011, 4349 casos notificados da doença, sendo que desses 4343 são aqueles que nós chamamos de autóctones que são aqueles que se infectaram, os indivíduos que se infectaram aqui em Bauru mesmo. Um quadro um pouco diferente dos outros anos, é que nós não tivemos uma interrupção da circulação do vírus, então nós tivemos casos durante o ano todo. (...) É um quadro que normalmente apresenta febre e dores, (...) dores musculares, no corpo, articulares, então na articulação de cotovelo, de joelho. São dores bastante fortes, as pessoas citam isso, dores no fundo do olho (...) algumas pessoas tem náuseas vômitos, diarreia, manchas pelo corpo, (...) manchas avermelhadas, como se fosse de uma alergia às vezes até com coceira. E os sinais hemorrágicos que pra gente é muito importante, qualquer sinal de hemorragia pequeno como uma hemorragia de gengiva ou hemorragia nasal são importantes e devem procurar o médico (LOMBARDI, 2012).

Desse modo, verificou-se que os programas inseridos na categoria Saúde quando contaram com a participação de Professores da UNESP, pautaram-se em temas ligados ao comportamento social como consumo de álcool e outras drogas e inicio da sexualidade. Essas entrevistas destacaram-se na categoria, pois ambas duraram mais de 20 minutos, diferentemente do restante das participações que se mostraram mais pontuais com duração média de 5 minutos.

Em suma, Saúde é um tema abordado no objeto de pesquisa sob duas vertentes a primeira com enfoque informativo, preventivo e de alerta para os sintomas de determinadas doenças, com intuito de capacitar o ouvinte para identifica-las e procurar o médico. E a segunda abordagem possui uma conotação reflexiva, no sentido de instigar os ouvintes a mudar hábitos.

Prosseguindo com a análise de conteúdo qualitativa, a categoria Política marcou presença em 4 programas, o que resultou na representatividade de 15,3% do corpus. Ela agrega um único núcleo de sentido, N- Representação e participação no âmbito político. Em

relação à participação dos personagens notou-se que o P1- Líderes Comunitários estiveram presentes em 3 programas, ou seja em 75% da categoria. E o P8- Funcionário de Associações, ONGS e afins participou de apenas um programa. Importante mencionar que por razão da disponibilidade de arquivos da produção do Interação Comunitária, consta no corpus regravações. Nesta categoria o programa transmitido em 13/08/2011 foi reprisado no dia 17/03/2012.

Nesse programa dois líderes comunitários usufruíram do espaço fornecido para divulgar aos ouvintes as atividades desenvolvidas em cada bairro. O participante Jesus Adriano Santos além de esclarecer sobre as conquistas e solicitações da Vila Dutra e adjacências também relatou a respeito das reuniões sobre o Orçamento Participativo[39]:

> Vagner: Eu achei interessante essa reunião participativa do orçamento participativo que a comunidade vai também participar ativamente de todas as discussões que são feitas para os bairros isso é importante para a comunidade.
> Jesus: Assim como eu e o Marcinho saímos delegados as pessoas que participarem dessas reuniões elas também poderão nas futuras estar saindo delegado, para representar o bairro, a sua região no caso. A gente só consegue alguma coisa se a gente se unir se a gente reivindicar né.
> Vagner: Por que não basta só reclamar tem que participar ativamente das atividades para depois não reclamar (SANTOS, 2011).

Já a líder comunitária do bairro Otávio Rasi, Maria Helena, quanto questionada a respeito de sua participação nas reuniões de Orçamento Participativo, justificou sua ausência por razão do trabalho:

> Vagner: Vocês têm participado das reuniões do Orçamento participativo Dona Maria Helena? Nessas reuniões é importante que aí é o espaço que vocês tem para fazer reivindicação como também estar participando ativamente de todas as atividades que vem acontecendo com o bairro, tanto com o poder legislativo, executivo como a comunidade do bairro.
> Maria Helena: Com certeza eu só não participei mesmo por causa que tinha que trabalhar. Não deu certo de todas às vezes eu ir, por causa do trabalho (HELENA, 2011).

Nas duas entrevistas transmitidas em 13/08/2011 o comunicador Vagner Silvestre mostrou-se empenhado em esclarecer a importância da participação dos líderes comunitários e demais cidadãos nas reuniões do Orçamento Participativo. Assim como, buscou alertar e orientar seus ouvintes para a necessidade de atuar ativamente no âmbito político,

[39] Entendido nesta pesquisa como participação do cidadão na tomada de decisão a respeito de recursos alocados pelos municípios.

representando os interesses dos bairros onde moram e interessando-se pelas articulações necessárias para se chegar à tomada decisória política. Outro programa, transmitido em 29/10/2011 reforçou essa postura do comunicador e a abordagem que incutiu aos temas relacionados à política. Nele, o líder comunitário do bairro Presidente Geisel explanou a respeito dos impasses para a instalação de um supermercado nas redondezas da comunidade:

> Alan: É um grupo de pessoas que acham que é o dono da cidade e não funciona assim.
> Vagner: Nossa sociedade tem que se conscientizar e nas próximas eleições dar o recado.
> Alan: Isso daí eu tenho falado, quando você não tem representante no poder legislativo é a Comunidade que sofre de não ter pessoas para trabalhar no objetivo de ter respaldo com a sociedade né (ALAN, 2011).

No trecho acima, além de elucidar sobre a necessidade de representação no âmbito político, o comunicador demonstrou compreender o ouvinte como agente capaz de mudar esta situação de impasses, por meio das eleições. E, portanto, mais uma vez é corroborada a compreensão da prática cidadã no objeto de estudo, já que nas transmissões tornou-se claro que os moradores de bairros periféricos na cidade de Bauru necessitam de representação política capaz de articular e levar suas demandas aos centros de decisão política municipal. Retomando as concepções sobre cidadania de Peruzzo (2007) apresentadas no terceiro capítulo, pode-se afirmar que o nível de cidadania alcançada pelos cidadãos compete à capacidade de articulação entre a sociedade civil e o âmbito político. Portanto, o enfoque dado às questões políticas no objeto de estudo condiz com a teorização desenvolvida.

Nessa mesma perspectiva o programa transmitido em 27/08/2011 contou com a participação dos representantes da ABD- Associação Bauru pela Diversidade, que além de divulgar as atividades da Semana da Diversidade, esclareceu detalhadamente a respeito da conquista alcançada na esfera política estadual, a criação do Conselho de Atenção à Diversidade Sexual no Estado de São Paulo, sediado na cidade de Bauru:

> Eleide: Como é que ele vai funcionar?
> Marcos: (...) Ele é consultivo, a ideia é fazer a primeira conferência de atenção à diversidade sexual, já tem formado os conselheiros e durante toda quinta-feira a gente vai discutir políticas públicas no combate ao preconceito e discriminação. Dessa conferência saem dois delegados que participam da conferência estadual, acredito que acontece em setembro, e em outubro a conferência nacional. Então, vai tirando todas as informações os pedidos das pessoas para as políticas públicas, saem daqui de Bauru vai para São Paulo e vai para Brasília. É muito sério isso, e muito importante nós temos hoje um órgão oficial na cidade que trabalha com a diversidade sexual.

> Eleide: Quem são essas pessoas que formam esse conselho além de você Marcos?
> Marcos: São doze pessoas, com seus suplentes. Então são 6 das secretarias, prefeitura, representante de vários segmentos públicos e também são 6 civis. E cada um com seu suplente. Por exemplo, nós temos representantes da Secretária da Saúde, Secretária da Cultura, Secretaria do Desenvolvimento, Secretaria do Bem Estar Social, enfim depois nós temos da Policia Civil, Policia Militar, e aí nós temos a sociedade civil, que é a Associação Bauru pela Diversidade, (...) faz parte pela sociedade civil. Então é muito sério, isso a gente atende um regimento que vem desde Brasília, passando por São Paulo chegando até Bauru.
> Rick: é uma norma através do Diário Oficial então a gente tem que seguir a risca (FERREIRA; SOUZA, 2011).

Neste trecho da entrevista é possível notar que o Interação Comunitária preocupou-se em esclarecer aos seus ouvintes os processos articulatórios no âmbito político e a maneira que se dá a participação nesta esfera. Mesmo que seja por meio de um caso específico, como o do conselho de Atenção à Diversidade Sexual, a partir da explanação sobre seus trâmites pode-se associa-los a outros segmentos. Em suma a categoria Política apresentou informações com caráter explicativo e assim, instigou o ouvinte a compreender o âmbito político como processo relacional e articulatório e de disputa de interesses, no qual o cidadão tem a possibilidade de participar diretamente, como no caso do Orçamento Participativo ou ser representado, quando se trata de Conselhos Municipais e Liderança Comunitária.

A penúltima categoria a ser estudada é a Família com 3 aparições no corpus da pesquisa, ou seja 11,5% de representatividade. Ela reúne os núcleos de sentido classificados como tema K- Reflexão sobre a formação e responsabilidades da família contemporânea. Os participantes que abordam o tema são prioritariamente enquadrados como o P6- Acadêmicos, mais precisamente da UNESP. As entrevistas inseridas na categoria abordam outras temáticas que perpassam pela reflexão do núcleo familiar. Na transmissão realizada em 19/03/2011 a Professora Doutora Maria do Carmo Kobayashi refletiu sobre os motivos dos conflitos e dificuldades na relação aluno e professor e explanou sobre a violência na escola como consequência de uma educação familiar não assertiva:

> O que está acontecendo? Está acontecendo que hoje essa criança, a forma como a educação dela está acontecendo em muitas famílias não está dando conta de abarcar isso. Então nós temos famílias altamente permissivas, que não falam não, é muito mais fácil você falar faz pode fazer, e virar os olhos. E aí o que acontece, (...) essa criança chega na escola, ela não se subordina as leis. (...) toda falta de limite que ele tem na infância só vai aumentar os problemas.
> Hoje nós estamos tendo na atual conjuntura, as famílias elas não são mais como as famílias de muitos de nós. Um pai, uma mãe e os filhos, uma

> grande família. Então as famílias elas se modificaram, a constituição das famílias se modificaram. Os pais muitas vezes eles se separam, eles formam outros núcleos familiares. Então nós temos muitas pessoas que se separam e constituem outras famílias, que é um direito de cada pessoa ser feliz encontrar um novo companheiro uma nova companheira. Só que isso gera uma ansiedade muito grande nas nossas crianças, administrar isso é muito difícil (KOBAYASHI, 2011).

Em outra transmissão, realizada no dia 15/10/2011, as mudanças no núcleo familiar também são pontuadas, dessa vez pela Professora Doutora Sandra Leal Calais em entrevista sobre o excessivo consumo de álcool entre jovens e adolescentes:

> A sociedade somos todos nós e estamos inseridos em famílias, então a primeira condição é a família que tem que cuidar desse jovem e nós vemos às vezes as famílias muito desestruturadas, pessoas que por causa da condição de sobrevivência trabalham de mais e quanto estão em casa, estão cansados, “ah não vou perder tempo com meu filho sobre isso, ou então eu já não fico em casa pra nada não vou ficar agora proibindo as coisas”. Aí se você que é pai e mãe não entrar nessa para orientar para reprimir muitas vezes, que isso é um papel de pai e mãe, esse jovem com certeza vai buscar alguma coisa. Agora se você estrutura uma família em que o jovem queira ficar dentro de casa, queira ficar com a família, que ele ache interessante a família dele, ele não vai achar tão engraçado o lado de fora. Ele não vai se lançar ao mundo buscando coisas que ele não encontra na família porque ele tem na família. Ele sabe que tem pai e mãe com quem ele pode contar e conversar enfim que ele se sinta amado. Muitas vezes os pais confundem ser liberais com terem um certo descaso pelos filhos (CALAIS, 2011).

Neste trecho a convidada pontuou as mudanças em relação à dedicação e atenção dos pais aos filhos, assim como demarcou as responsabilidades do núcleo familiar na formação dos jovens, explicando aos ouvintes a importância do diálogo e da postura esclarecedora dos pais. Além disso, a Professora transmitiu a ideia de que a sociedade, mesmo com suas complexidades advindas da contemporaneidade, ainda pode ser entendida por meio de células familiares. A respeito dessas transformações no papel dos pais, na categoria são abordadas as seguintes questões: pais viciados em drogas, divorciados, sem tempo para os filhos e numa relação homo afetiva. Mesmo abordando as mudanças estruturais nas famílias o Interação Comunitária não se eximiu de alertar os ouvintes a respeito dos deveres dos pais na formação de seus filhos. Na transmissão de 03/12/2011 a Professora Doutora Ana Claudia Maia ao discorrer sobre o inicio da sexualidade fez uma declaração sobre como os pais devem se portar e tratar os adolescentes:

> Eu acho que os pais não são preparados para lidar com o adolescente porque esquecem totalmente que foram adolescentes. Às vezes os pais tem raiva do

> adolescente por fazerem coisas que não podem mais fazer. (...) Então se você não se portar como adulto esclarecedor perde o diálogo com o filho (MAIA, 2011).

Portanto, observou-se que o objeto de estudo ao tratar de temas polêmicos da contemporaneidade preocupou-se em promover uma reflexão sobre o núcleo familiar. E a partir das falas das professoras é possível constatar que em meio às transformações sociais a família ainda é a estrutura básica e formadora da convivência em sociedade.

Finalizando a análise por meio das categorias, a Sustentabilidade pautou apenas um programa no corpus, transmitido em 02/07/2011. Ela agrega o núcleo de sentido L- Meio ambiente e sustentabilidade e integra duas entrevistas enquadradas ao tema, ambas realizaram-se a partir da cobertura do Interação Comunitária na I Feira de Sustentabilidade de Bauru. Na ocasião o Prefeito de Bauru, Rodrigo Agostinho, participou do programa e explanou sobre os objetivos do evento: "A feira ela tem um objetivo de mostrar o que está sendo produzido pelo setor de tecnologia, pelo setor empresarial. O que as empresas estão fazendo para controlar sua poluição os seus resíduos. (...) mostrar um outro lado, o lado da iniciativa privada do ponto de vista ambiental" (AGOSTINHO, 2011). Assim como o Secretário do Meio Ambiente do Município que se utilizou do programa para divulgar os atrativos do evento, como sorteios, atividades esportivas, palestras e etc. Em suma a categoria Sustentabilidade resumiu-se às duas participações e, portanto, pautou-se na divulgação do evento, ou seja, não se aprofundou nas discussões, alertas ou orientações a cerca do assunto.

5.5.2 As práticas culturais e o respeito à diversidade social: em destaque no Interação Comunitária

Em meio às análises de cada categoria, dois programas do corpus sobressaíram-se por razão da abordagem e tratamento dispensado aos temas discutidos. Pois, são integralmente dedicados a um determinado assunto e promoveram, de certa forma, uma reflexão aprofundada e instigadora. Desse modo, nesse momento cabe observá-los e analisá-los de maneira específica, a fim de descrevê-los e com isso compreender os motivos que os tornam programas destacados dentre os demais selecionados.

Primeiramente, no dia 23/04/2011 o programa homenageou os índios com a participação do universitário indígena Budaga Derubi Nambiquara. Com duração de 25 minutos, a entrevista permeou diversos temas como a discriminação sofrida por seu segmento

social, as carências vivenciadas diariamente, a lei de cotas e a necessidade de troca cultural entre índios e não índios.

O participante iniciou sua fala relembrando a história de vida do seu pai, Cacique Tamarina Nambiquara, que na década de 1970 invadiu o senado reivindicando os direitos dos índios. Em 1984 na Praça da Sé, o cacique foi assassinado, o que significou uma grande perda na representação e luta deste segmento social.

O universitário relatou que a partir dos dois anos de idade aprendeu os costumes indígenas pela sua mãe não índia, por meio de seu incentivo na busca das tribos e dos parentes de seu pai. Por isso, criou-se junto à aldeia de seu tio, antigo cacique Guarani, Pitotó Audiu. Importante salientar que segundo o participante todos os índios se tratam e consideram-se como parentes. Quando questionado sobre os motivos que o levaram a escolher o curso de Educação Artística na UNESP ele declarou que se identificou com a área artística e por ser um curso superior pode fornecer estabilidade para seu povo, já que eles não possuem professores dessa área nas aldeias: "Para que estejamos com as mesmas armas que os outros povos têm índios não índios, para que temos por igual afinal de contas somos iguais de diferentes culturas, mas iguais porque somos seres humanos" (NAMBIQUARA, 2011).

E assim ele compartilhou sua compreensão a respeito da sua inserção no curso superior, pois para ele a utilidade da formação universitária para a sua etnia está relacionada com a preservação cultural do seu povo. Pois, acredita que poderá contribuir com o resgate e a transmissão cultural, no sentido de valorizar o passado, evoluir e aprimorar seus costumes. Outro ponto interessante discutido pelo universitário tratou-se da necessidade de incluir os índios na sociedade, ou seja, não apenas compartilhar e disseminar suas práticas culturais, mas conhecer e compreender os costumes da sociedade em geral: "Somos índios não homens da caverna (...) temos muito a mostrar e muito a aprender" (NAMBIQUARA, 2011).

Desse modo, constatou-se que por meio da participação de Budaga tornou-se possível apresentar a realidade vivida pelos índios de Mato Groso e São Paulo, pois o universitário convive com as tribos nestes dois Estados. Assim como, revelar as carências e pontos que precisam ser trabalhados para melhorar o modo de vida do seu povo.

> (...) nós somos índios nós temos que evoluir inclusive na tecnologia. E a tecnologia infelizmente a gente tem que falar que não são os índios que fazem. Mas justamente por aquele motivo, nós não temos a formação, não nos dão na verdade não nos dão condições de ter a formação para também criar e está trabalhando junto no avanço da tecnologia. Isso tem trazido bastante benefício, a internet, por exemplo, meios de comunicação que dá pra gente estar dentro da luta, lutar de certa forma com um pouco mais de

> igualdade, já que a gente pode se comunicar com o índio lá do Amazonas estando aqui em São Paulo (NAMBIQUARA, 2011).

Portanto, o Interação Comunitária a partir da entrevista realizada em homenagem ao Dia do Índio, proporcionou aos seus ouvintes certa proximidade com o mundo da vida deste segmento social marginalizado. O conteúdo transmitido oriundo da fala do universitário indígena vai de encontro com a abordagem do programa em relação à cidadania, pois o índio é apresentado, pelo olhar do participante, como cidadão brasileiro de demandas e capaz de reivindicar pelos seus direitos. O universitário Budaga diversas vezes mencionou os termos "luta" e "igualdade" o que indica uma postura de resistência e ativismo em relação às suas precariedades. Nesse sentido, percebeu-se que o convidado possui uma compreensão da cidadania como prática e atividade articuladora. E, além disso, apontou-se a necessidade de trocar, compartilhar conhecimento em via de mão dupla, pois muitas pessoas interessadas apenas objetivam usufruir dos conhecimentos indígenas e não buscam acrescentar e contribuir para a melhoria de vida dos índios.

Ao utilizar o termo "não somos homens da caverna" o participante fornece indícios da demanda por reconhecimento e valorização das práticas culturais do seu povo. E ainda acrescentou que: "o povo olha pra gente como um povo atrasado, a gente não evolui, mas infelizmente a gente não teve as mesmas armas para lutar para evoluir" (NAMBIQUARA, 2011). Dessa forma, é possível considerar que o objeto de estudo iniciou o processo de comunicação pública, na medida em que contribuiu para que esse segmento social marginalizado (representado pelo universitário) pudesse expressar sua opinião, suas carências e modos de vida, e com isso, possibilitou a mudança de olhar dos seus ouvintes sobre o índio, o que pode favorecer a quebra de preconceito.

Outro ponto abordado relacionado à discriminação social é a Lei das Cotas, pois o comunicador Vagner Silvestre pontuou que Budaga concorreu à vaga na UNESP sem as vantagens de cotas para os segmentos sociais marginalizados. A partir da afirmação ele questionou a respeito da opinião do universitário sobre o assunto, e o participante esclareceu:

> Budaga: Olha eu fico assim num dilema paradoxal porque ao mesmo tempo que sou a favor da cota eu sou contra. Eu sou a favor da cota porque ela proporciona aquele individuo que não tem condições de entrar na Universidade a possibilidade de fazer algo que ele não faria nunca. Entretanto se não houvesse um ensino publico deteriorado horrível como está hoje tanto fora da aldeia como dentro da aldeia, principalmente dentro da aldeia nós não precisaríamos usufruir de cotas para entrar na Universidade. A gente se sente inferior quando entra por cotas.
> Vagner: Já começa a discriminação e o preconceito por aí?

> Budaga: Justamente por aí. Infelizmente temos que usar desse artificio, já que se não for pela cota, por exemplo eu consegui entrar na Universidade Pública, mas eu tive por minha mãe não ser índia, eu tive as condições de entrar num cursinho pré-vestibular comunitário, por que pagar não tinha condições (...) no que eu entraria em 1 ano, 1 ano e meio, eu tive que entrar em 3 anos, mas consegui por aí. Mas e aquele parente meu que mora num local onde a única escola que ele tem é aquela escola dentro da aldeia, onde que você tem que andar de jipe horas e horas para chegar até a aldeia. Como ficaria?
> Vagner: Uma dificuldade tremenda.
> Budaga: Enorme, então infelizmente temos que usufruir. Por mim não existiria cota, existiria o direito de igualdade que dizem que tem, mas não tem, sabemos que em exercício não.
> Vagner: É uma hipocrisia, e a gente tem que engolir isso, então demonstra mais que nunca que a cota é para realmente discriminar e avaliar a incapacidade ou capacidade do indivíduo.
> Budaga: Ou deixar o indivíduo incapaz ainda. Por que se ele não tem condições de correr atrás, se eles não ensinam a correr atrás ele não vai correr atrás, ele não vai ter as armas (...) (NAMBIQUARA, 2011).

Por meio da oportunidade de expressão no Interação Comunitária, o convidado Budaga Derubi Nambiquara explicou a respeito das condições de luta por igualdade vivenciada pelos índios, repletas de dificuldades e precariedades que os afligem e esbarram nas possibilidades de evolução e acompanhamento do desenvolvimento social. Deste modo, ele pontuou que sua inserção na Universidade trata-se de uma conquista de seu povo, não uma vitória individual:

> Só o fato de eu ser o primeiro índio em todos os campus da Unesp, não é gratificante para mim. Infelizmente é triste ver que só eu de índio dentro da UNESP, eu queria ver mais parentes aqui dentro, mas ainda assim é uma vitória para nós, por que eu sirvo como exemplo para muitos, outros índios já falaram eu quero fazer universidade assim como você está fazendo (...) pra mim isso é gratificante (NAMBIQUARA, 2011).

Em suma, este programa especificamente, denotou-se no corpus, sobretudo, por conseguir revelar ao ouvinte uma realidade de luta por igualdade de direitos oriunda de um grupo social além de marginalizado, muitas vezes esquecido pela sociedade. Mais que homenagear os índios, o Interação Comunitária buscou a partir de relatos de seu convidado sensibilizar os ouvintes para as reais condições de vida dos indígenas na sociedade contemporânea. E assim, com o conhecimento do mundo da vida desse segmento social contribuir para com a quebra da discriminação e preconceito social.

Acredita-se que outro programa se encontra em posição diferenciada dos demais, transmitido em 05/03/2011 sua pauta principal refere-se à retomada do carnaval na cidade de

Bauru-SP. Segundo os participantes, sempre se discutiu a problemática na cidade, porém ela ganhou forças no ano de 2007. Sua distinção e destaque em relação ao corpus dá-se pela maneira que foi tratado o assunto, pois na ocasião o programa contou com dois participantes envolvidos na festividade, o Ex- Secretário da Cultura de Bauru, José Augusto Vinagre e o Professor da FAAC- UNESP e profissional de Artes Plásticas, José dos Santos Laranjeiras, os quais realizaram um diálogo profícuo sobre o tema, na medida em que possuíam repertório cultural e histórico sobre distintos pontos de vista.

Com duração de 27 minutos, o debate promovido sobre o retorno do Carnaval em Bauru-SP pontuou aspectos como: importância econômica e cultural, desenvolvimento, mobilização das comunidades e a resistência da cultura local. Apesar de os convidados participarem da festividade de forma diferente, o ex-secretário a partir do trabalho do poder municipal e o Professor junto às escolas e blocos produzindo alegorias nos barracões, ambos comungaram a concepção de que o Carnaval não é apenas uma festa. Eles reconheceram a importância do evento no desenvolvimento econômico da cidade:

> Carnaval não é só festa, mas ela também tem uma importância econômica para a cidade. (...) As pessoas que vem para o Carnaval de Bauru não são só as pessoas de Bauru, a região toda é atraída por esse evento cultural, esse evento enfim tradicional da cidade. O pessoal acaba gastando nos bares, nos restaurantes e nos hotéis, isso acaba movimentando a economia como um todo na cidade. Então é de muita importância para a cidade que o Carnaval esteja no nível que agora começa voltar a ser, como nesse ano em 2011, já com vários blocos, várias escolas desfilando, a Prefeitura investindo maciçamente no Carnaval a tendência é cada vez crescer ano a ano e voltar a ser o que foi no final dos anos 80 (VINAGRE, 2011).

O ex-secretário da Cultura compartilhou sua crença a respeito da evolução do evento, pois declarou que dentro de 2 ou 3 anos a festividade na cidade irá novamente ocupar um espaço importante no cenário carnavalesco do Estado de São Paulo, pois para ele, a comunidade desde 2008 está se envolvendo naturalmente e as escolas e blocos aumentam a cada ano o número de integrantes e o interesse em desfilar no sambódromo municipal.

De acordo com o ponto de vista de José Augusto Vinagre, o Professor Laranjeiras acrescentou que a economia e a cultura devem caminhar juntas: “não existe hoje desenvolvimento no mundo se você não tiver desenvolvimento pleno da cultura, por que ter cultura é ter qualidade de vida” (LARANJEIRAS, 2011). Dessa forma, para os dois participantes a economia e a cultura devem trabalhar articuladas, a fim de que possam proporcionar vantagens para ambas:

> Enquanto hoje a atividade cultural em si, falando em nível nacional, gera 5% ou mais de 5% do PIB e o orçamento que se gasta com Cultura Pública não chega a 1%, quer dizer que ainda a gente está completamente distante do que se produz economicamente e o que se investe em Cultura. A gente precisa cada vez mais aproximar isso aí (VINAGRE, 2011).

A partir desse apontamento percebeu-se a disparidade entre o investimento e o retorno das atividades culturais. Sob a mesma perspectiva o Professor Laranjeiras acredita que: "cultura é você movimentar a produção de uma série de instâncias do fazer humano que é indispensável para satisfazer, coisa que o dinheiro sozinho não faz. A melhor forma de você vivenciar a riqueza é você vivenciar a cultura" (LARANJEIRAS, 2011).

Além do ponto de vista econômico, o Professor esclareceu que o Carnaval pode ser compreendido como uma válvula de escape e um evento cultural de importância para qualquer cidade, pois expressa a sua música, sua poesia e a sua visualidade. Por isso ele defendeu que "A retomada do Carnaval é fundamental principalmente para a população colocar em pauta sua capacidade criativa sua capacidade festiva inclusive" (LARANJEIRAS, 2011). Portanto, constatou-se que o acadêmico transcendeu a questão econômica e direcionou o diálogo para um olhar antropológico. De modo que discorreu a respeito do surgimento do Carnaval na Europa e posteriormente em nosso continente:

> Nós temos carnavais muito bonitos em nosso continente, logicamente que o melhor carnaval que existe talvez até no mundo, seja o brasileiro. Os carnavais até que refletem um pouco essa presença da rítmica que veio da África e incorporando os trejeitos dos carnavais europeus. As diferenças que nós temos inclusive no Brasil regionalmente, (...) é por que em alguns lugares prevaleceu mais a tônica de carnavais que de alguma maneira foram incorporados pela imigração, pela vinda de costumes. Os cabeçudos, aqueles bonecos gingantes que nós temos em Pernambuco, Olinda, o próprio Carnaval da Bahia que é um caso a parte, o carnaval da Bahia é excepcional e depois o Rio de Janeiro que também não deixa de no Carnaval construir a válvula de escape para uma população que participou inclusive da presença da corte portuguesa (...). Eu nunca tive e acho difícil que venha acontecer uma experiência mais rica em termos antropológicos em termos de humanidade do que você pode ter num barracão de escola de samba (...) (LARANJEIRAS, 2011).

Quando os participantes mencionaram o termo "válvula de escape" não se remeteram apenas ao alívio de tensão e estresse, mas referiram-se às alternativas para manifestar a capacidade criativa dos indivíduos, ou uma forma de vasão expressiva. Nessa perspectiva, o Professor Laranjeiras acrescentou que o carnaval deveria ser um encontro permanente da comunidade com o samba, não uma movimentação apenas 40 dias antes das festividades, pois afirmou que:

> O samba precisa ser cultuado, o samba é Brasil, o samba é o povo brasileiro tem a raiz. Só o Brasil tem samba, o samba é nosso mesmo, então ele pode proporcionar o encontro permanente da comunidade ao longo do ano e exaltar inclusive possibilidades para que os valores locais tenham a perspectiva de se manifestarem (LARANJEIRAS, 2011).

Portanto, verificou-se que a argumentação do acadêmico convidado vai de encontro com a problematização realizada no segundo capítulo desta pesquisa, já que ele compreende o carnaval como atividade importante para que os indivíduos manifestem sua sociabilidade, costumes e tradição. E assim, a partir da participação no desenvolvimento dessa prática cultural é possível constatar que os sentimentos de cooperação, solidariedade e pertença a uma comunidade fortalecem e propiciam o processo de identificação com os demais indivíduos (HALL, 2006; MAGNANI, 1998). Dessa forma, o programa destacou-se no corpus por razão da complementariedade de opiniões dos convidados sobre a atividade cultural, o que tornou o diálogo enriquecido, na medida em que o acadêmico contribuía com seu olhar artístico e o ex-secretário da cultura com sua experiência na administração pública municipal. Por meio da transmissão desse programa, o ouvinte pôde conhecer o Carnaval sobre dois pontos distintos: o olhar econômico, no qual assegura que o evento contribui para com o desenvolvimento da cidade e o olhar cultural que o interpreta como atividade importante e fundamental para expressão dos valores e costumes locais.

5.5.3 A utilização da potencialidade radiofônica no Interação Comunitária

Ao decorrer da análise de cada categoria tornou-se possível compreender como o objeto de estudo trata cada temática e identificar os posicionamentos do programa em relação ao quadro teórico apresentado. Em suma, possibilitou-se o confronto entre os conteúdos transmitidos no Interação Comunitária e a argumentação teórica. No entanto, além da abordagem aos diferenciados temas, por razão da apresentação das potencialidades do veículo rádio no quarto capítulo, questionou-se durante a fase analítica da pesquisa a respeito da utilização das características inerentes do veículo na produção do programa.

Para Brecht (2005) o rádio seria o mais fabuloso meio de comunicação na vida pública, se fosse capaz de receber, não somente emitir e se colocasse em comunicação com os ouvintes. Apesar de o Interação Comunitária ser um programa gravado, ou seja, não é produzido ao vivo no estúdio da Rádio UNESP FM, por meio da análise de conteúdo, verificou-se que ele encontra-se próximo e envolvido com seu público-alvo, por meio da

diversidade de seus participantes, oriundos de diferentes segmentos sociais, associações, movimentos e instituições e pela função articuladora que exerce entre eles e seus ouvintes.

Constatou-se que todos os programas do corpus da pesquisa são realizados a partir de entrevistas com convidados. Nesse sentido Vigil (2003) defende que as entrevistas funcionam como excelente opção para conseguir informações de modo espontâneo no rádio, para ele o entrevistado possui restritas possibilidades de pronunciar argumentos enganosos. Além disso, tanto Vigil (2003) como Brecht (2005) compartilham a perspectiva de que os entrevistadores necessitam sair de seus estúdios e irem de encontro com as vozes da população. Deveriam aproximar-se mais dos acontecimentos reais e não apenas noticiá-los. Desse modo, verificou-se que o Interação Comunitária realizou coberturas de eventos na cidade de Bauru-SP, as quais estiveram presentes em 5 programas do Corpus.

Quadro 2 - Cobertura *in loco*

PROGRAMA/DATA	EVENTO
6) 28/05/2011	Revirada Cultural
9) 02/07/2011	Inauguração da Unidade Avançada da Polícia Comunitária no Jardim Europa; I Feira de Sustentabilidade.
16) 29/10/2011	Jantar em Homenagem ao General Ademar da Costa Machado Filho.
18) 26/11/2011	Show de Gravação do 1º DVD do Grupo Elite.
20) 17/12/2011	Inauguração do Segundo Prédio da APIECE.

Fonte: dados da autora

As coberturas *in loco* renderam um total de 13 entrevistas, ao somar suas durações tem-se 39 minutos do corpus. Estimando que cada programa possui a duração aproximadamente de 30 minutos, constatou-se que os programas selecionados somam em média 780 minutos, portanto desse total apenas 5% foram realizados fora do estúdio.

Outro fator interessante notado durante a análise refere-se à empatia do comunicador Vagner Silvestre com os ouvintes e participantes do programa. Em várias passagens observou-se que ele encontra-se envolvido diretamente com os acontecimentos das comunidades, por exemplo, no programa transmitido em 05/03/2011 sobre a temática da

retomada do Carnaval, o Ex Secretário de Cultura declarou que o comunicador esteve presente nas primeiras discussões sobre o assunto, no ano de 2007. Já na entrevista transmitida 07/01/2012 a entrevistada, Cidinha do Bloco Azulão do Morro declarou: "com certeza né Vagner você sempre está junto com nós no Carnaval sempre na frente das outras, você não sei né (risos) parece feiticeiro" (CIDINHA, 2012). Desse modo, verificou-se que o comunicador, nos programas selecionados, além de compreender as limitações de seus ouvintes, colocou-se no lugar de seus receptores e aparentou estar envolvido de maneira orgânica, de modo que é capaz de sentir suas necessidades e compartilhar suas vivencias culturais.

Para Kaplún (1978) a empatia é algo essencial na comunicação via rádio, pois faz com que o ouvinte sinta-se refletido nas mensagens transmitidas. Em vista disso, a partir da maneira coloquial que Vagner Silvestre realiza as perguntas aos entrevistados, no modo que consegue fazer o entrevistado explicar detalhadamente os procedimentos e orientações de interesse do seu público, no posicionamento de suas opiniões enquanto morador não apenas como comunicador e nas visitas e presenças registradas nos diversos acontecimentos comunitários, ele contribui para que seus ouvintes identifiquem-se com o conteúdo transmitido e assim, por razão dessa construção de relacionamento direto com as comunidades torna-se possível estar próximo ao mundo da vida dos moradores de bairros periféricos da cidade de Bauru-SP.

Desse modo, Kaplún (1978), como apresentado no capítulo anterior, esclarece que não basta convidar o povo a se expressar é preciso que o comunicador proporcione um raciocínio e uma consciência crítica. A produção do Interação Comunitária depende essencialmente das informações coletadas dos participantes entrevistados e a partir da postura questionadora e intervenções do comunicador é possível dizer que o programa possui a preocupação de instigar a criticidade de seus ouvintes. Desse modo, pode-se considerar que seus conteúdos vão de encontro com a afirmação de Menezes (2007, p.131) "o rádio pode funcionar como ambiente de porosidade entre culturas e instrumento potencial para o aprendizado democrático", pois, os programas selecionados refletem, por meio das entrevistas realizadas, uma diversidade de realidades dentro da mesma região. E, por meio das falas dos participantes oriundos e envolvidos com diferentes segmentos e causas sociais tornou-se possível apresentar aos ouvintes diferentes contextos e assuntos de âmbito cultural, econômico e político. Sob a mesma perspectiva Mattos (2003) defende que as emissoras de rádio devem atuar como elemento de integração regional, na medida em que são capazes de

quebrar barreiras, preconceitos e reduzir as distâncias. Pode-se dizer nesse sentido que a UNESP FM busca cumprir esse papel por razão da transmissão do Interação Comunitária.

Com a análise de conteúdo desenvolvida compreendeu-se que o objeto busca desenvolver e consolidar o anseio da UNESP FM em contribuir para com a construção da cidadania e emancipação dos sujeitos. Uma vez que, busca conectar, aproximar e articular os cidadãos com diferentes instâncias participativas e disponibiliza um espaço discursivo e reflexivo de acesso aberto no rádio, considerado ainda o meio de comunicação tradicional mais popular e democrático.

No entanto, não é possível ainda considerar que o programa trata-se de espaço democrático, ou que atua de maneira plena como instrumento de comunicação pública, pois as entrevistas analisadas não consistem numa pluralidade de vozes, já que em sua maioria apenas um entrevistado debate as temáticas trabalhadas, portanto a abordagem não conta com diferentes pontos de vistas. Além disso, a participação do cidadão no objeto dá-se exclusivamente na utilização dos mesmos como fonte de informações. E como visto no terceiro capítulo desta pesquisa, a participação segundo Peruzzo (2005) pode avançar para instâncias como planejamento, gestão, produção, edição e controle, seja em relação ao programa ou à emissora como um todo, portanto, considera-se que o Interação Comunitária realiza uma participação limitada, já que consiste no nível mais emblemático, restrita às mensagens, pois o cidadão-ouvinte não possui o poder de decisão sobre a transmissão.

Assim como, acredita-se que o estabelecimento de um hábito de escuta, favoreceria o processo de identificação dos ouvintes com as mensagens transmitidas, pois a partir da observação assistemática da programação da emissora aos sábados pela manhã, percebeu-se que o Interação Comunitária não contou com um horário fixo na programação, algumas semanas iniciou às 11h30 e em outras iniciou às 12h30. Além disso, esta flexibilidade do programa está presente também em seu formato, o qual aparentou não possuir um padrão engessado. Este posicionamento enquanto aos conteúdos favorece a linguagem coloquial, pois se aproxima do bate papo espontâneo, no entanto pode prejudicar o processo de identificação e escuta da audiência.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunicação pública, entendida nesta pesquisa, como um avanço da área de comunicação busca colocar o cidadão na centralidade das mediações e articulações entre divergentes interesses. Mesmo que ela ainda não possua uma concepção teórica consensual e consolidada denota-se que sua problematização e amadurecimento tornam-se agenda de reuniões, congressos e eventos tanto no âmbito cientifico quanto no estatal ou privado.

Por se tratar de um campo comunicacional em destacado fomento na atualidade, encontra-se em sua concepção distintas compreensões e defesas. No entanto, o dissenso teórico pode ser considerado como um fator que estimula a formação de diferentes entendimentos e definições sobre esta vertente.

Como o objeto de estudo trata-se de um programa radiofônico inserido na grade de uma emissora pública, a princípio a comunicação pública demonstrou ser primeiramente a teorização mais adequada para compreendê-lo. Entretanto, a partir do desenvolvimento da pesquisa bibliográfica e das corroborações advindas da análise de conteúdo, averiguou-se que o objeto também possui características inerentes à Comunicação Comunitária, por razão de sua denotada preocupação em pautar assuntos do mundo da vida das comunidades, contar essencialmente com a participação de cidadãos de diversos segmentos sociais, com distintos engajamentos e atuações na sociedade, assim como por estar organicamente relacionado aos movimentos sociais, associações e organizações da cidade de Bauru. Importante considerar que a comprovação destes aspectos referentes à abordagem comunitária não seu deu plenamente, porém, estabeleceu-se de tal forma que aguçou a reflexão sobre a transversalidade entre as duas vertentes: comunicação pública e comunicação comunitária.

Observou-se de maneira mais clara essa aproximação ao notar como o programa, a partir do enfoque de seus conteúdos, transita e adapta-se a tipologia midiática pública e comunitária, já que a partir de 2012 o objeto de estudo passou a ser veiculado na emissora televisiva comunitária da cidade de Bauru. Desse modo, vislumbrou-se uma importante lacuna na concepção da Comunicação Pública: compreender e aprofundar os estudos sobre a singularidade, definições e limites que a distingue e a associa à comunicação comunitária.

Portanto, constatou-se que a abordagem do conteúdo transmitido pelo programa Interação Comunitária o posiciona como espaço aberto e comprometido com a emancipação dos ouvintes e a manutenção e consolidação das práticas cidadãs em seu contexto regional. Fato que pode explicar sua facilidade em transitar com facilidade entre as duas tipologias dos meios de comunicação.

Outra constatação, por sua vez propiciada pela análise de conteúdo de enfoque qualitativo, refere-se à maneira que os temas que cercam o âmbito cultural são tratados no objeto. A partir do estudo aprofundado em cada categoria analítica averiguou-se que as práticas culturais exercidas pelos cidadãos, moradores de bairros periféricos na cidade de Bauru-SP, contribuem para sua emancipação, capacidade expressiva e articulatória diante de diversos âmbitos. Já que eles encontram-se engajados e solidários na realização de eventos que permeiam e estimulam seus valores, tradição, sociabilidade e entretenimento, como no caso específico do Carnaval Bauruense.

Desta forma, pode-se considerar que as práticas culturais estão envolvidas diretamente com as práticas cidadãs. Pois, uma vez que o contexto cultural requisita uma postura ativa dos cidadãos para obtenção de recursos que viabilizem suas manifestações, eles reagem exercendo seus direitos e deveres no âmbito público, e com isso tomam consciência de sua autonomia e possibilidades, o que favorece suas habilidades de expressar suas opiniões, projetos e reivindicações, enfim de compreender que são agentes capazes de influenciar e pressionar a esfera da tomada de decisão política.

Ao realizar as entrevistas semiestruturadas com os líderes comunitários e demais participantes do programa constatou-se a importância do papel da liderança nos bairros, e assim compreendeu-se que o processo articulatório entre comunidade e poder público inicia-se por meio de sua atuação. E sob esta perspectiva a participação deles no objeto de estudo impulsiona os ouvintes a conhecer e cobrar resultados das atividades da liderança comunitária, por conta disso pode-se ponderar que as mensagens transmitidas pelo Interação Comunitária podem engendrar um processo de influência mútua entre participantes, ouvintes e membros do poder público. No entanto, com a análise não se detectou de maneira efetiva a contribuição do objeto de estudo para a viabilização das políticas públicas.

Além disso, por razão da identificação dos dez agrupamentos de personagens existentes no *corpus* da pesquisa, verificou-se que o objeto de estudo recorre aos porta-vozes dos cidadãos, uma vez os personagens são representantes oriundos de diversos segmentos sociais, movimentos, associações, organizações e etc. Entretanto, notou-se que estes participantes referentes ao âmbito universitário como P6- Acadêmicos e P4- universitários, prioritariamente são pertencentes à UNESP. Considerando que a cidade de Bauru e região possuem outras instituições de ensino superior acredita-se que o diálogo com os personagens provenientes de diversas Universidades enriqueceria ainda mais a integração regional promovida pelo programa. Assim como, contar com mais de um entrevistado na abordagem

das temáticas enriqueceria os debates, fato constatado na análise específica do programa sobre a retomada do carnaval bauruense.

A título de sugestão, visando contribuir para com o cumprimento dos objetivos do Interação Comunitária, constatou-se que em relação ao tempo total contabilizado no corpus, os programas realizados *in loco* representaram apenas 5%. O que indica uma possibilidade a ser aprimorada, pois as coberturas de eventos realizadas pelo comunicador encontram-se de acordo com a arguição teórica, a qual advoga que a comunicação radiofônica quando realizada fora dos estúdios abre-se para a participação social e envolve-se organicamente com os acontecimentos e não apenas os noticia. E desse modo, os conteúdos transmitidos pelo objeto de estudo estariam mais incorporados no mundo da vida de seus ouvintes e participantes, e assim lhe conferiria uma atuação social eficiente e potencializada em relação à conscientização cidadã e emancipação dos cidadãos. No entanto, quando não for possível viabilizá-la pode-se também recorrer ao recurso do debate dentro do estúdio. Pois, averiguou-se, que o diálogo entre mais de um personagem a respeito de um mesmo assunto destacou-se no *corpus* pela riqueza de informações, pontos de vistas e troca de conhecimento.

Esta alternativa juntamente com o estabelecimento de um formato mais padronizado, com menos retransmissões e a definição de um horário fixo na programação revela-se como estratégia importante para a formação de um hábito de escuta e o aumento de adesão de ouvintes e participantes no programa.

Mesmo que a comunicação pública ainda não esteja calcada sob um consenso teórico, e apesar de a radiodifusão pública ser discutida a partir de vários paradoxos e critérios, os quais propiciam a indagação a respeito de sua independência e autonomia financeira e política, os meios de comunicação em sua vertente pública são defendidos nesta dissertação por considerar que possuem a capacidade de atuarem como instrumentos de promoção das práticas cidadãs. E com isso, após o desenvolvimento de todo trajeto metodológico torna-se possível constatar que o objeto de estudo, apesar de ainda não usufruir plenamente a potencialidade democrática do rádio, agrega e sustenta os valores da UNESP FM, tornando-se um instrumento instigador e propulsor da construção da cidadania na cidade de Bauru-SP e região. A fim de que se torne um instrumento de comunicação pública, acredita-se que a participação social no programa necessita de ampliação dos seus níveis (planejamento, produção e controle), assim como as abordagens carecem de pluralidade de pontos de vistas. Entretanto para que estas mudanças concretizem-se é preciso que a emissora UNESP-FM continue no caminho de ampliação das vivências democráticas, para que assim o objeto de estudo reverbere e reflita a missão e as práticas da emissora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, André Vieira de Almeida. Controle social da mídia: da origem do movimento de democratização da comunicação a I Confecom. In: **III Encontro ULEPICC Brasil**. Anais... 2010.

AGOSTINHO, Rodrigo. I Feira de Sustentabilidade. **Interação Comunitária**; Bauru, 02 de julho de 2011. Entrevista concedida a Vagner Silvestre.

ALAN. Relato de Líder. **Interação Comunitária**; Bauru, 20 de outubro de 2011. Entrevista concedida a Vagner Silvestre.

ARNHEIM, Rudolf. (Tradução de Eduardo Meditsch) O diferencial da cegueira: estar além dos limites dos corpos. In: MEDITSCH, Eduardo (org.). **Teorias do Rádio**: textos e contextos. Florianópolis: Insular, 2005.

BARBALHO, Alexandre; FUSER, Bruno; COGO, Denise**. Comunicação e Cidadania**: Questões contemporâneas. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2011.

BARBERO-Martin Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.372p.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**: edição revista e actualizada. Lisboa/ Portugal: Edições 70, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. (Tradução de Plínio Dentzien).

BETTI, Juliana C. Gobbi. As Redes de Rádio no Brasil: estratégia e desenvolvimento. In: XI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais**... Recife: Intercom, 2011.

BEZZON, Lara Crivelaro (org). **Comunicação Política e Sociedade**. Campinas,SP: Editora Alínea, 2005.

BIANCO, Nélia Del. O futuro do rádio no cenário da convergência frente às incertezas quanto aos modelos de transmissão digital. In: FERRARETO, Luiz Artur; KLOCKNER, Luciano (orgs.). **E o rádio?** Novos horizontes midiáticos. - Dados Eletrônicos- Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

_____. O tambor tribal de McLuhan. In: MEDITSCH, Eduardo (org.). **Teorias do Rádio**: textos e contextos. Florianópolis: Insular, 2005.

BORGES, Alexandre. Abel contra o muro. **Interação Comunitária**; Bauru, 27 de agosto de 2011. Entrevista concedida a Vagner Silvestre.

BOTARO, José Roberto. Capacitação profissional do SENAC. **Interação Comunitária**; Bauru, 09 de Abril de 2011. Entrevista concedida a Vagner Silvestre.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de comunicação pública. In:
DUARTE, Jorge (org.) **Comunicação Pública**: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRECHT, Bertold. (Tradução de Regina Carvalho e Valci Zuculoto) Teoria do Rádio. In: MEDITSCH, Eduardo (org.). **Teorias do Rádio**: textos e contextos. Florianópolis: Insular, 2005.

BRITTOS, Valério Cruz; ROCHA, Bruno Lima; NAZARIO, Paola Madeira. Tomando posição: uma análise política da I Conferência Nacional da Comunicação (Confecom). RECIIS. **Revista Eletrônica de Com. Inf. e Inov. Saúde**. Rio de Janeiro, v.4, n.4, p.45-54, Nov., 2010.
Disponível em:< http://www.reciis.cict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/409 Acessado em 10/05/2012>. Acesso em: 02 abr. 2013.

BUCCI, Eugênio. A razão de ser das Emissoras Públicas na Democracia**. Revista Interesse Nacional**, 2008. Disponível em: <http://interessenacional.uol.com.br/2008/04/a-razao-de-ser-das-emissoras-publicas-na-democracia/>. Acesso em 01 abr. 2013.

BURGOS, Marcelo Baumann. Favela e luta pela cidade: esboço de um argumento. In, Caderno de Textos: **Seminário O que é a favela afinal**. Promovido pelo Observatório da favela e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), 19 e 20 de agosto de 2009.

CALABRE, Lia. **No tempo do rádio**: radiodifusão e cotidiano no Brasil. 1923- 1960.2002. 277f. Tese (Doutorado em História)- Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002.

_____. **A era do Rádio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004.

CALAIS, Sandra Leal. Consumo de álcool na adolescência. **Interação Comunitária**; Bauru, 15 de outubro de 2011. Entrevista concedida a Vagner Silvestre.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. 4ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CAPARELLI, Sérgio; SODRÉ, Muniz; SQUIRRA, Sebastião (orgs). **Livro da XIII Compós 2004**: A comunicação Revisitada. Porto Alegre: Sulina, 2005.

CARMONA, Beth. A marca da TV Pública. In: I FÓRUM Nacional de TVs Públicas. **Diagnóstico do Campo Público de Televisão**. Brasília: Ministério da Cultura, 2006. (caderno de debates).

CIDINHA. Preparativos para o Carnaval. **Interação Comunitária**; Bauru, 07 de janeiro de 2012. Entrevista concedida a Vagner Silvestre.

CONFECOM**. 1º Caderno da 1ª Conferência Nacional de Comunicação**. Ministério das Comunicação, 2010. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/comunicacao/caderno_1_confecom>. Acesso em: 11maio. 2012.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini (org). **A cidadania que não temos.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

_____. **O que é cidadania**. São Paulo: Editora Brasiliense,1991.

DANTAS, Marcos. "Confecom: sociedade venceu, Abert e ANJ perderam",**ULEPICC Brasil**, 13/01/2010. Disponível em: < http://www.ulepicc.org.br/interna.php?c=138&ct=1169 >. Acesso em: 10 maio. 2012.

_____.Resultados da I Confecom: uma avaliação preliminar. In: **XIX Encontro da Compôs**: Rio de Janeiro. Anais...Rio de Janeiro, junho 2010 b.

DIAS, Maria Luiza. Programação esportiva SESC-Bauru. **Interação Comunitária**; Bauru, 10 de setembro de 2011. Entrevista concedida a Liene Castro.

DUARTE, Jorge; VERAS, Luciara.(orgs). **Glossário de Comunicação Pública**. Brasília: Casa das Musas, 2006.

DUARTE, Jorge. Instrumentos de comunicação pública. In:
DUARTE, Jorge (org.) **Comunicação Pública**: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. (orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**.2.ed. São Paulo:Atlas, 2009.

DUARTE, Jorge. Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania**. 1ªed. São Caetano do Sul- SP: Difusão Editora (Série Pensamentos e Prática; v.4), 2011.

DUARTE, Márcia Yukiko Matsuuchi. Comunicação e cidadania. In:
DUARTE, Jorge (org.) **Comunicação Pública**: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FERRARETO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001.

_____. Alterações no modelo comunicacional radiofônico: perspectivas de conteúdo em um cenário de convergência tecnológica e multiplicidade da oferta. In: FERRARETO, Luiz Artur; KLOCKNER, Luciano (orgs.). **E o rádio?** Novos horizontes midiáticos. - Dados Eletrônicos- Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

FERRARETO, Luiz Artur. Uma proposta de periodização para a história do rádio no Brasil. In: **Revista de Economia Politica de las Tecnologias de la Información y de la Comunicación**. Vol XIV, nº 2, may- ago/2012.

FERREIRA, Rick. Semana da Diversidade. **Interação Comunitária**; Bauru, 27 de agosto de 2011. Entrevista concedida a Eleide Bérgamo.

FERRO, Felipe. Trote Solidário. **Interação Comunitária**; Bauru, 19 de março de 2011. Entrevista concedida a Vagner Silvestre.

FREITAS, Telma Cristina. Trote Solidário. **Interação Comunitária**; Bauru, 09 de abril de 2011. Entrevista concedida a Vagner Silvestre.

GARCIA, Nelson Filho. Inauguração da Unidade Avançada de Policia Comunitária no Jardim Europa. **Interação Comunitária**; Bauru, 02 de julho de 2011. Entrevista concedida a Vagner Silvestre.

GENTILLI, Victor. O conceito de cidadania, origens históricas e bases conceituais: os vínculos com a Comunicação. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, nº 19, dezembro 2002.

GOHN, Maria da Glória. Cidadania, Meios de Comunicação de Massas, Associativismo e Movimentos sociais. In: PERUZZO, Cicília Maria Krohling; ALMEIDA, Fernando Ferreira (orgs.). **Comunicação para a cidadania**. São Paulo: Intercom; Salvador: UNEB, 2003. 296p.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **A força da periferia:** A luta das mulheres por creches em São Paulo. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Estranhos Vizinhos: o lugar da favela na cidade brasileira. In, **Revista Anuário Americanista Europeu**, 2003, nº1, p.171- 177.

GUARESCHI, Pedrinho A. Mídia e Cidadania. **Revista Conexão** – Comunicação e Cultura, UCS, Caxias do Sul, v.5, nº9, p. 27-40, jan/jun. 2006.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 11ª edição, 2006.

HAUSSEN, Doris F. **Rádio e Política**: tempos de Vargas e Peron. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo- ECA/USP, 1992.

HELENA, Maria. Relato de Líder Comunitário. **Interação Comunitária**; Bauru, 13 de agosto de 2011. Entrevista concedida a Vagner Silvestre.

HERREROS, Mariano Cebrian. O rádio no contexto da comunicação multiplataforma. **Revista Rádio e Leituras**. Ano II nº 2, julho- dezembro de 2011.

HOHLFELDT, Antonio. Comunicação pública: os diferentes sentidos do interesse público. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania**. 1ªed. São Caetano do Sul- SP: Difusão Editora (Série Pensamentos e Prática; v.4), 2011.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2006.

JUNIOR, Wilson Martins Lopes; SANTOS, Regina Célia Bega. Retratos do Centro Urbano: um olhar sobre a cidade de Bauru-SP. In: **Caminhos da Geografia**. Uberlândia, vol.10, nº 32, dez/2009. Disponível em:
< http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15921> Acesso em 04 jun. 2013.

KAPLÚN, Mário (1999). Processos educativos e canais de comunicação. **Revista Comunicação & Educação**. São Paulo, ano V, n.14, jan-abr., p. 68-75.

_____(1998). La gestión cultural ante los nuevos desafios. **Revista Chasqui**. N.64, dez. Disponível em: <http://chasqui.comunica.org/chas-ed-64.html>. Acesso em: 20 abr. 2011.

_____(1984). **Comunicación entre grupos:** el método del cassete-foro**.** Ottawa: CIId.

_____ (1978). **Produccion de programas de radio**: el guin- la realizacion. Ediciones CIESPAL.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. Cultura da portabilidade: novos usos do rádio e sociabilidades em mídia sonora. **Observatório (OBS*)** Journal 8, 2009.

KOBAYASHI, Maria do Carmo. Violência na escola. **Interação Comunitária**; Bauru, 19 de março de 2011. Entrevista concedida a Vagner Silvestre.

KOWARICK, Lucio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **A espoliação urbana**. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Campos de Estudos Emergentes em Comunicação nas Novas Cidadanias. In: BEZZON, Lara Crivelaro (org). **Comunicação Política e Sociedade.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2005.

LARANJEIRAS, José dos Santos. A retomada do Carnaval Bauruense. **Interação Comunitária**; Bauru, 05 de março de 2011. Entrevista concedida a Vagner Silvestre.

LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão: tradições regionais de duas categorias na pratica. In, **Revista Econômica**, v.4 n.1,p.25-59, junho 2002.

LEITÃO, Gerônimo. Quem conhece uma favela conhece todas? In, Caderno de Textos: **Seminário O que é a favela afinal**. Promovido pelo Observatório da favela e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), 19 e 20 de agosto de 2009.

LIMA, Venício A. de- **Mídia: teoria e política.** São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2ª edição, 2004.

LOMBARDI, Heloisa. Dengue: cuidados e prevenção. **Interação Comunitária**; Bauru, 07 de janeiro de 2012. Entrevista concedida a Eduardo Nasrala.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. O conceito de identidade coletiva em tempo de global. In: CAPARELLI, Sérgio; SODRÉ, Muniz; SQUIRRA, Sebastião (orgs). Livro da XIII Compôs 2004: **A comunicação Revisitada**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

LÓPEZ, Juan Camilo Jaramillo. Advocacy: uma estratégia de comunicação pública. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania**. 1ªed. São Caetano do Sul- SP: Difusão Editora (Série Pensamentos e Prática; v.4), 2011.

LOSNAK, Célio José. **Polifonia urbana**: imagens e representações- Bauru 1950-1980.Bauru,SP: EDUSC, 2004.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no Pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. 2ªed. São Paulo: Hucitec/UNESP, 1998. 192p.

MAIA, Ana Claudia. Inicio da Sexualidade. **Interação Comunitária**; Bauru, 03 de dezembro de 2011. Entrevista concedida a Vagner Silvestre.

MAIA, Francisco. Premiação Conselho da Comunidade Negra. **Interação Comunitária**; Bauru, 26 de novembro de 2011. Entrevista concedida a Vagner Silvestre.

MANFRINATO, Fabio. Plano de Mobilidade. **Interação Comunitária**; Bauru, 24 de setembro de 2011. Entrevista concedida a Eleide Bérgamo.

MANIFESTAÇÃO CRUELDADE NUNCA MAIS: **Interação Comunitária**. Bauru, Rádio UNESP FM, 21 de janeiro de 2012. Programa de Rádio. Duração: 30 minutos.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MATA, Maria Cristina. (Tradução Graziela Soares Bianchi) Rádio: Memórias da recepção. Aproximação à identidade dos setores populares. In: MEDITSCH, Eduardo (org.). **Teorias do Rádio**: textos e contextos. Florianópolis: Insular, 2005.

_____. Comunicación y ciudadanía. Problemas teórico-políticos de su articulación. **Revista Fronteiras –estudos midiáticos**. Vol VIII nº1 – jan/abril/2006

MATOS, Heloiza. Comunicação Política e Comunicação Pública. In: **Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas**. Ano 3. Número 4. 1º semestre de 2006.

_____. Comunicação pública, esfera pública e capital social. In: DUARTE, Jorge (org.) **Comunicação Pública**: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. A comunicação pública na perspectiva da teoria do reconhecimento. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania**. 1ªed. São Caetano do Sul- SP: Difusão Editora (Série Pensamentos e Prática; v.4), 2011.

MATTOS, Sérgio. O papel social do rádio: a mão dupla da comunicação. In: CARMONA, Beth, et al. **Rádio e TV como instrumentos da cidadania.** Salvador: IRDEB, 2003.

MEDITSCH, Eduardo. **O Rádio na era da infomação.** Florianópolis: Insular, Ed. da Ufsc, 2001. 304 p.

MENEZES, José Eugênio de Oliveira. **Rádio e Cidade**: vínculos sonoros. São Paulo: Annablume, 2007

MIOLA, Edna. **Radiodifusão Pública e Participação Deliberativa:** um estudo das características e dos modos de atuação do Conselho Deliberativo da Fundação Cultural Piratini**.** 2009. 195 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

MONTEIRO, Graça França. A singularidade da comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.) **Comunicação Pública**: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NAMBIQUARA, Budaga Derubi. Homenagem ao Índio. **Interação Comunitária**; Bauru, 23 de abril de 2011. Entrevista concedida a Vagner Silvestre.

NÍVEA; DANIELA. Jantar beneficente ALsabe. **Interação Comunitária**; Bauru, 27 de agosto de 2011. Entrevista concedida a Vagner Silvestre.

OLIVEIRA, Maria José da Costa. Comunicação Pública e os setores Não-Estatais. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa (org.). **Comunicação Pública**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.

_____. Panorama social e cidadania: uma análise sobre o Brasil na ótica da comunicação. In: BEZZON, Lara Crivelaro (org). **Comunicação Política e Sociedade.** Campinas,SP: Editora Alínea, 2005.

OLIVEIRA, Rita Katia Almeida. Campanha Diabetes. **Interação Comunitária**; Bauru, 12 de novembro de 2011. Entrevista concedida a Vagner Silvestre.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos.** 4. ed. São Paulo: Summus, 1985. 117 p.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas. In: CABALLERO, Francisco Sierra ... [et al]. (orgs). **Políticas de Comunicação e da Cultura**: contribuições acadêmicas e intervenção social. Brasília: Casa das Musas, São Paulo: Intercom, 2010.

_____. Cidadania, comunicação e desenvolvimento social. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz (orgs). **Relações Públicas Comunitárias:** a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, 2007.

_____. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Revista Latino Americana de Ciencias de La Comunicación**. Año II Nº3 julio/diciembre 2005.

_____; ALMEIDA, Fernando Ferreira (orgs.). **Comunicação para a cidadania**. São Paulo: Intercom; Salvador: UNEB, 2003. 296p.

POZOBON, Rejane de Oliveira. Comunicação, política e democracia: novas configurações em um espaço público midiatizado. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania**. 1ªed. São Caetano do Sul- SP: Difusão Editora (Série Pensamentos e Prática; v.4), 2011.

PREPARATIVOS DO CARNAVAL 2012: **Interação Comunitária**. Bauru, Rádio UNESP FM, 07 de janeiro de 2012. Programa de rádio. Duração: 30 minutos.

REBOUÇAS, Edgar. A participação da sociedade civil nos debates da comunicação 20 anos pós-Constituição. In: CABALLERO, Francisco Sierra; [et al]. (orgs). **Políticas de Comunicação e da Cultura:** contribuições acadêmicas e intervenção social. Brasília: Casa das Musas, São Paulo: Intercom, 2010.

REDONDO, Bertha Lucia Arnedo. **En la onde de la Radio**: historia, diseño y producción radial. Cartagena de Indias: Editorial Universitaria, 2011.

REIS, Elson. Preparativos para o Carnaval 2012. **Interação Comunitária**; Bauru, 07 de janeiro de 2012. Entrevista concedida a Vagner Silvestre.

RELATO DE LÍDER COMUNITÁRIO**: Interação Comunitária**. Bauru, Rádio UNESP FM, 13 de agosto de 2011. Programa de rádio. Duração: 30 minutos.

RETOMADA DO CARNAVAL BAURUENSE: **Interação Comunitária**. Bauru, Rádio UNESP FM, 05 de março de 2011. Programa de rádio. Duração: 30 minutos.

ROLANDO, Stefano. A dinâmica evolutiva da comunicação pública. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania**. 1ªed. São Caetano do Sul- SP: Difusão Editora (Série Pensamentos e Prática; v.4), 2011.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Cidadania, Comunicação e Cultura. In: PERUZZO, Cicília Maria Krohling; ALMEIDA, Fernando Ferreira (orgs.). **Comunicação para a cidadania**. São Paulo: Intercom; Salvador: UNEB, 2003. 296p.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 3ªed.São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

_____. **O espaço do cidadão**. 6ª Ed – São Paulo: Studio Nobel, 2002.

SANTOS, Jesus Adriano. Relato de Líder Comunitário. **Interação Comunitária**; Bauru, 13 de agosto de 2011. Entrevista concedida a Vagner Silvestre.

_____. Entrevista semiestruturada concedida à autora. Realizada em 04 de dezembro de 2012.

SHOW DO GRUPO ELITE: **Interação Comunitária**. Bauru, Rádio UNESP FM, 26 de novembro de 2011. Programa de rádio. Duração: 30 minutos.

SILVESTRE, Vagner. Entrevista semiestruturada concedida à autora. Realizada em 03 de dezembro de 2012.

SOARES, Murilo César. A luta pela democratização dos meios e as tecnologias digitais. **Revista Comunicação Midiática**. nº 5, Ano 3 – Setembro de 2006.

SOUZA, Marcos. Semana da Diversidade. **Interação Comunitária**; Bauru, 27 de agosto de 2011 a. Entrevista concedida a Eleide Bérgamo.

SOUZA, Marcos. Festividade Mary Dota. **Interação Comunitária**; Bauru, 17 de dezembro de 2011b. Entrevista concedida a Vagner Silvestre.

SPOSATI, Aldaiza. **Exclusão social abaixo da linha do Equador**. Comunicação apresentada no Seminário Exclusão Social promovido pela PUC/SP, em 23/04/1998.

TAVARES, Reynaldo C. **Histórias que o rádio não contou**: da galena ao Digital, desvendando a Radiodifusão no Brasil e no mundo. 2ªed. São Paulo: Editora Harbra, 1999.

TEIXEIRA, Catarina. Inauguração do Segundo Prédio da APIECE. **Interação Comunitária**; Bauru, 17 de dezembro de 2011. Entrevista concedida a Vagner Silvestre.

TENDOLO, Darlene. Inauguração da Unidade Avançada de Policia Comunitária. **Interação Comunitária**; Bauru, 02 de julho de 2011. Entrevista concedida a Vagner Silvestre.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. – 5ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

_____. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Tradução de Wagner de Oliveira; revisão da tradução: Leonardo Avritzer. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes 2009.

TIENE, Izalene. Comunicação, Cidadania e Controle Social na Gestão Pública. In: BEZZON, Lara Crivelaro (org). **Comunicação Política e Sociedade**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005.

VALLADARES, Licia; PRETECEILLE, Edmond. A desigualdade entre os pobres – favela, favelas. In: HENRIQUES, Ricardo. (org.) **Desigualdade e Pobreza no Brasil,** Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Disponível em: <http://www.empreende.org.br/pdf/Programas%20e%20Pol%C3%ADticas%20Sociais/Desigualdade%20entre%20os%20pobres%20-%20favelas.pdf>. Acesso em: 01 abr.2013.

VICENTE, Maximiliano Martin. (Org). **Comunicação e Cidadania.** Bauru: Edusc, 2009a.

_____. **História e Comunicação na nova ordem internacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009b.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

_____. **Cidadania Global e Estado Nacional**. Revista de Ciências Sociais v. 42 nº3 , 1999.

VIGIL, José Ignácio López. **Manual urgente para radialistas apaixonados**. Tradução Maria Luísa Garcia Prada. São Paulo: Paulinas, 2003.

VINAGRE, José Augusto. A retomada do Carnaval Bauruense. **Interação Comunitária**; Bauru, 05 de março de 2011. Entrevista concedida a Vagner Silvestre.

VINHETA DE ABERTURA. **Interação Comunitária**: Bauru, Rádio UNESP FM, 07 de maio de 2011. Programa de Rádio, duração 30 minutos.

ZEMOR, Pierre. **La communication publique**. Paris: PUF, 1995.

ZUCOLOTO, Valci. Os intelectuais diante do rádio nos anos 30 e 40. In: MEDITISCH, Eduardo (org.). **Rádio e Pânico**: A guerra dos Mundos 60 anos depois. Florianópolis: Insular, 1998. 240p.

_____. Debatendo Brecht e sua teoria do rádio. In: MEDITSCH, Eduardo (org.). **Teorias do Rádio**: textos e contextos. Florianópolis: Insular, 2005.

_____(a). **A construção histórica da programação de rádios públicas brasileiras**. Tese (Doutorado em Comunicação Social), 2010. 242f. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2010.

_____(b). A programação do rádio brasileiro do campo público: um resgate da segunda fase histórica, dos anos 40 ao início dos 70. In: FERRARETO, Luiz Artur; KLOCKNER, Luciano (orgs.). **E o rádio?** Novos horizontes midiáticos. - Dados Eletrônicos- Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

_____(a). O Rádio Público no Brasil: construindo um modelo nacional pela programação. In: III Colóquio Brasil-Argentina de Ciências da Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais**... Recife: Intercom, 2011.

_____(b). A história do rádio público no Brasil: um resgate pela linha do tempo. In: XI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais**... Recife: Intercom, 2011.

ANEXO A- Relatórios de Atividades da UNESP FM

Apresentação

Este relatório refere-se ao biênio 2009-2010 e tem por objetivo apresentar as atividades desenvolvidas no Centro de Rádio e Televisão Cultural e Educativo .
O CRTVCE, como Unidade Complementar da Reitoria tem Regimento Próprio e é composto pela Rádio e TV Universitárias UNESP.

Conforme estabelecido no seu Regimento Interno, o CRTVCE está legalizado perante os órgãos internos da Universidade.
Em reunião do Conselho Cultural do CRTVCE, realizada em 15 de dezembro de 2009, foram eleitos para a direção da Unidade e da TV UNESP, o prof. Dr Antonio Carlos de Jesus e a servidora Cleide Moreira Portes, para a direção da Rádio Universitária UNESP e para a vice-direção do CRTVCE. A Portaria foi publicada no DOE na data de 24 de dezembro de 2009. Cópias da ATA da reunião e da Portaria de nomeação no Conjunto de Anexos – **Volume I**

Em Portaria publicada no DOE de 17 de setembro de 2010, em função de decisão no Processo n.º 2366/50/01/2009, e pela necessidade de preservar a rotina administrativa no Centro de Rádio e Televisão Cultural e Educativa – CRTVCE, o Vice-Reitor no Exercício da Reitoria da UNESP, designou a servidora CLEIDE MOREIRA PORTES, e a Prof. ª Drª. ANA SILVIA LOPES DAVI MÉDOLA, para o exercício da função de Diretor e Vice-Diretor, respectivamente. Cópia da Portaria no Conjunto de Anexos – **Volume I**

A nova direção do CRTVCE e da TV Universitária UNESP, foi apresentada aos conselheiros em reunião extraordinária do Conselho Cultural do CRTVCE, realizada em setembro de 2010. Nesta mesma reunião ficou aprovada a criação de uma Comissão para estudar e propor alterações no Regimento Interno da Unidade Complementar. Cópias da ATA e de demais documentos sobre o assunto no Conjunto de Anexos – **Volume I**.

Este documento conta com os relatórios distintos de atividades das emissoras de Rádio e de Televisão Universitárias UNESP.

A Televisão Universitária UNESP encontra-se em processo de instalação, conforme Relatório apresentado pela diretora pró-tempore, professora doutora Ana Silvia Lopes Médola. Cópia no Conjunto de Anexos. A Rádio Universitária UNESP está em operação há 20 anos e, mais que relatar o que a emissora produziu, este relatório marca as diretrizes e a linha editorial da Rádio UNESP FM e a utilização do rádio como elemento imprescindível para o ensino, a pesquisa e a extensão universitária.

Cleide Moreira Portes
Diretora
CRTVCE/ Rádio Universitária UNESP
RÁDIO UNIVERSITÁRIA UNESP

A característica da Rádio UNESP FM é cultural e educativa e tais atividades são destacadas neste relatório. Nos últimos dois anos, a emissora desenvolveu atividades relevantes no triângulo ensino-pesquisa-extensão, através de projetos envolvendo alunos e docentes dos cursos de graduação em Comunicação Social, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, com abertura de estágios supervisionados, a divulgação científica; produção e veiculação de programas didático-culturais; divulgação de eventos culturais e científicos da Universidade e de outras instituições; coberturas jornalísticas, com prestação de serviços à comunidade; desenvolvimento de campanhas sociais; inserção de programas e programetes produzidos através de projetos de extensão universitárias.

A outorga para concessão dos serviços de transmissão radiofônica está em nome da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, cujo representante legal perante o Ministério das Comunicações é o Magnífico Reitor.
No período de Dezembro de 2008 a Dezembro de 2009, a Rádio UNESP FM teve como diretor interino o professor Dr Antonio Carlos de Jesus.

A servidora Cleide Moreira Portes, com formação em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, foi indicada diretora da Rádio Universitária UNESP, através da Portaria Runesp publicada no Diário Oficial do Estado, em 24 de Dezembro de 2009, após processo eleitoral , com elaboração da lista tríplice, em sessão ordinária do Conselho Cultural do CRTVCE – realizada em 15 de dezembro de 2009. Cópias da ATA da reunião e Portaria de Nomeação no Conjunto de Anexos, **Volume I**

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A Rádio UNESP FM é integrada ao Centro de Rádio e Televisão Cultural e Educativo, Unidade Complementar à Reitoria da Universidade Estadual Paulista.

Sediada no campus de Bauru, a emissora está autorizada a transmitir com 3.000 watts de potência e antena de 41 metros de altura. Isso possibilita que seu sinal chegue a um raio de 100 quilômetros, atingindo a cidade de Bauru – com cerca de 350 mil habitantes – e diversos municípios da região noroeste do Estado de São Paulo.

A emissora também pode ser acessada com qualidade técnica pela internet através do endereço www.radio.unesp.br o que garante amplitude geográfica de ouvintes-internautas no Brasil e em diversos outros países, ultrapassando as fronteiras nacionais.

A principal característica da Rádio UNESP FM é o seu caráter cultural e educativo outorgada pelo Poder Público. A programação tem como proposta ser pluralista, instrutiva e informativa, contemplando diferentes gêneros e com preocupação em oferecer subsídios para que o ouvinte entenda cada um dos gêneros trabalhados, o que possibilita a formação e informação.

A programação musical é eclética e tem como proposta possibilitar ao ouvinte descobrir novas formas musicais e o resgate histórico de produções nacionais e internacionais, em todos os estilos, atingindo diferentes segmentos.

O Jornalismo na Rádio UNESP FM tem o compromisso de relatar os fatos do cotidiano em níveis local, regional, nacional e internacional. Além de prestar serviços à comunidade, o Jornalismo da emissora também busca promover a UNESP como fonte de informação, dando visibilidade à sua produção acadêmica e à divulgação de suas linhas de pesquisa, o que interliga a universidade a diversos segmentos sociais.

Por não ter comprometimentos comerciais, as programações musical e jornalística são autônomas e não necessitam se submeter às imposições do mercado fonográfico.

1. A IMPORTÂNCIA DA EMISSORA NO CONTEXTO DA UNESP

A contemporaneidade tem como sinônimo a informação e, por isso, é quase impossível não pensar a sociedade mediada pelos meios de comunicação. No caso, o rádio é um dos mais poderosos veículos midiáticos.

O rádio é um agente multiplicador de informações, de idéias, de prestação de serviços, potencial difusor de culturas diferenciadas, de artes e eficiente instrumento educativo. Além de despertar e viabilizar os debates políticos, econômicos e sociais e estabelecer um diálogo com o cidadão, que se posiciona como um vigilante atento aos atos públicos das esferas administrativas públicas federal, estadual e municipal.

Por utilizar linguagem oral, a sua penetração em todos os segmentos sociais o torna um veículo eficiente e de alcance sócio-cultural. Outro aspecto é a facilidade com que se pode divulgar fatos ocorridos no momento – com transmissões ao vivo -, pois não exige grandes aparatos técnicos e de pessoal para a captação da informação.

Quanto à recepção, a audição radiofônica necessita apenas de um transistor (aparelho de rádio), o que o faz intimista, pois pode informar ao "pé do ouvido". Além disso, o ouvinte não fica impedido de realizar simultaneamente algumas tarefas, pois pode ler, dirigir, trabalhar ou praticar esportes, dentre várias outras atividades, enquanto está sintonizado.

Com todas essas características, uma rádio cultural e educativa constitui-se em um instrumento imprescindível na divulgação e difusão do conhecimento, além de possibilitar que a Universidade possa devolver para a população todo o investimento feito, através dos impostos, para a realização e produção de pesquisa e conhecimento.

A ideia de fazer do rádio um veículo cultural e educativo não é recente. O Rádio brasileiro, como concebeu o pioneiro Roquete Pinto, nasceu voltado para a transmissão da educação e cultura. Em 1936, o Governo Brasileiro adotou a idéia e criou o sistema de Rádios Educativas no Brasil.

A base de programação das emissoras educativas da década de 30 era a exposição de aulas, conferências, palestras, cursos de línguas e produções musicais do gênero erudito. Nas duas décadas seguintes, com o surgimento de novas emissoras educativas foram lançados novos projetos radiofônicos, com os históricos "Universidade no Ar" e "Educação Fundamental pelo Rádio", além da criação do Sistema de Rádio Educativo Nacional – Sirena - patrocinado pelo Ministério da Educação.

Nos anos 60, a igreja passou a participar de experiências com emissoras educativas no País, inspirada pelo Movimento de Educação de Base. Já na década de 70, as rádios educativas começaram a valorizar os programas culturais e de entretenimento, dando ênfase a Música Popular Brasileira.

A primeira Rádio Universitária do Brasil é fundada em Porto Alegre, em 1958, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Na década seguinte surgem outras nos estados de Pernambuco, Minas Gerais, Bahia e São Paulo. A primeira emissora universitária estadual é a Rádio USP, fundada em 1977, na capital paulista. A Rádio UNESP FM completou em maio de 2011, o seu vigésimo aniversário. Foi ao ar oficialmente em 13 de maio de 1991.

Hoje existem centenas de rádios educativas no Brasil, sendo que mais de 30 são de natureza universitária. As rádios educativas universitárias tem a missão de conciliar os binômios, educação e comunicação, visando transmitir cultura e educação, para fortalecer a cidadania do povo brasileiro.

Na definição legal, o Ministério das Comunicações considera Rádio Educativa:

"Serviço de Radiodifusão sonora, destinado à transmissão de programas educativo-culturais, que, além de atuar em conjunto com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, vise à educação básica e superior, a educação permanente e formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional. Será admitida apenas a transmissão de programas com finalidades educativo-culturais. Os programas de caráter recreativo, informativo ou de divulgação desportiva poderão ser considerados educativo-culturais se neles estiverem presentes elementos instrutivos ou enfoques educativo-culturais identificados na sua apresentação".

2. ASPECTOS LEGAIS DA RÁDIO UNESP FM

A Rádio UNESP FM é uma emissora cultural e educativa, outorgada pelo Poder

Público, na modalidade de permissão, mediante Portaria nº 384, de 26 de setembro de 1988, do Ministério das Comunicações e referendada pelo Congresso Nacional.

O serviço de radiodifusão é controlado pelos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, seguindo os regramentos da Constituição Federal de 1988 e leis específicas, diretas ou indiretas da Comunicação de Massa. Cabe à Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel -, como órgão regulador, fiscalizar os aspectos técnicos das emissoras de radiodifusão do Brasil.

De caráter cultural e educativo, a Rádio UNESP FM tem uma programação com finalidades artísticas, informativas, culturais e educativas, orientando-se pelos mandamentos constitucionais que atendem aos seguintes princípios: promoção da cultura nacional e regional, a produção independente, pluralidade de opiniões e respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, constituindo-se num veículo complementar e subsidiário à educação formal e como instrumento de difusão da cultura nacional e regional.

A Rádio UNESP FM, como permissionária pública respeita as seguintes leis que regem a comunicação de massa e a radiodifusão sonora:

. Constituição da República Federativa do Brasil de 05/10/1988.
. Código Brasileiro de Telecomunicações – Lei 4117 de 27/08/1962.
. Decreto Lei 236 de 28/02/1967 – Complementa e Modifica a Lei 4117.
. Regulamento dos Serviços de Radiodifusão – Decreto 52.795 de 31/10/1963
. Decreto 2.108 de 24/12/1996.
. Organização dos Serviços de Telecomunicações – Lei 9.472 de 16/07/1997
. Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações – Decreto 2.338 de 07/10/1997.
. Lei da Profissão do Radialista – Lei 6.615 de 16/12/1978.
. Decreto 84.134 de 30/10/1979 – Regulamenta a Lei 6.615.
. Legislação sobre Direitos Autorais – Lei 9.610 de 19/02/1998.

A Rádio UNESP FM encontra-se no momento, em total consonância com as exigências legais dos Regramentos Federais que regulam a Comunicação de Massa no País. Tramita, desde Março de 2010, Processo Nº 53000.055217/2009, de Renovação de Outorga, junto ao Ministério das Comunicações., como determina o artigo 223 da Constituição Federal.

Os ajustes dos equipamentos (antena e transmissor) e Laudo de Vistoria Técnica, exigidos pelo Minicom foram realizados no ano de 2010 e documentação foi juntada ao Processo.

3. SEDE, INFRA-ESTRUTURA, EQUIPAMENTOS

A manutenção da Rádio Universitária UNESP pertencente ao Centro de Rádio e Televisão Cultural e Educativo, acontece exclusivamente com recursos provenientes da Reitoria.

Mensalmente, a emissora recebe o montante de R$ 12.000,00 (Doze mil reais) para custeio. Esse recurso é distribuído em cinco contas adiantamento para pagamentos de serviços, manutenção de estrutura, diárias de viagens, compra de CDs, materiais de escritório, etc. A prestação de contas dos recursos gastos também acontece mensalmente junto ao Departamento de Contabilidade e Finanças da Reitoria e posteriormente encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado.

Contas de Luz, água, telefone e combustível para as viaturas são pagas diretamente pela Reitoria. As taxas de órgãos estaduais e federais, exigidas pela Legislação em Telecomunicações também são recolhidas pela Reitoria.

A Rádio UNESP FM, situada no campus de Bauru, tem área construída de 706,47 metros quadrados e parques e jardins com 5.785 metros quadrados, totalizando 7.700 metros quadrados. O prédio foi planejado e construído visando as necessidades e peculiaridades de

uma emissora de rádio. É constituído por 16 compartimentos: salas da administração, reuniões, jornalismo, discoteca, produção, manutenção, arquivo e transmissores, garagens, cozinha e 3 estúdios de transmissão e gravação.

Melhorias em infra-estrutura - 2010

Durante o ano de 2010, foram realizadas várias adequações de espaços físicos para acomodação do pessoal administrativo e de alunos (estagiários/bolsistas) para atividades de projetos de extensão.

Também foram realizados diversos serviços de adequação para acessos externos à emissora, tais como placas de sinalização, de identificação, porta de entrada, iluminação do estacionamento, da área interna e da torre de transmissão, com a colocação de refletores e holofotes.

Aquisição de Equipamentos e componentes

Para manter a emissora em funcionamento existe toda uma infra-estrutura técnica composta de aparelhos e equipamentos, além do transmissor e antena.

No ano de 2010, foi possível a aquisição de equipamentos e componentes para adequação e ajustes do transmissor e melhoria de qualidade de sinais, conforme exigências do Ministério das Comunicações.

. Capton

. Excitador

Receptor de Satélite Digital para transmissões obrigatórias da Voz do Brasil e Horário Eleitoral Gratuito.

Também foram comprados os equipamentos para o Departamento de Jornalismo e Depto de Produção – 03 gravadores digitais e seus componentes, 04 fones de ouvido e 02 Microfones sem fios.

Aquisição, através da Reitoria, de uma viatura da marca Volkswagem, modelo Parati. Assim, para atender às atividades administrativas, jornalísticas e de produção, estão disponíveis na emissora duas viaturas de serviços, sendo um veículo com ano de fabricação 2007 e outro de 2010.

4. QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

O subquadro de servidores técnico-administrativo da Rádio Universitária UNESP, fixado através da Resolução UNESP Nº09, de 20 de fevereiro de 2009, não atende às necessidades reais da emissora e, principalmente com a previsão de funções exigidas pela legislação federal. Funções como Diretoria; Coordenador de Programação e Editor-Chefe.

A emissora fica no ar, diariamente, durante 24 horas ininterruptas, com programação ao vivo em 13 horas diárias, incluindo finais de semana e feriados. O que exige um quadro de pessoal mínimo para viabilizar esse funcionamento. Sendo assim, foi encaminhado à PRAD, em novembro de 2010, Oficio solicitando revisão do sub quadro do CRTVCE, principalmente da Rádio UNESP. Cópia no Conjunto de Anexos – **Volume I**

Atualmente a Rádio UNESP conta com o seguinte quantitativo:

Administração

01 - Diretor

01 Assistente Administrativo III *(a servidora que ocupa a função presta serviços no Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo da FAAC, há mais de 10 anos).*

01 Assistente Administrativo II *(servidor cedido pela Administração Geral do Campus)*

01 motorista

Departamento de Jornalismo

04 jornalistas, sendo 01 editor-chefe.

Departamento de Produção

03 produtores

Locução e Operação de Áudio

04 locutores

06 operadores, sendo 01 no cargo de Coordenador de Programação

Discoteca

02 discotecários programadores

Manutenção

02 técnicos em Eletrônica
Total – 24 Servidores técnico-administrativos.

5. PROGRAMAÇÃO GERAL DA UNESP FM

A Rádio UNESP FM tem uma programação geral concebida pelos setores de Programação Musical, Produção e Jornalismo, que elaboram conteúdo para 18 horas diárias na grade de programação, visando o entretenimento, a cultura, a informação cotidiana e científica, a educação e a prestação de serviços. São mais de 30 produções com programas musicais; musicais informativos; jornalísticos – programetes temáticos, orientações, culturais, científicos. **Cópia da Grade Geral de Programação no Conjunto de Anexos – Volume II.**

Programação Musical

O Setor de Discoteca responde pela seleção musical da emissora, num total de 84 horas e mais de 1.200 (mil e duzentas) músicas por semana. A grade de programação musical é elaborada por dois discotecários programadores. Os profissionais tem formação acadêmica em Comunicação Social – habilitação em Radialismo, pela FAAC/UNESP – Bauru. A diversidade de gêneros é a característica principal da grade de programação musical da Rádio UNESP FM, embora a Música Popular Brasileira representa mais de 70% da programação diária.

O público ouvinte pode também participar da programação musical da emissora sugerindo e solicitando músicas. Os pedidos podem ser feitos por telefone, carta e emails.
Na elaboração da programação musical, os critérios para a seleção musical são bastantes abrangentes: valoriza-se o conteúdo, o significado nas letras, a originalidade das melodias, o ritmo, a harmonia, o timbre dos instrumentos e os arranjos.

Um dos objetivos da UNESP FM é o de proporcionar aos ouvintes novas experiências sonoras, musicais e de linguagem radiofônica. Educando o ouvido para um signo musical mais elaborado, o ouvinte pode valorizar os aspectos mais técnicos da musicalidade e informações adicionais sobre os artistas, de modo a contextualizar determinados estilos e produção. Principalmente ampliando o repertório e os horizontes musicais do público ouvinte. Cultuando esta programação musical seletiva, a emissora vem formando ouvintes, provando que a recepção musical também faz parte da educação e que o universo da música é muito mais expressivo e construtivo que o oferecido pela mídia comercial.
Para a elaboração de uma programação musical heterogênea e abrangente no tempo e espaço, é necessário um acervo numeroso e significativo. Atualmente, a emissora tem um acervo fonográfico com 25 mil títulos organizados por gênero musical, em ordem alfabética de intérprete e tombados numericamente.

Departamento de Jornalismo

Boletins de hora em hora.

Agenda Cultural diária.

Jornal Unesp Notícias Primeira edição, duração: 1 hora, com entrevistas diárias ao vivo no estúdio, com duração média de 25 minutos.

Jornal Unesp Notícias Segunda Edição: 30 minutos

Momento do Esporte: programa esportivo diário, com 10 minutos, às 11;50. A partir de 09/08 passa a ter 30 minutos, apresentado às 18h30.

Cidade Universitária: informativo diário voltado para a comunidade acadêmica, com 15 minutos de duração.

Notícias do Campo: informativo diário voltado para o setor agrícola, com 10 minutos de duração.

Clube do Pet: programa voltado para proprietários de animais de estimação, com orientações de especialistas da área sobre saúde e comportamento. Duração: 5 minutos, 3 vezes por semana.

Mais de 30 professores da Unesp foram os entrevistados ao vivo no estúdio do UNESP Noticias 1ª Edição. Os temas foram os mais variados, desde a realização de eventos e cursos científicos realizados pela universidade até o resultado de pesquisas, estudos ou demais assuntos que requeiram a participação de especialistas.

6. AÇÕES DE INTEGRAÇÃO – ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

6.1 - ENSINO

Através de Acordo de Cooperação e Termo de Compromisso de Estágio Não Obrigatório entre o Centro de Rádio e Televisão Cultural e Educativo da UNESP e a Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, do campus de Bauru, com recursos financeiros da Pró-Reitoria de Administração – PRAD – do Programa de Bolsas de Estágio Curricular, mantemos, anualmente, no Departamento de Jornalismo da Rádio UNESP FM dois alunos bolsistas, do curso de graduação em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo. Esses alunos desenvolvem atividades de prática em Jornalismo Radiofônico. A supervisão do estágio é de responsabilidade do Editor-Chefe.

2009
Bolsistas: Vivian Maria Federicci de Souza
Patrícia Medeiros de Oliveira

2010
Bolsistas: Julia Formis Giglio
Julia Guerra Monteiro - Substituída a partir do mês de Julho/2010.
Sergio Murilo Bocardo Ferreira

Núcleo Opinião, do Departamento de Comunicação Social/FAAC.

Através do estabelecimento de parceria com o Núcleo de Opinião, do Departamento de Comunicação Social, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, foi possível a realização de uma pesquisa qualitativa de audiência da Rádio.

A realização da referida pesquisa permitiu aos alunos do curso de graduação em Comunicação Social, habilitação em Relações Públicas, da FAAC, o contato com a prática de trabalho em desenvolvimento de pesquisa de opinião pública, em todas as suas etapas.

Coordenada pela Profa Dra Célia Retz, do Departamento de Comunicação Social, da FAAC/Bauru, e realizada por grupos de alunos do curso de Relações Públicas, a pesquisa apontou, principalmente, o perfil dos ouvintes da emissora. **Cópia do Relatório da Pesquisa no Conjunto de Anexos, Volume II**

A partir desse resultado, foi iniciada a reformulação da página eletrônica da Rádio na internet, buscando dar maior visibilidade para a Rádio e oferecendo ferramentas de interatividades aos ouvintes.

6.2 PESQUISA E EXTENSÃO

A Rádio UNESP FM mantém em sua grade de programação a veiculação dos programas produzidos por alunos, com orientação de docentes dos cursos de Comunicação Social, da FAAC, os quais são resultados de pesquisas e respondem a um dos principais objetivos da Universidade, que é a extensão universitária. Total de 09 docentes envolvidos. Cópias de registro das atividades no Conjunto de Anexos, **Volume II.**

a) Projeto "Agencia PropagAção"
Coordenação: Profa. Dra Lucilene dos Santos Gonzales, do Departamento de Ciências Humanas, da FAAC.

A Agência PropagAção é uma agência experimental de propaganda que visa ampliar os conhecimentos dos alunos de Comunicação da Unesp na área de publicidade e propaganda e comunicação integrada, tanto na teoria como na prática. É produzindo propagandas sociais radiofônicas – o **Minuto Consciente** - que os alunos de Rádio e TV, Jornalismo e Relações Públicas tem a chance de trocar conhecimento entre essas três áreas da comunicação e ainda aprender uma quarta área: a publicidade e propaganda. Além de expandir o campo de atuação profissional dos alunos, a Agência PropagAção integra Pesquisa, Extensão, Comunidade e Universidade.

Deste modo, este projeto transdisciplinar tenta inserir uma nova perspectiva para os cursos de Comunicação Social da FAAC – Unesp/Bauru, que não oferece habilitação em Publicidade e Propaganda, apontando a eles a aprendizagem também da comunicação integrada. O projeto conta com a participação **de 18 alunos** dos cursos de graduação em Comunicação Social – Jornalismo, Rádio e TV e Relações Públicas.

a.a) Minuto Consciente - (do projeto Propagação)
Coordenação da profa dra Lucilene Gonzales – Departamento de Ciências Humanas.
O principal objetivo do Minuto Consciente é divulgar ideais que eduquem ou relembrem temas básicos que garantam a convivência social, tais como Direitos Humanos, Integração do idoso na sociedade, Importância da poesia e leitura, Percepção do cego pela sociedade, entre outros. Vale ressaltar que esses temas têm sempre como base conhecimentos gerados pelos projetos científicos e de extensão, de cunho social e cultural desenvolvidos na Unesp de Bauru. Essa preocupação com a base científica dos assuntos permite divulgar o trabalho da Unesp e fugir das mensagens estereotipadas das propagandas já veiculadas por outros meios de comunicação.

b) Atividade
Coordenação : Prof. Dr. Pedro Celso Campos – Departamento de Comunicação Social/FAAC.

Alunos/bolsistas: 02

Objetivo – Programa radiofônico voltado para o público da terceira idade, com informações e orientações sobre saúde e bem-estar. Produzido e apresentado por alunos de Jornalismo da FAAC. Supervisão de Produção de Fátima Belizário.

c) Ecoando
Coordenação : Prof. Dr Paulo Celso Campos – Departamento de Comunicação Social /FAAC.

Alunos/bolsistas: 10

Projeto contemplado pela Pró-Reitoria de Extensão – Proex

Objetivo- Radiojornal que trata das questões ambientais. Dicas, entrevistas e orientações para um mundo sustentável. Produzido e apresentado por estudantes de jornalismo. Supervisão de produção e edição de áudio de Fábio Fleury.

d) Interação Comunitária

Coordenação: Prof Dr Marcelo Carbone – Departamento de Ciências Humanas/FAAC.

Objetivo: Programa Radiofônico com enfoque na promoção da cidadania, voltado para lideranças comunitárias. Programa cadastrado e contemplado com recursos financeiros da PROEX.

e) **Poesia e Prosa**
Coordenação: Prof. Dr João Batista Chamadoira – Departamento Ciências Humanas/FAAC.

Objetivo: Divulgar os autores mais significativos da Literatura em Língua Portuguesa e suas obras.

f) O Rádio conta o Rádio
Coordenação*: Prof. Dr João Batista Chamadoira – Departamento de Ciências Humanas/FAAC.*

Aluno/bolsista: 01

Objetivo*: Divulgar aspectos da história do Rádio no Brasil, levando-se em consideração as atrações e o fascínio que exercia no público ouvinte nas décadas de 30, 40, 50 e 60.*

G- Língua Portuguesa na Mídia –
Coordenação: Prof. Dr João Batista Chamadoira – Departamento Ciências Humanas/FAAC.

Aluno/bolsista: 01

Objetivo: Apresentar informações pertinentes aos problemas do emprego da Língua Portuguesa ou mesmo emprego estilístico envolvendo metáforas, metonímias e outras figuras de linguagem no jornalismo impresso, no rádio, na televisão e na internet.

H - **Observatório do Esporte –**
C*oordenação**: Profs. Drs. Marcos Américo Ângelo Sottovia, do Dep. de Com. Social e Jose Carlos Marques, do Departamento de Ciências Humanas/FAAC.*

Alunos/bolsistas - 06

Objetivo: Agregar professores, alunos e profissionais das diferentes áreas da Comunicação Esportiva para estudar, produzir e difundir nas linguagens das diversas mídias, as modalidades esportivas nacionais e internacionais.

I - **Toque da Ciência**- *Coordenação: Prof Dr Juliano Mauricio de Carvalho, do Departamento de Comunicação Social/FAAC.*

Objetivo: programa de divulgação científica produzido pelo Laboratório de Estudos em Comunicação Tecnologia e Educação Cidadã, da FAAC,

J - Observatório de Educação em Direitos Humanos

Transformação. *Coordenação: Prof. Dr Clodoaldo Meneguello Cardoso, do Departamento de Ciências Humanas/FAAC – coordenador do Observatório de Educação em Direitos Humanos da UNESP.*
Objetivo: Primeiro curso em Direitos Humanos produzido e veiculado na mídia rádio. Produção de alunos/bolsistas.

Ainda, em parceria com o Núcleo de Tolerância e o Observatório de Educação em Direitos Humanos produzimos, gravamos e exibimos 05 programas de debates sobre os Direitos Humanos. O material ficou disponível na página eletrônica da Rádio e também foi distribuído para diversas outras instituições. Os debates foram também gravados e editados pela TVU. Estabelecemos também parceria para veiculação de notícias do OEDH dentro do programa Interação Comunitária, veiculado aos sábados. Um projeto cadastrado na Proex, sob a coordenação do prof. Marcelo Carbone, do Depto de Ciências Humanas, da FAAC.

L - Atitude - Resultado da parceria entre a Rádio UNESP-FM e Instituto Ambiental Vidágua da cidade de Bauru.

Objetivo: O programa reúne entrevistas e notícias sobre educação ambiental e conta com o apoio do departamento de Ciências Biológicas, da Faculdade de Ciências, da UNESP/Bauru. Produção de Fábio Fleury e apresentação da jornalista e pós-graduanda da FAAC, Katarine Miguel.

7. DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

Editora UNESP *– Todos os lançamentos editoriais são divulgados na Rádio UNESP FM através do programete intitulado "Edição Universitária".*

UNESP em Foco *– boletins diários exclusivos para divulgação de notícias sobre a Unesp.*

7.1 Parcerias Internas

ACI/Reitoria

Perfil Literário – programa diário de entrevista com escritores brasileiros – primeiro do gênero em Rádio, idealizado e produzido pelo jornalista Oscar D'Ambrósio

Agenda Paulistana – Programa semanal para divulgação de eventos culturais. Oscar D'Ambrósio.

Mídia e Cotidiano – Comentários semanais sobre principais notícias veiculadas na mídia. Jornalista Genira Chagas

PROEX

Realização, em 28 de maio de 2010, a primeira apresentação de um grupo musical do Instituto de Artes da UNESP dentro da Rádio. A apresentação foi possível graças ao programa da Pró-Reitoria de Extensão Universitária, Circuito Cultural.

O Trio de Violões se apresentou durante uma hora no espaço interno da emissora. O show foi transmitido ao vivo e pode ser acompanhado também pela internet. Várias pessoas da comunidade local compareceram a Rádio para assistir a apresentação.
A realização desse evento foi importante não só para divulgar o Instituto de Artes, como também para chamar a atenção da comunidade para a programação da Rádio, já que a realização do show foi amplamente divulgado, sendo inclusive matéria em um dos maiores jornais da cidade.
Material no Conjunto de Anexos – **Volume III**

Instituto de Artes

A Rádio UNESP FM participou do projeto Festival Ritmo e Som, do Instituto de Artes da UNESP, realizado em setembro/2010.

ACI/Vunesp

A emissora também participou do seminário realizado pela ACI e Vunesp voltado aos divulgadores do vestibular da UNESP. Orientamos os divulgadores quanto a postura para entrevistas e reportagens às emissoras de rádio.

8. PARCERIAS EXTERNAS

Estabelecimento de novas parcerias com órgãos e instituições da cidade para maior interação da emissora com a comunidade, como por exemplo, a Secretaria Municipal da Cultura, o SESC e o Alameda Quality Center, duas instituições que realizam constantes eventos culturais.
A emissora se dispõe a divulgar os eventos e, em contrapartida, as instituições fornecem ingressos e ou convites para serem sorteados durante a programação da Rádio. Assim, sem nenhum custo, a emissora divulga os eventos culturais e presenteia os ouvintes com os ingressos. Essa é também mais uma estratégia para manter e aumentar a audiência.

8.1 Semana Nacional de Ciência e Tecnologia/ 2010

Além da divulgação do evento, pela primeira vez a Rádio UNESP FM participou efetivamente da Semana que é promovida anualmente pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia.

Como parte da programação da Semana Nacional da Ciência e da Tecnologia, foi realizada em Bauru, no prédio do SESI, a Feira de Ciências, que reuniu diversas instituições de ensino e pesquisa da cidade, com exposições, mostras e palestras sobre temas científicos.
A Rádio UNESP FM se fez presente, juntamente com o Instituto de Pesquisas Meteorológicas – IPMet, em um estande de exposição, com realização de várias atividades voltadas ao público visitante da Feira.

Atividades de mídia
Gravação e Edição do texto de divulgação da feira para veiculação na Radio Unesp FM e TV Tem. Cobertura total Jornalística do Evento. Durante o Evento foi fornecido para o Publico, Foldes, adesivos e todo material de divulgação da Radio Unesp FM. Chamadas Institucionais sobre o Evento foram inseridas pela Rádio Unesp FM, antes e durante o Evento para uma divulgação ampla a Comunidade e áreas afins.

Oficina de locução com público:
Estagiários da Sonorização, da Locução e Assessoria de Comunicação, utilizaram o programa de edição de áudio da rádio para gravar propagandas do Minuto Consciente com o público da Feira. As propagandas, escolhidas pela equipe da permanência de quinta-feira, foram retiradas da Campanha do Trote Consciente, e foi regravada por todos os convidados, que aprendiam como locutar propagandas sociais, a importância de tais propagandas e, em alguns casos, até aprendiam a melhorar entonação de voz e interpretação.

Entrevistas:
Os estagiários da Redação e da Locução, são alunos do Curso de Jornalismo da UNESP– Bauru, fizeram para a Rádio UNESP FM a cobertura jornalística do evento. Entrevistas diversas não só com organizadores e representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia, mas também com expositores de diversos stands (ITE, USP, Hemonúcleo de Botucatu, etc) e, por fim, com os próprios participantes do evento. Durante a cobertura jornalística, buscou-se entender todos os projetos expostos, como foram o processo de organização do evento, os objetivos da Feira em conjunto com a Semana de Ciência e Tecnologia, as expectativas e opiniões do público.

Divulgação do Minuto Consciente e da Agência Propagação:
Os estagiários da Redação, da Locução, alunas do Curso de Jornalismo, da Assessoria de Comunicação, aluna de Relações Públicas, juntamente com funcionários da Rádio Unesp, ficaram responsáveis pela apresentação do estande da Rádio UNESP FM e pela divulgação do Minuto Consciente, bem como da parceria entre Rádio e Agência Propagação. O objetivo era divulgar o trabalho da Agência para a comunidade, através da distribuição de folders para os convidados e CD's com propagandas do Minuto Consciente para professores. Os folders explicavam a história, funcionamento e proposta da Agência Propagação, e os CD's continham diversas propagandas sociais, as quais os professores poderiam utilizar em sala de aula, como tema para debate entre os alunos e trabalhos relacionados à propaganda social. A participação da emissora no evento nacional ficou registrada no site do Ministério da Ciência e Tecnologia e também foi pauta de matérias jornalísticas. Cópias no Conjunto de Anexos – **Volume III**

Material coletado e distribuído

- 30 CD's do Minuto Consciente, distribuído para professores.
- Cerca de 50 folders para alunos e visitantes
- Cerca de 40 adesivos para alunos e visitantes
- Cerca de 50 CD´s gravados com propagandas do Minuto Consciente para os alunos e participantes da Feira.
- Cerca de 15 entrevistas com alunos e expositores da Feira.
- 51 propagandas do Minuto Consciente gravado por participantes da Feira.

Participantes:
Cleide Portes: Diretora da Radio Unesp FM
Profa. Dra. Lucilene dos Santos Gonzáles – Responsável pelo Projeto Agência Propagação
Gislaine Alves Moreira – Rádio Unesp FM- Organizadora do estande da Radio Unesp
Estagiários:-
Letícia Brito de Andrade
Natássia Yalmanian

Daniele Ferreira Seridório
Juliana Somogyi Cavalcante
Renan Kalil do Ó
Débora Cristina Concuruto Pavan
Fernanda Grisi Barban

9. PARCEIROS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

9.1 - Associação das Rádios Públicas do Brasil – ARPUB

Conexão Brasil

Programa que promove intercâmbio musical entre as emissoras filiadas à Associação das Rádios Públicas do Brasil (Arpub). A cada mês, músicos de diferentes estados têm suas produções divulgadas em todo o território nacional pelas rádios parceiras.

9.2 - Rádios Internacionais

Fortalecimento da parceria com a Rádio França Internacional, existente há mais de 10 anos. Ampliamos e regularizamos a utilização do material jornalístico disponível para as rádios parceiras. Editoria Internacional.

Retomado o contato com a Rádio Internacional da Holanda – Rádio Nederland – para a troca de materiais (programas musicais e jornalísticos).

10. **Projetos de Extensão veiculados na Rádio Unesp inscritos em eventos científicos**

Agencia Propagação

O Projeto de extensão universitária Agencia Propagação foi inscrito por dois anos consecutivos (2009/2010) para concorrer ao Prêmio Expocom , do Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Cópia do Projeto no Conjunto de Anexos – **Volume II**.

Observatório do Esporte"

Participou do EDITAL No. 09 – Programa de Educação Tutorial PET 2010 – MEC/SESu/SECAD, com o projeto "PET Radialismo", sob a coordenação do Prof. Dr. Marcos Américo docente do Departamento de Comunicação Social da FAAC. Cópia do Projeto no Conjunto de Anexos – **Volume II.**

11. CRTVCE na imprensa bauruense

Devido a importância da UNESP no contexto municipal e regional, constantemente a Rádio UNESP FM e também a instalação da TV UNESP são pautas de matérias jornalísticas na imprensa de Bauru.
Os eventos realizados pela emissora e todos os outros fatos referentes ao CRTVCE foram divulgados nos dois jornais locais. Cópias no Conjunto de Anexos – **Volume III.**

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Rádio UNESP FM completa neste ano de 2011 uma trajetória de 20 anos de atividades ininterruptas voltadas para a cultura, a educação, a pesquisa, e a extensão universitária. Pouco mais de 30 universidades brasileiras dispõem de uma emissora de rádio. Por isso, ao conquistar e manter a concessão da sua Rádio, a UNESP demonstra a sua vocação de Universidade plural, diversificada, mas com forte identidade acadêmica.

A flexibilidade e o poder de chegar a um grande número de pessoas, oferecidos pelo rádio, fez com que o objeto de sua transmissão não ficasse limitado somente à música e às notícias cotidianas. O rádio já teve como principais atrações as radionovelas e os programas de auditório. É difícil pensar em algum assunto que já não tenha tido ou que tenha espaço especial nas transmissões de rádio, inclusive provocando a criação de rádios especializadas.

Uma atividade humana que vem adquirindo espaços cada vez mais importantes dentro das transmissões de rádio é a atividade científica.

Neste caminho, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), através do Departamento de Popularização da Ciência, organizou em junho de 2006 o primeiro seminário para discutir experiências de programas radiofônicos sobre ciência e traçar diretrizes para políticas de incentivo a esse tipo de divulgação.

O rádio, que já foi o veículo mais popular do país, hoje está em segundo lugar: segundo dados de 2004 do IBGE, 90,3% dos domicílios brasileiros possuíam aparelho de TV e 87,8% rádio.

O próximo passo governamental é mapear os programas de ciências existentes nas emissoras nacionais, o que permitirá melhorar o intercâmbio entre os profissionais, criar programas de apoio governamentais para divulgar a ciência e tecnologia por esse meio, além de incentivar programas focados nesses temas, dando maior visibilidade às atividades científicas do país.

Na Europa, o projeto Science in Radio Broadcasting European (SCIRAB) mapeou 75 programas de ciência no rádio em 16 países. Verificou-se que a maioria deles era diário ou semanal, com duração de 30 minutos, tinham mais de cinco anos de existência e dois terços dos apresentadores eram jornalistas especializados em ciência. A experiência européia deverá servir de base para o projeto brasileiro que, no entanto, atuará em uma dimensão muito ampliada, já que são mais de 8,5 milhões de km² de território, por onde estão espalhadas 1.335 emissoras comerciais AM e outras 938 que operam em FM.

Como se vê, o rádio pode ser um importante difusor de informações científicas. Por suas características – baixo custo, amplo alcance, acessível à população de baixa renda e que possibilita uma comunicação tão amistosa com o ouvinte – seria, certamente, o meio ideal para debater questões controversas na ciência.

Assim, a Rádio UNESP FM se abre aos projetos de docentes e alunos dos cursos de graduação da Universidade, principalmente os dos cursos de Comunicação Social, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, favorecendo a aplicação do conhecimento adquirido na graduação, a realização de pesquisas e o desenvolvimento dos projetos de extensão universitária.

Com potência de transmissão de 3.000 watts e antena de 41 metros, a emissora atinge um raio de 100 km, atendendo a cidade de Bauru e região. A Unesp fm é sintonizada em 105,7 MHz. E pela internet no endereço www.radio.unesp.br

Cleide Moreira Portes
Diretora
CRTVCE/Rádio Universitária UNESP
Bauru/SP

Melhorias em infra-estrutura – 2011

Aquisição de Equipamentos e componentes
Para manter a emissora em funcionamento existe toda uma infra-estrutura técnica composta de aparelhos e equipamentos, além do transmissor e antena.
- Nova página na internet
- Comemoração do aniversário de 20 anos –

- **Troca de todos os aparelhos de ar condicionado** – split, com estudo técnico para a capacidade de cada ambiente, visando mais eficiência e menor consumo de energia elétrica.

- **Equipamentos de informática** – novos computadores para todos os setores da Rádio, atualização de programas e sistemas de operação de áudio nos estúdios de gravação e do ar. Três novas impressoras.
Remanejamento dos equipamentos substituídos para a sala dos alunos/bolsistas.

- **Novo transmissor** – eliminação da necessidade de troca de válvula – custo de 14 mil dólares a cada 3 anos. Novo transmissor, com maior capacidade de potencia, custo de cerca de 37 mil reais, vida útil ilimitada e capacidade para possível aumento de potencia da emissora. Planejamento de elaboração do projeto em 2012.
- Instalação de mesa nova no estúdio principal
- **Aplo** – já licitou reforma da cabine de força.
- Membro da diretoria da ARPUB – Associação das Rádios Públicas do Brasil
- Reposição de servidor aposentado – contratação via Fundunesp – processo em andamento.

Ações para fins acadêmicos
- Introdução de faixa especial na grade de programação da Rádio para a exibição de programas produzidos por alunos, coordenado por docentes
- Formalização do convenio com o Departamento de Comunicação Social da FAAC.
- Abertura de estágios de férias – Rádio e TV
- Projetos veiculados na Rádio participaram do Congresso da Proex

2012 – Planejamento

Projeto da Rede de Emissoras de Rádios Educativas da UNESP.
Diversas Unidades interessadas. Há como fazer com um custo baixo.

Projeto: Aumento de Potencia para transmissão. Abertura de Processo junto ao Ministério das Comunicações.
Projetos de Pesquisa – captação de recursos externos.
Projetos para Apoio Cultural – captação de recursos externos.